UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Carlos de Oliveira Malaquias

REMEDIADOS SENHORES:

pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, *c*.1790 – *c*.1844.

Belo Horizonte

Abril/2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Carlos de Oliveira Malaquias

REMEDIADOS SENHORES:

pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, *c*.1790 – *c*.1844.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: prof. Dr. Douglas Cole Libby

Belo Horizonte

Abril/2014

981.51
M237r
2014

Malaquias, Carlos de Oliveira

Remediados senhores [manuscrito] : pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790 - c.1844. / Carlos de Oliveira Malaquias. - 2014.

300 f. : il.

Orientador: Douglas Cole Libby.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2. Economia - Teses. 3. Escravidão - Teses.4.Minas Gerais – História – Teses.4. Libby, Douglas Cole. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Tese defendida pelo aluno **Carlos de Oliveira Malaquias** em **11** de **abril de 2014** e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos(as) professores(as):

Prof. Dr. Douglas Cole Libby (UFMG) - **Orientador**

Prof. Dr. Afonso de Alencastro Graça Filho (UFSJ)

Prof. Dr. Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho (UFMG)

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG)

Prof. Dr. Mário Marcos Sampaio Rodarte (UFMG)

Agradecimentos

Ao longo dos quatro anos de realização desta tese eu trabalhei, cuidei da minha família, mantive minha casa, reformei alguns móveis e aprendi a tocar gaita (embora existam sérias controvérsias quanto a isso). Nem tudo saiu do jeito que eu desejei. Mas, se alguma coisa foi possível, deve-se à inestimável ajuda de pessoas e instituições às quais eu devo um agradecimento especial.

- à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) que me proporcionou bolsa de doutorado durante 48 meses tornando factível minha dedicação à pesquisa;

- ao Programa de Pós Graduação em História e aos seus coordenadores durante minha passagem pela UFMG, profª. Kátia Gerab Baggio e prof. José Newton Coelho Meneses;

- a todo o pessoal da Secretaria da Pós-Graduação, em especial à Edilene Oliveira, que suportou a mim e aos problemas que eu trazia com uma paciência franciscana;

- ao Centro de Estudos Mineiros da UFMG e seus bolsistas, que realizaram o árduo trabalho de compor vários dos bancos de dados que eu pude utilizar, em especial à minha amiga Nathalia Ananias dos Santos;

- ao Arquivo Histórico do IPHAN de São João del Rei, seus bolsistas e seu diretor Jairo Braga;

- ao Laboratório de Pesquisa e Recuperação Documental (Labdoc) da UFSJ por me facultar acesso aos processos-crimes de Oliveira, em especial ao funcionário Saul Ferdinando de Oliveira Carvalho;

- em 2013 apresentei resultados parciais desta pesquisa em diversos eventos e tive a colaboração generosa dos prof. Henrique Espada Lima no VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional e dos prof. Ana Sílvia Volpi Scott e Carlos de Almeida Prado Bacellar na Reunião Nacional da Anpuh. Ao Bacelar, um agradecimento especial, pois, mesmo impossibilitado de participar do exame de defesa desta tese, muito gentilmente me enviou seus valiosos comentários;

- aos professores Tarcísio Rodrigues Botelho e Mário Marcos Sampaio Rodarte pelas valiosas recomendações no exame de qualificação. Ao último devo ainda um agradecimento especial por me iniciar no complexo mundo das análises multivariadas e pela confiança no meu trabalho;

- aos antigos e novos amigos – que possivelmente desconhecem o quanto me importam – foi um prazer e um privilégio compartilhar algo deste tempo com vocês. Obrigado à Adriano de Toledo Paiva, um notável acadêmico e amigo generoso; à Marileide Lázara Cassolli, Christiano Lima da Silva, Fabrício Vinhas Manini Angelo e minha querida Kelly Eleutério de Oliveira, por terem iluminado minhas tardes na FAFICH; ao prezado Gusthavo Lemos pela curta companhia; ao Matheus Rezende de Andrade por ter me sido um braço em Belo Horizonte e resolvido vários dos meus problemas; ao camarada Alexandre Marciano de Paula e à Viviane Penha Carvalho Silva Ameno por compartilharem fontes e ideias; ao grande Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior, que compartilhou comigo as ansiedades dos concursos e a labuta da pesquisa.

- ao meu orientador, prof. Douglas Libby, por quem minha admiração só faz crescer.

- à Ana Carol, por ter encarado comigo a vida que a gente tem pra levar e à Luisa. A pesquisa em História é pra mim um prazer, mas não desconheço que pra vocês duas foi um pesar. Os últimos dias foram especialmente desgastantes e eu morri um pouquinho todas às vezes em que dizia "não" quando a Luísa me chamava para desenhar.

- um obrigado muito especial a todos aqueles que lembravam da gente aqui de casa, perguntavam com carinho como as coisas iam e nunca demonstraram um interesse protocolar em ouvir as respostas. Em especial o prof. Danilo Zionni Ferretti, o prof. Wlamir Silva, a profa. Sílvia Brugger, o prof. Afonso de Alencastro e a Regina Silvado. Obrigado também ao Paulo de Tharso e à Elaine Cordovil pelos finais de semana "agradabilíssimos" na correria do final desta tese. Aos meus irmãos Clóvis e Cláudio, pela torcida. Ao meu muito prezado e estimado compadre Marcus Vínicius Félix e à minha família ampliada, Dona Cida e Ana Roberta, pelo pouso em Belo Horizonte.

- por fim, obrigado àqueles que me apoiaram quando, entre pagar alguém para fazer o serviço de casa e comprar livros, eu optei pelo último. Reconheço que aqueles que disseram que eu não sabia o que estava fazendo tinham completa razão e merecem ser lembrados, mas os agradecimentos já vão longos e eu encerro por aqui, porque a louça não se lava sozinha.

Roceiro pardo lavrando a terra com seus escravos negros.

*Aos meus pais, Amélia Palmira de Oliveira e Raimundo Alves Malaquias (*in memorian*).*

Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790 - 1844.

Resumo: Essa tese discute as possibilidades de surgimento e manutenção de um largo grupo de pequenos produtores de base escravista depois da crise da mineração de ouro em Minas Gerais. Aborda-se a antiga freguesia São José do Rio das Mortes entre fins do século XVIII e meados do XIX. Os principais suportes deste estudo são listas nominativas, mapas de população, registros paroquiais e inventários *post-mortem*. Essas fontes foram empregadas em análises seriais e estudos de trajetórias para caracterizar a história da população local, sua acomodação à economia de abastecimento, a diversidade interna do grupo de pequenos produtores, a evolução e distribuição da riqueza, a organização dos domicílios e os laços familiares engendrados pelos pequenos produtores. Percebe-se que a existência de um mercado dinâmico e a presença do escravismo estruturam, em São José, o setor de pequenos produtores. A economia de mercado abriu oportunidades para sua inserção produtiva e permitiu a acumulação de fortuna. A escravidão produziu parte dos pequenos produtores através da alforria e da mestiçagem, além de lhes possibilitar acesso a força de trabalho extra-familiar. Conclui-se pela importância, no caso brasileiro, desse segmento na manutenção da estabilidade do sistema escravista.

Palavras-chave: Minas Gerais, escravismo, pequenos produtores.

Masters of few slaves: smallholders in the parish of São José do Rio das Mortes, c.1790-c.1844.

Abstract: This thesis discusses the possibilities of the emergence and stability over time of a broad group of slave-based small farmers following the decline of gold mining in Minas Gerais. It focuses on the parish of São José do Rio das Mortes from the late eighteenth to the mid-nineteenth century. The principal sources used in this study are nominal lists, maps of population, parish records and estate inventories. The date from these sources are used in serial and case studies to characterize the history of the local population, the economic accommodation to farming, the internal diversity of the small masters, the evolution and distribution of wealth and, finally, the organization of households and family ties engendered by small farmers. The findings suggest that a dynamic market and the slave system shaped this sector of small farmers. On the one hand, the market economy opened up opportunities for employment and allowed for the accumulation of wealth. On the other hand, the slave society itself produced some smallholders through manumission and miscegenation, and afforded them access to non-family labor. We conclude that, in São José, this segment of slaveholders was crucial in maintaining the stability of the slave system.

Key-words: Minas Gerais, slave system, small farmers.

Sumário

INTRODUÇÃO **18**

PARTE I: TERRITÓRIO E POPULAÇÃO **25**

CAPÍTULO 1. DEFININDO LIMITES E CONTANDO OS HABITANTES: OS PEQUENOS PRODUTORES NO TERRITÓRIO E NA POPULAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO DAS MORTES **26**

1.1. O território de São José 27
1.2. Além dos números, o que dizem as listas e mapas de população 37
1.3. Quantos e onde: o problema do território ocupado pela população em São José 49

CAPÍTULO 2. DINÂMICA DA POPULAÇÃO **56**

2.1. População livre 59
2.2. Inserção social e migração 66
2.3. A população escrava 70
2.4. Força de Trabalho 75

PARTE II: UMA ECONOMIA ESCRAVISTA **79**

CAPÍTULO 3. SENHORES E SEUS ESCRAVOS **80**

3.1. A distribuição da propriedade escrava 84
3.2. Características das posses de escravos na freguesia de São José e estratégias de reprodução dos planteis 93
3.3. Características dos senhores de escravos 99
3.4. O difícil controle das pequenas posses 110

CAPÍTULO 4. ACOMODAÇÃO EVOLUTIVA: PRODUÇÃO ECONÔMICA E CRESCIMENTO DA RIQUEZA NA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ **116**

4.1. Uma economia em transição 117
4.2. Celeiros e o abastecimento do mercado interno 121
4.3. Produção e comercialização 128
4.4. Ocupações 132
4.5. Crescimento e concentração da riqueza 139
4.5.a) A amostra de inventários *141*
4.5.b) Crescimento da riqueza inventariada *145*
4.5.c) A concentração da riqueza inventariada *147*
Anexo 153

CAPÍTULO 5. A RIQUEZA EM MOVIMENTO: EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL E FRAGMENTOS DE TRAJETÓRIAS DE PROPRIETÁRIOS.....154

5.1. Composição do patrimônio inventariado.....157
5.2. Composição social dos grupos de riqueza.....163
5.2.a) Os 20% mais pobres *163*
5.2.b) Os proprietários de riqueza intermediária. *169*
5.2.c) A elite proprietária: o quintil mais rico dos inventariados *172*

CAPÍTULO 6. DÍVIDAS: TOCANDO OS NEGÓCIOS NA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ.....182

6.1. O que e quanto se devia na freguesia de São José.....185
6.2. Emprestadores e devedores.....188
6.3. O espaço das relações de crédito.....191
6.3.a) Um inventário excepcional: as dívidas do Capitão Manoel Lobo de Castro. *191*
6.3.b) As distâncias do crédito *194*
6.4. Crédito e relações sociais.....201

PARTE III: DOMICÍLIO E FAMÍLIA 206

CAPÍTULO 7. O FOGO, A FÁBRICA DA VIDA.....207

7.1. Além da família, o fogo: arranjos domiciliares na freguesia de São José do Rio das Mortes.....208
7.1.a) Os domicílios da freguesia de São José *210*
7.1.b) Os perfis plurifuncionais de domicílios *214*
7.1.c) Uma polêmica historiográfica: pequenos escravistas x camponeses *222*
7.2. Além do fogo: autonomia e dependência, solidariedade e conflito entre os fogos de pequenos produtores.....227
7.2.a) Domicílios de forros: autonomia e liberdade *227*
7.2.b) Agregados *234*
7.2.c) Vizinhos: solidariedade e conflito: *236*

CAPÍTULO 8. REPRODUZINDO O "FOGO" E AMPLIANDO A FAMÍLIA.....243

8.1. Casamento e compadrio.....243
8.2. Alguns casos.....249
8.2.a) Agregados e compadres *250*
8.2.b) O pardo forro Francisco Antônio *256*
8.2.c) A autoridade paterna desafiada: os casamentos das filhas do Capitão Agostinho Correia Paes *261*
8.2.d) O compadrio no caminho da ascensão do pardo Manoel Francisco de Paula *268*
8.3. No mapa das relações sociais.....271

CONCLUSÕES.....274

LISTAS DE FONTES..... 279

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 284

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Moradores nas localidades recenseadas no termo da vila de São José em diversos anos 52
Tabela 2.1 - Origem dos nubentes livres na paróquia de S. José do Rio das Mortes, 1783-1850. 67
Tabela 2.2 - Idade média ao casamento para homens e mulheres em 1795 e 1831 pelo método SMAM 68
Tabela 3.1 - Posse de escravos nos domicílio da freguesia de São José 88
Tabela 3.2 - Distribuição dos escravos entre os domicílios na freguesia de São José 89
Tabela 3.3 - Coeficientes de Gini para a distribuição da posse de escravos nos domicílios da Freguesia de São José 90
Tabela 3.4 - Aspectos da composição das escravarias na freguesia de São José 93
Tabela 3.5 - Gênero e estado conjugal dos chefes de domicílio em 1795 na freguesia de São José 102
Tabela 3.6 - Gênero e estado conjugal dos chefes de domicílio em 1831 na freguesia de São José 102
Tabela 3.7 - Cor e origem dos chefes de domicílio na freguesia de São José. 1795 108
Tabela 3.8 - Cor dos chefes de domicílio em 1831 na freguesia de São José 108
Tabela 3.9 - Ocupação dos chefes de domicílio em 1831 na freguesia de São José 109
Tabela 4.1 - Ocupações na freguesia de São José, 1806 134
Tabela 4.2 - Ocupações dos chefes de fogo na freguesia de São José, 1831 137
Tabela 4.3 - Gênero, idade e estado conjugal dos inventariados. 143
Tabela 4.4 - Medidas de crescimento da riqueza inventariada na freguesia de São José 145
Tabela 4.5 - Medidas de concentração de patrimônio inventariado na freg. de São José 147
Tabela 4.6 - Distribuição dos componentes da riqueza inventariada por decis 153
Tabela 5.1 - Composição da riqueza inventariada na freguesia de São José. 159
Tabela 6.1 - Faixas de valor das dívidas registradas nos inventários da freg. de São José 187
Tabela 6.2 - Número de dívidas por inventário aberto na freguesia de S. José 189
Tabela 6.3 - Localização dos agentes do crédito registrados nos inventários da freguesia de São José 194
Tabela 6.4 - Localização das dívidas, por valor 195
Tabela 7.1 - Tipos de famílias pela tipologia Laslett na freguesia de São José em 1795 211
Tabela 7.2 - Tipos de famílias na freguesia de São José em 1831 212

Tabela 7.3 - Distribuição dos domicílios segundo tipologia dos perfis extremos, freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1831. 218
Tabela 7.4 - Situação domiciliar dos libertos na freguesia de São José do Rio das Mortes:.. 229
Tabela 7.5 - Estado conjugal dos chefes de fogo na freguesia de São José, por sexo e condição. 230
Tabela 7.6 - Tipos de família na freguesia de São José, segundo condição e gênero do chefe (1795) 231
Tabela 7.7 - Organização dos fogos na freguesia de São José, segundo condição e gênero do chefe (1831) 233
Tabela 8.1- Geografia matrimonial, distância entre famílias dos noivos - Casamentos 1795-99 e 1831-35 246
Tabela 8.2 - Geografia do compadrio, distância entre padrinhos e pais - batismos 1790-95 e 1825-30 249

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1 - Pirâmides etárias da população livre da freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1795 e 1831 60
Gráfico 2.2- Razões de sexo na população livre de São José 62
Gráfico 2.3 - Pirâmides etárias da população escrava na freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1795 73
Gráfico 2.4 - Pirâmides etárias da população escrava na freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1831 74
Gráfico 2.5 - Distribuição da mão de obra ativa (08-60 anos) em S. José, segundo o tamanho da força de trabalho no domicílio 77
Gráfico 3.1 - Cor e origem dos senhores de escravos na freguesia de São José 105
Gráfico 4.1 - Dízimos cobrados na freguesia de São José, 1766 - faixas e percentuais de pagamento 120
Gráfico 4.2 - Proporção de gêneros exportados da vila de São José (artigos selecionados) .. 130
Gráfico 4.3 - Curvas de distribuição dos inventários em cada período 144
Gráfico 4.4 - Concentração dos componentes da riqueza inventariada 149
Gráfico 7.1 - Estruturas domésticas dos fogos mineiros, década de 1830. 217

Lista de Figuras

Figura 8.1 - Os compadres do alf. Domingos Gonçalves Lopes 254
Figura 8.2 - Relações de compadrio do pardo forro Francisco Antônio Gonçalves 258
Figura 8.3 - Matrimônios da filhas do pardo forro Francisco Antônio Gonçalves 260
Figura 8.4 - Padrinhos da descendência dos pardos forros Antônio Correa Paes e Custódia Correa 262
Figura 8.5 - Padrinhos da descendência do capitão Agostinho Correa Paes e Antônio Maria de Souza..... 264
Figura 8.6 - Matrimônios na família do capitão Agostinho Correa Paes e Antônia Maria de Sousa..... 267
Figura 8.7 - Compadrios do pardo forro Manoel Francisco de Paula – 1º casamento 269
Figura 8.8 - Compadrios do pardo forro Manoel Francisco de Paula – 2º casamento 270

Lista de Mapas

Mapa 1.1 - Limites do termo da vila de São José em torno de 1750 30
Mapa 1.2 - Limites do termo da vila de S. José, c.1795 32
Mapa 1.3 - Localidades mencionadas nas contagens de população do termo da vila de São José entre 1795 e c.1830 53
Mapa 4.1 - Distribuição da Lavoura, Artesanato e Mineração no território da freguesia de São José, 1806 136
Mapa 6.1 - As dívidas do Capitão Manoel Lobo de Castro em 1805, pela distância dos devedores 192
Mapa 6.2 - As dívidas do Capitão Manoel Lobo de Castro em 1805, por faixa de valor das dívidas 193
Mapa 6.3 - As dívidas de José Ferreira Pacheco, Antônio de Souza Bastos e Joaquim de Souza Leão 197
Mapa 6.4 - As dívidas ativas de Antônio José Moreira (1833) e José Cabral Tavares (1799) 198
Mapa 6.5 - As dívidas de Maria Magalhães da Glória, Domingos Antônio de Matos e Maria Rosa dos Serafins 200

Lista de Abreviaturas

AET II – IPHAN/SJDR – Arquivo do Escritório Técnico II, IPHAN, São João del Rei.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate.

APM – Arquivo Público Mineiro.

APSJRM – Arquivo Paroquial da Freguesia de Santo Antônio da vila de São José do Rio das Mortes, Diocese de São João del Rei.

APSJDR – Arquivo Paroquial da Freguesia de Nossa Sra. do Pila da vila de São João del Rei, Diocese de São João del Rei.

LABDOC – Laboratório de Pesquisa e Conservação Documental da Universidade Federal de São João del Rei.

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro.

Introdução

Aproximadamente 12,5 milhões de africanos foram embarcados com destino à América para servirem como escravos entre o século XVI e a segunda metade do XIX. A escravidão negra no Novo Mundo talvez seja o fato mais importante da época Moderna, pelo menos para o mundo ocidental. O trabalho escravo produziu os cultivos tropicais que mudaram os gostos e a indústria europeus, extraiu o ouro e os diamantes que enriqueceram dinastias e Igrejas, produziu novas populações de homens e mulheres miscigenados e portadores de novas culturas nas sociedades americanas, forneceu a metáfora para a luta iluminista pela liberdade.

Em toda a América o Brasil foi o lugar onde a escravidão sobreviveu mais tempo e onde se absorveu mais africanos: 5.532.318, de acordo com a contagem mais recente. Quase dois milhões desses foram embarcados para o Brasil depois da independência e cerca de 800 mil foram trazidos ilegalmente durante a vigência da Lei de novembro de 1831, que proibia o tráfico de escravos para o país.[1]

Mas porque iniciar um estudo sobre os homens livres falando da escravidão? Por várias razões. Era a realidade da escravidão que definia os contornos do conceito de liberdade. Muitos dos homens livres eram senhores de escravos e muitos escravos tornaram-se homens livres. Enfim, porque o sistema escravista contribuiu de diversas formas para a gestação de um amplo setor de homens e mulheres livres que preencheram os interstícios da sociedade escravista com muito mais complexidade do que a divisão binária senhor-escravo.

Uma das condições fundamentais para isso foi o fato de que o desenvolvimento de sistemas escravistas na América abriu oportunidades para atores econômicos variados além dos proprietários envolvidos com a agroexportação. Era, em geral, a necessidade das grandes empresas escravistas de concentrar forças na produção do artigo de exportação e terceirizar o abastecimento o que provocava um efeito "multiplicador" no seu processo de geração de renda.[2] Não necessariamente as oportunidades criadas pelo abastecimento das *plantations*

[1] Números consultados no Trans-Atlantic Slave Trade Database, http://www.slavevoyages.org/ (Acesso em 12/12/2013).

[2] Celso Furtado descreveu esse mecanismo para a economia brasileira afirmando que a dinâmica do setor complementar/abastecedor era guiada pelos ritmos da agroexportação. Em épocas ascensão dos preços no mercado externo, as fazendas deslocariam os fatores de produção para o cultivo principal e as atividades de abastecimento seriam delegadas à aquisição no mercado. Em momentos de queda nos preços das exportações, os escravos eram direcionados para os cultivos de subsistência que sustentariam a força de trabalho, enquanto o comércio de abastecimento definharia. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pp.95-97. Atualmente, acredita-se que a economia colonial conseguia proteger-se das conjunturas

ocorriam no espaço econômico escravista. O abastecimento das Antilhas, por exemplo, estimulou produtores de arroz e outros mantimentos nas colônias inglesas da América do Norte.[3] No caso brasileiro, praticamente não existiam limitações de recursos para a produção dos víveres necessários ao funcionamento das fazendas de açúcar, num primeiro momento, depois de fumo, anil, algodão.

No caso da mineração, a descoberta de jazidas de ouro e posteriormente de diamantes no interior isolado da América do Sul produziu demandas de abastecimento que não custaram a ser resolvidas localmente.[4] Em Minas Gerais, a presença ubíqua de trabalhadores escravos e as oportunidades de comercializar marcaram a sociedade desde os primeiros tempos. Nossa hipótese a ser testada neste trabalho é que as relações de mercado e a escravidão constituíram um amplo setor de indivíduos livres com riqueza intermediária, duplamente caracterizado pelo acesso aos meios de produção, inclusive escravos, e pela centralidade das relações familiares na gestão do trabalho.[5]

---

externas justamente por causa do mercado interno. João Fragoso demonstrou, para o final do século XVIII, como ocorria a integração da produção de abastecimento à lógica da reprodução da *plantation* escravista analisando o comércio da praça do Rio de Janeiro. FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, esp. capítulo 2.

[3] WILLIAMS Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012, capítulo 04. BERLIN, Ira. *Gerações de Cativeiro:* uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006, capítulo 02. Para o Brasil, Stuart B. Schwartz afirma que não houve uma dicotomia entre o setor de abastecimento e a produção para exportação. Destaco a seguinte passagem, muito ajustada à situação que visualizamos em São José na virada para o século XIX: "O que é digno de nota em fins do período colonial, é a capitalização progressiva da agricultura de subsistência, comprovada pelo uso cada vez maior de escravos na produção de alimentos, mesmo pelos pequenos produtores rurais". SCHWARTZ Stuart B.. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): EDUSC, 2001, p.139.

[4] Para o abastecimento interno, ver SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, capítulos 3 e 6. MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico*: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina (MG): Maria Fumaça, 2000, capítulo 2. Para o abastecimento por outras capitanias e a formação de um mercado interior, ver MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão*: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 17711 - c. 1756. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2012; ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

[5] Uma bibliografia muito extensa pode ser mencionada como embasamento empírico e teórico de nosso posicionamento. Sobre o estímulo das relações de mercado aos produtores em sociedades pré-capitalistas ver os estudos sobre os Estados Unidos de MERRILL, Michael. Cash is good to eat: self-sufficiency and exchange in the rural economy of the United States. *Radical History Review*. Vol. 03, pp.42-71, 1977; os sofisticados estudos de ROTHENBERG, Winifred B. The market and Massachusetts farmers, 1750-1855. *The Journal of Economic History*. Vol.41, pp.283-314, Jun.1981 e da mesma autora, The emergence of farm labor markets and the transformation of the rural economy: Massachusetts, 1750-1855. *The Journal of Economic History*. Vol. 48, pp.537-566, Set., 1988; BRUEGUEL, Martin. *Farm, shop, landing*. The rise of a Market Society in the Hudson Valley, 1780-1860. Durham: Duke University Press, 2002, esp. capítulo 2. Sobre o acesso de pequenos produtores a mão-de-obra escrava ver o grande material empírico presente nos artigos de LUNA, Francisco; COSTA, Iraci del Nero & KLEIN, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009. Para a relação entre acesso à propriedade e autonomia ver os estudos de MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silencio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, capítulos 1, 2, 3 e 4; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em*

A demonstração dessa hipótese se desdobra em pelo menos quatro questões teórico-metodológicas mais espinhosas. Em primeiro lugar, a tentativa de tratar de um amplo setor de proprietários localizados num obscuro "ponto médio" do escravismo pode resvalar em uma empobrecedora divisão em três castas da sociedade escravista: brancos ricos, pardos pobres e negros escravos. Antes que isso possa ser levantado, desejamos deixar claro que há toda uma diversidade de patamares de riqueza, ocupações, condições e cores entre a população livre.[6] Reconhecendo que riqueza, ocupação e cor eram aspectos fundamentais na definição da hierarquia social brasileira, o conjunto da população livre é em si escalonado e heterogêneo. Entretanto, o amplo e diversificado setor localizado abaixo da elite mercantil e agropecuária e acima da massa escrava oferece um quadro holístico da sociedade escravista, pois não fica detido nos seus pólos. Sua análise dirige o olhar para a dinâmica de interação entre os diferentes grupos sociais. A noção de um setor intermediário de pequenos produtores escravistas, portanto, não é uma identidade construída pelos agentes, mas uma categoria manejada para análise, isto é, uma abstração da qual se lança mão para destacar aspectos que possibilitem melhor compreender uma realidade. Nesse sentido a própria diversidade interna produzida pelas diferentes origens, ocupações, patrimônios e estratégias de inserção social iluminam a sociedade escravista do "meio para as beiradas".

O segundo problema é que, da forma como definimos esse setor intermediário, ele escapa e dificilmente admite o conceito de camponês.[7] Há uma literatura sociológica colossal sobre a definição de camponês e campesinato e sobre o que esses termos designam, se uma classe social ou um setor econômico.[8] As controvérsias frequentemente envolvem debates políticos, especialmente no âmbito do reordenamento agrário dos processos de modernização, quando as características culturais e comportamentais do camponês são destacadas como

---

movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, item IV.3; e a síntese de KULIKOFF, Allan. *From British peasants to colonial American farmers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000, pp.106-124. Finalmente sobre a capacidade de trabalho do domicílio e sua adequação às oportunidades do mercado, VRIES, Jan de. The Industrial Revolution and the Industrious Revolution. *The Journal of Economic History*. Vol.54, pp.249-270, 1994.

[6] BOTELHO, Tarcísio R. Categorias de diferenças: ocupação, raça e condição social no Brasil do século XIX. Locus (Juiz de Fora), v. 26, pp.153-185, 2008; GUEDES, Roberto. Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto feliz, São Paulo, c.1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008, capítulo 2.

[7] De fato, os pequenos escravistas e os produtores familiares em Minas Gerais não eram chamados de camponeses. As designações mais comuns para os produtores do setor agrícola eram roceiro, lavrador e agricultor. ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho:* roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Viçosa (MG): Ed. UFV, 2008, p.93 e p.103.

[8] Uma boa síntese do debate pode ser encontrada em SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*. Ano 08, nº 07, pp.1-21, jul-dez., 2005.

componentes que podem obstruir ou subsidiar a reforma agrária e/ou a industrialização.[9] Na historiografia do período escravista brasileiro, o conceito de camponês tem sido empregado para distinguir o produtor voltado para subsistência que opera com força de trabalho familiar, podendo ser auxiliado por escravos.[10] Nesses termos, é amplo o suficiente para envolver realidades tão distintas quanto os escravos com acesso à terra (o proto-camponês), pequenos escravistas (infelizmente ainda é muito difícil precisar a partir de quanto escravos um proprietário pode deixar de empregar sua família) e mesmo os *farmers* americanos.[11] Essa compreensão não encaixa no cenário que visualizamos por dois motivos: em primeiro, o trabalho escravo não era (ou não parece ter sido) um expediente para complementar a força de trabalho familiar e apenas prover o sustento do domicílio. Nossa pesquisa sugere que, nas áreas de economia mercantilizada, a posse de escravos era um recurso chave para ampliar a capacidade produtiva do fogo e aprimorar a participação no mercado. Em segundo, nesses casos, evidentemente, o objetivo do domicílio não era a autossubsistência. Há outro motivo que nos faz recusar a classificação dos senhores de poucos escravos como camponeses. Assim como nos Estados Unidos, no Brasil a gênese da classe de produtores foi uma construção original, o que significa que o poder metropolitano não se apropriou dos sistemas de trabalho de comunidades autóctones. Como afirma Stuart Schwartz, a classe rural brasileira era uma classe "reconstituída", pois "não teve origem pré-colonial", nem "remontava a nenhuma civilização decadente"; era, pelo contrário, "resultado direto da economia colonial e da escravidão".[12] Tanto nos Estados Unidos quanto aqui, os colonos buscaram a oportunidade de

[9] Idem. Ver também, CARDOSO, Ciro F. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In CHEVITARESE, André Leonardo. O campesinato na História. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/FAPERJ, 2002.

[10] CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês*? O protocampesinato nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987. FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p.124. MATTOS, Hebe. A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras. *In* CARDOSO, Ciro F. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. SOUZA, Sônia M. de. *Terra, família, solidariedade*... Estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de Fora (1870-1920). Bauru (SP): EDUSC, 2003. Críticas a essas perspectivas podem ser vistas em MOTTA, Márcia Menendes. História social da Agricultura revisitada: um diálogo com Maria Yedda Linhares. In: SILVA, Francisco; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (orgs). Estudos sobre História e Educação – homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

[11] Segundo Stephanie MacCurry, na historiografia americana também há dissenso sobre o limite de escravos que separa um produtor escravista de um *farmer*. Em sua pesquisa, a autora opta por considerar que os domicílios onde o trabalho da família era indispensável não faziam parte da elite escravista, embora os *farmers* não fossem classificados de camponeses (ou *yeomen*). MCCURRY, Stephanie. *Masters of small worlds*: yeoman households, gender relations, & the political culture of the Antebellum South Carolina Low Country. New York: Oxford University Press, 1997, p.47 e seguintes e nota 24.

[12] SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001, p.125. Para os Estados Unidos, KULIKOFF, Allan. *From british peasants to colonial american farmers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1986, capítulo 1. Essa consideração não elimina as apropriações de conhecimentos agrícolas, como o cultivo do milho aprendido pelos colonos ingleses, (Kulikoff, p.77) e a apropriação da coivara – a técnica da queimada – pelos portugueses como mostram, LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos

obter a posse e constituir um patrimônio que provesse sua independência – isto é uma propriedade desembaraçada de obrigações com um senhor ou com a comunidade.[13] Esse novo tipo de posse e gestão da propriedade, um embrião da propriedade privada moderna, oferecia ao produtor ampla autonomia de ação, facultando sua participação no mercado e simplificando suas respostas aos mecanismos de preços.[14]

Em terceiro lugar, nosso objeto toca o problema da natureza do mercado em sociedades pré-capitalistas. A esse respeito os estudos de Karl Polanyi destacaram que o mercado capitalista foi criado ao longo do século XIX para se tornar uma instância despida de qualquer regra ou limitação "não-econômica".[15] Sociedades não-capitalistas possuíam também relações de mercado, mas essas estavam imersas em outras relações e eram dominadas por outras instituições (ao contrário do capitalismo, onde o mercado é o ordenador das demais relações).[16] Na historiografia do período escravista, tem-se destacado cada vez mais que o mercado era imperfeito e controlado pela política.[17] Mas não se deve perder de vista os estímulos que as relações de mercado eram capazes de oferecer.[18]

T. da. *História da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp.137-139. Destacamos ainda que, no Brasil, os indígenas foram reduzidos à escravidão, num sistema totalmente diferente do seu trabalho tradicional. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: Formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, capítulo 4.

[13] KULIKOFF, Allan. *From british peasants to colonial american farmers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1986, prólogo e cap. 1. Ainda que assegurar a posse envolvesse o reconhecimento da comunidade, o usufruto não dependia das suas sanções. De acordo com os estudos de Márcia Menendes Motta, até a Lei de Terra e mesmo depois, a consensualidade era a grande garantidora da propriedade, sendo que a documentação coeva dificilmente apontava com precisão os limites das posses, limitando-se a indicar os vizinhos. MOTTA, Márcia Menendes. *Nas fronteiras do poder:* conflitos e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público de Estado do Rio de Janeiro, 1998, capítulo 2. Manoela Pedroza demonstrou que laços de parentela e o costume garantiam a posse de terrenos na freguesia de Campo Grande no Rio de Janeiro. PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral*: redes de parentela, transmissão de terras e direitos da propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, pp.145-154 e capítulo 04, parte II. Esse trabalho demonstra que a disposição da terra pela venda poderia ser limitada pelas normas de uso costumeiro, o que é, claramente, um obstáculo à posse plena e individual. Sobre os direitos costumeiros e a consensualidade no acesso a terra ver também MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, cap.4. Comunidades camponesas tinham sistemas de posse da terra coletivo, com normas emaranhadas, mas comumente pautadas por usos da coletividade. A ação individual era mais complicada nesse sistema. O ímpeto de racionalização e simplificação burocrática no desenvolvimento do Estado moderno colaborou para a transformação dessas normas coletivas em regras de posse individual, simplificando a identificação do produtor e a cobrança de impostos. Ver SCOTT, James C. *Seeing like a state*. New Haven: Yale University Press, 1998, pp.33-36.

[14] ROTHENBERG, Winifred B. The market and Massachusetts farmers, 1750-1855. *The Journal of Economic History*. Vol.41, pp.283-314, Jun.1981 mostra como os preços funcionavam como incentivos para a produtividade dos produtores.

[15] POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

[16] MEIKSINS, Ellen Wood. *Democracia contra capitalismo*: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003, esp. capítulo 1.

[17] FRAGOSO, João R. & FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro:

Um último ponto teórico que nosso objeto suscita e que desejamos destacar é o da diferença entre sociedade escravista e sociedade com escravos. João Fragoso identificou nas Minas Gerais do século XIX um complexo produtivo de caráter camponês no qual o nível de mercantilização teria permitido à maioria dos produtores mineiros complementar o trabalho familiar com mão-de-obra escrava adicional.[19] Nesse caso, a sociedade mineira teria evoluído de uma *sociedade escravista* na época da extração mineral para uma *sociedade com escravos* basicamente agropastoril.[20] O historiador americano Ira Berlin empreendeu uma síntese que acompanha no tempo e espaço a diferenciação de sociedades com escravos e sociedades escravistas na historia dos Estados Unidos. Do seu estudo, é possível ressaltar os seguintes elementos: nas sociedades com escravos estes eram marginais aos processos produtivos enquanto nas escravistas a escravidão estava no centro da produção econômica; nas primeiras, os senhores dividiam espaço com outros agentes econômicos e uma grande quantidade de pequenos produtores, enquanto nas segundas, os proprietários de escravos dominavam as terras, os mercados e, frequentemente, a política; nas sociedades com escravos a mudança de *status* dos escravos era mais corrente e existiam mais possibilidades para sua mobilidade

---

Record, 2001. Todo o argumento do livro é baseado na comunhão entre política e economia no Brasil pré-capitalista, com o virtual desaparecimento das forças de mercado. Um aprofundamento dessa perspectiva é FRAGOSO, João R. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). *In* FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria F. *O Antigo Regime nos trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Para uma perspectiva equilibrada sobre os relacionamentos entre política e forças de mercado no contexto da sociedade mineradora, SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, cap. 5.

[18] Na sua viagem às nascentes do São Francisco, Saint-Hilaire notou a criação de ovelhas na região de Araxá, sendo esta uma atividade despertada pela demanda da carne deste gado pela Corte: "Antes da chegada de D. João VI ao Brasil ninguém jamais tinha pensado em criar ovelhas na região, mas a predileção dos europeus pela carne desses animais e o alto preço que se dispunham a pagar por ela incentivaram os criadores". SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975, p.121.

[19] FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.p.123-134. Essa possibilidade estaria tão disseminada que tais pequenos produtores seriam os principais compradores dos escravos desembarcados pelo tráfico transatlântico no porto carioca ao longo da primeira metade do século XIX.

[20] Segundo esclarece Douglas Libby, uma sociedade escravista é aquela em que o a instituição social da escravidão é a forma de trabalho predominante nos setores mais dinâmicos da economia. LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista:* Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.18. A maior parte da literatura sobre a escravidão em Minas admite que havia uma sistema escravista na província, embora em algumas regiões a diminuição de trabalhadores escravos e a perda de dinamismo econômico tenham levado a uma sociedade com escravos. Para o processo pelo qual sociedades com escravos nas Américas se tornaram sociedades escravistas ver DUNN, Richard S. *Sugar and slaves*: the rise of the planter class in the English West Indies, 1624-1715. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1972; BERLIN, Ira. *Gerações de Cativeiro:* uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.21 e seguintes. Trabalhos que estudam o processo reverso são mais raros.

social, já nas escravistas, havia uma forte distinção entre livres e escravos.[21] Como veremos ao longo desta pesquisa, o exemplo de São José matiza muitas dessas diferenças.

Por fim, uma palavra sobre a escolha do título. Desde o famoso estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre o homem livre na ordem escravocrata, têm-se qualificado esse sujeito como pobre, caso ele não fosse senhor de extensas terras e larga escravaria. Mesmo donos de poucos escravos estariam marcados pela "pobreza", seja porque muitos deles não ostentam os sobrenomes de famílias da elite, seja porque eram ex-escravos.[22] Nossa proposta é mostrar que existe uma complexidade maior na hierarquia da população livre. O pequeno escravista não era apenas dono de algum patrimônio, mas também era um sujeito dotado de redes de sociabilidade bem estabelecidas, localizável na hierarquia social, inserido em laços de clientela e de solidariedade.[23]

Para nos aproximarmos desses sujeitos, na primeira parte desta tese tangenciamos a presença, muito sutil, dos pequenos produtores na formação do território do termo da vila e nas fontes que contam sobre a dinâmica de sua população. Na segunda parte, examinamos a distribuição da força de trabalho escrava, como a economia abria oportunidades para o acesso ao trabalho escravo, como os proprietários de diversas grandezas enfrentaram a passagem do século XVIII e como se organizava o mercado de crédito no espaço da freguesia. Na última parte da tese, entramos nos domicílios de São José para observar os arranjos que lhes davam forma para, em seguida, tornar a sair do domicílio e analisar como os moradores dos fogos interagiam em ocasiões de conflito, de solidariedade e na formação de laços de parentesco ritual.

---

[21] BERLIN, Ira. *Gerações de Cativeiro:* uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.21 e seguintes.

[22] Sheila Faria associa a desclassificação social de muitos descendentes de escravos à percepção de pobreza que perpassava esse grupo, não obstante muitos deles alcançassem fortuna apreciável. Ver FARIA, Sheila C. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. (Org.). *Ensaios sobre História e Educação*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001, pp.289-329.

[23] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; para uma classificação de senhoras de pequenas escravarias como pobres, ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1995. Consideramos o artigo de Andrea Lisly e Marileide Cassoli iluminador porque mostra que os livres pobres são aqueles sujeitos não apenas desprovidos de posses, mas marcados pela instabilidade e vulnerabilidade da sua condição de livres, correndo o risco de serem escravizados por grandes proprietários ou de ser forçados ao trabalho compulsório pelo Estado. GONÇALVES, Andrea Lisly; CASSOLI, Marileide Lázara. Nas fímbrias da liberdade: agregados, índios, africanos livres e forros na Província de Minas Gerais, século XIX. *Varia História*. Belo Horizonte: v. 27, pp.645-663, 2011.

Parte I: Território e População

Capítulo 1. Definindo limites e contando os habitantes: os pequenos produtores no território e na população de São José do Rio das Mortes.

Em 13 de dezembro de 1825, o pároco da antiga freguesia de São José do Rio das Mortes, o vigário Antônio Xavier de Sales Mattos, refletindo mudanças passadas e perspectivas futuras, deixou o seguinte comentário em um mapa de população:

> Este número de almas teve tido várias alterações assim como diminuição e não há esperança de aumento por ser esta freguesia circundada de outras limítrofes e não confinar por parte alguma com sertões para onde se estenda. O termo da Freguesia tem tido considerável diminuição por que sendo na maior parte de terras de cultura, estas seguindo o método adotado nesta província se vão deteriorando até chegarem a pouco produzir, esta a causa por que os paroquianos vão em mudança procurar melhoramento, ainda que várias vezes se enganem.[24]

Terras e fronteiras, homens e migração, esses pares estavam no cerne das preocupações do pároco de São José e de outras autoridades mineiras entre fins do século XVIII e a primeira metade do XIX. De fato, enquanto em Minas Gerais o eixo econômico lentamente sedimentava-se no agropastoreio, a ocupação de novas terras fazia-se cada vez mais necessária. Para a sorte dos historiadores, esse processo coincidiu com novidades administrativas introduzidas nas conjunturas políticas do período colonial tardio e da construção do Estado Nacional. De forma geral, a Coroa portuguesa, bem como o nascente Estado Brasileiro, estavam preocupados em conhecer e gerir seus recursos e sua população. Dois resultados das novas orientações foram a criação de novas circunscrições administrativas, sobretudo vilas no fim do período colonial e freguesias durante a regência, e a produção de um amplo, embora fragmentário, conjunto de contagens e listas de população. Os documentos que registram as mudanças administrativas, bem como os mapas e listas de habitantes, contam também a história da população mineira e da sua grande maioria, os pequenos produtores.

[24] "Mappa da população Parochianna da Freguesia de Sto.Antônio da Vila de São Jozé deste presente anno de 1825". AEDSJDR, Mappas populacionais, pasta 19. Um mapa, ou tábua, de população era um quadro sintético dos moradores de um lugar distribuídos pelas categorias definidas pelo seu produtor, isto é, uma população tabulada segundo alguns critérios, enquanto uma lista ou arrolamento (ou ainda rol) eram a descrição individualizada dos habitantes de um lugar. Segundo Roberto Guedes, os mapas referiam-se a uma "coletividade abstrata" e as listas a uma observação mais exata dos indivíduos. GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto feliz, São Paulo, c.1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008, p.99. Freguesia, por sua vez, era a circunscrição eclesiástica que compreendia uma paróquia matriz e suas capelas aplicadas, ou aplicações. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp.96-100.

Se numa visão abrangente é possível demonstrar que na segunda metade do século XVIII a capitania de Minas Gerais cresceu em todas as direções num movimento centrífugo,[25] quando se reduz a escala de observação, as coisas tornam-se mais complexas. O comportamento da população de um distrito, uma freguesia ou uma vila torna-se mais caótico e difícil de determinar, sobretudo porque as informações de diferentes contagens de população guardam pouca coerência sobre a base espacial que abrangem. Em parte, isso é um produto das transformações administrativas que recortam ou ampliam territórios. Em parte também era resultado dos objetivos colocados por cada tipo de levantamento – se era uma lista de recrutamento elaborada pelo capitão de ordenanças ou uma lista de fregueses levantada pelo pároco, os documentos tinham preocupações distintas.

Este capítulo dedica-se a localizar os pequenos produtores no espaço e na população de São José do Rio das Mortes. Ambos os enquadramentos andam juntos, afinal, não há população fora de um suporte espacial. Aliás, pode-se afirmar que não há população sem território, uma vez que a própria idéia de população pressupõe um poder estabelecido que deseja tomar nota dos habitantes do espaço sobre o qual se exerce. Desse ponto de vista, as informações censitárias das quais lançamos mão, e que inclusive ajudarão a entender a dinâmica espacial da freguesia, não são ingênuas, nem apolíticas. Pelo contrário, são construídas e categorizadas segundo os interesses do poder que controla o território e pretende conhecer e disciplinar sua população. Logo, o exame das categorias dos censos e de sua organização podem somar elementos ao conhecimento do lugar social ocupado pelos pequenos produtores em Minas Gerais na passagem do século XVIII para o XIX.

1.1. O território de São José

A fundação da vila de São José remonta ao início da mineração em Minas Gerais. Porém, a ocupação das proximidades do Rio das Mortes antecedeu em alguns anos a descoberta de ouro nas encostas dos morros que pontuam a região. Na década final do século XVII, o bandeirante Tomé Portes, depois de cruzar o caudaloso rio que batizou de Grande, instalou-se nas margens do rio das Mortes onde "era senhor da canoa da passagem" e vendia mantimentos aos paulistas que se deslocavam para o centro das Minas. A agricultura e o

[25] Embora nenhuma região tenha tido um desempenho tão destacado quanto a região ao sul do Rio Grande, a Comarca do Rio das Mortes. MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da Devassa*: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.110.

comércio, portanto, foram as atividades que inauguraram o povoamento.[26] Mas, ao criar um porto de passagem sobre o rio das Mortes e um local de pouso para os viajantes de São Paulo ao centro das Minas, Tomé Portes estabeleceu as bases para as expedições que, em 1702, encontraram ouro nas encostas da serra que veio a ser nomeada de São José, no lado ocidental do Rio das Mortes, e, pouco depois, em 1704, acharam metal na serra do Lenheiro, na margem oriental do mesmo rio.[27] Como nas descobertas anteriores, a presença do ouro provocou um *rush* de pessoas para o lugar e rapidamente formaram-se dois arraiais, o arraial de Santo Antônio, ou arraial Velho, e o arraial de N. Sra. do Pilar, ou Arraial Novo. Este último veio a sediar paróquia e freguesia ainda em 1711 e tornou-se vila de São João del Rei em 1713, pouco depois da Guerra dos Emboabas, no escopo da política conciliatória implementada pela Coroa portuguesa.[28] São João del Rei ainda abrigou o ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, tornando-se cabeça da circunscrição. Já o Arraial Velho tornou-se vila de São José del Rei em 1718 pela ação do Conde de Assumar e passou a sediar freguesia em 1724. A ereção de duas vilas a cerca de uma légua uma da outra aparentemente não era desejada pela Coroa, que repreendeu o Conde de Assumar, ainda que a vila de São José tenha recebido parecer favorável pelo Conselho Ultramarino e sido confirmada por Dom João V no mesmo ano.[29]

Como outras vilas do início da colonização das Minas, a vila de São José também serviu de ponta de lança para a ocupação dos sertões confinantes, o que ocorreu em duas direções. A leste, exploradores subiram o rio das Mortes até a serra da Mantiqueira. A oeste, o povoamento seguiu os trechos iniciais da "Picada de Goiás", o caminho que levava das minas do Rio das Mortes aos novos descobertos de Goiás, atravessando os sertões entre as duas capitanias. Além dos primitivos habitantes destas paragens – indígenas e quilombolas – o Senado da Câmara de São José também enfrentou a pretensão de vilas vizinhas em dominar os mesmos sertões. Da parte da Mantiqueira e além, havia índios puris, matas e terras virgens nas margens do rio Chopotó, numa área cobiçada pela vila de Mariana. Em 1764 o capitão-governador de Minas reuniu as principais autoridades dos termos de São José e Mariana e

[26] Como notou Sílvia Brugger, desde os primórdios da ocupação essas atividades estiveram geridas no âmbito familiar. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007, pp.52-54.
[27] Esse parágrafo é baseado nas informações de BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995 nos verbetes São João del Rei e Tiradentes, respectivamente, às pp.317-319 e pp.350-351.
[28] FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.146 e ss.
[29] Idem, p.167.

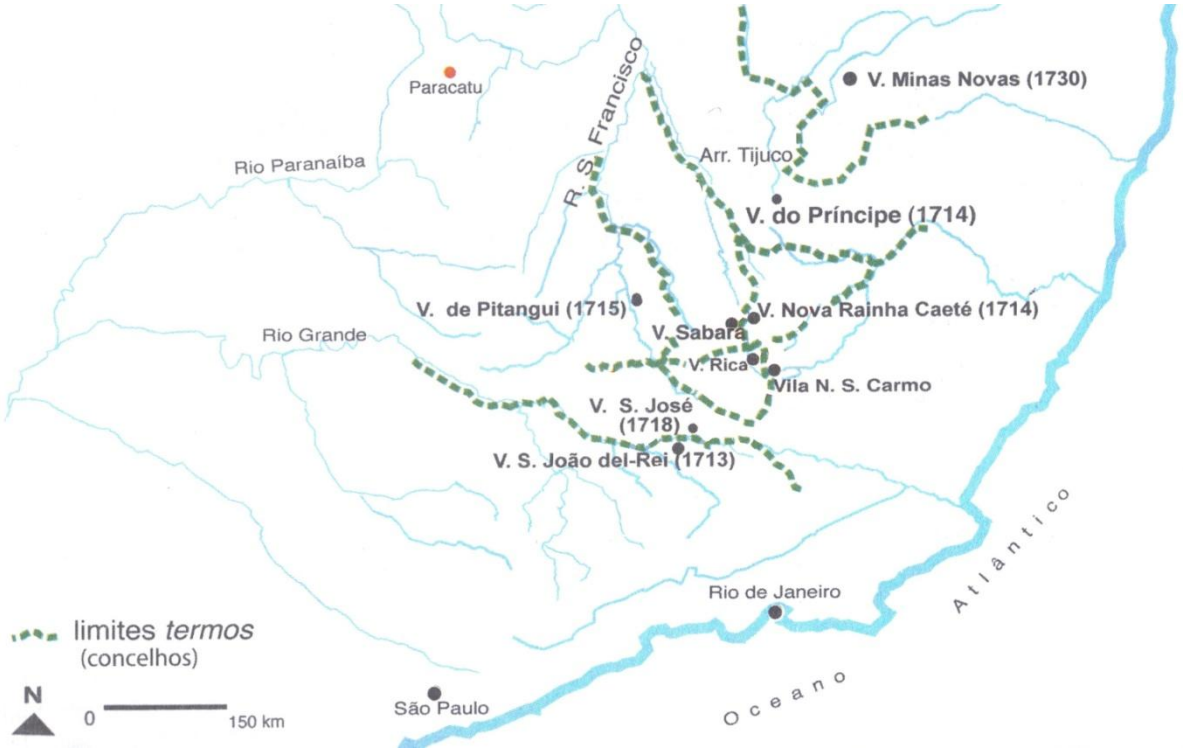
"ocularmente" definiram como limites a serra do Melo e o rio Pomba, onde foram fixados marcos de madeira, cabendo a Mariana a parte ao norte destes marcos, e a São José a parte ao sul. No entanto, os limites foram desrespeitados pelos moradores de ambos os concelhos, para os quais, muito provavelmente, a indefinição de fronteiras era vantajosa, talvez para escapulir à tributação de uma e outra vila.[30]

Já no oeste, em direção ao Campo Grande, extrações de ouro descobertas nos anos de 1730 e 1740 atraíram rapidamente moradores para a região, bem como aspirações de domínio pela vila de Pitangui, que chegou a tomar posse dos descobertos de Bambuí e Piunhí em 1731. Pouco depois, em 1740, representantes da câmara de São José requisitaram para si a mesma região, entabulando uma guerra de representações entre os Senados dos dois Termos, ambos argumentando maior capacidade de atender a população ali estabelecida. Contudo, logo uma outra guerra se interpôs e foi a prontidão militar da vila de São José que garantiu a posse da região para a Comarca do Rio das Mortes. A chegada de novos habitantes ao Campo Grande, e dentre eles especialmente os roceiros que se estabeleciam nas proximidades das picadas, forçava a expulsão dos antigos moradores quilombolas. A luta pela "civilização" desses sertões e a destruição do Quilombo do Ambrósio contaram com a contribuição financeira da vila de São José e com a atuação de tropas de milicianos comandados pelo mestre de campo Inácio de Correia Pamplona.[31]

Os processos de conquista dos sertões e definição de limites com as vilas confinantes tiveram lugar entre as décadas de 1740 e 1760, configurando para o termo de São José um território mais ou menos como o configurado no **Mapa 1.1** a seguir.

[30] FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp.289-90.
[31] Idem, pp.281-283. Ver também o estudo de AMANTINO, Marcia. *O Mundo das feras*: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais, século XVIII. São Paulo: Annablume Editora, 2008.

Mapa 1.1 - Limites do termo da vila de São José em torno de 1750



Fonte: adaptado de FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp.255, fig.3.4.

Nota-se no **Mapa 1.1** que o território do termo de São José não se encontrava claramente delimitado, o que deixava abertas as possibilidades de expansão tanto a leste quanto a oeste. Com um termo tão dilatado o Senado de São José, como as demais vilas mineira da época, esperava incrementar a tributação, reduzir as cotas da derrama e prover margens para expandir o povoamento em um processo de conversão dos sertões em áreas coloniais que atendia à busca de terras para a agropecuária em um contexto de exaustão da exploração mineral estava se exaurindo. A correspondência trocada entre as câmaras mineiras e o Conselho Ultramarino dão conta dessa transformação econômica ao operar uma mudança na representação dos sertões, na qual as extensões de terras virgens da capitania passaram a ser percebidas como uma reserva de riquezas, ao invés de um lugar inculto, incivilizado e perigoso. As vilas que tivessem acesso a sertões levavam vantagens sobre as demais.[32]

No entanto, outros aspectos do contexto do final do século XVIII atuaram sobre os limites do termo da vila. Deve-se destacar em primeiro lugar o crescimento populacional das novas áreas ocupadas, o que enraizava interesses sociais nem sempre coincidentes com

[32] FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.277 e p.295.

aqueles dos oficias da Câmara. Em segundo lugar, no final dos Setecentos nota-se uma nova orientação da Coroa em administrar com mais racionalidade seus territórios que ficou expressa na criação de novas circunscrições e na tentativa de centralização administrativa. Em terceiro lugar, a contestação à autoridade real lançada pela Conjuração de 1789 levou a Coroa criar novas vilas para recompensar com cargos os detratores do movimento e atender interesses locais, evitando novas rebeliões. Todos esses processos compõem o pano de fundo para as fragmentações territoriais que a vila de São José sofreu no biênio 1789-90, as quais eliminaram permanentemente as chances de expansão de seu termo.

No oeste da vila de São José uma série de achados minerais tardios levou povoadores ás margens do ribeirão de Tamanduá e às nascentes do São Francisco. Várias expedições contra quilombos e aldeias indígenas ajudaram no domínio da região, além de fornecer sesmarias para os conquistadores, instituindo interesses muito poderosos no arraial de São Bento do Tamanduá. Em abril do ano de 1789 o mesmo foi transformado em vila homônima.[33] No leste às margens do Caminho Novo que ligava o Rio de Janeiro às Minas, a localização privilegiada do arraial de Carijós ensejou o desenvolvimento de uma rica classe de produtores preocupados em abastecer os passantes para o centro da capitania. Mais abaixo na mesma estrada floresceu o pequeno arraial da Igreja Nova, primeira povoação mineira para quem deixava a cidade do Rio. O arraial fornecia pastos e pouso aos viajantes e cresceu com o comércio de víveres. Poucos após o descobrimento e a repressão da Conjuração Mineira, ambas as localidades obtiveram do capitão governador da Minas, o Marquês de Barbacena, o título de vilas, emancipando-se de São José. Em setembro de 1790 o arraial de Carijós transformou-se em vila de Queluz, e, em abril do ano seguinte, o arraial de Igreja Nova transformou-se em vila de Barbacena. As fronteiras do termo da vila de São José ficaram definitivamente fechadas com estas criações e, em 1790, encontravam-se mais ou menos como o demonstrado no **Mapa 1.2**.

[33] Todo esse processo de fragmentação territorial do termo da vila de São José pode ser acompanhado em FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp.219-230. Sobre a distribuição de sesmarias na região de Tamanduá e o enraizamento de poderosos interesses fundiários na região, consultar PINTO, Francisco Eduardo. *Potentados e conflitos*: nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes. Tese (Doutorado em História). Niterói (RJ): ICHF/UFF, 2010, sobretudo o capítulo 01.

Mapa 1.2 - Limites do termo da vila de S. José, c.1795

Fonte: adaptado de FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp.257, fig.4.1.

O Senado de São José, naturalmente, não ficou satisfeito com essas perdas territoriais e ponderou ao Governador da Capitania que a redução de seu território implicaria diminuição de receita e o quanto isso comprometeria as responsabilidades da Câmara com seus povos, além de destacar a fragilidade das novas vilas. Todos estes aspectos encontram-se em uma representação enviada pela Câmara no ano de 1798. Interessante notar que uma década depois do primeiro desmembramento, os oficiais de São José desejavam e esperavam que tudo voltasse ao seu antigo estado.[34] O conteúdo desta representação foi apresentado repetidas vezes ao capitão governador, inclusive – numa tentativa desesperada de se fazer ouvir – através de um emissário pessoalmente encarregado de apresentar o conteúdo da representação à autoridade da capitania, sem, contudo, obter sucesso.[35] Em seu discurso, os camaristas realizam, como destaca Claudia Damasceno Fonseca, uma arrazoado de tipo "antropomórfico

[34] APM - SG-Cx.39-Doc.06: Representação oficiais da vila de São José sobre o desmembramento do termo da vila (14/06/1798).

[35] Foi possível tomar nota da tentativa, ao final frustrada, do representante da câmara de São José alcançar pessoalmente o governador através da "Informação de serviço dos oficiais da câmara de São José", APM - SG-Cx.41-Doc.28. O comissário participou à câmara que recebeu ordem "que se recolhesse, por ser desnecessária a sua demora". Diferentes correspondências da câmara para o governo da capitania reproduzem a representação ou trechos dela: em abril de 1799, APM-SG-CX.43-Doc.23, e em dezembro de 1802, APM-SG-Cx.58-Doc.29,

e organicista" no qual "a vila (a sede ou cabeça do concelho) representa, naturalmente, a 'cabeça' de um ser vivo, enquanto o 'corpo' corresponde ao termo, composto de diversos 'membros' – os arraiais e povoações subalternos". Trata-se de uma metáfora comum nas representações do poder político no Antigo Regime, onde, por exemplo, o Príncipe é a cabeça do Reino, o marido o cabeça da mulher, e assim por diante. Os oficiais da câmara valeram-se dessa imagem para destacar que as emancipações de Tamanduá, Queluz e Barbacena mutilaram o corpo da vila, comprometendo a vida da cabeça e dos membros.[36]

Na representação de 1798, os oficiais da câmara de São José repudiavam o "estado deplorável" da vila após as partilhas, cuja redução das rendas municipais não mais permitia "repararem as obras públicas com aquela exata diligência com que dantes a tudo se satisfazia". Além disso, a redução das rendas aumentou o trabalho dos oficiais e suas dificuldades de manter o bom estado da vila: "falta o dinheiro, falta a substância política e, por isso, desde o ano 1789 jaz este corpo mutilado e desfalecido na miséria e no abatimento". Segundo os oficiais, as novas vilas também não estavam em boas condições, pois

> nenhuma destas vilas tem uma calçada, nenhuma tem uma fonte: na de Queluz servem-se de uma aguada má que está dali meia légua, nem há modos de outra. As igrejas de umas estão por acabar, as de outras não são das mais descentes. As casas da Câmara de todas elas foram casas de particulares que ainda estão por pagar e por isso o dono das de Barbacena alcançou licença de Sua Majestade para citar a câmara.[37]

Como demonstrou Cláudia Damasceno Fonseca, a criação de uma vila era um ato político considerável que reconhecia a importância da localidade e sua posição estratégica nos planos coloniais. Quando não desejava criar novas vilas, a Coroa valia-se de expedientes como instituir juízes de vintena ou julgados para aproximar a justiça das povoações. De fato, durante um longo período no século XVIII, entre as décadas de 1740 e 1780, nenhuma vila foi criada na capitania de Minas Gerais. Os casos dos arraiais que se emanciparam do termo de São José em fins do século XVIII apontam que seus moradores mais ricos e influentes ultrapassaram o capital político da antiga sede. Muito provavelmente, a fragmentação territorial foi só um primeiro capítulo da decadência do aglomerado urbano da vila de São José. Longe dos principais caminhos do comércio da capitania, próxima e concorrente das

[36] FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 308-310 e pp.562-563.
[37] APM - SG-Cx.39-Doc.06.

grandes lojas e mercadores de São João del Rei, a vila de São José aos poucos perdeu parte de suas atribuições urbanas e, junto, expressão política.

Mas é preciso chamar atenção para dois aspectos concomitantes e não excludentes. Um é o fato de que a decadência da vila está mais para um processo de ruralização, no qual os distritos ganhavam mais importância financeira e política do que o aglomerado urbano da vila. Outro aspecto é que esse processo de fortalecimento dos distritos agrícolas era anterior aos desmembramentos e constituiu seu pano de fundo, na medida em que a formação de influentes elites nos arraiais de Tamanduá, Carijós e Igreja Nova esteve ligada à nova orientação da economia mineira, isto é, à produção agropastoril e ao comércio de abastecimento.

Entre as fragmentações do período 1789-1791 e o fim da década de 1830 o termo da vila permaneceu com limites bem definidos por quase quatro décadas. O que não significou que tais limites deixassem de preocupar. Numa requisição de ajuda militar enviada pela câmara de São José ao governador, os oficiais diziam que as matas em torno dos distritos de Bom Jesus dos Perdões e de Santa Ana do Jacaré, "sitiadas entre os rios Grande e Jacaré, este que divisa o Termo da Vila de Tamanduá, e aquele o da Vila de São João del Rei", por ser "uma mata espessa com poucas estradas, bem que cheia de fazendeiros, de todas as partes concorrem homens facinorosos a ocultar-se e refugiar-se das Justiças que de umas e outras partes os perseguem, e nelas tem feito o seu asilo". A proximidade desses criminosos levava perigo aos moradores locais e era difícil de combater, uma vez que usavam de violência contra as autoridades e, sobretudo, "se passam de uma para a outra parte dos rios com que se isentam de prisões".[38] A clareza e a definição dos limites, estabelecidos sob marcos naturais fixos – no caso, a rede hidrográfica – demonstra a conversão das terras que anteriormente eram sertões em áreas coloniais. A precisão de limites também exibe a ausência de terras despovoadas, pois embora as fronteiras fossem cobertas de uma "mata espessa", ela era "bem cheia de fazendeiros". A presença de moradores – não quaisquer moradores, como os índios ou quilombolas, mas "fazendeiros" – tornava premente a definição de limites, tarefa que não importava tanto quando a vila confinava apenas com sertões.[39]

[38] APM - SG-Cx.56-Doc.14.

[39] FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.270. Vale a pena evocar a comparação desta autora do desenvolvimento das vilas coloniais a "células geradas a partir de um núcleo (a sede), e cujo conteúdo e invólucro se constituíam progressivamente"

Mas os limites definitivos estabelecidos no final do XVIII pesavam sobre o desenvolvimento da vila de São José. A constatação do vigário Antônio Xavier de Sales Matos de que não havia esperança de crescimento populacional no espaço da freguesia pela falta de "sertões", isto é, terras livres, é sintomática do período. A ideia de sertões estava originalmente ligada aos amplos espaços homogêneos, ainda não civilizados; mas desde a decadência da mineração esses espaços eram cada vez mais cobiçados pelas administrações locais, dado seu potencial econômico como terras de cultivo ou criação. A declaração do vigário de São José demonstra que a fronteira econômica, tanto quanto a política estavam fechadas no começo do século XIX. Nesse mesmo sentido podem ser entendidas as manifestações dos camaristas da vila que em 1826 responderam com preocupação às inquirições do Conselho da Província afirmando que não havia possibilidades de crescimento da vila, já que "todo o Termo está ocupado por títulos de sesmarias e posses, e não restam terras algumas devolutas".[40]

Note-se nesse ponto que as declarações das autoridades civis e eclesiásticas não querem dizer que todas as terras do termo eram cultivadas, mas *ocupadas* por títulos e posses. É importante lembrar que o método tradicional de plantio era então baseado na prática da queimada e do pousio do solo. Durante o repouso da parcela cultivada, acessava-se outras áreas recuperadas ou virgens dentro da mesma unidade produtiva. Assim, as fazendas tinham, geralmente, mais terras do que eram capazes de plantar, ou de ocupar com suas criações, pois precisavam dessa reserva para a manutenção de suas atividades.[41] Portanto, ainda existiam matas virgens no termo, mas, nos anos 1820, e talvez bem antes disso, o acesso a elas era controlado pelos proprietários confinantes. O diagnóstico do vigário Sales Matos ainda acusava o método de cultivo de deteriorar as terras de cultura, "até chegarem a pouco produzir", e forçarem a população local a "considerável diminuição", pois, dada a carência de terras para se expandir, "os Paroquianos vão em mudança procurar melhoramento ainda que várias vezes se enganem".[42] É possível que essa situação não atingisse todos os produtores da mesma forma e que aqueles que tenham saído em busca de "melhoramento" fossem grupos

[40] RAPM, II, p. 46, 1897 (grifo nosso).
[41] Como mostra Carla Almeida, os inventários de Mariana citavam grande quantidade de terras virgens e capoeiras que constituíam uma reserva para a expansão do cultivo. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*: Mariana, 1750-1850. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: ICHF/UFF, 1994, p.168. Sobre o sistema de cultivo em Minas veja-se HALFELD, H. G. F. e TSCHUDI, J. J. von. *A Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais,s/d, p.111. Ver, ainda, LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos T. *História da agricultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp.137-139.
[42] "Mappa da população Parochianna da Freguesia de Sto.Antônio da Vila de São Jozé deste presente anno de 1825". AEDSJDR, Mappas populacionais, pasta 19.

específicos: herdeiros excluídos da partilha, proprietários de poucas terras, imigrantes que não logravam inserção social.

Ambos os testemunhos mencionados acima sugerem a importância do fator terra e da agropecuária para a economia mineira no começo do século XIX. Por aquela época, a agropecuária e o comércio tornaram-se setores-chaves para a Comarca do Rio das Mortes, sobretudo quando a instalação da Corte no Brasil e o crescimento urbano do Rio de Janeiro mobilizaram amplos espaços mineiros para seu abastecimento. Terras para criação e lavoura, além da proximidade aos caminhos do comércio eram aspectos estratégicos para as vilas mineiras. Como veremos adiante, os arraiais mais ocidentais do termo de São José cresceram nessa conjuntura e, em poucos anos, ultrapassaram em tamanho e potencial produtivo a própria vila. Após isso, novos desmembramentos vieram reduzir ainda mais a extensão do território. Primeiro, no âmbito religioso, em 1832 os arraiais de Passatempo e Oliveira tornam-se freguesia. Logo mais, em 1839, o arraial de Oliveira foi elevado a vila – sendo a primeira câmara instalada em 1840 – fato que retirou a porção mais rica do termo de São José: os grandes arraiais de cultura e criação do oeste, nesse momento integrados a um vigoroso comércio de abastecimento da Corte. Mais uma vez a Câmara de São José não aceitou a emancipação e reagiu criticando a capacidade do antigo distrito sediar uma nova vila. A ausência de casas de câmara e a falta de praças foram argumentos apresentados para sugerir que a emancipação havia sido precoce. Mas, embora o pequeno núcleo urbano de Oliveira realmente não fosse grande, os oficiais da Câmara de São José certamente não ignoravam a riqueza de seus campos e o poder dos grandes proprietários.[43]

A partir desse último desmembramento o aglomerado urbano da vila de São José foi mais fundo no seu processo de decadência. Em 1840, *O Popular*, primeiro periódico da vila, reconhecia uma decadência de "há muitos anos" e dava a receita para sua recuperação: "para prosperar, e figurar entre as primeiras Vilas da Província, bastava que as nossas Assembleias autorizassem a sua Câmara Municipal, para fazer abrir em direção mais reta uma estrada da Villa ao Arraial da Lage, e construir uma ponte sobre o rio Turvo. Sabemos que o sr. Santhiago não lucrará muito com isto, nem a cidade de São João".[44] O Sr. Santhiago é o comerciante são-joanense Francisco Alves de Santhiago, rico usurário e intermediário local. Segundo *O Popular*, teriam sido o brilho comercial de São João del Rei e as maquinações de

[43] As críticas à emancipação do arraial de Oliveira aparecem em um artigo publicado no periódico sanjoseense *O Popular* nº 34 e nº 41 – Acervo de Microfilmes da UFSJ, Biblioteca do Campus Dom Bosco.
[44] *O Popular* nº 41, 20/05/1840 - Acervo de Microfilmes da UFSJ, Biblioteca do Campus Dom Bosco

sua elite mercantil que ofuscaram a vizinha São José. Na década de 1820 os camaristas já se ressentiam da projeção de São João del Rei, que, além de magnetizar o comércio do oeste, desviava o fluxo dos correios e polarizava a vida cultural.[45] Na correspondência de 07/11/1824 dirigida à Presidência da Província, a Câmara de São José afirmava que os moradores da vila se sentiam "em vexame" pelo correio da corte e da capital depositar as cartas na vila de São João del Rei, sendo preciso mandá-las buscar. Tratava-se de um desprestígio simbólico que São José, "uma das mais antigas povoações destas Minas", certamente não merecia. Quatro anos depois, a decisão provincial de extinguir a cadeira de Gramática Latina de São José mexeu novamente com os brios dos camaristas ao subordinar, no aspecto educacional, a vila à vizinha São João del Rei. Segundo os camaristas, a cátedra deveria ser mantida em São José, pois era mais cômodo para os jovens de outras vilas do mesmo lado do Rio das Mortes, evitando a travessia do rio e, principalmente, porque era moralmente mais saudável evitar "o maior luxo que há naquela vila [de São João del Rei], a escandalosa lassidão dos costumes que lá se vê".

O ápice da decadência urbana da vila de São José ocorreu em 1848 quando a vila foi anexada à de São João del Rei, na época um grande entreposto comercial, com uma ativa elite mercantil e usurária. No entanto, a autonomia foi restabelecida logo no ano seguinte.[46] Na década de 1860 quando o inglês Francis Burton visitou a vila notou, com sua particular ironia, que "as atividades em São José, a não ser comer jacuba e jogar peteca, estão paradas".[47]

1.2. Além dos números, o que dizem as listas e mapas de população

Entre as décadas de 1790 e 1840 muito material estatístico foi produzido sobre a população da vila de São José. Listas e mapas de população realizados nessa fase proto-

[45] Ao longo de todo o século XIX, a vila de São João Del Rei foi um pólo regional de intermediação comercial, fornecimento de crédito e difusão cultural e política. Ver GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Fragmentos de memórias: impressões sobre São João del Rei. In: VENÂNCIO, Renato Pinto e ARAÚJO, Maria Marta de. (Org.). *São João del-Rey, uma cidade no Império*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de MG/APM, 2007, pp.47-66 e VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. Bauru/São Paulo: Edusc/ANPOCS, 2004, especialmente o capítulo 01.

[46] Lei n. 360 de 27 de setembro de 1848. *Coleção Leis Mineiras (1835-1889)*. MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial. Tomo 14, part. 1. Ouro Preto: Tipografia Social, 1848, pp.41-42. (APM – NOTAÇÃO LM-0397) e Lei n. 452 de 20 de outubro de 1849. *Coleção Leis Mineiras (1835-1889)*. MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial. Tomo 15, part. 1. Ouro Preto: Tipografia Social, 1849, pp.33-35. (APM – NOTAÇÃO LM-0497).

[47] BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1976, p.132.

estatística da demografia ainda não se ocupavam de objetivos claramente demográficos, tendo por finalidades o recrutamento militar, a ocupação do território, a cobrança de impostos, enfim, problemas que interessavam ao governo e que demandavam um conhecimento mínimo dos habitantes. O próprio desenvolvimento da estatística esteve ligado a tais interesses, tornando-a um campo de conhecimento fundamental ao Estado moderno, uma "ciência do Estado", capaz de selecionar e mensurar os aspectos sociais mais importantes para o governo dos povos.[48] Para tanto, a ação do Estado sobre suas comunidades foi caracterizada por um esforço de simplificar e traduzir uma realidade social complexa, tornando-a inteligível e manejável para seus oficiais. Ganha destaque nesse processo a produção de categorias esquemáticas que reduziam a variedade empírica das relações sociais a abstrações unidimensionais.[49]

No Brasil Império a estatística deveria auxiliar a formação do Estado e a construção da nação. Para tanto, conhecer a distribuição dos habitantes sobre o território seria aspecto basilar. A produção do conhecimento estatístico estava ligada à própria ideia de civilização. "A estatística seria uma forma de governo. Sua ausência expressaria ignorância e barbárie", assim Ivana Stolze Lima resumiu o pensamento do dr. Haddock Lobo, um dos organizadores do recenseamento do município neutro em 1849. Conforme Stolze Lima, a ideia de população traduz uma ordem estatística objetivada, portanto, diferente da realidade espontânea ou naturalizada dos "habitantes", pois "a noção de população é subsidiária da economia política, e o instrumento principal de objetivação desta realidade seria a estatística, trazendo regularidade e racionalização à ocupação soberana do território".[50]

Ao longo do período colonial a Coroa portuguesa valia-se da Igreja e das Companhias de Ordenanças para conhecer os moradores de seus domínios na América. Como a administração dos sacramentos e o alistamento para proteção dos distritos colocavam padres e oficiais em contato direto com os habitantes da colônia, os quadros dessas instituições ofereciam pessoal habilitado no conhecimento da terra e dos homens, além da infra-estrutura

[48] SENRA, Nelson C. Informação estatística como forma de saber e fonte de poder, moldura teórica do 'Projeto História: 1822-2002' no IBGE. *In*: SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. (Org.). *Estatísticas nas Américas*: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.
[49] SCOTT, James C. *Seeing like a state*: how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale University Press, 1998, pp.76-83.
[50] LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas*: sentidos da mestiçagem no Inpério do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p.93 e p.97.

necessária para se chegar aos moradores.[51] A independência do Brasil em 1822 não alterou profundamente essa situação. De acordo com Tarcísio Botelho, a continuidade com o Estado português, que caracterizou outros aspectos da construção do novo país, também marcou a produção de estatísticas de população, tanto nos procedimentos quanto nas idênticas preocupações pragmáticas que orientavam a Coroa portuguesa.[52] Em primeiro lugar, os levantamentos das primeiras décadas da independência tinham por finalidade, tal como na época colonial, medir as forças do Estado e ampliar sua capacidade de extorsão. Somente no Segundo Reinado, com a superação dos conflitos políticos que caracterizaram a Regência e a consolidação da ordem monárquica, novas preocupações marcaram os levantamentos populacionais, então, mais ligados à necessidade de dimensionar os colégios eleitorais. Em segundo lugar, os procedimentos descentralizados de produção dos censos eram praticamente os mesmos. Durante a Regência os capitães de ordenanças, até então os principais funcionários encarregados dos censos, foram progressivamente substituídos pelos juízes de paz e delegados e subdelegados de polícia, mas a lógica de atribuir a coleta das informações dos moradores às autoridades locais permaneceu. Por fim, a preocupação em registrar a cor era uma clara herança portuguesa que marcou a construção das categorias censitárias no Império. Como é conhecido, o estatuto da "mancha de sangue" consistia em um dos mais importantes procedimentos hierárquicos da sociedade escravista colonial. Tal estatuto foi revogado pela Constituição de 1824 e, legalmente durante o Império, a distinção entre os cidadãos livres ocorria no âmbito da sociedade política a partir do critério da propriedade.[53] Mesmo assim, até a primeira tentativa de execução de um censo nacional na década de 1850 a cor era uma categoria permanente nos levantamentos e nos mapas que sumarizavam seus resultados.[54]

[51] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p.33.
[52] BOTELHO, Tarcísio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n.1, p. 321-341, 2005, p.326. De forma geral, Tarcísio Botelho acredita que as contagens anteriores a 1940 foram versões um pouco mais sofisticadas destes antigos levantamentos populacionais, pois foram perpassadas pelo objetivo perene de mensurar o Estado, suas forças e seus recursos. Apenas com a consolidação da demografia como disciplina acadêmica é que começaram a ser introduzidas inovações que conferiram aos censos brasileiros um caráter de instrumentos de investigação social. BOTELHO, Tarcísio R. Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia. *In*: SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. (Org.). *Estatísticas nas Américas*: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010, p.265-287.
[53] MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, pp.20-21.
[54] LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas*: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p.97.

O Rol dos Confessados do ano de 1795 é um exemplo perfeito de como a condição, a origem e a cor foram critérios valorizados na segmentação de um conjunto humano. Essa lista de moradores da paróquia anotava os paroquianos – também chamados fregueses – em seus domicílios explicitando pormenorizadamente sua condição, origem, cor e relação com o chefe do fogo. Como se tratava de um lista de confessados, foram incluídos apenas os indivíduos que tomavam o sacramento na Matriz de Santo Antônio da vila de São José ou em suas capelas filiais nos demais distritos da freguesia. É, portanto, provável que alguns moradores dos distritos cobertos pelo Rol que se comungassem em templos vizinhos não fossem anotados. Crianças com menos de sete anos foram excluídas da listagem, pois não tinham idade para a comunhão. Surdos-mudos, dementes e outras pessoas eventualmente impedidas de tomar o sacramento também ficaram de fora.[55] Teoricamente, a produção de arrolamentos de confessados deveria ser anual, por ocasião das desobrigas da quaresma. Contudo, não temos notícia de outro levantamento como este na paróquia de São José, ou se eles existiram e se perderam. Acredita-se que o perfeccionismo empregado na produção do Rol de 1795 foi uma reação do pároco local ao desleixo com que as informações de cor e condição eram anotadas nos registros paroquiais.[56]

No entanto, toda a riqueza de detalhes desse levantamento não apareceu na tabulação produzida pelos párocos. Na "Taboa da Matriz de Santo Antônio da Vila de São José do Rio das Mortes" encontra-se somente o número de fogos e pessoas de cada capela aplicada e sua distinção por maiores, menores, crismados e ausentes.[57] Apresentada ao Reverendo Vigário da paróquia pelo padre coadjuntor João Martins Lopes em agosto de 1795, a tabela que resume o Rol de Confessados manifesta claramente os objetivos da Igreja ao levantar o número dos seus fregueses e conhecer a todos que "satisfizeram os preceitos quaresmais do presente ano". Porém, o esmero com que designações de condição, cor e origem foram anotadas sugerem que os paroquianos eram vistos como um corpo menos homogêneo do que a "Taboa" indica.

A listagem de 10.919 pessoas constitui um excelente painel da organização social sajoseense em fins do século XVIII. Os padres anotaram 4.171 pessoas nascidas livres, 1.428

[55] Manoel Dias de Oliveira, um pardo, pequeno produtor do distrito da Matriz, faleceu e teve o inventário aberto no mesmo ano do Rol, em 1795. Três de seus filhos que figuram no inventário não aparecem listados no Rol: José de 25 anos, Joaquim de 21 e Teresa de 14 foram todos descritos no inventário como "mudos e dementes". AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários. OLIVEIRA, Manoel Dias de. Cx. 181,1795.
[56] LIBBY, Douglas C.; FRANK, Zephyr L. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, p. 383-415, 2009.
[57] RAPM, I, 1903, p.623.

libertas e 5.320 escravas. Não mais do que 10 indivíduos ficaram sem informação de condição, mostrando o quanto essa distinção era básica na sociedade escravista colonial. O grande número de forros chama atenção para dois pontos sobre a produção e representação das desigualdades sociais. Em primeiro lugar, a própria existência dos forros demonstra a flexibilidade desta sociedade hierarquizada, bem como as práticas senhoriais de manutenção da escravidão. Um segundo ponto, consequente ao primeiro, é que, mesmo livres, ex-escravos carregavam uma distinção daqueles que já nasceram em liberdade. Havia formas de essa distinção ser relevada: o acesso a uma patente militar e a obtenção de bons padrinhos poderiam fazer a designação de forro desaparecer, como nos casos dos militares pardos Capitão Lucas Dias, Alferes Leandro Gonçalves Chaves, Capitão Manoel Dias de Oliveira e Antônio da Silva Abreu, todo designados no Rol de Confessados apenas como "pardos", mas em momentos pregressos reconhecidos como forros em algum assento paroquial. Evidências como essas sugeriram ao professor Douglas Libby um tendência de a qualificação de forro ou liberto ser "esquecida" pela sociedade com o passar do tempo, especialmente para as pessoas socialmente melhor situadas, iniciando precocemente um processo de indistinção entre livres e libertos.[58]

Outra forma de explicitar as distinções sociais era mencionar a cor dos indivíduos nascidos livres. No Rol de Confessados de 1795 a cor deixou de ser anotada para 0,6% das pessoas livres. Para forros e escravos a indicação de cor ou designativo de origem africana também foi omitida para um número mínimo de indivíduos, apenas 0,5%. Além dos designativos de procedência africana, as categorias usadas para distinguir os não-brancos foram *preto* (38 forros e 5 escravos), *pardo* (1.375 livres, 768 forros, 253 escravos), *cabra* (69 livres, 57 forros, 138 escravos), *crioulo* (246 livres, 379 forros, 1.710 escravos), *bastardo* (19 livres e 1 forro) e *mestiço* (71 livres). O termo preto podia designar genericamente africanos para os quais se desconhecem as origens,[59] mas somente 5 escravos foram listados no Rol como pretos e 38 libertos receberam essa indicação. É possível que os escravos, ao serem declarados pelos senhores, tenham suas origens precisadas, enquanto os libertos com maior frequência não faziam questão de afirmar sua "nação", ou talvez não reconhecessem os

[58] LIBBY, Douglas C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P.; MARTINS, I. C. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p.41-62. Os casos citados foram trabalhados neste artigo.
[59] LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000, p.45.

designativos correntes como suas origens.[60] As designações "mestiço" e "bastardo" muito provavelmente referiam-se a indígenas ou seus descendentes e eram formas de cobrir sua origem – talvez para escamotear sua escravidão. Havia no Rol 19 bastardos livres e um forro e 71 mestiços livres. O termo crioulo originalmente designava o descendente de africanos nascido na colônia que herdava na cor negra da pele uma ligação direta ao passado escravista. No Rol foram assinalados 1.710 crioulos escravos, 379 forros e 246 crioulos nascidos em liberdade. Alguns estudiosos perceberam que o vocábulo crioulo seria transitório, cobrindo apenas a primeira geração dos filhos de africanos no Brasil.[61] O amplo estudo de Libby mostrou que esse não é o caso mostrado pelo Rol, nem de outras fontes produzidas na vila de São José.[62] Ali o termo crioulo referia-se a negros nascidos no Brasil, independente da origem dos pais (africana, nativa ou ambas) e da condição legal. Por fim as denominações "cabra" e "pardo" referiam-se diretamente à miscigenação entre brancos e negros no âmbito colonial. O "pardo" talvez seja o mais debatido deles. A maior proximidade deste grupo com a liberdade é patente: 57,4% dos pardos listados no Rol eram livres, 32% libertos e 10,6% escravos. Para Hebe Mattos, o uso deste termo teve de ser ampliado na medida em que a população livre não-branca cresceu.[63] Outros trabalhos apontam no mesmo sentido, mostrando que o termo pardo era reservado ao não-branco que adquiria "respeitabilidade" em sua comunidade.[64] Já os *cabras* seriam filhos de pais de origens mistas: um pardo e o outro crioulo ou africano.[65]

Sendo usadas tanto para livres, libertos e escravos, essas categorias mostram que não havia homogeneidade dentro dos grupos de condição e que a distinção básica entre livres e escravos era insuficiente para representar toda a hierarquia social da colônia. Nesse sentido, a cor foi o principal critério de organização de vários "Mapas de população" oferecidos à

[60] Segundo a historiadora Gwendolyn Middlo Hall, não era incomum que africanos quando se tornavam ladinos mudassem sua designação de origem. HALL, Gwendolyn Midlo. *Slavery and African Ethnicities in the Americas*: Restoring the Links. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2005, p.42-44.

[61] SOARES, Mariza De Carvalho. *Devotos da cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.100; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.103.

[62] LIBBY, Douglas C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P.; MARTINS, I. C. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p.41-62.

[63] MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. *In*: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVEA, Maria de Fátima (eds.) *O Antigo Regime nos trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.155.

[64] GUEDES, Roberto. Sociedade escravista e mudança de cor, Porto Feliz, São Paulo, século XIX. In FRAGOSO, João *et. alli*. (org's). *Nas rotas do Império*: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006.

[65] LIBBY, Douglas C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P.; MARTINS, I. C. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, pp.49-50.

Secretaria de Governo da Capitania pelo capitão mor da vila de São José, Manoel da Costa Maia, quase anualmente entre 1808 e 1819.[66] Assim como a "Taboa da Matriz de Santo Antônio", que resumia as informações do Rol de 1795, os mapas de população são tabulações, supostamente produzidas a partir de listas de moradores. Embora não localizamos nenhuma lista que pudesse estar na origem dessas tabelas, vimos que elas existem para outras vilas, como a de Tamanduá.[67] O objetivo dessas contagens era abertamente militar. Em vários documentos similares, produzidos nos mesmos anos para outras vilas da capitania, atualmente sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, observa-se resumos de "homens aptos para guerra".[68] A chegada da família real portuguesa ao Brasil e o envolvimento em conflitos no norte com a França e no sul com a Espanha parece ter levado a administração colonial a se preocupar com os contingentes de armas. A organização das informações nos mapas reflete a preocupação militar: a população encontra-se dividida por cortes etários decenais e por colunas separadas por cor, em seguida por condição, depois por estado conjugal e, por fim, por gênero. O critério da cor apresentado anteriormente à condição é indicativo de uma divisão proto-racial da população, algo relevante para a administração colonial que se pautava pelo estatuto de sangue. O mapa de 1808, por exemplo, apresenta três grandes grupos de cor: "brancos", "pretos" e "mulatos"; os demais mapas distinguem "brancos", "pretos" e "pardos". A comutação da categoria mulato por pardo mais uma vez sugere que os pardos eram indivíduos de origem escrava mais respeitáveis do que os pretos, sinalizando, portanto, uma distinção de ordem social, enquanto o termo mulato estaria mais próximo da ideia de miscigenação. No entanto, essa organização simplifica a variedade dos termos de designação visualizados em listas nominais em categorias homogêneas – não é possível, por exemplo, distinguir cabras e mestiços, tampouco crioulos e as várias origens africanas, mas visualizamos sinopticamente os lugares que cada um desses grupos na escala de *qualidade* da hierarquia colonial.

[66] Mapas de população de 1804, APM - SG-Cx.68-Doc.46, 1808, APM - SG-Cx.77-Doc.63, 1811, APM - SG-Cx.85-Doc.30, 1814, APM, SG-Cx.92-Doc.65, 1815, APM, SG-Cx.93-Doc.14, 1817, APM – CC-Cx.95-20377, 1818, APM – CC-Cx.87-20254.

[67] Existem várias listas nominativas para os distritos da vila de Tamanduá produzidas no começo do século XIX. Elaboradas pelos capitães de ordenanças, essas listas não agrupavam os moradores por domicílios, como o Rol de Confessados ou as Listas nominativas de 1831, mas os relacionavam por sexo, cor e condição, por exemplo, arrolava-se primeiro os homens brancos casados, seguidos dos viúvos e solteiros, em seguida os pardos livres casados e assim por diante. A título de exemplo, pode-se consultar os documentos APM - SG-Cx.77-Doc.38, lista dos moradores do distrito de Sto. Antônio da Capetinga, 1808 e APM - SG-Cx.77-Doc.28, lista dos moradores do distrito de Campo Belo, 1808.

[68] Por exemplo, o mapa dos moradores do termo de Sabará de 1812. APM - SG-Cx.87-Doc.61.

Nos mapas de população as condições mencionadas são apenas "livre" ou "escravo", sendo a condição de liberto/forro omitida. O importante estudo de Ivana Stolze Lima sobre a produção da cor no Brasil Imperial atribuiu o silenciamento sobre os alforriados em mapas produzidos durante a regência aos debates sobre a extensão da cidadania. Não nos parece o caso, já que a organização dessas tabelas segue uma tradição estatística desenvolvida na segunda metade do século XVIII e que se perpetuou até as primeiras décadas de Independência. Maria Luiza Marcílio localiza na Ordem Régia de 21 de outubro de 1797 os princípios que orientaram a produção de listas de população e da padronização dos mapas resultantes.[69] A supressão da condição de forro nas tabelas de população da primeira metade do XIX, portanto, era uma prática anterior. Talvez fosse parte do processo de elisão da ideia de liberto sustentado pelo prof. Libby, mas seguramente era, como destacou Tarcísio Botelho, mais uma das permanências portuguesas na organização inicial do Estado brasileiro.[70]

A continuidade dessa mesma tradição explica a organização dos mapas de habitantes da freguesia produzidos pelo vigário Antônio Xavier de Sales Mattos ao longo da década de 1820. Esses documentos também apresentam uma visão sinóptica da população dividida por grupos de cor – "brancos", "pardos" e "pretos" – e por condição – livres/escravos. Não há preocupação com a idade, como nos mapas do capitão mor da vila, sendo destacados o estado conjugal dos moradores de cada capela aplicada. A orientação desses levantamentos eclesiásticos era conhecer a capacidade dos "fregueses" para pagar as tenças e emolumentos religiosos que sustentavam o clero. No Mapa de 1825, que mereceu comentários mais detidos do vigário da freguesia, o padre Antônio Xavier de Sales Matos comentava a necessidade de "uma pronta providência que obrigue os paroquianos a pagar aos vigários as conlicenças e mais benesses paroquiais". O grave problema era que sem o incentivo pecuniário, os capelães "deixam as capelas por falta de satisfação nos aplicados, e ficam estas sem ter quem as sirva". Enfim, preocupava ao vigário Sales Matos a baixa assiduidade com que os fregueses remuneravam os seus pastores, não obstante o serviço divino que estes prestavam – o que

[69] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, pp.38-40. Na capitania de São Paulo a produção de listas foi profícua, com exemplos anuais entre 1767 e a década de 1830, embora a qualidade das informações varie muito no tempo e no espaço BACELLAR, Carlos A. P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus*. Juiz de Fora, v. 14, p. 107-124, 2008. Na capitania de Minas muitas dessas listas provavelmente se perderam, ou não foram produzidas com regularidade.

[70] LIBBY, Douglas C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P.; MARTINS, I. C. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p.41-62. BOTELHO, Tarcísio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n.1, p. 321-341, 2005, p.326.

ficava explicitamente demonstrado nos mapas de população pelo número de casais unidos matrimonialmente na freguesia, ou seja, graças a aplicação do sacramento, vários fieis não viviam em pecado. Dessa foram, entende-se porque a divisão dos moradores por estado conjugal.[71]

O governo civil da vila, representado pela Câmara, produziu pouca informação sobre os moradores debaixo do seu poder. Em 1806 a Câmara apresentou ao Conselho Ultramarino um levantamento do número de moradores e de domicílios de cada um dos distritos do termo da vila acompanhando uma petição de um juiz letrado.[72] Junto a essas informações ia um censo econômico das várias produções de cada um dos distritos e dos oficiais que neles residiam. Tentava-se demonstrar à Coroa a relevância econômica da vila para justificar a necessidade de um juiz de fora. Por um momento esqueceu-se o "deplorável estado de decadência desta vila" causado pelas fragmentações territoriais. Embora com informações econômicas muito relevantes (as quais serão abordadas no quarto capítulo), os dados de população são pouco elaborados e sumários, além de exagerados. Em outra ocasião, no ano de 1826 os camaristas forneceram uma "informação" bastante minuciosa da situação da vila ao recém-formado governo da província, acompanhada de um mapa dos moradores dos distritos divididos por um critério de cor-condição, isto é, em grupos de "brancos", "pardos livres", "pardos escravos", "pretos livres" e "pretos escravos". Aí também não são anotados os libertos e a diversidade das designações de cor são amalgamadas em grupos aparentemente coesos. A continuidade com os critérios estatísticos coloniais também é patente nesse levantamento civil da população.

A necessidade da secretaria de governo da província de conhecer a população na primeira metade do século XIX, apenas esboçada nos vários questionários enviados às câmaras nos anos 1820, resultou na década seguinte em um dos mais completos trabalhos de recenseamento do Império antes do censo de 1872. A produção do censo provincial da década de 1830 mobilizou juízes de paz de vários distritos mineiros para anotar, domicílio a domicílio, nomes e características dos moradores. Nem todos os distritos responderam à ordem do governo provincial, mas, mesmo assim, foram produzidas listas nominativas para

[71] Foram realizados mapas para os moradores da freguesia nos anos de 1819, 1821, 1825, 1826 e 1829. Para os comentários do vigário, vide "Mappa da população Parochianna da Freguesia de Sto.Antônio da Vila de São Jozé deste presente anno de 1825". Todos os documentos encontram-se em AEDSJDR, Mappas populacionais, pasta 19.
[72] AHU – MG – Cx.18, Doc.59.

cerca de 75% das localidades mineiras, com uma cobertura estimada de 60% da população.[73] O ofício da Presidência da Província datado de 21 de agosto de 1831 dava a ordem da execução do censo e requisitava uma relação dos habitantes de cada distrito "com os nomes de cada um dos indivíduos deles, e declarações marginais de idades, condições, estados e ocupações em que se empregam, e dos que são libertos ou cativos".[74] O governo estava preocupado com o "exato e detalhado conhecimento do estado da população e da Indústria de cada um dos distritos". Os objetivos econômicos e fiscais são demonstrados pela curiosidade sobre as ocupações dos moradores e por, na mesma década, se intentar um levantamento das casas de comércio e dos engenhos da província.

Mesmo existindo uma normatização de como executar a coleta das informações e apesar da tradição colonial em se produzir dados de população, as informações das listas nominativas produzidas pelo censo da década de 1830 são muito desiguais, ficando sua qualidade subordinada à competência, à capacidade e, por que não dizer, ao "capricho" dos juízes de paz. É provável que muitos desses agentes não tivessem o "*know how*" para produzir esses documentos. Para os distritos que formavam a freguesia de São José no ano de 1831 podemos visualizar uma imensa omissão das informações de condição e cor, além de só serem mencionadas, com maior frequência, as ocupações dos chefes do fogo. Das 15.879 pessoas listadas em 1831, a condição foi omitida para 41%. Existiam 2.379 livres, 6.560 escravos e 345 libertos, além daqueles sem condição mencionada. Os professores Douglas Libby e Afonso de Alencastro já demonstraram que o diminuto número de forros – sobretudo se comparado com os dados do Rol de Confessados de 1795 – significa que eles sistematicamente não tiveram a condição mencionada, ou foram listados como livres.[75] No distrito da vila de São José não foi assinalado sequer um forro. Já os designativos de cor

[73] O imenso banco de dados do Poplin do CEDEPLAR registra listas nominativas para 313 distritos de paz produzidas ao longo dos anos 1830. Não se sabe ao certo quantos eram os distritos mineiros nessa década, mas, segundo o próprio presidente da província, seu número poderia chegar a 420 "mais ou menos". Quanto à população, as listas que restaram somam um total de 536.938 pessoas, enquanto a estimativa demográfica mais recente apresenta o total de 848.197 indivíduos. Consultar MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas C. (orgs). *20 anos do Seminário sobre a economia mineira 1982-2000*: coletânea de trabalhos. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v.2, p.54 para a declaração do presidente provincial e RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, tabela 14, p.152, para os números de distritos e pessoas recenseados e tabela 03, p.102, para a estimativa populacional.

[74] APM, Sessão Provincial, Presidência da Província, códice 81, p.146 *apud* RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, pp.145-146.

[75] LIBBY, Douglas C.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 30, p. 112-151, 2003.

utilizados nas listas nominativas permaneceram, em linhas gerais, os mesmos empregados no Rol de Confessados: “branco”, “pardo”, “cabra”, “crioulo” e “preto”. As grandes diferenças ficam por conta do desaparecimento dos “bastardos” e “mestiços”, pois possivelmente tais pessoas de origem indígena foram completamente integrados e perderam sua ascendência, pelo menos em São José. Outra importante diferença foi o aparecimento do termo “africano”, homogeneizando a diversidade de procedências dos escravos e libertos. A continuidade da classificação por cor nas listas nominais de 1831 mostra que, embora pela Constituição de 1824 a cor não fosse um critério de exclusão política, ela permaneceu sendo um elemento importante para a localização dos indivíduos na hierarquia social.

Veremos a seguir que o quantitativo de moradores na freguesia e no termo da vila de São José espelhado em cada contagem não é seguro. Mas, mesmo considerando que os censos eram muito variados em suas informações, objetivos e áreas de cobertura, seus componentes podem sugerir algumas conclusões. De forma geral, todos indicam uma presença elevada da população livre não-branca gerada pelas alforrias e a mestiçagem – os fenômenos que tornaram os descendentes de escravos nascidos livres ocorrências comuns em Minas Gerais. Em 1795 livres não-brancos e libertos foram pouco menos de 30% da população da freguesia; no mapa de 1814 do capitão Manoel da Costa Maia, pretos e pardos livres representavam um quarto dos moradores do termo da vila; no mapa de 1825 elaborado pelo pároco, a proporção de livres não-brancos permanece em 30% dos fregueses; e em 1831 pardos, cabras e crioulos legalmente livres eram 29,6% dos habitantes do termo. Enfim, uma fração que variava de um quarto a um terço dos moradores, caso se tome o termo ou o espaço mais restrito da freguesia de São José, eram livres que descendiam de escravos. Se agregarmos a esses números os escravos, em média, metade da população, negros e pardos eram a grande maioria dos moradores de São José do Rio das Mortes.

Cabe, então, considerar que o escravismo moderno produziu uma ampla camada de pequenos produtores não apenas ao gerar uma demanda pelos seus serviços, mas ao produzir os próprios homens e mulheres que constituíram esse grupo. A alforria e a miscigenação foram os mecanismos precípuos desse processo. A concessão da alforria, além da aplicação do castigo físico, era o principal instrumento senhorial para o controle da escravaria e, no Brasil, a manumissão dos escravos ganhou um aspecto estrutural, uma vez que foi praticada

continuamente.[76] Possivelmente, o Brasil foi a região escravista da América onde mais se libertou escravos. Crianças e mulheres recebiam a liberdade com mais assiduidade, sobretudo as alforrias sem peso pecuniário ou condições. Alguns historiadores acreditam que essa preferência pela alforria de mulheres e crianças tenha sido parcialmente responsável pela baixa capacidade de reprodução endógena dos escravos no Brasil e, portanto, da contínua dependência do tráfico africano. Argumenta-se que a liberdade de mulheres e crianças jogava no segmento livre da população muita gente de origem ou ascendência africana capaz de gerar filhos, os quais engrossavam ainda mais o grupo de livres não-brancos. De acordo com outro pesquisador, negros e pardos livres foram o setor populacional que mais cresceu em Minas Gerais entre fins do XVIII e a primeira metade do XIX.[77] As contagens de habitantes que rapidamente comentamos reconheceram essa presença, refletida na própria organização das informações de cada documento.

Algumas vezes, ricos proprietários tomavam mulheres negras e pardas como concubinas e legavam alguma riqueza para seus filhos mestiços, em outras os forros e seus filhos conseguiram amealhar posses usando suas habilidades no desempenho de um ofício, no comércio ou na lavoura. Mas, de qualquer forma, livres não-brancos alçaram-se à condição de proprietários – como veremos no terceiro capítulo, eles eram entre um quarto e um terço dos senhores de escravos da freguesia de São José entre 1790 e 1830. Não obstante, a duradoura divisão dos moradores da vila por cor e condição atesta que esse grupo de descendentes de escravos vivia numa posição subalterna. A ascensão social era possível, inclusive com a remissão das marcas da escravidão – a condição de forro e a designação de cor –, mas envolvia boas relações sociais, uma patente militar e, inescapavelmente, a posse de escravos.

[76] Essa afirmação é a tese comprovada por SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

[77] Sobre o papel estrutural da alforria na estabilidade do sistema escravista no Brasil ver SOARES, Marcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p.26; MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 74, pp.107-123, março/2006. Sobre a maior quantidade de alforrias no Brasil do que em outras regiões: LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia escravista: São José d'el Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo: v.17, n.1/2, jan./dez. 2000; GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade*: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011, capítulo 02. Sobre as preferências das alforrias e seu peso para a demografia escrava ver LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravismo no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p.183, p.191, p.289 e as tabelas 9.1 a 9.5 entre as pp.276-281. Sobre o crescimento da população mineira na passagem do século XVIII: BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.161.

1.3. Quantos e onde: o problema do território ocupado pela população em São José

A questão que nos preocupa na história territorial apenas esboçada no primeiro item deste capítulo é que lugar os pequenos produtores ocuparam nela, isto é, em que espaços eles atuaram no termo da vila e como sua presença poderia interferir na configuração deste território. Um aspecto desse problema é que o embate argumentativo que envolvia a criação de uma nova vila, ou o desmembramento do território de uma antiga, comumente era feito em nome da grande maioria de pequenos produtores, embora eles não fossem convidados a participar. Por exemplo, os signatários, autodenominados os "principais" das freguesias de Campo Alegre de Carijós, Congonhas do Campo e Itaverava, que assinaram uma petição ao Governador da Capitania requerendo a criação da vila de Queluz escreviam em nome da "comodidade dos povos", a despeito de representar somente uma fração dos moradores.[78]

Mesmo que a criação de novas vilas envolvesse questões pertinentes à vida dos pequenos produtores, elas frequentemente escamoteavam outros interesses. As criações da vila de Tamanduá, Queluz e Barbacena, que reduziram consideravelmente o território de São José no final do século XVIII, foram defendidas sob a ideia da "boa administração da Justiça". Tratava-se, de acordo com as petições para a ereção dos novos termos, de aproximar a Justiça real dos súditos, reduzindo as distâncias entre as povoações e as sedes de jurisdição, aumentando a "comodidade", evitando delitos e afirmando a ordem colonial. Mas a fundação de uma nova vila acarretava a criação de cargos honoráveis e rentáveis na administração e Justiça que poderiam, e rotineiramente eram, distribuídos aos poderosos locais. Além disso, esses poderosos poderiam favorecer o seu próprio comércio e aumentar o valor das suas terras que estavam próximas a estradas ou nas redondezas da vila. Vários dos implicados na denúncia da Conjuração de 1789 tinham fazendas nas novas vilas desmembradas de São José entre 1789 e 1791, o que levou os historiadores a concluir que sua instituição fazia parte da estratégia do governador Visconde de Barbacena para satisfazer as elites locais, oferecendo-lhes cargos e privilégios a fim de dissuadi-las de conspirar contra a Coroa, ou recompensar sua ajuda na delação do movimento de 1789.[79] Para os camaristas de São José, essas separações eram resultados da ambição de alguns homens que desejavam se "condecorar com cargos brilhantes", capazes para isso de influenciar o governador e oprimir os moradores dos

[78] RAPM, II, 1897, p.105.
[79] FURTADO, João P. *O manto de Penélope*: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp.159-160 e pp.201-211; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp.212-213.

arraiais, muitos dos quais, na opinião dos camaristas, não desejavam uma nova vila e nem estavam dispostos a arcar com os custos de tal instituição.[80]

Outra questão importante é que comunidades de pequenos produtores podiam existir e trabalhar sem estarem subordinadas às Justiças de uma vila. Os "autos de tomadia de posse" dos arraiais de Tamanduá e de Igreja Nova pela vila de São José, por exemplo, são documentos que apontam a existência de produtores estabelecidos nesses lugares antes da chegada do poder. Em tais autos menciona-se que as autoridades civis percorreram as terras quebrando galhos de árvores e arbustos, atirando terra para o ar e proclamando em voz alta, "nas paragens mais públicas do arraial", que a vila tomava aquele território.[81] Ora, não faria sentido proclamar a posse em voz alta onde não houvesse ninguém para ouvir.

No entanto, somente a documentação da posse não garantia a incorporação do distrito. Era preciso integrá-lo ao termo através de relações sociais bem definidas de seus moradores. Para isso, eram nomeados autoridades para o arraial – um juiz de vintena, um almotacel e um tabelião. Mas a submissão dos moradores dependia da sua conveniência. Exemplos da ação interessada dos colonos ao optar pela jurisdição a qual responderiam não faltam desde o início da ocupação das Minas. Os motins dos Sertões do São Francisco protagonizados pelo célebre português Manuel Nunes Viana entre 1718 e 1720 pretendiam agregar a região à capitania da Bahia, onde a distância da capital Salvador tornava a ação do fisco mais relaxada.[82] Na porção sul de Minas Gerais, as disputas com a capitania de São Paulo pela serra da Mantiqueira, por sua vez, foram caracterizadas pela ação dos moradores que ora se declaravam moradores de São Paulo para fugir da fiscalidade mineira, ora se diziam moradores de Minas para evitar o alistamento militar paulista.[83] Esse mesmo comportamento foi repetido ao longo da primeira metade do século XIX quando o noroeste paulista foi ocupado por mineiros ajudando a tornar porosos os limites entre as províncias de Minas Gerais e São Paulo.[84]

Nesse ponto, as dificuldades de territorialização refletem na qualidade das informações das contagens de moradores. Os agentes locais dessas aferições – padres, capitães de

[80] APM - SG-Cx.39-Doc.06
[81] FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Sobre o avanço do poder colonial ver pp.69-73, sobre os autos de posse ver p.281.
[82] Idem, pp.164.
[83] Conforme ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime*: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.61.
[84] Ver OLIVEIRA, Lelio Luiz de. *Economia e História em Franca*. Século XIX. Franca: Editora UNESP-FHDSS, 1998.

ordenanças, Juízes de Paz – aparentemente computavam as pessoas que estavam dentro do seu raio de ação, isto é, abrangidas pelas funções sociais que desempenhavam. Daí que a base espacial de cada levantamento, bem como o efetivos contabilizados variaram bastante, sem que consigamos apreender sua lógica. Algumas das contagens comentadas apresentam os números de moradores pelas unidades espaciais que compunham o território do termo da vila. A grande T**abela 1.1** sintetiza essas informações, enquanto o **Mapa 1.3** exibe a localização de cada localidade informada.

Nem todas as localidades recenseadas aparecem em todos os levantamentos, o que depende da origem do censo. O Rol de Confessados de 1795, bem como o Mapa da População Paroquiana de 1825 são de origem eclesiástica e só cobrem as capelas aplicadas da freguesia, destacada com o fundo cinza no **Mapa 1.3**. Mesmo assim, em 1825 é recenseada em separado a capela do Mosquito, que não era uma aplicação e, portanto, não apareceu em 1795, tendo, muito provavelmente, sua população agregada à da Matriz.

Os mapas de 1806 e 1826 foram produzidos pela Câmara e cobrem todo o termo da vila. Neles a variedade de localidades é maior e apresenta mais peculiaridades. O mapa de 1806 foi o único que mencionou a localidade de Ponte Alta como independente. Sendo um lugar muito próximo dos arraiais de Desterro e Passa Tempo, os demais censos devem ter incluído os moradores de Ponte Alta em algum desses distritos. Já o mapa de 1826 alude ao local de São Sebastião que, nos demais censos, deve ter sido incluído no arraial de Desterro. Além disso, ele divide os moradores do arraial da Ressaca em "Ressaca" e "Ressaca da Lagoa Dourada". As contagens da Câmara também consideram o lugar do Corgo (Sto. Antônio do Córrego), um povoado junto à vila de São José, como um distrito independente.

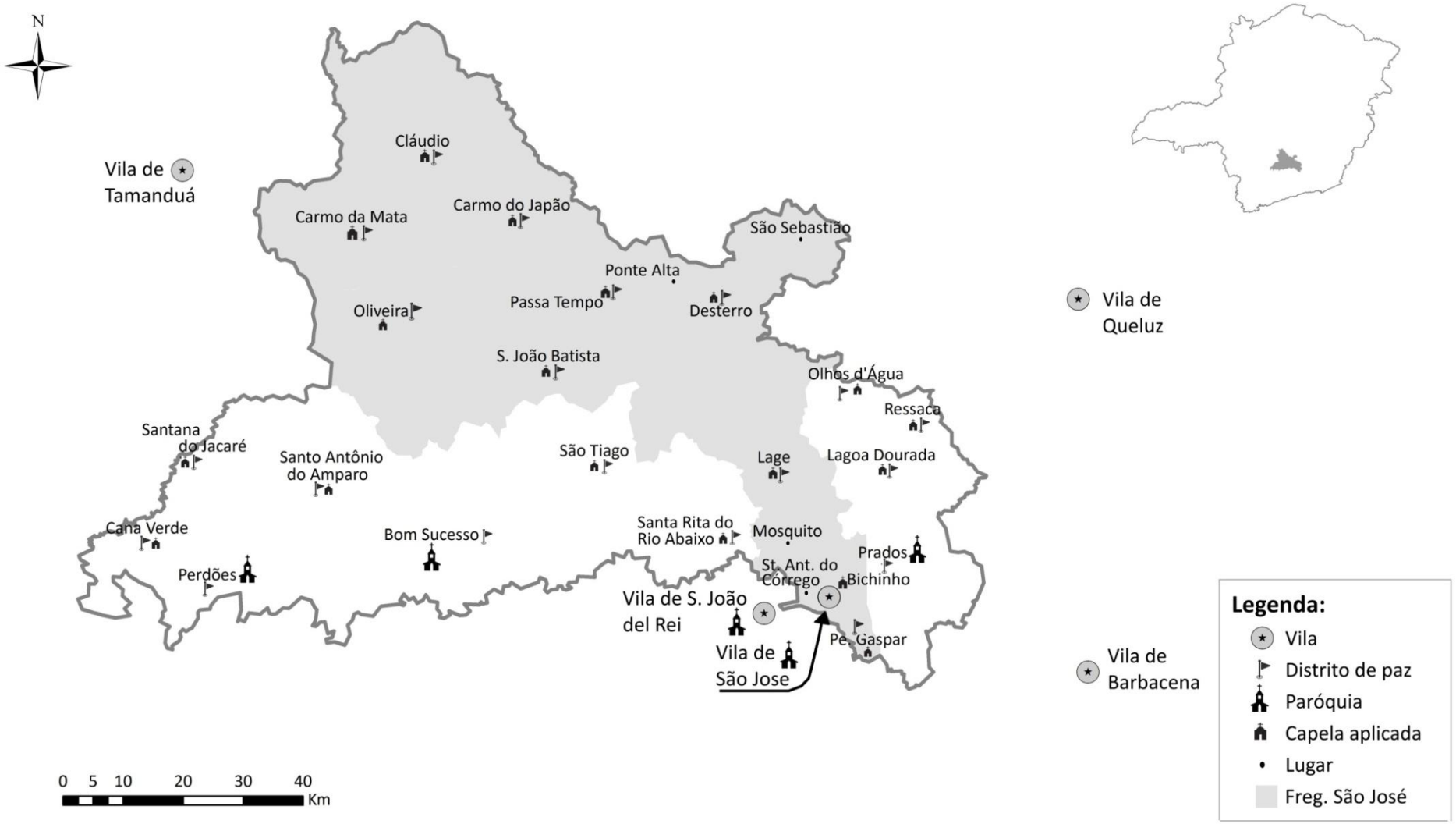
A contagem do capitão Manoel da Costa Maia de 1814 é a que apresenta maiores novidades. As localidades de Curralinho e Venda Nova não puderam ser localizadas e, até a descoberta desse documento, nos eram desconhecidas. As listas nominativas elaboradas em 1831 apresentam como distritos de paz um conjunto de localidades que têm presença estável nas diferentes contagens. Com exceção da capela do Bichinho, recenseada em 1831 juntamente com a vila de São José, todas as demais capelas arroladas no Rol de Confessados aparecem nas listas de 1831. Essa estabilidade será fundamental para nossa pesquisa, pois possibilita comparar a população da freguesia em dois momentos. A lacuna do ano de 1838 aconteceu porque nem todos os Juízes de Paz efetuaram as listas de moradores de seus distritos ou não as enviaram à Presidência da Província.

Tabela 1.1 - Moradores nas localidades recenseadas no termo da vila de São José em diversos anos

Denominação das Localidades	*1795*	*1806*	*1814*	*1825*	*1826*	*1831*	*1838*
Bichinho	662	804	416	342	342		
Bom Sucesso		2009	2621		2506	3070	3272
Cana Verde					773	1160	2054
Desterro	262	420	731	317	876	540	
Japão	747	987	1088	1270	1234	1879	
Cláudio	1030	1450	1203	2800	2053	2774	2612
Lage	840	1987	1084	1031	978	1243	1913
Lagoa Dourada		2018	1105		997	2168	2688
Passatempo	782	1908	746	1773	1044	1483	1969
Olhos D´Água		994	811		512	565	
Padre Gaspar	401	661	594	431	425	718	
Prados		3080	1013		1271	2532	2320
Ressaca			513		474	680	1347
S. João Batista	487	1142	594	995	597	784	
S. José del Rei	4005	5942	1683	2168	1193	3057	2364
S. Tiago		2009	889		1073	1154	2055
Santana do Jacaré		1807	587		475	605	
Perdões		1021	1064		1064	2051	
Oliveira	1713	2604	2232	2455	2079	2743	1021
Carmo da Mata						595	790
Sta. Rita do Rio Abaixo		2000	1258		1178	1327	1056
Sto. Ant. do Amparo		1804	2120		1240	1922	
Mosquito				184			
Córrego de Sto. Antônio (Corgo)		390	475		337		
Capela do Livramento			521		276		
Capela Sr. Bom Jesus Pequeno		986	613				
Curralinho			517				
Venda Nova			911				
São Sebastião					718		
Ressaca da Lagoa Dourada					488		
Ponte Alta		510					
Total da Freguesia	10929	18295	10846	13766	11876	15816	10669
Total do termo da Vila		36533	25389		24203	33050	25461

Fontes: Rol dos Confessados de 1795. "Mapa da população, mineração, comércio e cultura da vila de São José e seu termo", AHU – MG – Cx.18, Doc.59. Mapa estatístico da população da vila e termo de São José no ano de 1814, APM - SG-Cx.93-Doc.14. "Mappa da população Parochianna da Freguesia de Sto. Antônio da Vila de São Jozé do prezente ano de 1825", AEDSJDR, pasta 19. "Mappa da população que contem o termo da Villa S. Joze. Anno de 1826". RAPM, II, 1897, p.53. Listas nominativas da década de 1830.

Mapa 1.3 - Localidades mencionadas nas contagens de população do termo da vila de São José entre 1795 e c.1830



Fontes: elaboração própria a partir das fontes mencionadas na Tabela 1.1.

As localidades que figuraram furtivamente em um censo e desaparecem no seguinte são, em geral, pequenas. Talvez o termo da vila possuísse limites fluidos e imprecisos, de modo que pudesse ganhar ou perder localidades, mas é mais provável que essas variações sejam características das contagens proto-estatísticas. A grande coleção de listas nominativas produzidas para a capitania de São Paulo apresenta problemas semelhantes.[85] Da mesma forma, Ana Silvia V. Scott verificou que a longa série de róis de confessados da paróquia de São Thiago do Ronfe no norte português também tinha localidades que figuravam intermitentemente. Scott acredita que isso acontecia por um movimento de incorporação de um lugar a outro ou de divisão de localidades maiores dependendo de como o pároco "percebia" o território da freguesia. Por trás desses rearranjos do espaço, a autora observou que determinados lugares eram ocupados por famílias localmente mais importantes ou eram vinculados à transgressão, como por exemplo a existência de muito fogos de mulheres solteiras com filhos.[86] Pode-se aqui sugerir que os lugares que não são nem capelas aplicadas, nem distritos de paz figurem nos censos como expressão das relações sociais de seus moradores.

Já as variações dos contingentes recenseados podem ter duas explicações não excludentes. Por um lado, podem ser o resultado da falta de rigor dos agentes na confecção das listas e/ou a ausência de coerência de objetivos e métodos em cada contagem. Por outro lado, as mudanças podem representar a flexibilidade das fronteiras de cada distrito. Os agentes dos censos ora consideravam pequenas povoações como unidades separadas ora as viam como parte de outras hierarquicamente superiores, como os já citados casos dos lugarejos do Corgo em 1825 e do Mosquito em 1806 e 1814, que aparecem isolados, mas, em geral, integram a vila de São José; e ainda o caso da Capela do Bichinho que, por não ter estatuto de distrito, foi recenseada juntamente com a vila em 1831 e 1838.

Por fim, vale reiterar que os levantamentos foram produzidos por agentes locais – padres, capitães de ordenanças, Juízes de Paz – que colheram informações dentro do seu raio de atuação e espaços de relações. Há um componente muito forte de vivência na definição das jurisdições religiosas e civis: o fato de participar das celebrações de uma capela, a inserção numa companhia de ordenanças, o recurso a escrivães ou juízes de uma vila, as rotas comerciais etc. eram todos percursos cotidianos capazes de definir o pertencimento de uma

[85] BACELLAR, Carlos A. P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus*. Juiz de Fora: v. 14, p. 107-124, 2008.
[86] SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português* (séculos XVIII e XIX). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, pp.241-242, p.244 e p.253.

pessoa a uma freguesia ou uma vila.[87] Assim, a volatilidade do espaço nas contagens de população não é mais do que a expressão das relações sociais estabelecidas no âmbito local.

[87] FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp.305-306.

Capítulo 2. Dinâmica da população

Na passagem do século XVIII para o XIX a Comarca do Rio das Mortes, a extensa área de campos e cultura ao sul da região das Minas, teve um crescimento impressionante. A Comarca praticamente triplicou sua população, passando de 82.781 habitantes em 1776, para 213.617 em 1821. Essa evolução é explicada como parte do movimento centrípeto da população mineira abandonando o centro minerador com a decadência do ouro. Segundo Kenneth Maxwell, ocorreu uma transferência da população em contrapartida ao deslocamento do eixo econômico das atividades mineradoras para o agropastoreio. Na mesma linha interpretativa, Laird Bergad comenta que a presença de terra disponível para agricultura na Comarca do Rio das Mortes atraiu parte da população das antigas áreas centrais com a decadência da atividade mineral.[88]

Se observarmos os grandes deslocamentos de população a ideia é essa mesmo. Mas essa visão geral pode ser confrontada em diversos aspectos por uma análise local, regionalizada. Uma primeira questão é que migrações, em geral curtas, de estabelecimentos minerais exaustos para novos descobertos foram uma constante ao longo de todo o século XVIII. As minas no sertão do termo de Mariana, em Paracatu, no sertão do São Francisco e do Rio Verde – estas já bem adiantado o século XVIII e na Comarca do Rio das Mortes – foram muito importantes para a expansão da fronteira ocupada e acabaram abrindo novas áreas para o agropastoreio.[89] Uma segunda questão é que o movimento de expansão para áreas com disponibilidade de terras não ficou restrito ao Rio das Mortes, mas foi algo generalizado. Na mesma época, a Comarca do Serro do Frio e o extenso termo de Mariana registraram um crescimento também muito significativo.[90] Por fim, vale lembrar que a própria Comarca do Rio das Mortes era extensa e reunia realidades muito diversificadas. Havia arraiais formados

[88] MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da Devassa:* a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.110; BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica:* demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.186

[89] ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras*: Mariana, 1750-1850.. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: ICHF/UFF, 1994, p.52; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011; ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro* - Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, capítulo 01. Ver ainda os verbetes sobre a formação dos arraiais de Tamanduá, Bambuí e Pinhuí em BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.

[90] MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico*: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000; ALVES, Romilda Oliveira. *Fronteira em expansão*: população, terra e família na Zona da Mata mineira, 1808-1850. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2009. CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e Povoamento de uma fronteira*: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais, 1694-1835. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: ICG/UFMG, 2008.

em torno de uma mineração incipiente, antigas vilas do ouro com o entorno ocupado pela produção de abastecimento, campos dominados por índios e quilombolas a oeste, sertões indígenas a leste, áreas de imprecisão com a capitania de São Paulo ao sul. Enfim, uma análise local deve observar esses condicionantes da dinâmica populacional. A história a seguir é ilustrativa de que a ocupação e expansão do Rio das Mortes não foi uma transferência imediata de população do centro da capitania para sua borda inferior.

No ano de 1775 um certo Hipólito Antônio Pinheiro, vindo do antigo estabelecimento mineral de Congonhas do Campo, foi padrinho do escravo Vicente numa cerimônia realizada na Matriz de São José.[91] Hipólito era irmão do senhor de Vicente, Manoel José Gonçalves, dois integrantes de uma família de migrantes que vieram para a vila de São José acompanhando a mãe viúva. A matriarca, Ana Rosa de Jesus, contraiu novas núpcias e gerou mais seis filhos. Parte dessa família permaneceu em São José, habitando o entorno das capelas de Passa Tempo e Desterro. Hipólito, não. Em 1779 há registro dele batizando uma filha na capela de São Vicente Ferrer de Formiga e, depois, em 1782 batizando outra filha em Desemboque, ambas localidades no extremo oeste de Minas. Em 1805 Hipólito tornou-se capitão de ordenanças da "Esttada de Goyaz" e usou de sua influência para solicitar junto ao governador e as autoridades eclesiásticas da capitania de São Paulo uma nova freguesia que atendesse aos moradores do Sertão do Rio Pardo. Com a criação da freguesia de Franca, Hipólito tornou-se o capitão de sua primeira Cia. de Ordenanças e o organizador do núcleo urbano daquela que viria ser a vila Franca do Imperador, onde se tornaria um dos homens mais ricos da região.[92]

O estabelecimento de Hipólito no noroeste paulista ensejou a migração de outros familiares. Vários se dirigiram ao sertão do Rio Pardo numa migração em família, com a companhia de filhos, escravos e, às vezes, agregados. Em 1805, Heitor Ferreira de Barcelos, irmão de Hipólito, filho do segundo casamento de sua mãe, foi registrado na vila Franca junto com a esposa e mais nove filhos, pelo menos dois deles nascidos quando Heitor ainda vivia

[91] APSASJRM, Batismos, Lv.7, fl.459v.

[92] As informações sobre o fundador da vila de Franca vieram da dissertação de Marina Costa de Oliveira, que me chamou atenção para a origem sanjoseense de muitas famílias da elite de Franca, a quem deixo registrado meu agradecimento por compartilhar preciosas referências. Ver OLIVEIRA, Marina Costa de. *Dinâmica populacional no Sertão do Rio Pardo, 1801-1829*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FCHS/UNESP, 2012. Este trabalho mostra que o capitão Hipólito, ao longo de sua trajetória na vila Franca, foi senhor de um escravaria que variou entre 10 e 21 cativos, foi registrado em várias listas nominativas como criador ou agricultor e faleceu em 1840 detendo uma pequena fortuna de 222 contos de reis em "notas novas" e 21 contos em moedas de cobre. Idem, p.07.

em São José do Rio das Mortes e batizados na capela do Desterro.[93] Um desses filhos, Anselmo Ferreira de Barcelos, veio a se tornar um verdadeiro potentado do sertão de Franca protagonizando um motim conhecido como "Anselmada" na década de 1830.[94]

Hipólito, Heitor, Anselmo são só alguns personagens mais célebres de um fluxo maior de migrantes mineiros que na virada para o século XIX estabeleceram-se nas imprecisas regiões entre as capitanias de Minas, Goiás e São Paulo em busca de campos para criação e terra para cultivo. Von Eschwege observou na estrada para Araxá e Desemboque uma grande caravana de emigrantes vindos de Congonhas do Campo de onde saíam devido ao solo exaurido e às limitadas oportunidades de aquisição de terra virgem e fértil.[95] Entre o começo do século XIX e meados da década de 1820, em torno de 60% dos nubentes que contraíram matrimônio na freguesia de Franca eram naturais de Minas Gerais, vindos da região de Pitangui e Tamanduá, bem como de localidades mineradoras do centro da capitania e da região do Rio das Mortes.[96]

O fato de que havia emigrantes de São José ao mesmo tempo em que a Comarca do Rio das Mortes passava pelo seu exitoso desenvolvimento na passagem do século XVIII para o XIX, no mínimo, deve nos advertir para a complexidade dos movimentos da população nessa época e os diferentes ritmos locais. Nesse capítulo abordaremos a dinâmica da população livre e escrava da freguesia de São José. As pistas que conseguimos levantar mostram que a migração, com a chegada de forasteiros e a saída de moradores e, sobretudo, com o tráfico de escravos, foi um componente importante da demografia local. Mas a reprodução interna, com a miscigenação dos livres e a geração de escravos crioulos, foi tão importante quanto na manutenção de um estoque de trabalhadores.

Tão complicada quanto a denominação das várias categorias de designação de cor/origem colocadas por cada um dos levantamentos de população de São José no período de nosso interesse, é, como vimos, a cobertura espacial que os recenseadores colocavam sob a toponímia de distritos e aplicações. De fato, salvo breves descrições constantes das listas nominativas dos limites dos distritos recenseados em 1831, os levantamentos de população

[93] APSASJRM, Batismos, Lv.9, fl.359 e fl.439v.
[94] Anselmo tomou Franca por três vezes no ano de 1838 na disputa pelo poder local na vila. FERREIRA, Ricardo Alexandre. Crimes em comum: escravidão e liberdade sob a pena do Estado Imperial brasileiro (1830-1888). São Paulo: Ed.UNESP, 2011, pp.106-111.
[95] ESCHWEGE, Wilhelm I. Von. *Brasil, novo mundo.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1968, pp.86-87.
[96] Os dados sobre a migração mineira para o oeste paulista me foram facultados por Maísa Faleiros da Cunha. CUNHA, Maísa Faleiros da. Estudo das migrações internas no norte de São Paulo, primeira metade dos oitocentos. In: *V Simpósio Nacional de História da População* (Caldas Novas, GO). Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2013.

não explicitam a área de sua cobertura. As transformações, às vezes agudas, no quantitativo de moradores de um mesmo distrito entre duas contagens mostram que tais áreas contraíam-se ou se ampliavam aparentemente sem nenhum padrão. O fato de que não conhecermos as regras de atribuição de um lugar às unidades de jurisdição não é razão suficiente para julgar que não existisse lógica nesse processo. Mas essa lacuna prejudica de uma maneira ainda sem solução a comparação das informações de população das diferentes fontes. Por esse motivo, vamos desconsiderar as contagens intermediárias entre 1795 e 1831 e nos concentrar, nesse capítulo, apenas nas listas de moradores produzidas nesses dois anos.

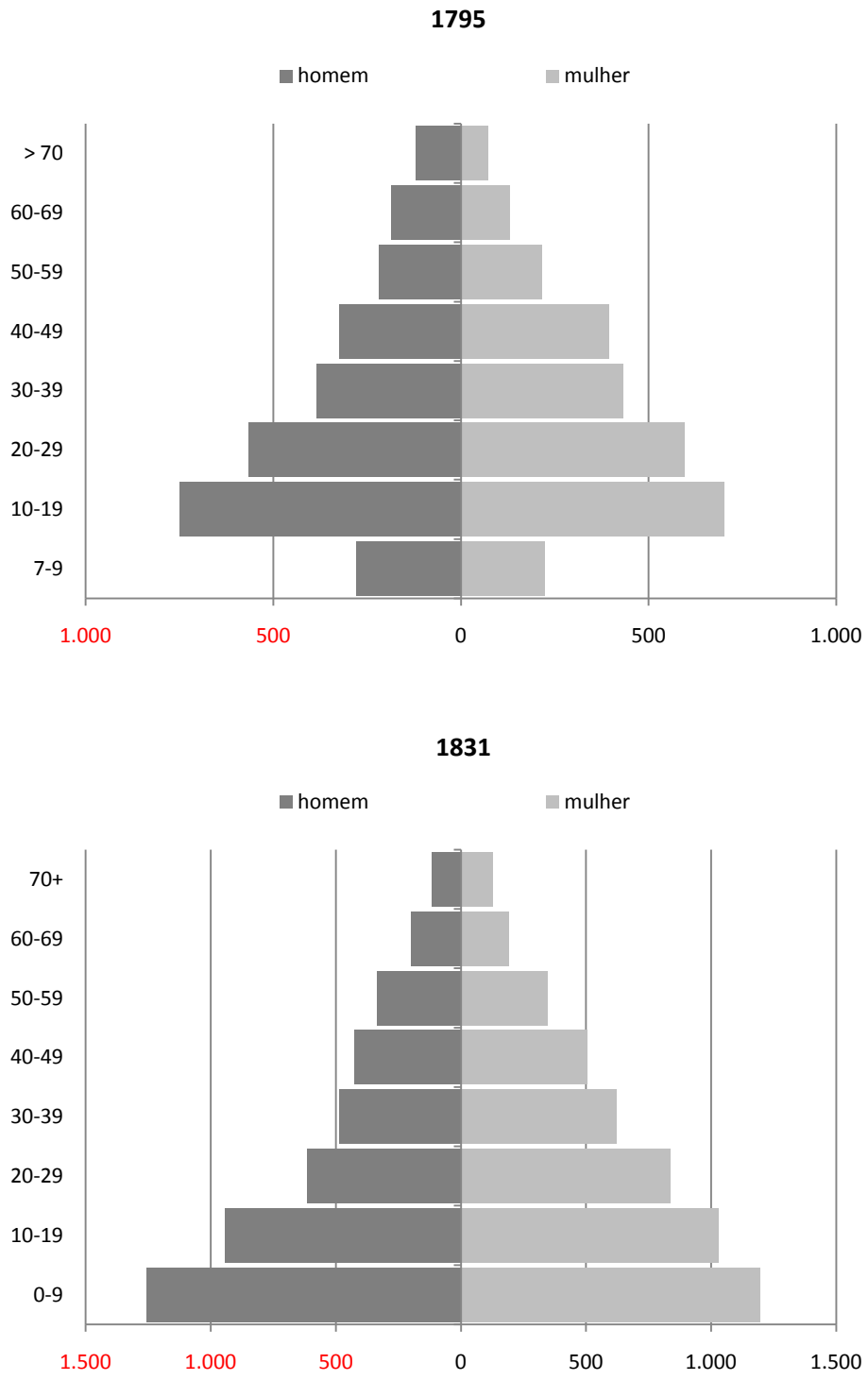
Não se pode descartar as imperfeições dessas contagens: o Rol de Confessados não listou crianças com menos de sete anos, as listas nominativas de 1831 omitem várias informações importantes de cor e condição. Porém, podemos ter uma noção de que a área de cobertura dos dois censos é comparável através dos registros paroquiais. A localização das pessoas envolvidas nos registros de batismos e casamentos nos mostrou que os aplicados das capelas da freguesia residiam nos distritos de mesma toponímia enumerados no censo de 1831. Como as contagens foram produzidas com interesses específicos e por instâncias diferentes, sempre permanecem algumas desconfianças sobre a fidelidade de seus resultados, bem como suas possibilidades de comparação. Por isso, na medida do possível tentamos comparar proporções ao invés de valores absolutos, tentando resgatar a situação como se configurou aos olhos do recenseador.

2.1. População livre

Podemos iniciar uma apreciação do desempenho da população livre de São José com a apresentação das pirâmides etárias do **Gráfico 2.1**. Como já afirmado, o Rol dos Confessados de 1795 não inclui as crianças com menos de sete anos, por isso a base da pirâmide etária nesse ano quase não aparece. A partir da faixa de 10 a 19 anos, porém, a estrutura etária segue o formato piramidal. Em 1795 observa-se o predomínio masculino nas idades mais jovens e nas faixas mais idosas. Na pirâmide de 1831 ressalta-se o crescimento da população livre, o predomínio feminino em quase todas as faixas de idade e o alargamento da base. A configuração piramidal, com base larga, aponta maior proporção da população jovem e, por conseguinte, sugere alta fecundidade. Já o topo estreito da pirâmide indica reduzida participação dos adultos. Ao mesmo tempo, os “degraus” do gráfico indicam a presença de

gerações mais jovens sucessivamente maiores que as anteriores, remetendo à ação da fecundidade e intensa mortalidade em todas as faixas.

Gráfico 2.1 - Pirâmides etárias da população livre da freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1795 e 1831



Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

A alta fecundidade era responsável por produzir uma população eminentemente jovem. As grandes questões econômicas envolvidas nesse fenômeno dizem respeito, em primeiro lugar, à capacidade de sustento desses jovens enquanto ainda dependentes e, em segundo, à existência de oportunidades econômicas que integrem essa população ao sistema produtivo. Quanto ao primeiro problema, Maria Luísa Marcílio ressalta que as populações rurais brasileiras tinham, em geral, carência de força de trabalho graças à estrutura jovem da população livre e de suas fortes razões de dependência. Nas áreas de economia dinâmica esse problema era resolvido com a escravidão africana, enquanto nas áreas voltadas à subsistência, uma solução era a geração de descendentes e, eventualmente, a agregação de não-parentes adultos ao fogo.[97] Quanto ao segundo problema, discutiremos no sétimo capítulo como as diferentes formas de organização do domicílio no tempo e no espaço refletiam a equação entre oportunidades econômicas e crescimento populacional.

A comparação entre as duas pirâmides aponta que um fator importante para o crescimento populacional foi a reprodução interna. Toda a evidência demonstrada pelos levantamentos populacionais da freguesia, bem como as tendências mais gerais da população mineira do período tem demonstrado que tal reprodução em muito se beneficiou da geração de pardos e pretos livres. A alforria preferencial para mulheres e a produção de mestiços foram fatores fundamentais para a configuração populacional de São José. O **Gráfico 2.2** mostra que esses processos foram responsáveis por criar um estoque de mulheres pardas e negras capaz de equilibrar o desnível que marcava o segmento branco.

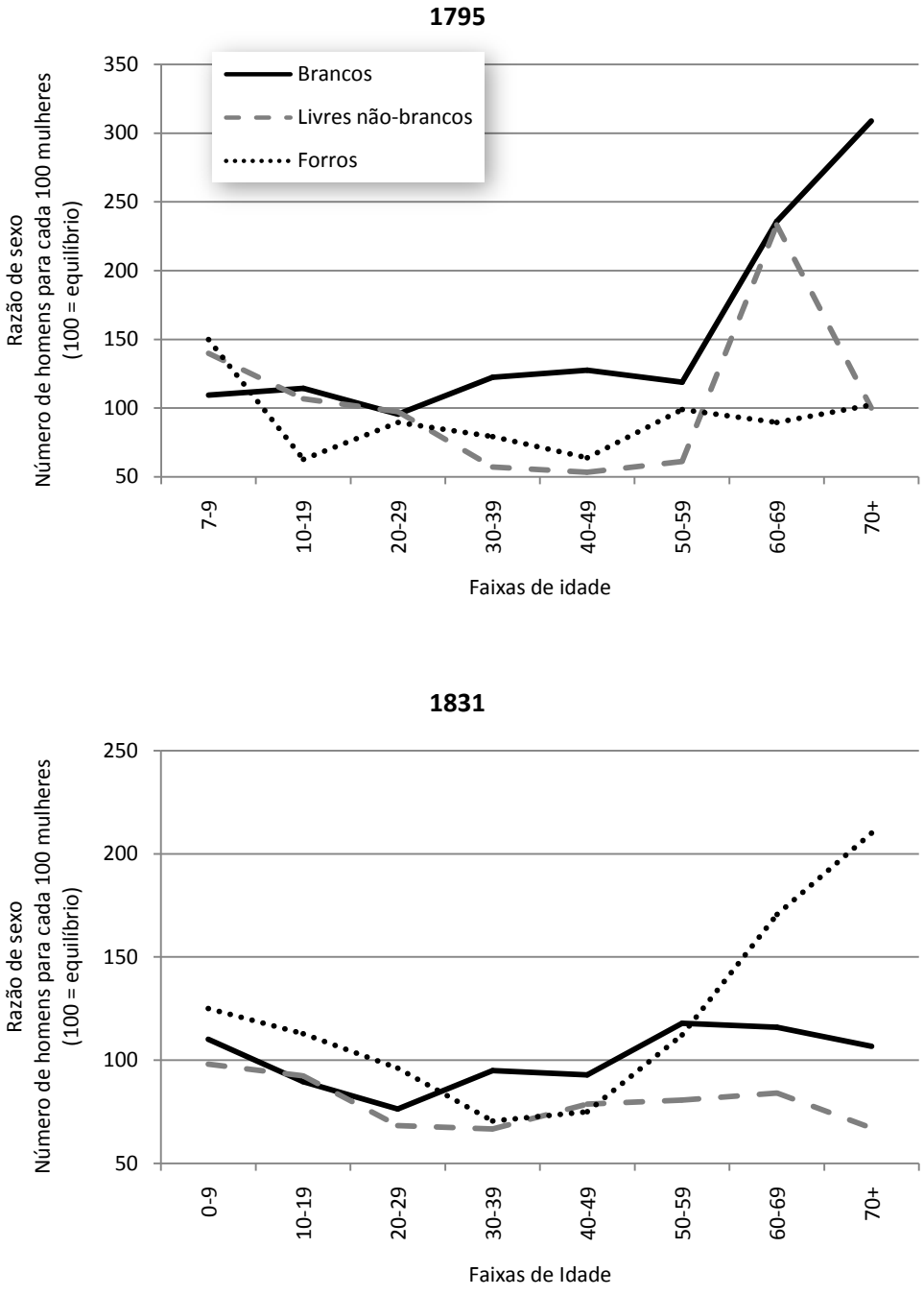
Em 1795, na população assinalada como branca, os homens predominavam em praticamente todas as faixas etárias. A larga desproporção de homens brancos para mulheres brancas a partir dos 50 anos permite sugerir que, em parte, as razões de sexo no final do século XVIII refletem a demografia da sociedade mineradora, carente de mulheres, sobretudo, brancas.[98] As razões da ordem de 130 homens brancos para cada 100 mulheres da mesma cor entre as idades de 30 a 59 anos, um grupo economicamente ativo, mas já maduro, sugere fortemente movimento imigratório, isto é, que homens brancos tivessem chegado à freguesia em algum momento do passado. Quase quatro décadas mais tarde, em 1831 o número de homens e mulheres brancas ficou mais equilibrado, com predomínio feminino na casa dos 10

[97] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, 1700-1836. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, pp.106-107.

[98] Esse cenário de escassez de mulheres brancas teria durado até a segunda metade do século XVIII e seria a base da produção de mestiços que ampliou o segmento livre da população. Ver HIGGINS, Kathe J. *"Licentious Liberty" in a brazilian gold-mining region*: slavery, gender and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais. University Park PA, 1999, p.236.

a 20 anos e virtual igualdade nos 30 e 40 anos. Entre os idosos, novamente constata-se predomínio masculino, o que pode refletir a chegada de migrantes em anos anteriores.

Gráfico 2.2- Razões de sexo na população livre de São José



Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Já a população não-branca sempre apresentou predomínio feminino. Dois fatores se conjugam para explicar a dinâmica deste grupo: o crescimento natural e as alforrias preferenciais para escravas. Em 1795, excetuando as pessoas designadas como brancas, a

população *que nasceu livre* era composta por 77% de pardos, 14% de crioulos e 9% de cabras e pessoas designadas de mestiços. Embora exista a interpretação na historiografia que aponta esses termos como expressões de lugar social, tem-se encontrado muitos exemplos na própria vila de São José mostrando que "pardo", "crioulo" e "cabra" em larga medida referem-se à cor da pele.[99]

Esse processo de miscigenação e alforria caracterizou todo o crescimento da população mineira na passagem do século XVIII para o XIX. Segundo Bergad, negros e pardos livres constituíram o segmento com melhor desempenho na passagem do século XVIII, embora houvesse diferenciações regionais. Nas vilas do sul de Minas, por exemplo, a população branca era muito superior à parda e negra; já nas antigas vilas da época da mineração, os não-brancos eram a maioria.[100] Não era o caso de São José, uma vila antiga, ligada no passado à mineração. Esse fato merece ser destacado, pois os trabalhos mais recentes sobre a escravidão têm enfatizado que a alforria e a formação de um setor de negros livres foi um mecanismo importante para a conservação da ordem escravista.[101] Portanto, a própria dinâmica escravista lastreou parte do crescimento da população livre.

Com relação à mestiçagem, cabe destacar que a falta de mulheres brancas durante a primeira metade do século XVIIII promoveu muitos relacionamentos entre homens brancos e mulheres negras, os quais, graças às diferenças de cor e condição, foram marcados pela exploração de mulheres negras por homens brancos ou pelo aproveitamento pelas escravas das oportunidades de gerar descendentes de homens livres e conseguir benefícios, sendo o mais desejado a alforria.[102] Ao mesmo tempo, muitos dos ex-escravos conseguiram a

[99] Para a interpretação do termo "pardo" como designação social ver MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.98 e da mesma autora. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.17. Para a crítica dessa posição, ver LIBBY, Douglas C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, E. F.; IVO, I. P.; MARTINS, I. C.. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

[100] BERGAD, Laird. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.161 e p.189. Sobre as diferenças regionais na composição por cor da população mineira conferir a comparação entre as vilas de Sabará e Campanha em 1831 em KLEIN, Herbert S. & PAIVA, Clotilde A.. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 27, n. 2, p.309-335, maio-agosto 1997.

[101] LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia escravista: São José d"el Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo: v.17, n.1/2, jan./dez. 2000; MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos Estudos Cebrap, nº 74, pp.107-123, março/2006; SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009; GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade*: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

[102] HIGGINS, Kathe J. *"Licentious Liberty" in a brazilian gold-mining region*: slavery, gender and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais. University Park PA, 1999, p.236; PAIVA, Eduardo F.

liberdade pagando por ela e tornaram-se produtores independentes ao deixar o cativeiro. Ainda em 1795, um quarto da população legalmente livre da freguesia de São José era formado por egressos da escravidão, isto é, alforriados. Os pardos eram mais da metade desse grupo (53%) – demonstrando que a alforria estava mais próxima para os escravos mestiços –, seguidos dos crioulos e cabras que perfaziam 30% dos forros, e os demais eram africanos. O grupo dos forros era fortemente feminino, com uma razão de sexos de 83,3.[103] Embora recentemente historiadores argumentem que os padrões de alforria variavam de acordo com a fonte consultada e a modalidade de alforria – isto é, cartas de manumissão, alforrias na pia batismal e testamentárias, quartações, alforrias pagas ou com condição, cada uma, contemplaria um público diferente – na freguesia de São José tem-se observado que as várias modalidades de alforrias são preferencialmente femininas.[104] Isso implica que a baixa razão de sexo verificada pela população forra atingia todas as coortes etárias, o que, sem dúvida, influenciou muito a superioridade feminina constatada entre os não-brancos no ano de 1795 e representada no **Gráfico 2.2**.

As listas nominativas de 1831 discriminam imperfeitamente a população forra – no distrito da Matriz, por exemplo, sequer um forro foi contado e no distrito vizinho da Lage registrou-se a presença de apenas um forro entre as mais de 1.200 pessoas da localidade. No total, apenas 437 forros aparecem nas listas de 1831, 9% da população não-branca.[105] Esse pequeno grupo apresentava razão de sexo 106,13, invertendo o padrão de maioria feminina do final do século XVIII. Outra diferença é que os crioulos e pretos/africanos são os maiores grupos de forros (respectivamente, 35% e 34%), seguidos pelos pardos com 30% e os demais sem designação de cor ou origem. De qualquer forma, a subnumeração dos forros não

---

Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

[103] LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia escravista: São José d"el Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo: v.17, n.1/2, jan./dez. 2000, p.31.

[104] Sobre as diferenças entre cada tipo de fonte e modalidade de alforria ver SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, cap.2 e 3. Sobre as alforrias na freguesia de São José, conferir LIBBY, Douglas C. À procura de alforrias e libertos na freguesia de São José do Rio das Mortes (c. 1750 - c. 1850). *In*: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues & LEEUWEN, Marco H. D. van (Orgs.). *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais*: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p. 13-46.

[105] Incluindo nesse total 77 africanos ou pretos que não têm designação de condição ou foram erroneamente designados como livres.

autoriza qualquer conclusão sobre uma mudança nos padrões de alforria da freguesia no século XIX.[106]

Os historiadores Francisco Vidal Luna e Hebert Klein, ao avaliar a dinâmica da população no Brasil escravista, concluíram acertadamente que o crescimento contínuo e sustentado da população livre era o resultado de taxas de crescimento positivas da população branca e não-branca, mas também de uma contribuição da população escrava que fornecia "um fluxo constante de novos membros – mulheres mais jovens e férteis – que também tinham propensão a apresentar altas taxas de reprodução". Para os autores, esse fenômeno explicaria as altas taxas de crescimento anual de 2% a 3% estimadas para várias províncias brasileiras no século XIX (no mesmo período a Europa ocidental em processo de industrialização e urbanização crescia a 1-1,3% a.a.).[107] Para a província de Minas Gerais, Rodarte estimou um crescimento da população livre em 2,8% a.a. entre 1832 e 1872, capaz de ascender a participação da província na população total do Império de 16,6% em 1832 para 20,6% em 1872. Ainda segundo Rodarte, regionalmente as áreas que mais cresceram no século XIX em Minas foram o alto sertão do S. Francisco e o Triângulo Mineiro, a oeste, e a Zona da Mata, a leste, com crescimento entre 3% e 4%, enquanto o corredor central da província, de colonização antiga, cresceu entre 1% e 2%.[108]

No entanto, são raros os trabalhos que se propuseram a medir a fecundidade nos séculos XVIII e XIX. Uma das poucas estimativas que dispomos sobre a fecundidade mineira foi realizada pela demógrafa Kátia Campos e abrange a paróquia de Antônio Dias em Ouro Preto entre 1760 e 1804. Levantando a história reprodutiva das mulheres que tiveram filhos batizados na paróquia, Campos conseguiu elaborar uma medida da taxa de fecundidade materna, algo próximo e que pode servir de *proxy* para a taxa de fecundidade total.[109] Para a

[106] Embora alguns estudos mostrem que ocorreu redução das quartações e crescente equilíbrio de sexo ente os forros entre fins do século XVIII e o XIX. Para o centro da capitania, nas Comarcas de Sabará e Ouro Preto, as cartas de alforrias registradas em cartório tenderam a ser distribuídas equitativamente a homens e mulheres a partir da segunda metade do século XVIII. HIGGINS, Kathe J. *"Licentious Liberty" in a brazilian gold-mining region*: slavery, gender and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais. University Park PA, 1999, p.211; GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade*: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011, Tabela 19, p.186.

[107] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravismo no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, pp.286-289.

[108] RODARTE, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, Mapa 5, p.89, Mapa 11, p.91, Mapa 13, pp.95.

[109] CAMPOS, Kátia M. Nunes. *"Sem dados não há demografia"*: uma proposta para a criação de um banco de dados demográficos e sua aplicação em uma paróquia mineira, 1760-1804. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2011. Para que a taxa de fecundidade auferida por Campos fosse considerada uma medida da fecundidade total seria necessário avaliar a percentagem de mulheres que não tiveram filhos, o que não é possível dadas as fontes utilizadas.

segunda metade do século XVIII na antiga paróquia mineradora de Antônio Dias a fecundidade materna foi de 5,65 filhos por mãe, uma taxa alta, capaz de gerar um crescimento intrínseco significativo. Mães brancas e pardas apresentaram uma taxa maior, respectivamente, 6,1 e 5,85 filhos, enquanto africanas e crioulas tiveram taxas menores, 5,3 e 5,5. De qualquer forma, as diferenças são pouco expressivas. Se, ao invés da cor/origem, for considerada a condição, a fecundidade materna para as mães livres (brancas, pardas e crioulas) fica em 6,1 enquanto para escravas e libertas cai para 5,33 e 5,44, respectivamente.[110] É interessante observar que a cor e a condição influem pouco nas taxas de fecundidade maternas. Como a historiografia internacional já sustenta há algum tempo, as taxas de nascimentos e mortes da população escrava são muito próximos a da população livre.[111] Na freguesia de São José, a fecundidade não deve ter sido menor do que o visualizado para Antônio Dias.

2.2. Inserção social e migração.

Acreditamos que a predominância masculina na população branca entre 30 e 50 anos visualizada em 1795 (mostrada no **Gráfico 2.2**) seja um sintoma de que muitos dos brancos eram migrantes que chegaram a São José em algum momento da segunda metade do século XVIII. Na verdade, a baixa representação masculina nas faixas de 10-19 e 20-29 anos registrada em 1831, tanto entre os livres brancos, quanto entre os negros e pardos, sugere uma tendência à emigração.

Iniciando pelo problema da chegada de migrantes, uma possível janela para a apreensão do fenômeno é fornecida pelos registros de casamentos celebrados na freguesia de São José. Era comum que os assentos paroquiais de matrimônios declarassem a paróquia de nascimento dos nubentes. Nossa série de registros de casamentos se estende de 1783 a 1850 e pode ser visualizada na **Tabela 2.**1. Para sua elaboração, consideramos os limites entre as Comarcas prevalentes no século XVIII. Pessoas que vieram de fora da área da antiga Comarca do Rio das Mortes eram, pelo menos, um quarto dos nubentes a se casar em S. José em todas as décadas até meados de 1820; a partir de então e até 1850 casaram-se quase exclusivamente pessoas daquela Comarca. Entre os adventícios, há ligeiro predomínio dos homens, mas o grande número de mulheres mostra que ocorreram migrações em família (dado que desabona

[110] Idem, tabela 21, p.218.
[111] KIPLE, Kenneth F. *The caribbean slave*: a biological history. Cambridge University Press, 1984, capítulo 07.

a razão de sexos como um bom índice de fluxos migratórios). Esses migrantes eram oriundos da região central mineira, notadamente da Comarca de Vila Rica, seguidos por pessoas oriundas da Comarca de Sabará e, em terceiro lugar, de Portugal e Ilhas. Não é possível saber há quanto tempo esses portugueses já estavam no Brasil, mas não é muito improvável que a freguesia, bem como outras áreas da Comarca do Rio das Mortes estivessem atraindo portugueses na segunda metade do XVIII.[112]

Tabela 2.1 - Origem dos nubentes livres na paróquia de S. José do Rio das Mortes, 1783-1850.

Regiões de nascimento*	1783-1800		1801-1825		1826-1850	
	H	M	H	M	H	M
Comarca do Rio das Mortes	295	374	782	889	223	237
Comarca de Vila Rica	55	33	94	48	12	4
Comarca de Sabará	41	15	67	42	6	6
Comarca do Serro	1	1	5	1	1	0
Outras Capitanias/Províncias	11	1	8	5	1	0
Portugal e Ilhas	36	15	61	32	16	12
TOTAL	*439*	*439*	*1.017*	*1.017*	*259*	*259*

* Considerados os limites das Comarcas Mineiras no começo do século XIX. Ver BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica:* demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.37 e pp.333-336.
Fonte: AEDSJDR, Livros de Casamentos.

Outro dado importante é que as pessoas vindas de fora da freguesia, com exceção dos portugueses, casavam-se, sobretudo, nas capelas aplicadas, raramente na Matriz, indicando que fixavam residência não na vila, mas nos distritos rurais em expansão na virada do XVIII para o XIX. Aqui também o comportamento da família de Hipólito Pinheiro, no caso que abre esse capítulo, fazia parte de um movimento mais amplo de famílias que buscavam terras na Comarca do Rio das Mortes.

Obviamente os registros de casamento não retratam quantitativamente os fluxos de migração que atingiram S. José, pois não representam fielmente uma cronologia da chegada de migrantes. Sempre havia a possibilidade de que o casamento poderia realizar-se anos depois da chegada ao local. Foi para minorar essa possibilidade que segmentamos os registros paroquiais em grandes grupos de vinte e cinco anos. Mas a intenção, nesse caso, é fornecer

[112] Bergad acredita que o crescimento da Comarca do Rio das Mortes na passagem para o XIX tenha sido resultado da reorganização interna da população mineira, sem a colaboração significativa de novos fluxos migratórios. Vários estudos de caso, no entanto, têm mostrado a chegada de portugueses ao Brasil e às Minas com muita frequência nesse período. Os reinóis passavam para as margens de cá do Atlântico para se engajar no comércio e acabavam contraindo núpcias com as filhas da elite proprietária mineira. BERGAD, Laird. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.179. Para alguns estudos de caso, consultar ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010, pp.176-188.

uma idéia do deslocamento e integração de forasteiros à freguesia sanjoseense. Nesse sentido, a localidade parece atraente a migrantes até o princípio do século XIX.[113]

Para avaliar a idade ao casar da população da freguesia de São José lançamos mão do método *Singulate Mean Age at Mariage* (SMAM).[114] O SMAM é a medida da idade média ao primeiro casamento entre aqueles que contraíram matrimônio num determinado limite de idade, normalmente entre os 15 e 50 anos – já que casamentos fora dessa faixa costumam ser pouco representativos. Basicamente o método demanda informações sobre a divisão sexual, etária e por estado conjugal da população, o que o Rol dos Confessados de 1795 e as listas nominativas de 1831 provêm. **A Tabela 2.2** a seguir mostra os resultados da aplicação do SMAM:

Tabela 2.2 - Idade média ao casamento para homens e mulheres em 1795 e 1831 pelo método SMAM

	1795	1831
Homens	27,08	25,32
Mulheres	17,54	20,33

Fontes: Rol dos Confessados de 1795, listas nominativas de 1831 e United Nations. Manual X: Indirect techniques for demographic estimation. New York: Department of International Economic and Social Affairs, 1983, Anexo I

Essas idades obtidas por métodos indiretos usando dados censitários, situam-se próximas das encontradas por Sílvia Brügger para a paróquia de S. João del Rei, aferidas através da observação direta dos processos de banhos matrimoniais. Brügger observou idades médias ao casar de 20,6 anos para as noivas e 26,9 para os noivos na década de 1790, e, respectivamente, 18,9 e 26,7 anos na década de 1830.[115] Outros resultados de observações diretas e indiretas apontam que a idade do *casamento feminino* variou entre os 19 e 20 anos no final do século XVIII e primeira metade do XIX em localidades mineiras, paulistas e paranaenses para as quais existem pesquisas.[116] Já as médias de idade para o casamento masculino, todavia, têm variação mais dramática. Apesar das pequenas divergências, a média de idade ao primeiro casamento dos homens em S. João e S. José são bem mais altas do que as aferidas por Maria Luíza Marcílio para a população da vila de Ubatuba através do método

[113] Situação semelhante foi percebida nos registros paroquiais da freguesia de S. João del Rei por BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, Tabelas 2.22 e 2.23.

[114] Ou idade média ao casamento. Ver United Nations. *Manual X*: Indirect techniques for demographic estimation. New York: Department of International Economic and Social Affairs, 1983, Anexo I.

[115] BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007. Tabela 2.16, p.97.

[116] As idades ao casar em várias localidades podem ser visualizadas em BACELLAR, Carlos de Almeida P. *Os senhores da terra:* família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas, Ed. UNICAMP, 1997, Tabelas 04 e 05, pp.62-63.

de reconstituição de famílias. Na vila do litoral paulista, a autora verificou que homens casavam-se em torno dos 21,6 anos e as mulheres aos 20,8 anos.[117]

Idades ao casar mais altas podem significar escassez de recursos, na medida em que o homem casava-se apenas após uma trajetória mais longa para amealhar as condições de firmar um domicílio. Para Maria Luiza Marcílio, o fator que permitia idades ao casar mais baixas no Brasil do que na Europa ocidental era essencialmente a abundância de terras. Na Europa do Antigo Regime, marcada pela ocupação intensa do solo, não era raro que o casamento dos camponeses dependesse da morte dos pais para o acesso a terras ou a outros recursos. Assim, as idades ao casar eram relativamente altas, por volta dos 27 para os homens e dos 25 anos para as mulheres, resultando numa fecundidade contida e num crescimento populacional limitado.[118] Segundo Jonh Hajnal, os casamentos tardios para ambos os sexos no noroeste da Europa constituíam um "sistema de formação de domicílios simples", enquanto casamentos precoces engendrariam um "sistema de domicílios compostos", na medida em que o casal jovem iniciaria a vida conjugal em um domicílio com uma pessoa mais velha que continua chefiando o fogo.[119]

Essas considerações chamam atenção para a importância das flutuações econômicas na formação de novos domicílios e para os planos familiares de manutenção de riqueza e *status*. De acordo com François Lebrun, o casamento fundava uma nova família, a unidade fundamental de trabalho, produção e organização da sociedade civil e era ao mesmo tempo uma instituição religiosa que regulava as atitudes sexuais e a procriação, e também uma instituição civil que unia patrimônios e transmitia a propriedade. Como princípio geral, o casamento era considerado um negócio subordinado aos interesses materiais de duas famílias, de fundar um novo lar suscetível de continuar uma linhagem e de assumir um patrimônio.[120] Daí que a postergação do casamento pode também ser uma estratégia com a qual as famílias se permitiam escolher bem os noivos de seus descendentes. Como mostra Carlos Prado

[117] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara. Terra e população*: estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006, p.173.
[118] MARCÍLIO, Maria Luíza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. *In* Idem (org.). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, p.195 e p.197.
[119] HAJNAL, Jonh. Two kinds of households formation system. *Population and development review.* New York, v.8, n.3, pp.449-494, sept.1982.
[120] LEBRUN, François. Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais. *In* MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, pp.171-177.

Bacellar, essa estratégia guiou as escolhas da elite paulista, cujos filhos casavam-se, em média, depois dos 27 anos. [121]

2.3. A população escrava

Os cativos formavam o setor da sociedade escravista mais suscetível a transformações bruscas na sua demografia. Como o escravo era, antes de tudo, uma força de trabalho e sua condição era fundada na obrigação de trabalho para outrem, a dinâmica da população mancípia era influenciada pelo tipo de tarefa que se exigia do escravo, pela capacidade do senhor de repor mão de obra, pelos ritmos do tráfico africano etc. A reposição da mão de obra escrava na vila de São José dependeu de uma série de fatores que poderiam incentivar ou inibir a procriação, aumentar ou diminuir as chances de mortalidade, e, no fim das contas, da possibilidade da compra de um escravo novo.

Quanto à capacidade de procriação, a desproporção entre o número de homens e o de mulheres é apontada como um fator negativo para a reprodução interna. A reprodução ampliada de populações pesadamente masculinas exigiria taxas muito elevadas de fecundidade, sem dúvida elevadas demais para populações escravas com baixo número de mulheres africanas, as quais já chegavam ao Brasil em idade adulta e, portanto, com parte de sua idade fértil consumida. Além da idade, outros fatores reduziriam a fecundidade das escravas como a amamentação prolongada, normas culturais africanas que proibiriam o intercurso sexual durante a lactação, e a deficiência nutricional que provocaria um retardamento da menorreia e a antecipação da menopausa.[122] Todas essas condições tornavam ainda mais difícil a reposição ampliada da mão-de-obra escrava. Talvez mais complicado do que a questão do número de homens, fosse a formação de casais numa mesma escravaria, já que os senhores desencorajavam uniões entre escravos de donos diferentes.[123] Essa situação

[121] BACELLAR, Carlos de Almeida P. *Os senhores da terra:* família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas, Ed. UNICAMP, 1997.

[122] Sobre a hipótese de amamentação prolongada e de tabus sexuais durante a lactação entre os escravos americanos ver KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. A demografia dos escravos americanos. *In* MARCÍLIO, Maria Luiza (org). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, pp.224-225. Ver também a rápida menção ao assunto em KLEIN, Herbert S.. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto (SP): FUNPEC Editora, 2004, p.167. Sobre a influência da nutrição na fecundidade e gestação ver o esclarecedor debate proposto por KIPLE, Kenneth F. *The caribbean slave*: a biological history. Cambridge University Press, 1984, p.110.

[123] Como afirma Stuart B. Schwartz, ao impedir casamentos de escravos pertencentes a senhores diferentes, os proprietários sobrepunham seus interesses econômicos sobre as normas da Igreja. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p.313. Robert Slenes e Sheila de Castro Faria notaram no Oeste Paulista do XIX e na Paraíba do Sul do XVIII a quase nulidade

era agravada no contexto mineiro pela disseminação das pequenas posses, que giravam em torno de apenas cinco escravos por proprietário.[124]

Quanto ao problema da mortalidade, especialmente a infantil, a liberação da gestante do trabalho mais pesado seria uma ação fundamental para diminuir os riscos de aborto. Mas em pequenas propriedades escravistas, onde o trabalho de todos era necessário, dificilmente as escravas gestantes conseguiriam se livrar do trabalho durante a gravidez. Tão importante quanto a diminuição da intensidade do trabalho é a alimentação da gestante e da lactante. As necessidades de nutrientes são ampliadas nessa fase e a alimentação suficiente e variada, contando especialmente em carnes frescas, gordura animal e leite, é destacada como quesito importante.[125] Nesse ponto, a alimentação em Minas era muito semelhante à do sul estadunidense e ambas bastante diferentes daquela do escravo caribenho. Na década de 1820, a Câmara da vila de S. José informava ao Conselho Provincial que a agropecuária da região concentrava-se na plantação de milho, feijão, arroz e alguns legumes "menos consideráveis" e na criação de gado vacum, cavalar, lanígero e, principalmente, de porcos. Estes últimos eram consumidos e exportados em mantas de toucinho salgadas e carne fresca ou conservada na gordura.[126] Como afirma Eduardo Frieiro, a comida dos escravos não era muito diferente daquela consumida pela população livre e pobre e envolvia, na sua apresentação trivial, angu de fubá e feijão, normalmente temperados com um pedaço de toucinho ou carne de porco.[127]

Quanto às possibilidade do tráfico, a cronologia da importação de escravos para Minas proposta por Douglas Libby é a melhor aproximação para as entradas de africanos e informa como a demografia escrava foi condicionada por essa migração forçada. Libby usa registros paróquias de batismos de africanos adultos em cinco freguesias mineiras como índices indiretos da importação de escravos. Seu estudo estabelece que as décadas de 1790 e 1800 são de baixa na entrada de africanos novos na capitania, enquanto o período 1810 a 1830 é de

---

dos casamentos entre escravos de posses diferentes. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.314-316. SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.75.

[124] Como notamos para o caso do termo da vila de São José. Ver GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro *e outros*. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento – o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*. 23(37), pp.184-207, jan/jun 2007.

[125] A mais importante referência nesse campo ainda pouco explorado da alimentação e saúde dos escravos é KIPLE, Kenneth F. *The caribbean slave*: a biological history. Cambridge University Press, 1984. Ver sobretudo o capítulo 08: "Slave infant and child mortality".

[126] RAPM, vol.II, pp.46-47, jan.-mar. 1897.

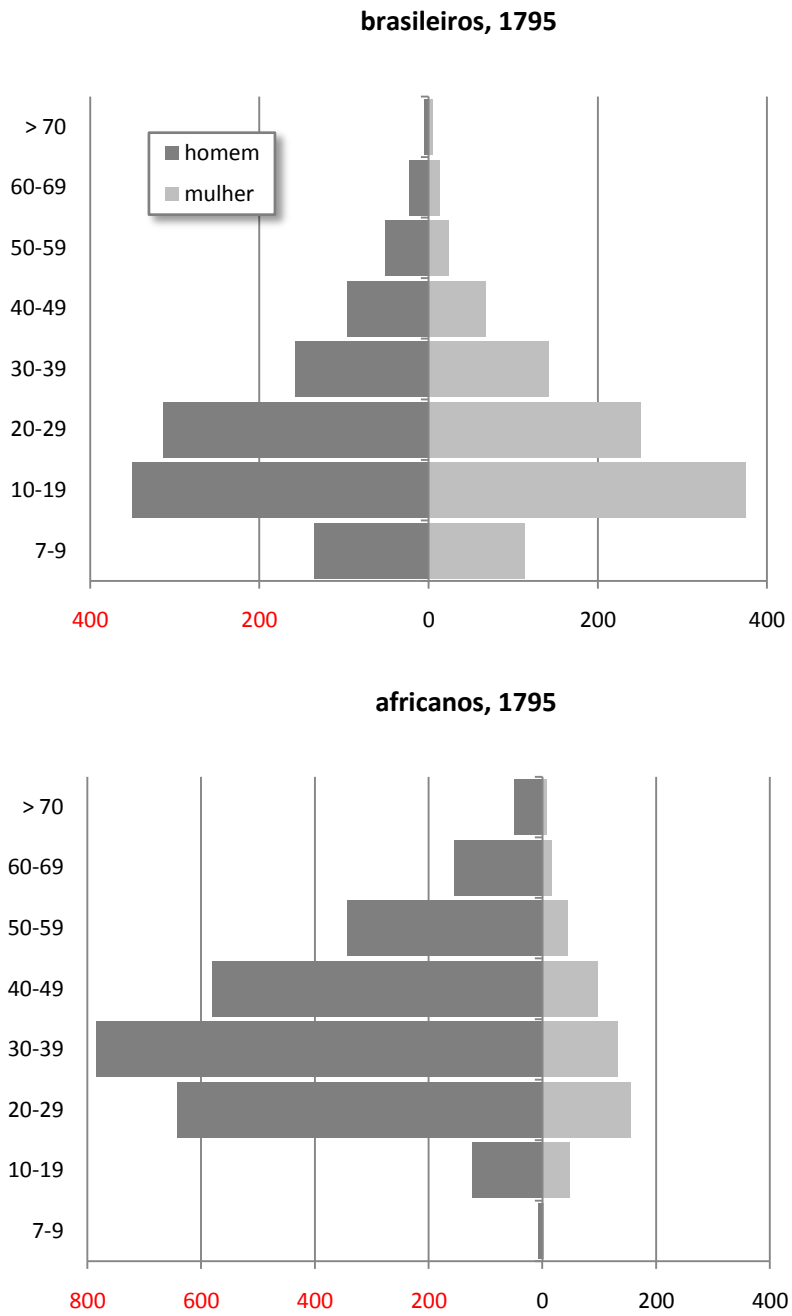
[127] FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966, pp.139-147.

rápido ingresso de escravos africanos.[128] O espaço de duas décadas de queda na participação no tráfico seria um sinal das dificuldades econômicas enfrentadas por Minas no seu processo de acomodação econômica com a decadência da mineração. Mesmo que as décadas de 1790 e 1800 tenham sido de grande importação de escravos pelo Brasil, processo facultado pelo "renascimento" da agroexportação, as Minas Gerais passaram ao largo desse processo. Nesses vinte anos, como veremos, a pausa na importação de escravos deve ter sido fundamental para a formação de famílias escravas e o fomento à reprodução interna. Quando o tráfico foi retomado na década de 1810, a população africana que chega não provoca mudanças dramáticas no padrão demográfico da parcela escrava.[129] Essa cronologia, bem como o estudo do caso particular da freguesia de São José, demonstra que a fecundidade e o tráfico conjugaram-se na reprodução das escravarias mineiras, como sustentam, há vários anos, pesquisadores como Douglas Libby e Clotilde Paiva.[130]

Dos escravos registrados em 1795, 2.125 (ou 40%) eram naturais do Brasil, enquanto os demais 3.195 eram procedentes de diversas origens africanas. Quase quarenta anos depois, em 1831, a população escrava aumentou e sua composição se inverteu. Nesse ano, a maioria dos escravos era nativa do Brasil (3.836 ou 58% do total), enquanto os africanos somavam 2.721.[131] As pirâmides de população escrava nos **Gráficos 2.3** e **2.4** permitem afirmar com uma boa dose de confiança que a reprodução interna desempenhou um papel significativo no crescimento do contingente escravo, embora a influência do tráfico não possa ser ignorada.

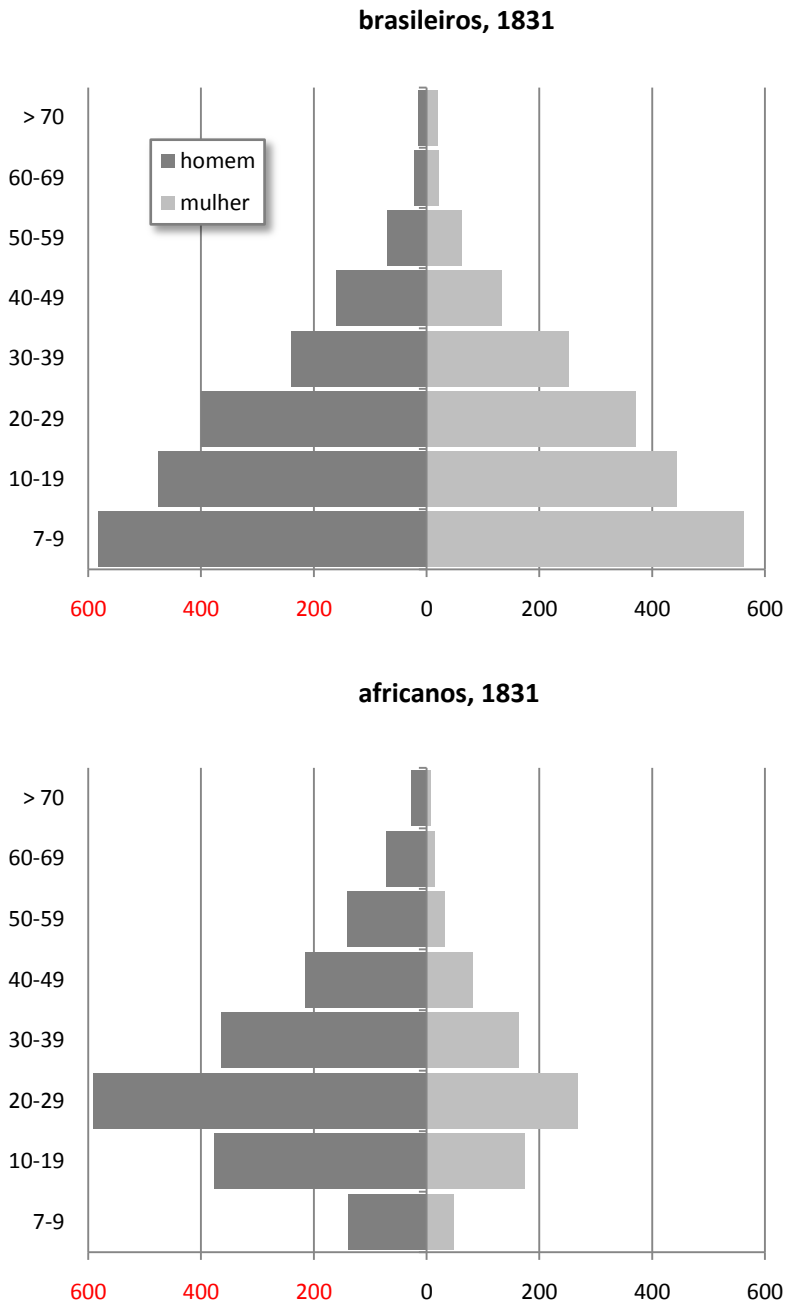
[128] LIBBY, Douglas C. O tráfico internacional e a demografia escrava em Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia F. (org). *Sons, formas e movimentos na modernidade atlântica*: Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: Fapemig: PPGH-UFMG, 2008.
[129] Como o exemplo americano destacado por Herbert Georges Gutman, quando o tráfico que volta a irrigar as plantações no final do XVIII e primeiros anos do XIX traz grande número de africanos que são integrados à comunidade escrava previamente constituída. GUTMAN, Herbert Georges. *The Black Family in Slavery and Freedon, 1750-1925*. New York, Vintage Books (Random House), 1976, capítulo 8.
[130] LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, v. 25, n. 2, pp.203-233, 1995.
[131] Para 10 escravos não foi possível identificar a origem.

Gráfico 2.3 - Pirâmides etárias da população escrava na freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1795.



Fonte: Rol dos Confessados de 1795.

Gráfico 2.4 - Pirâmides etárias da população escrava na freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1831.



Fontes: listas nominativas de 1831.

Como é conhecido, o comércio transatlântico de escravos trazia para o Brasil preferencialmente homens em relação às mulheres (2 ou 3 homens para cada mulher) e majoritariamente pessoas em idade produtiva (até 80%) em relação à velhos e crianças.[132] Daí que a população escrava tinha um viés etário e sexual muito destacado pela predominância de homens jovens. Nossos censos, no entanto, permitem dividir a população escrava por origem

[132] KLEIN, Herbert S.. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2004, pp.160-163.

e visualizar em separado os efeitos da fecundidade e do tráfico. Assim, as pirâmides etárias dos escravos nascidos no Brasil mostram equilíbrio entre os sexos e grande proporção de crianças. Mas mesmo aí o tráfico deve ter influído positivamente para o crescimento endógeno após a retomada da entrada de africanos nos anos 1810. Nessa fase, o comércio escravista trouxe maior número de crianças e mulheres africanas, as quais geravam filhos que contribuíram para o crescimento da população escrava nativa.

Quanto ao setor africano dos escravos, cabe observar que ele rejuvenesce: em 1795 a maior parte dos africanos tinha entre 30 e 39 anos, enquanto em 1831 a maior parte tem entre 20-29. Esse fenômeno é um indicador de que o tráfico havia voltado a abastecer as escravarias de São José nos anos anteriores à realização das listas. Outros dois fortes indícios que apontam a ação do tráfico para a freguesia no século XIX são o crescimento da quantidade de mulheres africanas e a chegada de crianças. Ambos os fenômenos, segundo Herbert Klein, são traços distintivos do tráfico de escravos no século XIX.[133]

2.4. Força de Trabalho

A dinâmica da população livre e escrava de São José visualizada neste capítulo busca levantar necessidades e capacidades de trabalho nos domicílios sanjoseenses. A alta fecundidade das mulheres livres sinaliza a formação de famílias grandes o que ampliaria a força de trabalho livre dos domicílios. No entanto, a alta fecundidade criaria alguns desafios. Em primeiro lugar, a necessidade de manter filhos pequenos que ainda não produzem e subtraem parte da capacidade de trabalho feminino do domicílio. É fato que a mortalidade reduzia o peso das novas gerações, mas ainda assim, a gestação e o cuidado dos membros não produtivos do domicílio ocupava braços e desviava recursos. Em segundo lugar, a força de trabalho familiar era transitória podendo ser aproveitada, pelo menos, até que os filhos se casem. A inserção social dessas novas pessoas ainda criava novos problemas, pois demandava a partilha dos bens paternos, a incorporação de terras virgens ou alguma ocupação produtiva.

A incorporação de mão de obra escrava poderia representar uma solução parcial para esses problemas. Uma escrava poderia ser ama de leite dos recém-nascidos, como foi prática em famílias mais ricas.[134] Os registros dessa prática em domicílios de pequenos produtores

[133] Idem, p.162.
[134] Chica da Silva, como era hábito entre mulheres da elite no século XVIII, também se valeu de amas de leite. FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes*: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

são escassos, mas, como veremos no próximo capítulo, na década de 1830 era comum que pequenos planteis fossem mais femininos, possivelmente devido à capacidade de reprodução da escrava e ao seu uso mais diversificado. Um cativo também era um trabalhador permanentemente ligado ao domicílio e, portanto, uma fonte de trabalho permanente. Somente o adoecimento, a fuga ou a transferência por herança ou legado poderiam tirar o escravo do poder do senhor. Como os escravos representavam até três quartos da riqueza dos pequenos proprietários (conforme apresentamos no capítulo 05) não é descabido pensar que esses senhores tivessem grande preocupação com a manutenção de suas escravarias. O fato de que a freguesia tenha permanecido fortemente escravista ao longo do período em tela – em torno de 50% dos moradores eram escravos em 1795 e 40% em 1831 – demonstra o apego à escravidão e a capacidade de conservação desse tipo de trabalho.

No entanto, a maioria dos domicílios tinha poucos escravos e a convivência do trabalho escravo e livre dentro da mesma unidade produtiva foi a situação normal na freguesia de São José. O **Gráfico 2.5** mostra como os domicílios mesclavam a força de trabalho escrava e livre Adotamos a faixa entre 08 e 60 anos como recorte de idade produtiva, sem distinção para sexo ou condição do trabalhador. A linha contínua e mais destacada mostra o número mediano de trabalhadores escravos para cada trabalhador livre de acordo com o tamanho da força de trabalho do domicílio (representada pelo eixo horizontal do gráfico). As linhas pontilhadas mostram a proporção de livres e escravos em idade produtiva alocados nos domicílios segundo tamanho de sua mão de obra ativa. Verifica-se que o número de escravos somente supera o de livres nos fogos com força de trabalho superior a 10 pessoas em 1795 e nos fogos com mais de 9 trabalhadores no ano de 1831. Antes desses patamares, a força de trabalho livre é predominante. No final do século XVIII os fogos com mais de 20 pessoas em idade ativa tinham, uma mediana de 3,5 trabalhadores escravos para cada livre em sua força de trabalho, chegando a 7 escravos para cada livre nos grandes domicílios com mais de 30 trabalhadores. No começo da década de 1830 os domicílios com força de trabalho na casa do 15 ou 20 trabalhadores chegavam a ter uma mediana de 2,5 escravos para cada livre, enquanto nos domicílios com força de trabalho superior a 30 trabalhadores havia quase 8 escravos para cada livre. Se a presença de escravos era maior nos grandes domicílios da década de 1830, nos pequenos, pelo contrário, a força de trabalho escrava pareceu menos presente. A mediana de escravos em idade ativa não sai de zero até os fogos com seis trabalhadores. Essa redução é um resultado da maior formação de famílias no século XIX, especialmente entre os

proprietários de escravos (fato que será mais bem discutido no capítulo 03), aumentando a presença da força de trabalho livre.

Gráfico 2.5 - Distribuição da mão de obra ativa (08-60 anos) em S. José, segundo o tamanho da força de trabalho no domicílio

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1831.

Em São José os cativos eram a principal fonte de trabalho extra familiar, mesmo para os pequenos produtores. Os agregados domésticos eram no ano de 1795, quando podem ser melhor visualizados, 0,9% da força de trabalho livre (com cerca de 9 em cada 10 agregados estivessem em idade ativa), enquanto em 1831 os agregado representavam meros 0,016% da força de trabalho livre. Apesar de que nossos censos não sejam perfeitos na identificação dos agregados e sem considerar a importância desses sujeitos para pensar a diversidade dos arranjos domésticos na sociedade escravista, sua baixa participação na força de trabalho mostra que eram uma parcela subsidiária de mão-de-obra na freguesia de S. José, muito diferente do que acontecia em regiões paulistas.[135]

Por fim, o **Gráfico 2.5** nos mostra que as percentagens de livres e escravos alocadas em cada faixa de força de trabalho seguiram, abertamente, tendências opostas. A redução da força de trabalho escrava nos domicílios pequenos no ano de 1831 aparece mais clara. Existem escravos nas pequenas posses nesse ano, mas não tantos quanto havia no final do século XVIII. A distribuição e composição dos planteis escravos serão analisados no próximo capítulo.

[135] Por exemplo, os casos de Sorocaba e Itu estudadas, respectivamente, por Carlos Bacellar e Eni Samara. No ano de 1810 em Sorocaba, os agregados chegavam a representar 70% da força de trabalho dos fogos com menos de cinco cativos e até um quinto dos trabalhadores nos fogos maiores. Em Itu, o agregado representava 10% de toda a mão-de-obra disponível no final do século XVIII, mas sua significância foi progressivamente diminuindo no XIX na medida em que a agricultura comercial de cana-de-açúcar se desenvolvia. BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial:* Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001, p.149. SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano*: Itu, 1780-1830. São Paulo: Edusp, 2005, p.108.

Parte II: Uma economia escravista

Capítulo 3. Senhores e seus escravos

Numa carta à presidência da província em dezembro de 1848, o Juiz de Paz da vila de São José, o senhor Manoel Fernandes Airão, expressava sua simpatia com as "luminosas idéias" do governo de agir contra o tráfico ilegal de escravos e, assim, "proteger o trabalho livre" e "alentar os nossos produtos e manufaturas". Em todo o conteúdo da missiva o trabalho escravo foi encarado como um estorvo ao desenvolvimento da população livre, pois lhe tomava os postos de trabalho. Na visão do juiz, era recomendável aos "poderes do estado ir progressivamente tributando os escravos que obstruem nossos povoados e usurpam os meios das classes pobres e médias ganharem a vida na mecânica e artes úteis" (destaque nosso). O fim do tráfico e a dificuldade no acesso ao cativo seriam formas eficazes de "moralizar e aumentar gratuitamente a população". Para o juiz, o trabalho escravo era dispendioso e imoral. Por um lado, a aquisição e o sustento desses trabalhadores certamente tomariam recursos que poderiam ser empregues na produção. Por outro lado, o escravo, por ser privado da liberdade e ter todo o fruto do seu trabalho apropriado, não tinha o mesmo amor ao trabalho que o homem livre. Além do mais, enquanto pudessem valer-se de escravos os produtores não se dedicariam com empenho verdadeiro aos seus ofícios. Embora mascarada pelo tom anti-escravista, aparece subrepticiamente nas intenções do juiz a proposta de transformar o indolente pequeno senhor em força de trabalho para "baratear a perfeição da mão de obra pela premiada concorrência".[136]

É possível que Airão expressasse uma desconfiança pessoal com o trabalhador cativo, afinal, ele já sofrera problemas com a administração do seu plantel. Manoel Fernandes Airão era um comerciante que, em 1831, vivia no distrito de Bom Jesus dos Perdões, acompanhado de um caixeiro, três jornaleiros, e catorze escravos.[137] Destes últimos, apenas três não eram africanos e só havia uma mulher. Exceto o pequeno escravo Francisco pardo, descrito na lista nominativa como "estudante", todos estavam em idade produtiva e tinham ocupações. Havia três escravos tropeiros, um cozinheiro, um fabricante de ferro e os demais trabalhavam na lavoura. No ano de 1834 ocorreu o primeiro entrevero que conhecemos entre Airão e seus cativos. Nesse ano o Juiz de Paz anunciou no periódico *Astro de Minas* da vila de São João del Rei a fuga de seu escravo Manoel benguela, de 24 anos, "estatura ordinária, bastante fula, dentes abertos orelha direita furada, da mesma parte umas cicatrizes, pouca barba, nariz chato

[136] APM - PP. 1/18 Cx.141-doc.33 – 09/12/1848
[137] Lista nominativa do distrito de Bom Jesus dos Perdões, quarteirão 01, fogo 21.

pés pequenos".[138] Manoel não estava entre os escravos listados em 1831, o que sugere que ele tenha sido adquirido entre a data do censo e a publicação do anúncio de fuga. Segundo Manolo Florentino, a fuga de africanos novos era comum no Rio de Janeiro devido à desorientação dos escravos recém-desembarcados.[139] Em Minas, os africanos eram em torno de metade dos fugitivos anunciados em periódicos da primeira metade dos Oitocentos, o que nos sugere que além do choque da passagem à América outros aspectos ligados à escravização motivassem a fuga de crioulos. Manoel Fernandes Airão experimentou a evasão de um escravo e, talvez por isso, não tivesse confiança nessa mão de obra.

Mas os problemas não pararam aí. Em 1839 Airão enfrentou novas dificuldades com seus escravos quando lhe fugiu o crioulo Florentino após uma briga em que este matou o parceiro Joaquim africano, também escravo de Airão. Ambos os escravos apareceram na lista de 1831; segundo suas idades naquele censo, Florentino crioulo teria 24 anos e Joaquim 20 na ocasião em que discutiram e brigaram. Ambos haviam sido mandados ao arraial de Perdões para entregar produtos do engenho, recebendo ordens de retornar o mais breve possível. Joaquim cumpriu a determinação, enquanto Florentino ficou no arraial se divertindo. Ao regressar para a fazenda, Florentino foi tirar satisfação com Joaquim a fim de saber por que ele não o havia esperado para retornarem juntos, deu-lhe várias pancadas e depois o matou com uma facada na barriga.[140]

Além desses aspectos particulares da experiência de Airão como senhor de escravos, sua carta enuncia significados políticos mais amplos difundidos pelo ideário liberal-moderado, dominante na política provincial até aproximadamente 1837. A posição dos moderados sobre a escravidão refletia as ambiguidades desse grupo fortemente apegado à ideia de civilização e à propriedade. Os periódicos que difundiam os valores políticos do grupo, em geral, evitavam tratar da escravidão.[141] Quando o fazia era sob uma perspectiva de

---

[138] *Astro de Minas*, nº 1.081, 21/10/1834 – Acervo de microfilmes da Biblioteca do Campus Dom Bosco, Universidade Federal de São João del Rei.

[139] FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. *Revista USP*. São Paulo, n.58, p. 104-115, junho/agosto 2003. COSTA, Ana C. R. *Fugas de escravos na Comarca do Rio das Mortes* – primeira metade do século XIX. São João del Rei (MG): DECIS/UFSJ, 2013 (Mestrado em História), p.98.

[140] LABDOC/UFSJ - Fórum de Oliveira. Processo Crime, 36-02, 1839.

[141] Segundo Marcelo Basile, nos cinco anos e meio de publicação do moderado *Aurora Fluminense*, a escravidão não foi abordada mais do que uma quinzena de vezes em mais de seiscentas edições. BASILE, Marcelo. O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. Rio de Janeiro: IFCHS/UFRJ, 2004, p.49 (Tese de doutorado). Ver também o artigo de ANDRADE, Marcos Ferreira de. Imprensa moderada e escravidão: o debate sobre o fim do tráfico e o temor do haitaianismo no Brasil Regencial (1831 -1835). In Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, maio/2009. SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo:

condenação moral, no sentido de que a escravidão representava um atraso civilizacional. A posição do eminente político moderado Evaristo da Veiga, redator do periódico *Aurora Fluminense*, era de que a condição escrava do africano "não representava nenhum ganho para a nação, muito ao contrário, estimulava a barbárie, até mesmo entre os senhores, além de corromper a sociedade, retardando o nosso aperfeiçoamento moral" [142] Os moderados buscavam, então, convencer seu público das desvantagens de manter o sistema escravista. Nesse intuito consideravam o fim do tráfico um passo essencial, seguido pela introdução de imigrantes e máquinas. Na ocasião em que o deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcellos, antigo líder moderado convertido ao Regresso, apresentou à Assembléia Provincial indicativo de mudanças na lei de 7 de novembro de 1831 visando a permanência do tráfico, o jornal moderado *Astro de Minas*, publicado na vila de São João del Rei, reagiu com um discurso cujas ideias centrais, alguns anos depois, apareceram refletidas na opiniões do juiz Airão:

> A Província de Minas conta seguramente um terço de escravos em o total da população; e que vantagem podemos nós esperar do aumento da raça negra? O seu embrutecimento e inaptidão [...], a sua condição, que os obriga a não se interessar pelo aperfeiçoamento de qualquer indústria [...] tudo enfim nos induz a crer, que são os escravos o maior estorvo, que obstará ainda por longos anos o melhoramento de nossos grosseiros métodos de agriculturar a terra.[143]

Um arrazoado desse dificilmente encontraria eco na São José de fins do século XVIII, em que metade dos domicílios possuía escravos. Mesmo na década de 1830, a propriedade escrava era esteio de grande parte dos proprietários mineiros, o que tornava inócuas as argumentações moderadas sobre o fim do tráfico. Nem todos os domicílios não-escravistas da província eram pobres alijados da política, uma vez que tinham grande relevância os profissionais liberais e funcionários na estrutura ocupacional mineira, que constituíam um sólido pilar para o grupo moderado. Mas é igualmente inegável a penetração da escravidão nos domicílios mineiros, os quais, na década de 1830, usavam trabalho escravo em cerca de um em cada três casos. A revelação desta impressionante dispersão da posse escrava foi feita no final da década de 1980 no trabalho do prof. Douglas C. Libby, em um uso pioneiro das

---

Hucitec; Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2009 trata da preponderância do ideário liberal moderado em Minas Gerais.

[142] *Aurora Fluminense*, nº 489, 27/05/1831 *apud* ANDRADE, Marcos Ferreira de. Imprensa moderada e escravidão: o debate sobre o fim do tráfico e o temor do haitaianismo no Brasil Regencial (1831 -1835). In Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, maio/2009

[143] *Astro de Minas*, nº 1142, 14/03/1835 – Acervo de microfilmes da Biblioteca do Campus Dom Bosco, Universidade Federal de São João del Rei.

listas nominativas de habitantes da província.[144] Uma das conclusões do seu estudo é de que a ampla base social da escravidão em Minas garantiu a legitimidade e longevidade do sistema. O escravo era um bem relativamente "democrático", cuja aquisição esteve disponível a uma grande proporção de domicílios tanto aqueles inseridos nas rentáveis atividades de abastecimento da praça da Corte e das minerações, quanto nas pequenas unidades produtivas que produziam alimentos para os arraiais e vilas, e ainda nos fogos de artesãos especializados. A expansão da produção de abastecimento, a mineração em profundidade, o desenvolvimento de centros de comércio, o relativo isolamento geográfico da província que protegia o mercado local dos produtos ingleses foram aspectos que abriram oportunidades econômicas para agentes de diversas escalas em Minas na primeira metade do século XIX. Enquanto o tráfico esteve aberto, as necessidades de mão de obra desses agentes puderam ser supridas através da escravidão.

Na cidade do Rio de Janeiro, onde o crescimento econômico foi potencializado pelo desenvolvimento do comércio atlântico e pela expansão urbana, a utilização do trabalho escravo foi disseminada entre diversos setores ao longo da primeira metade do XIX. A pesquisa do prof. Zephyr Frank demonstrou como o investimento em um escravo era factível e racional dados os valores dessa mão de obra e os retornos percebidos pelo aluguel desse trabalhador numa economia carente de serviços. Mesmo ex-escravos tornaram-se senhores e detentores de patrimônios consideráveis – pelo menos enquanto o tráfico manteve os preços do cativo relativamente baixos e a demanda de trabalho na cidade fomentava o emprego dessa força de trabalho como carregadores, amas, lavadeiras, cozinheiras, músicos, pedreiros, sangradores e assim por diante. Como ressalta Frank, nesse contexto era inviável qualquer proposta de abolição, uma vez que não encontrava respaldo social.[145]

Na freguesia de São José veremos na década de 1830 uma situação muito próxima dos cenários de Libby e Frank e teremos a oportunidade de notar que suas raízes lançam-se no século XVIII. Havia escravos em um de cada dois domicílios listados no Rol de Confessados de 1795 e em um de cada 2,5 fogos nas listas nominativas de 1831. Veremos também que uma posse tão dispersa gerou um grupo de proprietários heterogêneo, em que senhores negros e pardos compunham de um quarto a um terço de todos os escravistas. A difusão da propriedade escrava, no entanto, encobria outra característica estrutural da composição dos

[144] LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.
[145] FRANK, Zephir L. *Dutra´s world*: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro. Albuquerque: Universityof New Mexico Press, 2004.

patrimônios: sua alta concentração em poucas mãos. De fato, se existiam muitos domicílios que se valiam do trabalho escravo, em muitos poucos os cativos ultrapassavam os livres em idade ativa.

3.1. A distribuição da propriedade escrava.

Há algum tempo que os estudiosos sabem que a grande maioria dos proprietários de escravos tinham posses pequenas. A propriedade de escravos era mais dispersa em áreas de produção voltada para o consumo interno e mais concentrada em áreas de plantação como as regiões açucareiras e cafeicultoras. Não obstante, no Brasil, escravarias com mais de 50 cativos estavam longe de ser a regra mesmo nessas últimas áreas.[146] Em Minas Gerais, as informações disponíveis apontam predominância de pequenas posses desde as primeiras décadas da mineração. As fontes consultadas por Francisco Vidal Luna sobre a posse de escravos em 1718, por exemplo, mostram que os donos de 1 a 5 escravos eram algo em torno de metade dos proprietários – geralmente mais do que isso – mas não controlavam muito mais do que um quarto desses trabalhadores; por outro lado, senhores com mais de 40 escravos simplesmente não apareciam em várias das localidades pesquisadas, constituíam algo próximo a 2% dos proprietários e tinham em torno de 10 e 20% dos escravos.[147] Dados como esses deixam patente que a mineração, em seus primeiros tempos, era uma atividade de empresas pequenas e médias (em comparação com os engenhos de açúcar nordestinos da mesma época). O padrão de posse descrito por Tarcísio Botelho para localidades mineradoras na década de 1720 não é muito diferente. Seu estudo apresenta informações sobre o termo da vila de São José, onde havia 3.357 escravos e 494 proprietários. O maior grupo de proprietários era o de donos de 1 a 4 escravos, 56% do total, que controlavam 18,6% da mão-de-obra; eram seguidos pelos donos de 5 a 9 escravos, 23,9% dos proprietários, donos de 24% dos escravos; os donos de dez ou mais cativos eram um quinto dos proprietários e tinham 57,6% dos escravos.[148]

No período de que nos ocupamos, a fecundidade das escravas e o tráfico ajudaram a manter a freguesia de Santo Antônio da vila de São José do Rio das Mortes fortemente

[146] SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. Vol. 13, Nº 1, jan-abr., 1983, pp.256-287.
[147] LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1718. *In* LUNA, COSTA & KLEIN. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009, p.264.
[148] BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c.1720. In: BOTELHO, Tarcísio R. e outros (org.). *História quantitativa e serial no Brasil:* um balanço. Goiânia: Anpuh-MG, 2001, p.153.

escravista, com mais de 40% da população constituída de cativos. Os escravos estavam em praticamente 50% dos domicílios no ano de 1795, uma distribuição muito alta em relação a qualquer região escravista.[149] Essa taxa funciona como um índice indireto da distribuição de riqueza na localidade e aponta a existência de patrimônio em, pelo menos, metade dos fogos da freguesia no final do século XVIII. Em 1831, a dispersão da propriedade escrava ainda é grande e encontramos a presença de escravos em 40% dos domicílios. Em ambos os momentos predominavam as pequenas posses, sendo que os domicílios com até cinco escravos constituíam 71,2% dos fogos escravistas em 1795 e 61,5% em 1831. O acesso a alguns escravos foi algo factível a uma parte muito significativa dos domicílios sanjoseenses entre fins do século XVIII e a primeira metade do XIX. A reprodução interna e o tráfico sem dúvida colaboraram para isso ao reiterar no tempo a força de trabalho escrava.

Nessa parte do trabalho compararemos a estrutura da posse de escravos no final do século XVIII e na década de 1830, o que deve iluminar as diferentes conjunturas econômicas e a viabilidade de acesso ao trabalho escravo na transição do Século do Ouro para o XIX. A primeira informação que devemos guardar é que, segundo a cronologia do tráfico de escravos para Minas Gerais construída por Libby e adotada nesta pesquisa, os anos de 1790 e 1800 foram de baixas entradas de africanos novos na capitania. Em São José, não se registraram batismos de africanos adultos nessas décadas, o que denuncia a virtual ausência de tráfico. Depois da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e nas décadas posteriores, a situação reverteu-se completamente. Libby indica que a região do Rio das Mortes, possivelmente pela forte ligação comercial com a Corte, foi a que mais registrou a entrada de novos escravos. Entre as décadas de 1810 e 1830 o tráfico abarrotou as escravarias mineiras de africanos novos, muitos homens e mulheres jovens destinados às mais diversas ocupações.

As **Tabelas 3.1** e **3.2** a seguir apresentam as alterações na estrutura de posse na freguesia de São José. Sua preparação merece três ou quatro comentários antes de passarmos a seus resultados. O primeiro é que realizamos uma análise da distribuição de escravos por domicílios e não por proprietários. Isto porque não necessariamente os escravos que foram listados nos domicílios no momento dos censos pertenciam à pessoa que encabeçava a unidade doméstica. Por exemplo, no ano de 1795, no fogo 31 do distrito da Lage, viviam 35 escravos, sendo que 21 eram do casal Alferes Domingos Gonçalves Lopes e Dona Genoveva

[149] Ver a comparação entre a posse de escravos na freguesia de S. José e outras regiões escravistas em LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000, p.29.

Bernarda de Lara, que chefiavam o domicílio, outros 5 pertenciam à matriarca Joana de Almeida Góis, anotada como agregada, e os demais 9 escravos pertenciam à Ana de Proença, uma irmã de Genoveva que vivia agregada no domicílio. Outro caso: dos 22 escravos que viviam no domicílio 526 da vila de São José, 7 pertenciam ao chefe do fogo, o Reverendo Padre Miguel Rebelo Barbosa, enquanto outros 14 eram do industrioso escravo Anacleto, um pardo de 55 anos (o escravo restante era o próprio Anacleto, ele mesmo um senhor). Em algumas situações, os escravos ficavam depositados em um domicílio enquanto corria a testamentária de seu falecido senhor. Foi o caso do fogo 23 da vila de São José, onde se registrou a maior escravaria no ano de 1795, 105 cativos, mas apenas 17 pertenciam ao chefe do domicílio, o Alferes Antônio Pedroso de Carvalho Galvão, enquanto os demais 88 eram "escravo[s] da testamenteira do Capitão Jerônimo da Silva Pereira". O Rol dos Confessados também registrou escravos sequestrados na Devassa da Inconfidência de 1789, como os 13 cativos do Pe. Carlos Correia de Toledo que se encontravam no domicílio 33 da capela da Lage, chefiado pela Dona Gertrudes Maria de Camargo.

Enfim, existia uma heterogeneidade de situações que a simples listagem de escravos em um domicílio encobria. Havia escravos que pertenciam a parentes ou agregados do fogo, havia cativos em depósito por ocasião de abertura de testamento ou por sequestro de bens, e havia escravos emprestados ou alugados. Os padres que realizaram o Rol de Confessados de 1795 tiveram o cuidado de especificar algumas dessas situações, distinguido os escravos que pertenciam ao chefe do domicílio e aqueles que pertenciam a outras pessoas. Os Juízes de Paz que realizaram as listas nominativas de 1831 não foram tão zelosos, mas mesmo nos poucos casos em que especificaram a quem os escravos pertenciam essa informação não foi compilada nos bancos de dados disponibilizados pelo Poplin/CEDEPLAR. Portanto, as listas nominativas apenas arrolam os escravos que residiam no domicílio, de forma que os possíveis escravos pertencentes à agregados, a parentes falecidos, à esposas e aos filhos dos chefes do fogo foram computados todos juntos. Com algum contorcionismo aritmético poderíamos apresentar a distribuição de escravos por proprietário a partir dos dados censitários de 1795, mas isso inviabilizaria sua comparação com as listas de 1831. Assim, devemos ter claro que as informações das **Tabelas 3.1** e **3.2** não se referem à propriedade dos escravos, mas à sua distribuição pelos domicílios.

As diferentes modalidades de posse de escravos dentro de um mesmo fogo servem para nos alertar para possibilidades de trânsito dos escravos entre diferentes unidades produtivas, o que poderia ocorrer com a aquisição, venda, partilha, empréstimos e aluguel. Portanto, a

estrutura de posse captada nos arrolamentos de população apresentam um momento congelado no tempo da distribuição do trabalho escravo. De acordo com o historiador da escravidão sul-estadunidense James Oakes, nossa dificuldade em apreender o fluxo da mão de obra escrava entre os domicílios subestimaria o seu uso entre os pequenos produtores. Para o autor, a base do grupo de proprietários de escravos nos Estados Unidos seria caracterizada pelo constante movimento de aquisição, perda e aluguel de escravos de acordo com as necessidades sazonais do domicílio. Isso significa uma posse intermitente de escravos pelos pequenos senhores. Oakes sustenta que o uso de mão de obra escrava abrangeria mais do que a marca de 1 em cada 4 domicílios apresentada pelo censo americano de 1860 e que o escravismo no sul dos EUA era "democrático".[150] Embora o movimento de um grande número de domicílios entrando e saindo do grupo de escravistas não tenha existido na frequência postulada por Oakes,[151] as possibilidades de aluguel, bem como as expectativas de herança ampliavam ainda mais a base social do escravismo do que se considerados apenas os efetivos proprietários.

Outra questão é que foram registradas no Rol dos Confessados 27 unidades domiciliares sem chefe. Salvo o fogo 90 da capela do Japão, um estabelecimento de ensino onde viviam 10 aprendizes de escola, todos os demais fogos sem chefe eram escravistas; alguns tinham agregados que, possivelmente, feitoravam o fogo. Possivelmente eram terras, sítios ou fazendas de proprietários que viviam nos arraiais e realizavam deslocamentos temporários. Como não tinham chefe, não eram uma unidade autônoma, mas a extensão rural de outro fogo e os escravos que ali residiam eram controlados por e pertenciam a outro domicílio.

A última consideração sobre a feitura das **Tabelas 3.1** e **3.2** é que há uma pequena imprecisão na faixa de domicílios que registraram um ou dois escravos no ano de 1795. Um total de 28 domicílios listados no Rol de Confessados eram chefiados por cativos em processo de quartação, isto é, a aquisição parcelada da alforria. Essas pessoas não eram legitimamente livres, mas viviam sobre si, com autonomia de um fogo que governavam. Quase todos viviam sozinhos e seus domicílios foram considerados como pequenos escravistas, pois na verdade havia um escravo vivendo ali, embora ele fosse o próprio chefe do fogo. Contradições como essa só acontecem porque o Rol de Confessados é um documento muito minucioso e suas

[150] OAKES, James. *The Ruling Race*: A History of American Slaveholders. New York: Knopf, 1982, p.41.
[151] A hipótese de Oakes foi testada por Randolph Campbell para o caso do Texas que comprovou sua existência, mas não no nível postulado por Oakes. Ver crítica em CAMPBELL, Randolph B. Intermittent Slave Ownership: Texas as a Test Case. *The Journalof Southern History*, Vol. 51, No. 1 (Feb., 1985), pp. 15-23. Disponível em http://www.jstor.org/stable/2209622, acessado em 29/05/2012.

diversas informações preenchem de complexidade nossos esquemas históricos. As listas nominativas, mais sinópticas, não forneceram casos como esses, talvez porque os quartados tenham diminuído ao longo do tempo, ou talvez porque sua condição especial tenha sido omitida, como aconteceu com inúmeros libertos. Trataremos dos domicílios dos quartados registrados em 1795 em momento oportuno. Por ora, desejamos registrar que 28 dos nossos pequenos senhores revelados nas **Tabelas 3.1** e **3.2** são, na verdade, escravos em processo de libertação.

Tabela 3.1 - Posse de escravos nos domicílio da freguesia de São José

Faixa de posse	*1795*				*1831*			
	N de fogos	% total	% com escravos	% acumu-lada	N de fogos	% total	% com escravos	% acumu-lada
s/escravos	855	49,6	-	-	1293	59,4	-	-
1 ou 2	379	22,0	43,7	43,7	303	13,9	34,2	34,2
3 a 5	239	13,9	27,6	71,3	240	11,0	27,1	61,3
6 a 10	118	6,8	13,5	84,8	174	8,0	19,7	81,0
11 a 30	109	6,3	12,5	97,3	134	6,2	15,3	96,3
31 ou mais	23	1,3	2,6	100,0	32	1,5	3,7	100,0
Total	1723	100	100		2176	100	100	

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Havia escravos em muitos domicílios, mas, na maior parte deles eram poucos cativos. Em 1795 pouco mais de dois quintos dos fogos escravistas tinham um ou dois cativos e, nessa faixa, eram pouco mais de um terço dos fogos em 1831. Os fogos com 3 a 5 cativos passavam um pouco de um quarto dos escravistas. Os senhores de poucos escravos dominavam a paisagem. Somente dois domicílios registraram mais de 100 escravos no ano de 1795. Um deles, o já referido fogo do Alferes Antônio Pedroso de Carvalho Galvão, onde nem todos os cativos lhe pertenciam; o outro, o domicílio do minerador e usurário alferes Manoel Lobo de Castro, um dos homens mais ricos da freguesia em fins do século XVIII e que voltará a aparecer neste trabalho. Nesse mesmo ano, apenas outros cinco planteis tinham 50 ou mais escravos. No ano de 1831 a situação não era muito diferente e poucos fogos registraram mais 50 ou mais cativos. Merece destaque o domicílio chefiado por Robert William Millivard, diretor da Cia. dos Ingleses, o efêmero experimento de mineração em profundidade na vila de São José na década de 1830, onde havia 180 escravos, certamente nem todos pertencentes à companhia, mas o único caso de fogo com mais de cem cativos registrado. Outros 12 senhores nesse ano chefiavam fogos com 50 ou mais escravos, todos envolvidos com a lavoura, criação e o controle de engenhos de cana. A mineração, definitivamente, estava limitada às tentativas inglesas.

O grande número de fogos com poucos escravos na freguesia de São José pode lembrar a situação da capitania de São Paulo, onde a posse de cativos era exígua e eles estavam em pequenos planteis. A situação em São Paulo começou a mudar com a expansão do cultivo de cana na primeira metade do século XIX e transformou-se completamente com o café na segunda metade daquele século. Antes, sem um artigo de exportação, a economia paulista não absorveu muitos escravos. Mas há diferenças importantes a assinalar entre São José e São Paulo: nesta última, os escravos eram uma fração pequena da população, em média, entre 23% e 29% entre os anos de 1798 e 1836, e de 74% a 77% dos fogos não tinha escravos.[152] Em São José os pequenos proprietários predominavam, mas havia um expressivo segmento de médios senhores que manejavam planteis de 6 a 10 cativos e de 11 a 30 sinalizando um maior dinamismo econômico. Já em relação à áreas de agroexportação os níveis de posse de escravos em São José são bem mais modestos. Tomando como exemplo o recôncavo baiano, onde não era incomum encontrar unidades produtoras de açúcar com mais de 50 escravos, pequenos produtores de um ou dois cativos tinham presença menos expressiva e ganhavam destaque as escravarias com 20, 30 e mais cativos.[153]

Tabela 3.2 - Distribuição dos escravos entre os domicílios na freguesia de São José

Faixa de posse	*1795*			*1831*		
	N de escravos	% do total	% acu-mulada	N de escravos	% do total	% acu-mulada
1 ou 2	525	9,9	9,9	411	6,3	6,3
3 a 5	902	17	26,8	922	14	20,3
6 a 10	877	16,5	43,3	1326	20,2	40,5
11 a 30	1825	34,3	77,6	2239	34,1	74,6
31 ou mais	1191	22,4	100	1669	25,4	100
Total	5320	100		6567	100	

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Já a **Tabela 3.2** mostra que a grande maioria dos domicílios de pequenos escravistas controlava uma fração reduzida da força de trabalho escrava da freguesia. Em 1795, os fogos com até 5 escravos eram quase três quartos dos domicílios escravistas e controlavam pouco mais de um quarto dos escravos (26,8% do total), enquanto apenas os 23 domicílios com 31 ou mais escravos deste ano abarcavam porção próxima (22,4%). No ano de 1831, os fogos

[152] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p.105, LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S..*Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*, de 1750 a 1850. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p.163.

[153] Conferir BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Reôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.241-242, Tabelas 20 e 21; SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp.364-365, Tabelas 54 e 55; e os vários dados apresentados em LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Escravismo no Brasil. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p.156, Tabela 5.1.

com até 5 escravos representavam quase dois terços dos escravistas e envolviam pouco mais de um quinto dos cativos, na outra ponta, os 32 fogos com 31 ou mais escravos tinham exatamente um quarto dos cativos.

Se o escravo era um bem difundido entre os domicílios sanjoseenses, a **Tabela 3.2** descortina a alta concentração desses trabalhadores nos grandes planteis. A presença do escravo em muitos domicílios e a concentração da maior parte deles em poucas mãos são características que devem ser conjugadas no entendimento da longa duração do escravismo. Só com a formação de um largo segmento de pequenos e médios proprietários, a instituição teve legitimidade social para manter-se por tanto tempo. Com um lastro social de pequenos e médios escravistas, a elite senhorial teve seu poder sobre dezenas de cativos referendado.

Uma forma de medir a desigualdade nessa distribuição é usando o coeficiente de Gini.[154] Os índices Gini entre os proprietários de escravos nas Comarcas mineiras no ano de 1718 analisados por Francisco Luna variavam de 0,5 a 0,52.[155] No século XIX, Douglas Libby verificou que o coeficiente de Gini entre proprietários de escravos variou de 0,46 a 0,60 para as diversas regiões mineiras entre os anos de 1831 e 1840. Para se ter uma base de comparação, L. Bergad estimou coeficientes em torno de 0,71 e 0,75 para donos de propriedade fundiárias anotadas nos registros de terras da província da década de 1850.[156] Isso significa que a distribuição da terra era mais desigual entre os proprietários desse meio produtivo do que a distribuição da mão de obra escrava entre os senhores.

Tabela 3.3 - Coeficientes de Gini para a distribuição da posse de escravos nos domicílios da Freguesia de São José

	1795	*1831*
Domicílios escravistas	0,568	0,555
Todos os domicílios	0,768	0,799

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Na freguesia de São José os níveis de concentração da propriedade escrava estiveram muito próximos aos exemplos acima referidos. A retomada do tráfico após a década de 1810 reduziu a concentração de escravos entre os proprietários. No entanto, esse processo ampliou

[154]O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas que pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade, isto é, quanto mais próximo de 1 o coeficiente de Gini, mais desigual é a distribuição.

[155] LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1718. In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da e KLEIN, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, 2009, p.266.

[156] LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.131. BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.128.

ainda mais a grande diferença entre fogos com essa propriedade e aqueles sem cativos. Ao colocar todos os domicílios no cálculo, o índice de Gini da posse de escravos subiu 35,2% em 1795 e 43,9% em 1831. Esses resultados reforçam que a marca distintiva da maioria dos domicílios era a necessidade do trabalho familiar, pois o escravo era um bem disponível, mas em pequenos números. Porém, a possibilidade de acesso ao escravo pelos pequenos produtores sinaliza sua capacidade produtiva, seus rendimentos e sua participação no mercado, notadamente o mercado de escravos. Nesse sentido, é muito significativo que mais de um terço dos domicílios (35,4%) no ano de 1795 e exatamente um quinto no ano de 1831 tenham conseguido obter alguns escravos, no máximo de cinco. A presença de um escravo no domicílio não só reforçava sua capacidade de trabalho, mas também representava um investimento produtivo, uma aposta econômica num ativo que demandava uma inversão significativa de capital.[157] Vale destacar que estudos que se ocuparam da composição da riqueza através dos inventários mostraram unanimemente que os escravos constituíam a principal modalidade de riqueza dos inventários mais pobres – isto é, dos pequenos produtores.[158] Havia também significados simbólicos na posse de escravos, como o fato de afirmar a independência do fogo, de demarcar a liberdade do proprietário e sua ascensão ao grupo dos senhores. Mas eles não contradizem a expectativa econômica de maior produtividade na qual a posse de um escravo pelos pequenos produtores estava imersa. A esse propósito, já foi notado que os senhores de pequenas escravarias no Rio de Janeiro oitocentista raramente usavam seus escravos em serviços domésticos ou para reduzir a carga de trabalho familiar, mas preferiam alugar seus serviços e gerar renda.[159]

Entre fins do XVIII e a primeira metade do XIX, o número dos domicílios registrado no mesmo espaço demarcado pelas 10 capelas da freguesia de São José aumentou, assim como a população escrava que neles habitava. A presença do trabalhador escravo nos fogos sanjoseenses permaneceu constante, mas em 1831 um número 50% maior de domicílios do que o registrado em 1795 dependia exclusivamente da sua força de trabalho livre. Houve, na verdade, ligeiro crescimento no número de domicílios com escravos entre 1795 e 1831 – os fogos escravistas eram 868 no primeiro momento e 883 no segundo. Mas o número de fogos

[157] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravismo no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, pp.148-150.
[158] ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010, p.150; MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão*: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 17711 - c. 1756. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2012, p.277.
[159] FRANK, Zephir L. *Dutra´s world*: wealthandfamily in nineteenth-century Rio de Janeiro. Albuquerque: Universityof New Mexico Press, 2004, p.65.

sem escravos aumentou muito mais, passando de 855 para 1.293. Podemos admitir que o número de domicílios da freguesia cresceu mais do que a distribuição da população escrava e, *proporcionalmente*, os fogos escravistas diminuíram. Só que essa redução refletiu-se predominantemente entre os donos de um ou dois cativos, cujo número diminuiu de 379 no ano de 1795 para 303 no ano de 1831. Enquanto isso, fogos com 6 a 10 escravos e aqueles mais abastados com planteis entre 11 e 30 cativos aumentaram a sua participação (conf. **Tabela 3.1**).

O aumento no preço do trabalhador mancípio pode ser uma das causas da diminuição dos pequenos escravistas. Segundo a ampla série de preços de escravos nos inventários mineiros compilada por Laird Bergad, o valor dos mancípios aumentou no segundo quartel do XIX: a partir de 1825 a curva de preços desenhou um movimento ascendente, mas só na década de 1830 os preços dos escravos sofreram aumentos significativos (porém, ainda muito inferiores ao que experimentariam após a proibição efetiva do tráfico em 1850). No período aqui em vista, entre 1795 e 1831, o preço de um escravo adulto variou dos Rs100$000 aos Rs300$000 (de cem a trezentos mil réis).[160] Mas outros fatores da complexa transição demo-econômica que a freguesia experimentou parecem ter influenciado na estrutura de posse de escravos. Acreditamos que o desenvolvimento da produção mercantil de alimentos para atender mercados extra-provinciais a partir de 1808 premiou aqueles que possuíam capacidade mais dilatada de produção de excedente, além do acesso à terra. Evidentemente não se tratou de uma transição para economia de *plantation*, pois posses médias e pequenas continuaram muito frequentes. É possível que alguns nichos econômicos tenham sido fechados no final do século XVIII com a contração do maior núcleo urbano da freguesia, a vila de São José, mas outras oportunidades econômicas para pequenos produtores apareceram com a dinamização proporcionada pelo mercado da Corte no século XIX. Essas ocasiões estiveram ligadas à manutenção do setor agropecuário e às ocupações de transformação e beneficiamento da produção rural. A persistência de um amplo setor de pequenos produtores com acesso à mão de obra escrava é um sintoma de que a retomada do tráfico a partir de 1810 não irrigou exclusivamente as grandes posses, como notaremos a seguir.

[160] BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004,pp.244-245, figura 5.1.

3.2. Características das posses de escravos na freguesia de São José e estratégias de reprodução dos planteis

Tão importante quanto conhecer o número de escravos controlados por cada domicílio é avaliar as características dos planteis de diferentes tamanhos, o que pode sugerir pistas importantes da dinâmica da freguesia no período em tela. A **Tabela 3.4** mostra várias medidas de posse escrava entre fogos com 1 a 10 cativos, seguidos por domicílios com 11 a 30 e por aqueles com posses ainda maiores.

Tabela 3.4 - Aspectos da composição das escravarias na freguesia de São José

Nº de escravos no domicílio	1795			1831			
	Idade média dos africanos	% de africanos †	razão de sexo geral	Idade média dos africanos	% de africanos †	razão de sexo geral	RCM*
1	36,43	73,40%	270,31	31,94	45,10%	114,29	566,67
2	34,28	70,80%	242,86	28,03	48,10%	116,00	408,45
3	32,99	66,70%	191,59	31,64	40,60%	113,33	701,15
4	32,62	62,60%	240,00	29,94	33,70%	132,43	824,74
5	34,43	59,60%	180,90	29,59	41,70%	119,70	937,50
6	34,10	59,50%	155,17	31,19	42,20%	138,98	1116,88
7	34,04	60,40%	219,30	30,75	32,40%	120,28	988,63
8	32,49	57,60%	203,45	28,49	43,30%	163,53	1000,00
9	37,53	64,60%	175,00	32,50	35,20%	142,31	927,71
10	38,53	56,40%	243,75	30,48	35,30%	146,75	1200,00
11 a 30	38,92	56,20%	264,27	29,60	38,70%	142,32	1109,43
31+	41,40	58,90%	367,06	22,19	48,70%	186,77	1072,10
Total	37,31	60,10%	254,90	27,72	41,40%	146,42	984,88

† Porcentagem de escravos africanos em cada faixa de posse.
* Razão Criança Mulher: mostra o número de crianças de zero a nove anos para cada mil mulheres em idade fecunda, de quinze a quarenta e nove anos. A razão criança-mulher diz respeito a todas as escravas da freguesia, mas só considera as crianças nascidas no Brasil.
Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831

Cada medida apresentada na **Tabela 3.4** oferece um aspecto da composição da força de trabalho escrava que pode lançar luz sobre as estratégias de senhores de diferentes escalas para manter e recompor suas escravarias. A idade média e a proporção dos escravos africanos alocados em cada faixa de posse são bons indicadores da capacidade de compra de escravos novos. Quanto mais jovens os escravos, mais capazes estariam para o trabalho e mais longo o potencial de desenvolvimento da unidade produtiva. Quanto mais africanos nas escravarias, maior o acesso ao tráfico e, portanto, ao mercado. O terceiro aspecto trabalhado é a razão de sexo que mostra a proporção de homens para mulheres em cada faixa. Embora as escravas fossem empregadas em praticamente toda ocupação não-especializada da mesma forma que os homens, elas eram "peças" mais baratas do que o escravo masculino, em média 15% mais

caro do que as cativas em Minas Gerais entre 1750 e 1850.[161] O acesso a escravos masculinos retrata, por um lado, maior capacidade de investimento, e, por outro, maior expectativa de produtividade. Para o ano de 1831 ainda foi possível avaliar a razão criança-mulher (RCM), um índice grosseiro da fecundidade feminina e que funciona como um indicador da capacidade reprodutiva de cada tamanho de posse.[162] Essa medida pode mostrar em quais faixas de concentração de escravos parece mais possível a reprodução interna.

A primeira revelação da **Tabela 3.4** é que a idade média dos escravos africanos diminuiu entre as datas dos dois censos – uma redução muito significativa no total, pois a população africana ficou em média 10 anos mais jovem, um claro sinal da reprodução via tráfico. Todas as faixas de posse consideradas acompanharam essa tendência, mas as reduções mais destacadas da idade média de africanos ficou por conta das posses com um e dois escravos e, depois, nas faixas de posses de oito ou mais cativos. Parece-nos que senhores de um ou dois cativos participavam do tráfico assim como donos de posses maiores. A proporção de africanos nessas posses reforça essa percepção. Em 1795 os africanos eram a maioria dos escravos, 60% do total, mas a sua proporção ultrapassava os 70% nas posses com somente um ou dois cativos. Na década de 1830 as proporções de africanos diminuíram muito, apesar do tráfico renovar essa parcela da população escrava, o que nos aponta que a reprodução interna foi, pelo menos, tão vigorosa quanto o tráfico. Também nesse momento as posses de um e dois escravos tinham altas proporções de africanos, 45% e 48%, respectivamente, só comparáveis às posses com oito escravos ou àquelas de grandes dimensões (mais do que 31 cativos).

Graças ao tráfico de escravos africanos, que desembarcava de dois a três homens para cada mulher, as razões de sexo da população escrava sempre demonstraram predomínio masculino em Minas Gerais.[163] Nossa **Tabela 3.4** mostra que na freguesia de São José o predomínio masculino acontecia em todas as faixas de posse consultadas. No final do século XVIII esse predomínio era muito mais acentuado dada a forte presença do elemento africano, sendo particularmente alto nas posses com um ou dois escravos. Já em 1831 a superioridade

[161] KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto (SP): FUNPEC Editora, 2004, p.162 afirma que "As mulheres executavam quase as mesmas tarefas manuais dos homens nas plantações da América e, de fato, constituíam a maioria dos muitos grupos de pessoas nos campos de cana-de-açúcar, café e algodão". Sobre os preços de escravos em Minas, conf. BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.258 e segs.

[162] Para o ano de 1795 não foi possível calcular a RCM, uma vez que o Rol dos Confessados não apresenta as crianças com menos de 7 anos.

[163] LIBBY, Douglas C. As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In: Maria Efigênia Lage; Luiz Carlos Villata. (Org.). *História de Minas Gerais*: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 407-438.

masculina foi atenuada pelo crescimento dos crioulos, uma população nativa com maior equilíbrio sexual. Os donos de poucos escravos possuíam escravarias mais femininas em 1831, o que, conjugado à importante presença de africanos sugere que donos de um e dois escravos adquirissem mulheres através do tráfico.

As listas nominativas de 1831 mostram que os plantéis de pequenos produtores eram mais femininos do que em fins do XVIII, embora o tráfico de escravos que abasteceu a freguesia a partir de 1810 pareça ter sido umas das chaves para explicar a manutenção do grande número de proprietários de um ou dois escravos apenas. É importante ter em conta que, como consideram os historiadores Francisco Luna e Hebert Klein, havia um cálculo econômico na aquisição de escravos. Segundo aqueles autores, o mercado de escravos no Brasil era muito plástico e oferecia homens e mulheres de todas as idades, condições físicas e habilidades inatas ou aprendidas, num amplo leque de alternativas para o agricultor, artesão ou prestador de serviços que desejava ampliar sua força de trabalho. Com alguma noção sobre a viabilidade da ocupação e das alternativas para emprego dos escravos, os senhores adquiriam os cativos mais adaptados ao tipo de atividade praticada.[164]

A preferência pela compra de uma escrava, assim, parece uma opção viável caso conjuguemos o menor valor das mulheres no mercado escravista com sua maior versatilidade na ocupação. A complementação de atividades e a diversificação econômica das unidades produtivas criavam um ambiente adequado para o emprego de força de trabalho feminina, como mostra a disseminação da fiação e tecelagem nos fogos mineiros – atividades predominantemente femininas.[165] Como argumenta Carlos Bacellar, "as cativas eram utilizadas de forma complementar seja na lavoura, seja nas atividades de ganho, dentro de um ambiente doméstico onde a falta de recursos não permitiria a alocação de um escravo em uma única esfera do trabalho".[166] Assim, nos intervalos das atividades da lavoura em pequena escala, a escrava poderia trabalhar em atividades manuais ligadas ao universo feminino, como a costura, a fiação ou o serviço doméstico.

Dois casos podem ilustrar bem as estratégias de reprodução dos planteis na freguesia de São José. Quando Maria de Souza da Conceição faleceu em 1797, ela fez questão de distinguir no testamento junto a seu inventário os escravos que lhe pertenciam daqueles que

[164] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravismo no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, pp.149-150.
[165] LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.198.
[166] BACELLAR, Carlos de A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial:* Sorocaba séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p.147.

foram adquiridos por suas filhas.[167] Dos mais de vinte escravos em sua Fazenda da Intendência, situada na capela de São João Batista, 10 lhe pertenciam, outras quatro escravas, Domingas, Rosa, Catarina e Teresa, e mais suas oito "crias" pertenciam a suas filhas "que os compraram e pagaram com diferentes gêneros de algodão fabricados pelas suas mãos". Essa indicação nos leva a duas importantes revelações: em primeiro lugar mostra que, embora, fossem de uma família remediada, as filhas de Maria de Souza não deixavam de trabalhar. Em segundo lugar, indica que o artesanato em algodão era capaz de gerar renda, inclusive para a aquisição de escravos. Esse, no entanto, era um caso especial, já que as filhas de Maria de Souza provavelmente não precisavam despender recursos com alimentação, moradia e outros gastos para sobrevivência que seriam assegurados pela propriedade materna. A segurança material proporcionada pela família permitiu o acúmulo de toda a renda gerada pela atividade têxtil e seu posterior investimento em *escravas* que poderiam aumentar a produção doméstica de têxteis, agregando mais mão de obra, e ainda possibilitariam a reprodução interna e o crescimento do plantel.

Anos mais tarde, na década de 1830, numa petição de reconciliação encaminhada ao Juiz de Paz do distrito da capela do Desterro, Anna Joaquina, assistida por seu marido José Antônio de Moraes, desejava rever a sociedade que fizera com Manoel Bento Peixoto para a compra da escrava nova Mariana de nação angola[168]. A cativa havia sido adquirida pelo preço de Rs 249$000 ao negociante Antônio Justiniano, concorrendo Ana Joaquina com Rs 102$340 e Peixoto com Rs 146$6500. Durante a sociedade a escrava Mariana deu à luz a Custódio e Umbelina, "crias" que Anna Joaquina requeria que fossem repartidas igualmente e *pro-rata* aos sócios na anulação da sociedade. A petição não deixa claro o que teria motivado o desentendimento entre os sócios (o tempo de trabalho da escrava para cada um? A divisão de possíveis jornais?). E, embora não saibamos como o Juiz resolveu esse problema salomônico de divisão dos filhos da escrava, as informações da petição são preciosas porque mostram a iniciativa de uma mulher, Ana Joaquina, em fazer seus negócios e desfazê-los – embora, para o poder público, devesse ser assistida pelo marido.[169] Em segundo lugar, mostra que a associação para a compra de um cativo novo era algo factível. E, novamente, temos a preferência pela africana, polivalente e capaz de gerar filhos ("crias").

[167] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários. CONCEIÇÃO, Maria de Souza da. Cx.538, 1797
[168] APM, PP. 1/18 Cx.191-doc.02 - 04/04/1830
[169] A atuação pública das mulheres é discutida no capítulo 06.

No capítulo 05 apresentaremos alguns fragmentos de trajetórias de administração patrimonial e teremos a oportunidade de demonstrar que senhores que possuíam escravarias com equilíbrio de sexos conseguiram ampliar seus planteis entre fins do século XVIII e os primeiros anos do XIX. Aqui, vamos citar alguns exemplos de como a presença feminina nas posses sanjoseenses contribuíram para a manutenção das pequenas escravarias. Tal foi o caso de Inácio da Silveira Machado, morador na Fazenda Capão Grosso na capela de São João Batista.[170] Em 1795, o Rol de Confessados registrou 3 escravos em seu domicílio: Manoel, Mariana e Vitoriano, crioulos de 26, 23 e 13 anos, respectivamente. Quando o inventário de Inácio foi aberto em 1809, a escravaria tinha duplicado graças à geração de três filhos da escrava Mariana.[171] Igualmente, Francisco Rodrigues Duarte, registrado como senhor de um fogo com três escravos no ano de 1795, teve a propriedade ampliada graças à gestação de filhos por suas escravas. Com o nascimento de dois filhos naturais da parda Maria Joaquina e o filho legítimo do casal Manoel Benguela e Maria Antônia parda, o inventário de Francisco Duarte apresentou seis escravos no ano de 1809.[172] Francisco Antônio Leitão foi listado no Rol de Confessados de 1795 como senhor de sete escravos, mas com o nascimento dos três filhos do casal Mateus e Joana, ambos benguelas, seu inventário registrou 10 cativos em 1797.[173]

Muitos outros casos possibilitados pela comparação do Rol de Confessados com inventários abertos alguns anos depois dessa listagem poderiam ser citados. A reprodução endógena dessas escravarias não era um caso de *breeding* brasileiro. Nos casos que analisamos, os filhos das cativas acabam aumentando os legados dos herdeiros dos senhores e não são destinados à venda. Aliás, não temos notícia de nenhum tipo de criatório de escravos em Minas Gerais ou no Brasil. Isso não significa, porém, que os senhores não tivessem em vista a possibilidade de que suas escravas gerassem "crias". Como a **Tabela 3.3** mostra, os fogos com posses entre 3 e 10 escravos no ano de 1795 tinham razão de sexo mais equilibrada, o que talvez seja expressão de uma aposta na posse de mulheres numa conjuntura de dificuldade de obtenção de escravos via tráfico. Em 1831 os domicílios desta mesma faixa

[170] Rol dos Confessados, capela de São João Batista, fogo 32; AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários. MACHADO, Inácio da Silveira, cx.440, 1809.
[171] As crianças, Joana, Pedro e Francisco foram batizadas como filhos naturais, mas podem ser filhas do escravo Manoel e, no entanto, seus senhores não tenham se preocupado em unir o casal na Igreja. APDSJDR, Batismos, Lv.09, fls.468 e fls.553, Lv.10, fls.111,
[172] Rol dos Confessados, capela do Pe. Gaspar, fogo 15; AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários. DUARTE, Francisco Rodrigues, cx.412, 1806.
[173] Rol dos Confessados, capela de Oliveira, fogo 70; AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários. LEITÃO, Francisco Antônio, cx.414, 1797.

de posse apresentavam altas razões criança-mulher, o que possivelmente foi o resultado de uma estratégia antiga de favorecimento da reprodução. Aqui referendamos a opinião do prof. Douglas Libby de que a virtual paralisação do tráfico negreiro para Minas na virada para o século XIX concorreu para consolidar a reprodução natural entre os escravos.[174] Mas acrescentamos que os pequenos senhores, com escravarias entre 3 e 10 cativos, seriam atores privilegiados desse processo. Segundo mostra a **Tabela 3.3** esse grupo de senhores com 3 a 10 cativos tinha planteis com menor presença de africanos e maior equilíbrio sexual, o que possibilitaria a reprodução, e, como sugerem os exemplos aludidos, senhores dessa escala tiveram desempenho positivo entre os anos 1790 e o começo do XIX. Um fator a considerar é que não sendo muito abastados, suas escravarias eram dispersas nas mãos de muitos herdeiros o que teria uma dupla consequência contra a reprodução endógena dos escravos: 1) dispersaria o plantel crioulo em posses ainda menores e 2) faria com que o processo de reprodução se restringisse a uma única geração senhorial.

De qualquer forma, acreditamos que por duas décadas afastados do tráfico os senhores mineiros devem ter estabelecido um padrão de estímulo a reprodução interna e, supostamente, de maior cuidado com as crianças e gestantes de modo a garantir a manutenção da força de trabalho escrava. Quando o ingresso de africanos foi retomado nos anos 1810, o novo fluxo do tráfico não desvaneceu essa estratégia. Novamente, nos valemos de três casos de pequenos escravistas que ilustram as tendências da tabela acima. Nas páginas da lista nominativa do distrito do Pe. Gaspar encontramos o fogo 72, chefiado pelo alfaiate Silvestre José Cordeiro, homem pardo que vivia acompanhado da mulher fiandeira, dois filhos e mais nove escravos – dois deles homens, duas mulheres e os demais eram crianças. Sete cativos eram pardos e dois crioulos o que demonstra que era uma escravaria sem origem no tráfico. Silvestre não deixou inventário, mas é possível acreditar que ele empregasse seus cativos no artesanato em tecidos do qual ele a mulher participavam. Ao longo da década de 1830 sua escrava Eulália (ou Hilária) teve quatro crianças e não foram registrados óbitos de nenhuma.[175] Em 1845, o último filho de Eulária/Hilária foi alforriado na pia batismal.[176] Outro caso: no domicílio de Manoel Jacinto na vila de São José viviam ele, a mulher, três filhos, três agregados e cinco escravos. Destes, três eram homens e duas mulheres. Não podemos imaginar em que

[174]LIBBY, Douglas C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. *In* FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica:* Europa, Américas e África. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/ Fapemig/ PPGH-UFMG, 2008, p.470.
[175] APDSJDR-PSJRM, Batismos Lv 14, fls.137 e 172; Lv.15, fls.157v e 54.
[176] APDSJDR-PSJRM, Batismos Lv 14, fls.280v.

atividades eles eram empregados, já que as listas nominativas não informam ocupação de nenhum morador. A escrava africana Maria teve quatro filhos e, ao longo da década de 1830, foi registrado apenas um óbito em sua escravaria, o de José, um crioulo de 47 anos.[177] No último caso, o lavrador Antônio Carlos da Silva Telles Faiao, casado, 25 anos, vivia mais a esposa e seis escravos – três mulheres, dois homens e uma criança – na localidade do Pe. Gaspar. A composição de mão de obra escrava, dependendo do tamanho das terras a cultivar, certamente não livraria Antônio Carlos do trabalho no campo. Para ampliar sua escravaria, ele adquiriu mais dois escravos ao longo da década de 1830, africanos adultos que foram batizados na freguesia de São José, e seu casal de cativos crioulos Francisco e Emidia tiveram três filhos.[178]Nessa propriedade tráfico e reprodução se conjugaram, mostrando que não eram processos excludentes, como um grupo de historiadores já sustenta há muito anos.[179]

Para os donos de apenas um ou dois escravos as possibilidades de reprodução interna eram limitadas. No ano de 1795 essas escravarias pequenas eram fortemente masculinas, o que inviabilizava a reprodução (como sabemos, as crianças escravas pertenciam aos senhores de suas mães, pois a condição do rebento seguia a do ventre materno). Em 1831 as posses com um ou dois cativos são mais femininas, mas ainda assim a reprodução era complicada, pois uma gestação bem sucedida requereria o afastamento das mães do trabalho por alguns meses. Para esses senhores, embora não possamos afirmar que a porta da reprodução natural estivesse definitivamente fechada, outras estratégias devem ter sido mais importantes. Aqui vale citar a aquisição no mercado – como aponta a **Tabela 3.4** havia alta proporção de africanos entre as posses de um ou dois cativos no ano de 1831 – e os legados, heranças e dotes.

3.3. Características dos senhores de escravos

No começo da década de 1990, Iraci Del Nero da Costa empreendeu um estudo que, até hoje, é o mais amplo esforço de análise dos não proprietários de escravos no Brasil. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil* reúne evidências demográficas de várias regiões do Brasil no começo do século XIX para demonstrar a amplitude do grupo de não-senhores na sociedade escravista brasileira e sua participação

[177] APDSJDR-PSJRM, Batismos Lv 14, fls.147, 213v-214,176 e 184v. Óbitos: Lv.84, fls.193.
[178] APDSJDR-PSJRM, Batismos Lv 14, fls.136v e 154v ; Lv.15, fls.165v, 158v e 159.
[179] LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Middle Path: slavery and natural increase in Nineteenth-Century Minas Gerais. *Latin American Population History Bulletin*. V.23, pp.2-15, Spring, 1993.

efetiva em todos os setores econômicos. Comparando os habitantes de domicílios com escravos e aqueles que viviam sem essa propriedade no que se refere a indicadores como masculinidade, idade, sexo e estado conjugal, Costa demonstrou que não havia grandes dessemelhanças entre os dois grupos. Isso significa que entre proprietários e não-proprietários de escravos não havia diferenças significativas no que tange à expectativa de vida, natalidade e mortalidade, no acesso ao casamento e formação de família.[180] Basicamente, os dois grupos distinguiam-se pela cor – sendo os proprietários um grupo mais homogeneamente branco –, pela condição de moradia – sendo os não-proprietários mais comumente agregados – e pelas atividades econômicas, estando os proprietários mais envolvidos com atividades voltadas para a exportação. Conclui o autor que os não-proprietários de escravos não sofriam de qualquer anomalia ou anomia social que os contrapusesse ao outro segmento sócio-econômico estudado, mas "excluídos que estavam da propriedade de escravos quase se viram excluídos de nossa própria história".[181]

Porém, o estudo de Costa sofre de duas limitações que poderiam matizar seus resultados. A primeira é que ele compara as características demográficas dos moradores de domicílios com escravos com os moradores sem essa força de trabalho. Quando a comparação acontece entre os chefes de domicílio (os quais, como vimos, nem sempre eram os donos de todos os escravos do fogo) os resultados são um pouco diferentes. Na verdade, ser chefe de um fogo já era uma condição que diferenciava um indivíduo da maioria das pessoas. Outra questão do estudo de Costa é que ele não oferece nenhuma segmentação dos donos de escravos que são tratados como um grande bloco. Leandro Andrade demonstrou que entre os chefes de domicílio do termo de Mariana havia um *degradé* entre a base dos proprietários e a elite. Os domicílios com um ou dois escravos eram chefiados por um grupo quase tão diversificado quanto os não-escravistas, enquanto os domicílios que ocupavam o topo da escala de posse eram chefiados por senhores com características mais homogêneas.[182]

Vamos seguir o caminho apontado por Andrade e discutir como o grupo senhorial conformava-se segundo a posse de escravos. A série de tabelas a seguir mostra como os atributos gênero-estado conjugal e cor-origem dos chefes de domicílio variavam de acordo com o tamanho das posses de escravos. Nosso objetivo é que essas tabelas iluminem as

[180] COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil.* São Paulo: MG-SP editores, 1992.
[181] Idem, p.52.
[182] ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês:* economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007 (dissertação de Mestrado), p.62.

possibilidades de acesso ao trabalho escravo e até onde cada tipo de senhor poderia ir na ampliação de suas posses nos momentos pesquisados, isto é, em 1795 e 1831. As eventuais diferenças entre os grupos senhoriais nos dois anos devem, ainda, sugerir movimentos das estruturas sócio-econômicas operados na freguesia na passagem do século XVIII para o XIX.

Do ponto de vista do gênero e estado conjugal dos chefes de domicílio com escravos é preciso realizar duas observações antes de comentar os resultados das **Tabelas 3.5** e **3.6**. Uma primeira é que, de modo geral, as pessoas que encabeçavam um domicílio eram casadas em níveis mais altos do que a população como um todo. No ano de 1795 o Rol de Confessados registrou que, entre os chefes de domicílio, 48,5% eram casados e 13,8% eram viúvos, enquanto que entre as pessoas que não chefiavam um fogo, nem eram cônjuges do chefe, os casados não eram mais do que 7,5% e os viúvos meros 1%.[183] A associação da chefia de um fogo com o casamento não é algo novo na historiografia, nem exclusivo da freguesia de São José. Vários estudos já demonstraram que as pessoas casadas tendiam a estabelecer um domicílio próprio, donde predominavam no passado as famílias de tipo nuclear, isto é, aquelas formadas por um casal seguido ou não de filhos.[184] No ano de 1831, as listas nominativas de São José mostram um aumento da importância do casamento para os chefes de fogo: os chefes casados eram, naquele ano, 57% dos chefes de fogo e os viúvos eram 16,5%. Entre os não-chefes os casados eram 12% e os viúvos representavam 1,5%. O aumento da nupcialidade, portanto, foi um fenômeno ligado ao controle de um domicílio. A decadência do núcleo mais urbanizado da freguesia no entorno da Matriz da vila de São José e o simultâneo crescimento das capelas rurais no começo do Oitocentos deve ter reduzido as oportunidades para domicílios de solteiros e solitários. O casamento e a formação de uma família tornaram-se mais importantes no contexto mais agrário do século XIX.

[183] Considerando os maiores de 14 anos, aptos ao casamento segundo as Constituições Primeira do Arcebispado da Bahia.
[184] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

Tabela 3.5 - Gênero e estado conjugal dos chefes de domicílio em 1795 na freguesia de São José

		Homem solteiro	Mulher solteira	Homem casado	Mulher casada	Homem viúvo	Mulher viúva
Todos os fogos		***21,8%***	***16,0%***	***45,0%***	***3,4%***	***2,8%***	***11,0%***
Nº de escravos no fogo	0	24,7%	23,2%	36,4%	4,6%	1,9%	9,3%
	1	26,4%	17,3%	39,8%	2,6%	3,5%	10,4%
	2	17,3%	7,2%	62,6%	1,4%	2,2%	9,4%
	3	16,0%	8,0%	60,0%	1,0%	2,0%	13,0%
	4	19,5%	4,9%	53,7%	3,7%	7,3%	11,0%
	5	10,2%	10,2%	63,3%	4,1%	2,0%	10,2%
	6	13,5%	8,1%	64,9%	0,0%	2,7%	10,8%
	7	3,8%	3,8%	76,9%	0,0%	3,8%	11,5%
	8	6,5%	0,0%	77,4%	0,0%	3,2%	12,9%
	9	20,0%	10,0%	40,0%	10,0%	0,0%	20,0%
	10	18,2%	0,0%	45,5%	0,0%	9,1%	27,3%
	11 a 20	17,9%	0,0%	48,7%	2,6%	5,1%	25,6%
	21+	22,4%	2,0%	49,0%	2,0%	8,2%	16,3%

Fonte: Rol dos Confessados de 1795.
Obs.: 1) solteiros incluem sem informação de estado conjugal;
2) os valores somam 100% na horizontal;
3) não considerados 27 domicílios sem informação de chefe.

Tabela 3.6 - Gênero e estado conjugal dos chefes de domicílio em 1831 na freguesia de São José

		Homem solteiro	Mulher solteira	Homem casado	Mulher casada	Homem viúvo	Mulher viúva
Todos os fogos		***10,2%***	***16,4%***	***54,7%***	***2,1%***	***4,5%***	***12,1%***
Nº de escravos no fogo	0	10,5%	22,6%	50,6%	2,3%	4,0%	10,0%
	1	11,3%	9,7%	56,4%	2,6%	4,6%	15,4%
	2	14,8%	10,2%	59,3%	0,9%	3,7%	11,1%
	3	8,3%	10,4%	56,3%	2,1%	8,3%	14,6%
	4	4,7%	11,6%	55,8%	3,5%	3,5%	20,9%
	5	13,8%	6,9%	62,1%	0,0%	3,4%	13,8%
	6	0,0%	4,3%	66,0%	2,1%	4,3%	23,4%
	7	11,1%	6,7%	64,4%	2,2%	0,0%	15,6%
	8	17,9%	0,0%	64,3%	0,0%	10,7%	7,1%
	9	2,9%	0,0%	60,0%	2,9%	11,4%	22,9%
	10	5,3%	5,3%	73,7%	0,0%	0,0%	15,8%
	11 a 20	10,4%	3,8%	67,9%	0,9%	3,8%	13,2%
	21 +	6,7%	1,7%	66,7%	0,0%	11,7%	13,3%

Fonte: listas nominativas de 1831.
Obs.: 1) solteiros incluem sem informação de estado conjugal;
2) os valores somam 100% na horizontal.

A segunda observação sobre o gênero e o estado conjugal dos chefes de domicílios com escravos é o fato de que na tradição jurídica portuguesa e no Império do Brasil o homem era

considerado o "cabeça" do casal, o chefe da família, o responsável pelo fogo.[185] Os bens e escravos que as mulheres levavam para seu casamento ficavam pertencendo ao casal e administrados pelo marido.[186] Assim, poucas mulheres casadas chefiavam os domicílios em que residiam. Elas só respondiam pelo fogo no caso de ausência ou incapacidade do marido. Assim, os domicílios chefiados por homens casados escondem a presença das esposas, mulheres diretamente envolvidas na administração e no trabalho do fogo, mas secundadas pela dimensão pública do domínio masculino.

Segundo as **Tabelas 3.5** e **3.6, o**s domicílios sem escravos tinham chefia bastante diversificada quanto ao gênero e ao estado conjugal. Os domicílios com apenas um escravo não mudavam tanto sua composição em relação aos não escravistas, mantendo-se a heterogeneidade de gênero e estado. Mas, à medida em se sobe a escala de posse, um perfil mais bem definido de senhor vai se desenhando com o predomínio do homem casado e da mulher viúva. Os homens solteiros são mais comuns chefiando domicílios no final do século XVIII do que na primeira metade do XIX. Muitos desses solteiros, mesmo entre os mais abastados, eram portugueses que aguardavam um momento para o casamento, ou simplesmente não colocavam o matrimônio no seu horizonte.[187] O não-casamento, no entanto, não impedia tais homens de ter filhos e manter relações estáveis de concubinato. Um exemplo é o do capitão Manoel Lobo de Castro, português, senhor da segunda maior escravaria registrada no Rol de Confessados, 101 cativos, morador sem família no fogo no ano de 1795. Poucos meses antes de falecer, Manoel Lobo de Castro celebrou, em sua própria casa no arraial do Córrego, seu casamento com Ana Maria de Oliveira, com "dispensa" do vigário, por o noivo estar enfermo e em risco de morte e "já viver de portas adentro com a noiva com quem tem dois filhos".[188] Consta do assento de matrimônio a cópia da petição de dispensa e do atestado médico certificando a enfermidade. Nas páginas do Rol dos Confessados de 1795 encontramos Ana Maria de Oliveira, uma parda forra de 43 anos, registrada como solteira, que vivia em companhia dos dois filhos do casal, Joaquim e Maria, e mais quatro escravos. Outro exemplo, o do português Antônio Moreira de Carvalho que teve, ao longo da segunda metade do século XVIII, sete filhos com a mina forra Roza Moreira de Carvalho. Antônio

[185] Para a tradição portuguesa, ver HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010. Para os censos brasileiros, ver SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Mraco Zero/Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
[186] BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007
[187] Idem.
[188] APDSJDR, Casamentos, Lv.25, fl.110v.

nunca oficializou sua união com Roza, mas assumiu a paternidade de todos os filhos. Roza, por sua vez, permaneceu solteira e chefiava um domicílio com incríveis 37 escravos no ano de 1795.[189]

Destaca-se, tanto em 1795 quanto em 1831, a marcante presença de mulheres solteiras no comando de fogos sem escravos e naqueles com poucos cativos. Como os exemplos acima aludem, algumas dessas mulheres viviam relações consensuais com ricos proprietários. Mas ocorrem também filhas de famílias ricas que nunca se casaram e herdavam bons legados e outras que preferiam não se casar. Cada uma dessas possibilidades implicava em formas distintas de compor a força de trabalho escrava e em diferentes estratégias de inserção econômica dos fogos chefiados por mulheres solteiras. Abordaremos as formas de organização doméstica dos fogos de chefia feminina em momento oportuno. Agora, cumpre notar que o gênero e a condição dos senhores de escravos não eram fortes fatores distintivos para os donos de poucos escravos, enquanto os detentores de grandes escravarias marcavam-se como homens casados ou mulheres viúvas.

Em estudo pioneiro, Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa apontaram, ainda nos anos 1970, a recorrência de libertos como senhores de escravos.[190] Os forros apareceram nos registros de óbitos da freguesia de Antônio Dias, na Vila Rica, em percentuais que iam até 15% dos senhores de cujos escravos foram inumados na freguesia. Porém, as informações mais surpreendentes apresentadas pelos autores vieram de uma lista de proprietários da Comarca do Serro Frio onde 22,2% dos senhores eram libertos no ano de 1738. Desde então, várias pesquisas reforçaram esses achados e demonstraram a abrangência de senhores de escravos não-brancos na capitania de Minas e em outras regiões coloniais.[191]

---

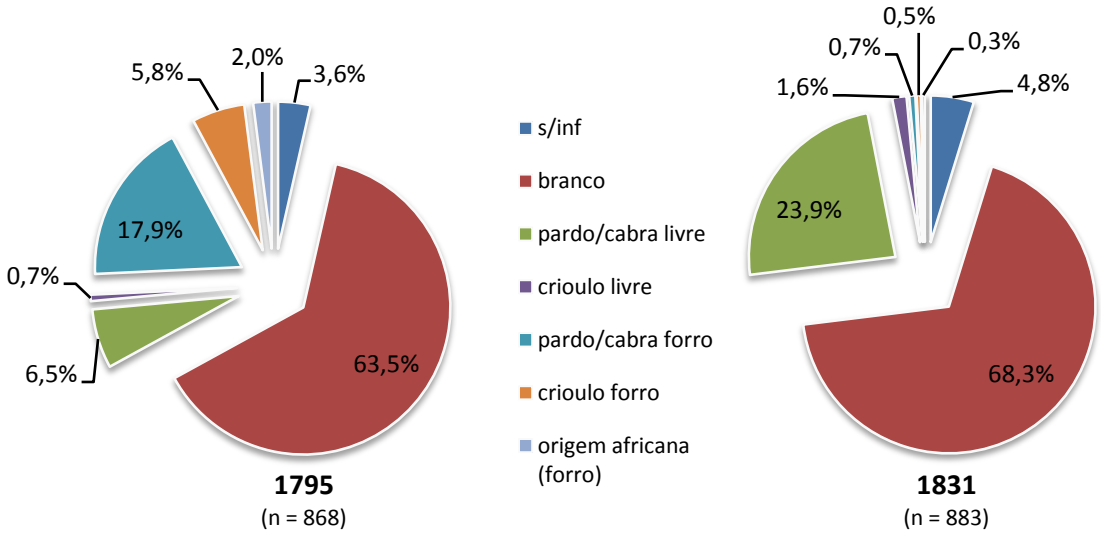
[189] LIBBY, Douglas C. e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Vária História*, Belo Horizonte, vol.01, n. 30, julho/2003, pp.112-149.

[190] LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. Comunicação apresentada na 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), São Paulo, 1978. Recentemente publicada em LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; Klein, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp.449-459.

[191] COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992, p.53-55; PAIVA, Eduardo F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995; KLEIN, Herbert S. & PAIVA, Clotilde Andrade. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.27, n.2, pp.309-335, maio-agosto 1997; BARICKMAN, Bert J. As cores do escravismo: escravistas 'pretos', 'pardos' e 'cabras' no Recôncavo baiano em 1835. *População e Família*, 2:2 (1999): 7-62; LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000; SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

A diversidade de origens dos senhores de escravos nos permite compreender melhor a complexidade das relações sociais durante o longo período de vigência do escravismo. A análise da cor e da origem dos chefes de escravos mostra a integração de ex-escravos e seus descendentes ao mundo senhorial, evidenciando possibilidades de movimento nas estruturas sociais. Mais ainda: a ascensão de forros e descendentes de escravos à condição de senhores tem relação umbilical com a legitimidade que a escravidão desfrutou ao longo de três séculos. Isso, pois, segundo os estudos mais recentes, a alforria funcionava como a mais importante prerrogativa senhorial de administração dos escravos: ao agraciar com a liberdade cativos fieis e obedientes ou seus filhos, os senhores instituíam os comportamentos esperados dos escravos e manobravam suas demandas.[192] Depois, e aqui fazemos eco à proposição de Douglas Libby e Clotilde Paiva, a mobilidade social de ex-escravos e seus descendentes engendrou uma fração de proprietários não-brancos cujos interesses coincidiam com a minoritária elite branca quanto a perpetuação do trabalho escravo.[193] Novamente desejamos destacar que as relações escravistas não se apresentavam apenas compondo a força de trabalho dos produtores mais bem sucedidos, mas a dinâmica escravista engendrava parte do próprio grupo de pequenos produtores.

Gráfico 3.1 - Cor e origem dos senhores de escravos na freguesia de São José



Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

[192] GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade*: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011; SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009

[193] LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000, pp.39-40.

Segundo o **Gráfico 3.1**, na freguesia de São José no ano de 1795 o grupo senhorial era constituído por um terço de descendentes de escravos, enquanto em 1831 a proporção atingia um quarto. No final do século XVIII a classe senhorial era mais multicolorida, com a frequência destacada de libertos. Nos anos 1830, a presença dos forros diminuiu, mas isso pode ser um efeito das listas nominativas que sonegaram informação sobre a condição de muitos senhores.

Libertos e seus descendentes negros e pardos conseguiram tornar-se senhores de escravos através de vários caminhos. Em alguns casos, a condição senhorial foi efeito de legados para aqueles que mereceram uma alforria gratuita e tiveram os anos de serviços recompensados por parte do espólio de seus antigos senhores. Nessas circunstâncias, uma chave de leitura é que tais práticas objetivavam incentivar a obediência dos cativos ao longo da escravidão e a produção de clientela depois da alforria. Nos testamentos consultados por Marcio de Sousa Soares, algo em torno de um em oito testadores deixaram legados a seus ex-escravos, o que certamente lhes ampliou as chances de ascensão social.[194]

Em outros casos, a posse de escravos por libertos era resultado de uma trajetória bem sucedida de trabalho e acúmulo de riqueza em busca da liberdade. Dada a extensão do fenômeno da quartação e das autocompras, não surpreende que alguns libertos tenham logrado adquirir escravos continuando a exercer suas ocupações depois da alforria. Há, é claro, que se lembrar que a obtenção da liberdade através de formas onerosas de alforria desfalcava negros e pardos de muitos recursos que acumularam ao longo dos anos. Mesmo assim, houve casos de sucesso. Antônio do Cabo e Maria do Cabo, por exemplo, eram um casal de pretos forros, ambos naturais da Costa da Mina, que foram bem sucedidos na acumulação e administração de seus recursos. Afirmavam, em seus testamentos, ter adquirido a alforria por pagamento em ouro e serem donos de três chácaras, duas moradas de casas e nove escravos.[195] A gestão desses bens era feita pelo grupo familiar mais amplo: Antônio e Maria tinham dois filhos, todos casados à época do testamento e envolvidos com suas famílias no trabalho nas chácaras dos pais.

Não se pode perder de vista que pardos e pretos livres poderiam alcançar a posse de escravos através da herança de seus pais ou familiares. Quando havia a interseção de um

[194] SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, *c.* 1750 - *c.* 1830. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, pp.91-92 e p.208. Legados em terras foram relativamente comuns na vila de Barbacena na segunda metade do século XIX segundo o levantamento de Roseli dos Santos. *Terras e liberdade* – uma recompensa pela escravidão? Barbacena (1850 – 1888). São João del Rei (MG): DECIS/UFSJ, 2005, monografia (especialização em História).
[195] APDSJDR-PSJRM, Óbitos, Lv.79, fls.459v e 492.

parente poderoso, ou um homem rico, a transmissão de bens para filhos de escravos e destes a seus descendentes poderia dar início a trajetórias de enriquecimento e ascensão social. Mais uma vez recorremos ao exemplo da mina Roza Moreira de Carvalho que, ao gerar filhos do português Antônio Moreira de Carvalho fez de muitos de seus descendentes proprietários de cativos.[196] No entanto, para as famílias de negros que não contavam com um parente importante ou protetor, nada garantia que a ascensão de seus antepassados pudesse perdurar ao longo de gerações. Somente algumas pistas sobre as vidas dos descendentes dos sobrecitados Antônio e Maria do Cabo estão disponíveis. No Rol dos Confessados de 1795, aparece listado o filho Francisco do Cabo, então com 75 anos, viúvo e residindo ainda no Pe. Gaspar, muito provavelmente na mesma chácara que pertencera a seus pais. Francisco vivia na companhia do filho João Francisco de Almeida, crioulo livre, e da sobrinha Maria do Cabo, filha de sua falecida irmã. Os três eram auxiliados por um escravo de 61 anos, se é que esse cativo ainda lhes prestava algum auxílio. Do terceiro filho do casal não sobrou notícia conhecida, o que sugere que ele tenha migrado da freguesia. Mas pode-se afirmar, quase com certeza, que o padrão de propriedade ora constituído pelos forros Antônio e Maria do Cabo não foi experimentado por seus filhos. A fragmentação da propriedade na partilha foi uma das causas desse empobrecimento.[197]

As **Tabelas 3.7** e **3.8** mostram como a cor e origem dos senhores de escravos variavam segundo o tamanho da escravaria possuída. À medida que se sobe a escala de posse, a classe senhorial tornava-se mais homogeneamente branca. Senhores negros e pardos, em geral, controlavam escravarias, na maior parte das vezes, pequenas, enquanto as grandes posses estavam nas mãos de pessoas brancas – ou pelo menos assim designadas pelas listas de população. Considerando-se a cor dos chefes de domicílios com escravos percebemos novamente que o topo da pirâmide proprietária era muito diferente da base e dos fogos sem escravos.

[196] Embora ela tenha determinado uma divisão desigual da herança, em prejuízo de alguns filhos para impulsionar o sucesso de outros. LIBBY, Douglas C. e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Vária História*, Belo Horizonte, vol.01, n. 30, julho/2003, pp.112-149.

[197] Segundo o prof. Zephyr Frank, a partilha igualitária dos bens teve efeitos diferenciados de acordo com o extrato econômico de cada família. Para os ricos, a partilha igualitária fornecia fatias substantivas de recursos que permitiam uma vida tranquila, enquanto para os mais pobres a partilha dispersava anos de acúmulo de recursos. FRANK, Zephyr. *Dutra's world*: wealth and family in Nineteenh-Century Rio de Janeiro. Albuquerque: Universityof New Mexico Press, 2004.

Tabela 3.7 - Cor e origem dos chefes de domicílio na freguesia de São José. 1795

		s/inf	branco	pardo/ cabra livre	crioulo livre	pardo/ cabra forro	crioulo forro	origem africana (forro)
Todos os fogos		***1,9%***	***42,2%***	***7,5%***	***0,5%***	***26,8%***	***11,9%***	***9,1%***
Nº de escravos no fogo	0	0,4%	21,2%	8,4%	0,4%	35,6%	17,9%	16,2%
	1	11,3%	42,4%	7,4%	0,4%	24,7%	10,8%	3,0%
	2	1,4%	56,1%	6,5%	0,7%	25,2%	6,5%	3,6%
	3	0,0%	57,0%	9,0%	1,0%	22,0%	10,0%	1,0%
	4	1,2%	67,1%	8,5%	2,4%	15,9%	2,4%	2,4%
	5	0,0%	73,5%	6,1%	0,0%	16,3%	2,0%	2,0%
	6	0,0%	86,5%	5,4%	0,0%	8,1%	0,0%	0,0%
	7	0,0%	80,8%	3,8%	0,0%	11,5%	3,8%	0,0%
	8	0,0%	74,2%	6,5%	3,2%	12,9%	3,2%	0,0%
	9	10,0%	70,0%	0,0%	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%
	10	0,0%	90,9%	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	0,0%
	11 a 20	0,0%	91,0%	5,1%	0,0%	3,8%	0,0%	0,0%
	21	0,0%	95,9%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%

Fonte: Rol dos Confessados de 1795.
Obs.: 1) os valores somam 100% na horizontal;
2) não considerados 27 domicílios sem informação de chefe.

Tabela 3.8 - Cor dos chefes de domicílio em 1831 na freguesia de São José

		s/inf	branco	pardo/ cabra livre	crioulo livre	pardo/ cabra forro	crioulo forro	origem africana (forro)
Todos osfogos		***2,7%***	***40,6%***	***39,2%***	***10,5%***	***1,1%***	***2,8%***	***3,2%***
Nº de escravos no fogo	0	1,2%	21,7%	49,7%	16,6%	1,4%	4,3%	5,2%
	1	2,6%	46,7%	42,6%	5,1%	1,5%	1,0%	0,5%
	2	1,9%	62,0%	33,3%	0,9%	0,9%	0,9%	0,0%
	3	6,3%	57,3%	34,4%	1,0%	0,0%	1,0%	0,0%
	4	2,3%	74,4%	20,9%	0,0%	1,2%	0,0%	1,2%
	5	0,0%	82,8%	15,5%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%
	6	4,3%	68,1%	25,5%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%
	7	8,9%	75,6%	13,3%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%
	8	3,6%	89,3%	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	9	2,9%	85,7%	11,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	10	5,3%	89,5%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	11 a 20	10,4%	83,0%	5,7%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%
	21 +	11,7%	86,7%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: listas nominativas de 1831.
Obs.: os valores somam 100% na horizontal.

As **Tabelas 3.7** e **3.8** também indicam que pessoas designadas como pardos tiveram melhores possibilidades de se tornar escravistas com posses maiores, assim como eram

maiores suas chances de alcançar a alforria (os pardos eram 53% dos forros em São José no ano de 1795). Suspeitamos que em São José, como já verificado em outras localidades, fosse possível que senhores pardos passassem por um processo de embranquecimento, embora, nos casos que verificamos perda da designação de cor, esse processo ocorreu no âmbito geracional.[198]

Para o ano de 1831 as listas nominativas nos oferecem a possibilidade de observar como a ocupação do chefe do domicílio era modulada pela posse de escravos. A **Tabela 3.9** mostra, mais uma vez, que entre não-escravistas e a base proprietária não existiam diferenças significativas.

Tabela 3.9 - Ocupação dos chefes de domicílio em 1831 na freguesia de São José

		S/ inf.	Agropecuária	Mineração	Atividades manuais e mecânicas	Comerciante fixo	Comerciante tropeiro	Serviço doméstico	Funcionário público	Outras	Desocupado
Todos os fogos		***34,7%***	***22,1%***	***2,9%***	***21,5%***	***5,7%***	***0,8%***	***0,4%***	***1,4%***	***9,8%***	***0,7%***
Nº de escravos no fogo	0	38,7%	13,1%	4,3%	24,7%	2,9%	0,8%	0,5%	0,4%	13,6%	1,1%
	1	27,7%	25,6%	1,0%	25,6%	7,2%	1,5%	0,5%	3,1%	7,7%	0,0%
	2	32,4%	22,2%	1,9%	22,2%	15,7%	0,0%	0,0%	2,8%	2,8%	0,0%
	3	28,1%	25,0%	0,0%	21,9%	12,5%	2,1%	0,0%	4,2%	6,3%	0,0%
	4	44,2%	25,6%	0,0%	16,3%	7,0%	0,0%	0,0%	2,3%	3,5%	1,2%
	5	24,1%	34,5%	1,7%	17,2%	19,0%	0,0%	1,7%	1,7%	0,0%	0,0%
	6	34,0%	31,9%	2,1%	21,3%	8,5%	0,0%	0,0%	2,1%	0,0%	0,0%
	7	26,7%	42,2%	0,0%	13,3%	8,9%	0,0%	0,0%	4,4%	4,4%	0,0%
	8	25,0%	39,3%	0,0%	3,6%	10,7%	0,0%	0,0%	10,7%	10,7%	0,0%
	9	20,0%	54,3%	0,0%	17,1%	5,7%	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%
	10	31,6%	47,4%	0,0%	15,8%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	11 a 20	23,6%	60,4%	0,0%	0,9%	8,5%	1,9%	0,0%	0,9%	3,8%	0,0%
	21 +	21,7%	58,3%	5,0%	1,7%	6,7%	0,0%	0,0%	3,3%	3,3%	0,0%

Fonte: listas nominativas de 1831.

Obs.: os valores somam 100% na horizontal.

As duas exceções mais importantes em relação ao padrão apresentado na **Tabela 3.9** são para os domicílios cujos chefes se ocupavam de atividades agropecuárias, nas quais os domicílios não-escravistas estavam menos envolvidos, e os fogos cujo chefe tinha uma função pública, nos quais a regra era a existência de ao menos um cativo. Deve-se destacar que não-

[198] GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto feliz, São Paulo, c.1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008, esp. capítulo 05. Atentar para que a designação de cor branca sinaliza o termo de um processo de remissão do cativeiro, como argumenta SOARES, Marcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, capítulo 07.

escravistas e senhores de pequenas posses empregavam-se em atividades de transformação com um frequência muito similar. Esses artesãos, a propósito, tinham escravarias reduzidas, raramente ultrapassando os dez cativos. Já os chefes de fogo dedicados à agropecuária dirigiam domicílios com escravarias mais robustas, indicando, novamente, que o topo da escala de proprietários era mais distinta dos não-escravistas do que a base dos senhores.

3.4. O difícil controle das pequenas posses

Toda a discussão dos itens anteriores teve o mérito de demonstrar que o grupo senhorial não era homogêneo. Os senhores de escravos diferenciavam-se quanto ao gênero, ao estado conjugal, e à cor e origem. A escala de posse também promovia um corte no grupo, embora entre a base da pirâmide proprietária e seu cume apresentava-se um gradiente de situações, passando do mais diversificado ao mais homogêneo. Também as escravarias dos senhores eram diversificadas, talvez refletindo as diferentes condições de ocupação e inserção econômica que se apresentavam a mulheres solteiras, negros forros e casais. Mas será que as diferentes trajetórias dos senhores de poucos escravos engendrariam formas diferentes de administração do trabalho escravo? O exercício da autoridade sobre pequenas posses seria diferente do controle dos grandes planteis? Algum traço da experiência dos pequenos senhores permitira um sentido comum às suas existências?

Talvez o aspecto mais marcante da administração do trabalho escravo em pequenas posses seja a intensa proximidade entre senhores e escravos com o compartilhamento do cotidiano nos mesmos espaços e o desempenho do mesmo trabalho. Não se justificaria nas escravarias mais reduzidas empregar um feitor – e talvez nem se tivesse condições disso. O feitor é considerado pela historiografia da escravidão um parachoques da relação senhor-escravo; representante da autoridade do senhor, era responsável pelo trabalho desempenhado pelos escravos e administrava os castigos sendo, por isso, um alvo comum do protesto violento dos escravos.[199] Mas o feitor não era uma figura comum nas pequenas posses. No caso americano, onde os planteis tinham tamanhos reduzidos, Eugene Genovese estima que menos de um terço dos escravos, talvez menos de um quarto, tenha trabalhado sob a

[199] LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp.37-39; GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll*: the world the slaves made. New York: Vintage Books, 1976, pp.13-21.

supervisão de feitores.[200] Nos anos 1830, nos quatro termos que formavam a Comarca do Rio das Mortes (vilas de São João e São José del Rei, Tamanduá e Lavras) apenas 69 indivíduos foram identificados nas listas nominativas da década com a ocupação de feitor ou administrador de fazenda, uma das variações do trabalho. O número de feitores possivelmente era maior, visto que as listas têm grandes lacunas quanto a informações de ocupação. Mas esse pequeno conjunto serve de índice para a situação que desejamos evidenciar: nenhum dos 69 feitores administrava escravarias inferiores a 5 cativos, sendo que quase todos trabalhavam em unidades com mais de dez escravos.[201] Sem a intermediação de um feitor, senhores de pequenos planteis encaravam face a face a tarefa de disciplinar sua força de trabalho e testavam no dia-a-dia sua autoridade.

Salvo engano, foi a pesquisa do professor Eduardo França Paiva que demonstrou originalmente que os senhores de pequenas posses concediam a alforria com maior liberalidade do que os grandes proprietários.[202] Para o autor, o ambiente mineiro composto por pequenas escravarias aumentava as chances de mútua dependência entre senhores e escravos. A grande quantidade de libertos e seus descendentes possuidores de escravos propõe o surgimento, no contexto mineiro, de relações de dominação marcadas pelo mutualismo, do qual são expressão as pequenas posses de senhores negros e mestiços, e situações de resistência marcadas pela ajustamento e pela conquista de margens materiais e simbólicas mais amplas. [203] A pesquisa doutoral de Marcio de Sousa Soares confirmou que, proporcionalmente, eram os pequenos senhoresque alforriavam mais na região fluminense de Campos dos Goitacases.[204] Soares ainda destaca a participação de libertos e seus descendentes entre os que mais libertavam, em parte porque muitos libertos não tinham filhos e, sem herdeiros, sentiam-se descompromissados para libertar parte da sua herança. Mas, mais importante para nossa discussão, o autor também acredita que as alforrias foram mais comuns nas pequenas posses por causa da proximidade entre senhores e escravos. Afinal, "quanto mais próximo do senhor um escravo conseguisse chegar e, diante dele, corresponder às expectativas" maiores as chances de obter a liberdade. Essas importantes descobertas podem

[200] GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll*: the world the slaves made. New York: Vintage Books, 1976, p.13.
[201] COSTA, Ana C. R. *Fugas de escravos na Comarca do Rio das Mortes* – primeira metade do século XIX. São João del Rei (MG): DECIS/UFSJ, 2013 (Mestrado em História), pp.145-147.
[202] PAIVA, Eduardo F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.
[203] PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.93.
[204] SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, pp.100-101.

sugerir que o relacionamento de senhores e suas pequenas posses era harmonioso e culminava com a retribuição da fidelidade dos escravos através da concessão da alforria. Mas há o reverso da moeda, quando a política de domínio falhava e as tensões transformavam-se em conflito.

O estudo de Ricardo Alexandre Ferreira sobre a criminalidade escrava na região paulista de Franca – uma região onde predominavam as pequenas posses –, mostra que a maioria dos crimes de cativos contra seus senhores ocorriam em situações em que os senhores estavam pessoalmente envolvidos na aplicação de castigos ou em situações de trabalho, tendo como armas as ferramentas usadas.[205] Nesse caso, quando a proximidade entre senhor e escravo descambava para tensões, o resultado poderia ser violento. O fazendeiro Januário José Ferreira, por exemplo, vivia em 1838 no distrito de Cláudio com a esposa, um filho e nove cativos – 5 mulheres crioulas, 2 moleques crioulos e dois homens africanos.[206] Januário e sua família eram pardos, mas nem por isso pobres; seus cativos e sua família tocavam uma fazenda onde se plantava cana e outros mantimentos. Em janeiro de 1842 enquanto estava na roça cortando cana com o escravo Joaquim, Januário Ferreira chamou a atenção do cativo e ameaçou castigá-lo. Porém, Joaquim, um africano de mais de 50 anos, não esperou que isso acontecesse e matou o senhor com duas facadas. Quando inquirido porque atentou contra seu senhor, Joaquim não usou a justificativa corrente de que seu senhor era cruel e o castigava com frequência – talvez porque Januário, que trabalhava na roça com seus cativos, não apelasse sempre para o castigo. Joaquim afirmou, sem efeito algum, que tinha sido possuído pelo demônio e foi condenado à forca.[207]

Um trabalho original e recente enfrentou a difícil tarefa de conhecer quem eram os senhores de escravos que publicaram os anúncios de fuga de escravos que inundavam os jornais regenciais e descobriu que, surpreendentemente, a maioria desses senhores tinham posses modestas, até o limite de dez escravos.[208] A pesquisa lançou mão de centenas de anúncios de fugas de escravos publicadas no periódico sãojoanense *Astro de Minas* durante a década de 1830 e buscou nominalmente os anunciantes nas listas nominativas. Descontando os homônimos e casos de difícil identificação, foram encontradas 43 correspondências claras que compõe um conjunto limitado de senhores que enfrentaram fugas, mas o único disponível

[205] FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos:* cativeiro e criminalidade num ambiente rural, 1830 – 1888. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p.55.
[206] Lista nominativa de 1838, Cláudio, fogo 321.
[207] LABDOC/UFSJ, Arquivo de Oliveira, Processo Crime 2-58.
[208] COSTA, Ana C. R. *Fugas de escravos na Comarca do Rio das Mortes* – primeira metade do século XIX. São João del Rei (MG): DECIS/UFSJ, 2013 (Mestrado em História).

até o momento. Cinco desses senhores eram grandes proprietários com mais de 31 cativos; 16 senhores tinham posses entre 11 e 30 cativos; dez senhores controlavam posses entre 1 e 10; e nada menos do que 12 pessoas foram identificadas nas listas nominativas em anos posteriores ao anúncio de fuga vivendo em domicílios sem nenhum cativo registrado, o que significa, caso sejam realmente as mesmas pessoas que anunciaram a fuga de escravos, que eram senhores de poucos cativos que perderam toda sua propriedade com as fugas. Por exemplo, Francisco Alves da Silva anunciou a fuga do escravo Silvestre Moçambique no *Astro de Minas* em 18/10/1831 pedindo que quem soubesse do paradeiro de Silvestre o encaminhasse a seu senhor no distrito do Bichinho. Na lista de 1838, um Francisco Alves da Silva foi listado como morador de um domicílio no Bichinho sem nenhum cativo. Severino Rodrigues, morador no Padre Gaspar teve um escravo monjolo fugido noticiado em 07/06/1828 e na lista de 1831 também aparece sem propriedade escrava. A autora do estudo sugere que em casos como esses tais senhores "estivessem apenas entrando no mundo do domínio escravista, isto é, talvez fossem senhores há pouco tempo e, talvez, inexperientes no trato com escravos".[209] Não à toa os escravos fugidos eram africanos, talvez adquiridos pouco tempo antes das fugas no *boom* do tráfico da primeira metade do XIX.

Outro caso é o do o alfaiate Antônio Caetano Lobato, morador no fogo 51 do distrito de Passatempo da Vila de São José, que teve o escravo Mateus, um cabinda de 22 anos, fugido em 1835. Mateus foi detalhadamente descrito no anúncio de fuga: "alto, olhos vermelhados, sobrancelhas meio crespas, beiçudo, rosto descarnado e grande, ombros largos, mãos bem feitas, pés ordinários, ponta de buço" e, provavelmente, não deveria sofrer castigos físicos mais duros visto que "não tem cicatriz alguma em seu corpo".[210] Na lista nominativa de 1838, o alfaiate Antônio aparece acompanhado de apenas outros dois cativos e ainda sem Mateus. Tratava-se, certamente, de um pequeno senhor que optou pela compra de um escravo africano para aumentar a capacidade produtiva do seu domicílio.

Senhores de poucos escravos deveriam enfrentar uma série de dificuldades ao administrar o trabalho dos seus cativos. Em primeiro lugar vivenciavam de forma muito próxima as tensões desencadeadas pela escravidão. Em segundo, suas opções para estimular a sociabilidade escrava ou a formação de famílias em suas pequenas posses como estratégia de aliviar as tensões do trato escravista eram bastante limitadas. Em seguida, deve-se considerar que como tinham menores recursos, não havia com o que recompensar seus escravos ou

[209] Idem, p.128.
[210] *Astro de Minas*, nº 1204, 11/08/1835 apud Idem.

instaurar hierarquias e diferenciações expressivas no plantel. Talvez, por causas dessas dificuldades é que os pequenos proprietários deixavam para recompensar seus escravos fieis ao falecer, distribuindo alforrias e legando alguns bens a escolhidos.

Por todo o exposto, tendemos aqui a concordar com Bert J. Barickman que considera que a posse de dois ou três escravos dificilmente libertava um lavrador e sua família do trabalho em casa e na roça; no máximo reduzia as horas de trabalho e permitia que os membros da família evitassem os serviços mais pesados. Do ponto de vista do trabalho, roceiros que tinham poucos escravos levavam uma vida muito parecida com a de seus vizinhos sem nenhum. Porém, o ser senhor de escravos deveria fazer muito diferença em termos de prestígio social. Além disso, a posse de cativos criava entre esses pequenos senhores e os grandes escravistas um vínculo baseado no interesse comum de perpetuação da escravidão como regime de trabalho.[211]

Barickman ainda resgata uma passagem da comédia de Martins Pena, *O juiz de paz na roça*, encenada pela primeira vez em 1838, na qual aparece o personagem Manoel João, um lavrador que tem um único escravo, Agostinho, com que divide a lida do campo. Quando Manoel entra em cena aparece vestindo calças de ganga com uma das pernas arregaçadas e uma japona de baeta azul, e traz uma enxada nos ombros; acompanha-o Agostinho, que não usa japona, apenas uma calça e camisa de algodão, traz a enxada e um cesto de café na cabeça. Depois de cumprimentar mulher e filha, e dividir entre elas outras tarefas da roça, Manoel João recebe jacuba e sentam-se todos à mesa para jantar, inclusive Agostinho, onde comem com as mãos e chupam os dedos. O contato próximo entre cativos e pequenos agricultores provavelmente teria estimulado um sentimento de camaradagem e mesmo de dever. Mas Martins Pena nos mostra que intimidade não implicava igualdade: em vários momentos da peça as diferenças entre Manoel João, o senhor, e Agostinho, o cativo, é demonstrada. Manoel João veste uma japona, Agostinho não; é Agostinho quem traz o cesto de café na cabeça; sedento, Manoel João é servido de jacuba pela mulher e Agostinho, não menos sedento, apenas olha; por fim, quando a carne seca da casa acaba, o pouco que resta vai para os pratos de Manoel João, mulher e filha, Agostinho tem de se contentar com laranjas e farinha.

Desigualdades como estas, por mais insignificantes que possam parecer, especialmente quando comparadas com as diferenças que distinguiam grandes proprietários de suas

[211] BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano:* açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p. 251-252 e 309.

escravarias, reafirmavam cotidianamente a autoridade dos senhores sobre seus escravos de maneira que mesmo em situações de pequenas posses, mais comuns e difundidas, os significados da subordinação dos escravos, enquanto classe, eram vividos concretamente e, por isso mesmo, experimentados como verdade. Não apenas o controle dos corpos instituía a ordem escravista (criava o escravo), mas também o controle das sensibilidades e a direção dos anseios num determinado sentido.

Capítulo 4. Acomodação evolutiva: produção econômica e crescimento da riqueza na freguesia de São José

Nas várias missivas enviadas pela câmara de São José reclamando da fragmentação de seu termo em novas vilas, os oficiais do Senado esforçaram-se por criar uma cenário de pobreza desoladora. Em uma representação de 1799 afirmaram dramaticamente que "um edifício que foi devorado pelas chamas não fica mais desfigurado do que ficou esta vila, depois que as outras se criaram". Como vimos no capítulo 01, os discursos de decadência se seguiram até meados do século XIX, acompanhando o definhamento do núcleo urbano da vila. O que então preocupava aos oficiais da vila naquele fim de século, entretanto, não era o tema da decadência mineral, que povoou quase toda comunicação política de meados dos Setecentos, mas sim a perda das preciosas terras férteis a leste e oeste. Essas terras eram "sertões incultos que gentios e negros fugidos faziam inabitáveis" e só foram trazidos à civilização pelos grandes feitos dos antepassados daqueles camaristas. Para esses homens, as novas vilas criadas entre 1789 e 1791 "usurpam partes do termo" – talvez as mais valiosas – e diminuem as rendas da Câmara, por isso, "desde o ano 1789 jaz este corpo mutilado e desfalecido na miséria e no abatimento".[212]

Já comentamos que a correspondência da vila empregava tais imagens muito mais com uma finalidade política do que como um diagnóstico preciso. Como veremos a seguir, as representações mudavam de acordo com os objetivos das missivas. Mas vimos também que no final do século XVIII os sertões deixaram de ser encarados como o lugar do perigo, a terra de ninguém fora da ordem colonial, e se transmutaram na reserva de recursos para a vitalidade econômica das vilas. Por sob essa mudança simbólica havia processos materiais muito claros: a expansão da agropecuária mercantil e sua necessidade de terras.[213]

É conhecido que a produção de mantimentos acompanhou a mineração desde seus primórdios.[214] Com a exaustão das jazidas minerais, a agropecuária e uma miríade de outras atividades de transformação tornaram-se o esteio da vida econômica mineira durante o século

[212] APM - SG-Cx.39-Doc.06. Para um exemplo do tema da decadência mineral ver "Impostos na Capitania Mineira: clamores e supplicas das camaras em nome do povo" RAPM, ano II, Vol. 02, pp.287-309, 1897, e, um exemplo mais tardio, "Causas determinantes da diminuição da contribuição das cem arrobas de ouro, apresentadas pela Camara de Mariana", RAPM, ano 06, vol. I, pp. 143-151, 1901.

[213] FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.295 .

[214] Como demonstram CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007 e SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

XIX, num processo descrito pelo professor Douglas Libby como *acomodação evolutiva*.[215] Com isso Libby sugeriu que as raízes do dinamismo da província de Minas Gerais – capaz de prodígios como deter o maior plantel do Império e absorver a maior parcela dos escravos despachados do Rio de Janeiro – estavam no peso do complexo sócio-histórico formado em torno da mineração.[216] A grande população, a diversificação da estrutura ocupacional, a rede de vilas e arraiais foram realizações do Século do Ouro, mas que permaneceram a ele e funcionaram de "massa crítica" para a manutenção da estrutura escravista gerando as demandas internas à capitania, vigorosamente complementadas no inicio do século XIX com o abastecimento da corte do Rio de Janeiro.

A freguesia de São José é um microcosmo onde poderemos observar esse processo de acomodação evolutiva. Tentaremos resenhar o desempenho econômico da freguesia entre fins do XVIII e a primeira metade do XIX através de algumas indicações esparsas. Valemos-nos de diversos subsídios: uma lista de cobranças de dízimos de meados do XVIII, que mostra o agropastoreio como alternativa econômica difundida entre grandes e pequenos produtores; a análise de uma disputa no começo do século XIX pelo abastecimento da vila, que opôs lavradores de grande e pequena fábrica; um mapa de produção econômica do começo do XIX e a comparação da estrutura ocupacional entre o começo do XIX e a década de 1830. Todos esses documentos lançam luzes indiretas sobre nosso problema. Não é pouco, mas seria possível avançar nessa questão se existissem censos econômicos domiciliares ou levantamentos seriados da produção da vila – documentos que não existem ou não foram localizados para nossa região. Diante desse lacuna, alternativa que adotamos foi o recurso aos inventários *post-mortem*, documentos que, infelizmente, listam com muita irregularidade os gêneros produzidos e raramente apresentam as rendas auferidas na produção e comércio, mas que oferecem uma visão do patrimônio amealhado pelos produtores e podem nos sinalizar como os agentes aproveitaram as diferentes conjunturas econômicas.

4.1. Uma economia em transição

Ainda na primeira metade do século XVIII a vila de São José se destacou no abastecimento das áreas de mineração do centro da capitania. Segundo José Joaquim da

[215] LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp.21-22.
[216] Como afirma Libby, a possibilidade de que uma estrutura sócio-econômica escravista possa se refugiar em atividades voltadas para o consumo foi levantada originalmente por FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.90-91.

Rocha, os termos de São João del Rei e São José do Rio das Mortes eram os mais abundantes de víveres de toda a Capitania, contribuindo substantivamente para o abastecimento de outras vilas com sua produção de gado, toucinho, queijo, milho, feijão e arroz, além das frutas. Como mostra Flávio Marcus da Silva, a Coroa portuguesa tinha viva atenção sobre o abastecimento alimentar nas Minas e atuava fortemente no mercado de gêneros de modo a evitar que a escassez, ou alto custo, produzissem o descontentamento da população e motins. A centralidade das Minas na economia do Império Português e o contexto de instabilidade política das primeiras décadas da ocupação certamente deixaram as autoridades alertas para que o desabastecimento não fosse mais um problema. Assim, as autoridades buscavam incentivar a produção, estimular a circulação e combater os obstáculos ao comércio de gêneros alimentares.[217]

O estudo de Silva sugere que a agricultura e a pecuária para abastecimento se afiguraram como opções econômicas mais interessantes para muitos agentes de poucas posses ou excluídos do controle de terras e águas minerais. Diante da ampla demanda das vilas mineradoras e da baixa inversão necessária para tocar um sítio de agricultura, a agropecuária ocupou muitos braços que não se empregavam na mineração.[218] Na vila de São José pudemos perceber que em meados do século XVIII as atividades de abastecimento abrangiam uma gama de produtores de portes muito amplo. Os registros de cobranças de dízimos são fontes pouco disponíveis para nosso recorte espacial, mas capazes de introduzir informações relevantes sobre a produção econômica da freguesia. Há um documento desse gênero no fundo Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro que apresenta o lançamento nominal dos dízimos das freguesias de São João del Rei, São José do Rio das Mortes e Prados no ano de 1766.[219] De acordo com o estudo de Ângelo Alves Carrara, que se valeu fartamente desse tipo de documentação, os dízimos eram o imposto devido por todo fazendeiro, lavrador e criador sobre todos os frutos, plantas e criações do seu trabalho. Normalmente não eram as

[217] ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p.127. SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, ver a introdução da obra.

[218] SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.143. No mesmo sentido, Carla Almeida mostra que os produtores "pobres" de Minas Gerais dedicavam-se à agropecuária ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010, p.160.

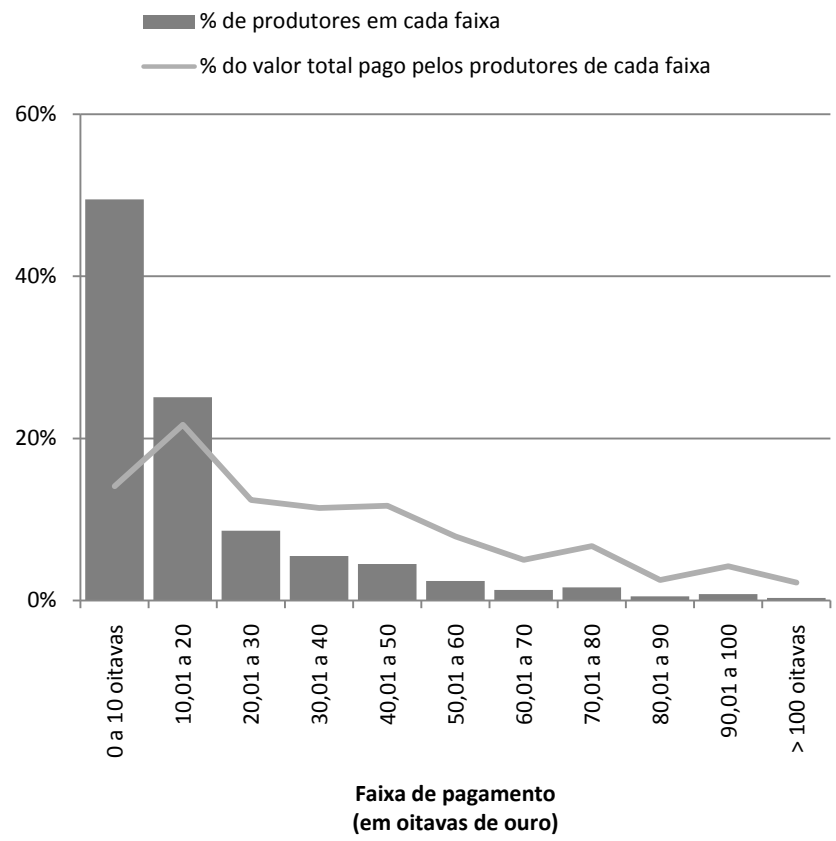
[219] APM, CC-2278. Ângelo Carrara menciona listas de cobranças de dízimos para a freguesia de São José nos anos de 1798 e 1816 sob a guarda do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Infelizmente, esses documentos não estão disponíveis para a consulta. CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p.256.

autoridades coloniais que arrecadavam os dízimos, sendo sua cobrança licitada em contrato de três anos a particulares, que adiantavam um "lance" à Coroa. Os valores cobrados eram, ainda segundo Carrara, ajustados entre os produtores e os funcionários dos contratadores do dízimo. Tais ajustes recebiam o nome de *avenças* e incidiam sobre a produção rural destinada ao mercado – ou seja, as unidades que só produziam para o autoconsumo ficavam de fora da cobrança.[220]

A lista de cobrança de dízimos da freguesia de São José registra 382 produtores tributados no triênio que se encerrava em 1766. O maior valor devido foi de 150 oitavas de ouro (em torno de Rs 180$000) cobrados ao alferes Luís Teixeira Cabral, único devedor de mais de cem oitavas. O menor valor registrado foi um quarto de oitava, presente em dois registros de cobranças, a Cipriana Barresca e Benta Francisca. Essas mulheres, assim como várias outras lançadas na lista de cobrança, possivelmente administravam a unidade produtiva e conseguiam avançar sua produção além do limite da subsistência e participar do mercado, sendo, por isso, tributadas pelo dízimo. Situações como essas nos trazem à mente mais uma vez as possibilidades de ocupação para a crescente população mineira do Setecentos. Outros casos no mesmo sentido foram os dos pretos forros Faustino Pinto de Almeida e de Antônio do Cabo,[221] devedores, cada qual, de cinco oitavas. Antônio do Cabo era um africano da Costa da Mina, casado com outra mina forra, Maria do Cabo, pai de três filhos e, segundo os testamentos do casal, proprietário de três chácaras na aplicação do Pe. Gaspar, duas moradas de casas na vila de S. José e mais nove escravos, além de outros bens móveis que os testamentos não especificam. [222] Uma prosperidade invejável mesmo para a população que já nasceu livre. A agricultura de abastecimento foi o esteio do patrimônio do negro Antônio do Cabo, mas também de muitos outros produtores remediados como ele. O gráfico a seguir mostra que a maioria dos devedores do dízimo no ano de 1766 (74,6%) eram produtores de pequeno porte que deviam valores inferiores a 20 oitavas de ouro (ou menos de Rs 24$000).

[220] Idem, pp.219-231.
[221] Este, um próspero sitiante do arraial de Pe. Gaspar cujo caso comentamos no capítulo 02.
[222] APDSJDR, Óbitos, Lv.79, fls.459v e 492.

Gráfico 4.1 - Dízimos cobrados na freguesia de São José, 1766 - faixas e percentuais de pagamento



Fonte: APM, CC-2278

Embora fossem a maioria dos pagadores do dízimo, os devedores de menos de 20 oitavas de ouro somavam 35,8% do valor total acertado na freguesia de São José. As três faixas de pagamento entre 20,01 até 50 oitavas renderam mais 35,5% do total. Os grandes devedores, aqueles avençados em mais de 50 oitavas e que representavam em torno de um décimo do total de pagadores, eram responsáveis, portanto, por menos de um terço do total dos dízimos. Essa distribuição indica a expressiva participação dos pequenos e médios produtores no mercado, embora não fossem eles que auferissem as maiores rendas. Podemos ainda medir a concentração da produção mercantil sugerida pela cobrança de dízimos usando o índice de Gini. Como se sabe, esse índice mede a desigualdade em uma distribuição retornando um valor entre 0 e 1 onde *zero* é a igualdade perfeita na distribuição e *um* a concentração absoluta. O coeficiente de Gini dos valores de dízimos na freguesia de São José

no ano de 1766 é de 0,521, considerado mediano para uma sociedade de Antigo Regime e muito próximo aos índices de concentração de renda dos atuais países em desenvolvimento.[223]

Para quem esses produtores avençados pelo cobrador dos dízimos produziam? A princípio para a o mercado local, representado pela vila e os demais arraiais. O abastecimento alimentar era a primeira necessidade das sociedades coloniais do Novo Mundo e, em torno das atividades de produção, beneficiamento, transporte e comercialização, surgiu um complexo econômico apreciável, capaz de produzir uma lógica interna na economia colonial.[224] No próximo item, veremos como se organizava as estratégias de abastecimento dos grandes e pequenos produtores em São José.

4.2. Celeiros e o abastecimento do mercado interno

Foi a pesquisa de Flávio Marcus da Silva sobre a política de abastecimento nas Minas que nos revelou que desde meados do século XVIII a vila de São José havia se transformado num centro de distribuição de mantimentos através de um sistema de celeiros estabelecidos pelos grandes roceiros. A produção de suas roças nos distritos das imediações da vila era conduzida por tropas de mulas e carros de boi e negociada "a miúdo" aos "moradores desta vila, como ao mais povo que de fora o vai ali comprar".[225] No começo do século XIX os camaristas da vila de São José participaram ao Conselho Ultramarino a existência de três celeiros na vila, dois no distrito de Bom Sucesso, e ao menos um nos distritos de Lagoa Dourada, Oliveira, São Thiago, Passa Tempo, Lage, São João Batista e Olhos d'Água.[226] A existência desses armazéns aponta o desenvolvimento da produção mercantil de alimentos, bem como sua circulação no termo da vila. A preocupação do Senado com essas estruturas, por sua vez, revela que o setor agropecuário carreava a economia local, rendia proventos para a Câmara e enriquecia a população. Um levantamento das posturas da vila lançadas na primeira metade do século XIX mostrou que o alvo das preocupações dos camaristas era a

[223] Conforme o relatório de 2011 das Nações Unidas: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Tables.pdf (acessado em 03, out, 2013).
[224] GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade*: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, especialmente os capítulos 2, 3 e 4. Ver também FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, capítulo 02.
[225] AHU-Minas Gerais, cx.181, doc.55 *Apud* SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.235.
[226] AHU-Minas Gerais, cx.18, Doc.59.

produção e circulação das culturas rurais.[227] Como informou a citada pesquisa de Silva, ao longo de todo século XVIII as câmaras mineiras estavam preocupadas em manter o abastecimento, regulando os preços e evitando os atravessadores para evitar revoltas. No entanto, essas instituições também podiam valer-se dos mesmos poderes para privilegiar alguns produtores.

Nos anos iniciais do século XIX a presença de celeiros para armazenagem e venda de mantimentos na vila de São José produziu tensão entre os camaristas e grandes lavradores de um lado e taberneiros e negociantes de outro. Tudo começou quando a Câmara, a pretexto de controlar a ação dos atravessadores no mercado de gêneros de abastecimento, proibiu as tabernas e pequenos comerciantes de receber a produção dos lavradores de "pequena fábrica". A controvérsia produziu um grande número de petições dos oficiais da Câmara e de moradores ao governo da capitania, bem como protestos de ambos os lados, despachos do ouvidor da Comarca e determinações do capitão governador. Esse rico conjunto de documentos, que integram um maço sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, revela detalhes importantes da produção agrária e do comércio de abastecimento na vila de São José no começo do século XIX.[228]

Grandes e pequenos lavradores levavam seus gêneros para o mercado da vila de São José, mas se valiam de métodos diferentes. Os roceiros de "avultada fábrica" conduziam sua produção através de tropas de mulas e carros de bois e a estocava em "caixões" que mantinham em suas casas na vila. Era comum que esses ricos lavradores tivessem seus próprios caixeiros, "a quem pagam porção anual", ou se valessem de comissários, "homens de conceito a quem pagam um tanto de cada dez, vinte ou cem alqueires de mantimentos que vendem". Já os pequenos produtores também usavam de comissários, só que, "em abuso às determinações do Senado", esses comissários também tinham suas próprias vendas, onde negociavam os gêneros dos pequenos roceiros em seu próprio lucro e não dos lavradores. Segundo os camaristas, o proceder desses taberneiros e negociantes produzia "monopólio" e carestia e, logo, o almotacé da vila decidiu extinguir os celeiros que recebiam a produção dos pequenos roceiros.

[227] CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização*: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte (MG): FAFICH/UFMG, 1998.

[228] APM - SG-Cx.60-Doc.39. Esse maço de documentos contém várias petições dos oficiais da câmara ao governo da capitania, bem como dos moradores que protestavam. Incluem-se ainda os despachos do ouvidor da Comarca e as determinações do governador. Salvo referência em contrário, todas as citações que seguem são deste documento.

Porém, o almotacé da vila de São José, apoiado pelos camaristas, manteve as casas e os caixões que guardavam a produção dos três maiores roceiros que levavam gêneros à vila.[229] João Rodrigues de Faria, a viúva do capitão Bernardo Homem da Silveira e o capitão Joaquim Pinto de Gois e Lara foram favorecidos com essa medida. Segundo os camaristas, estes eram "os lavradores com alguma fábrica avultada que para ela [a vila] costumam baldear os seus mantimentos e com eles a fertilizam", sendo os demais roceiros "de pouco momento", isto é, dispondo de gêneros em baixa frequência e pequena monta no mercado, uns por se ocuparem de diferentes ofícios, outros "por que têm limitadas fábricas". De fato, os três lavradores privilegiados pelo Senado tinham "fábricas" relevantes: João Rodrigues de Faria era um português, já viúvo em 1795, quando o Rol dos Confessados o apresenta morando na vila em companhia de apenas um escravo. Sua riqueza, no entanto, estava na paragem das Laranjeiras, no distrito de São Thiago, fora da freguesia de São José, onde sua fazenda com engenho empregava cerca de oitenta escravos. No seu inventário, aberto em 1805, foram registrados mais de cem arrobas de feijão aguardando a colheita e 350 cabeças de gado.[230] Aparentemente, o próprio João Rodrigues de Faria era capaz de conduzir sua produção aos mercados próximos pois possuía 25 mulas de tropas com seus arreios. Há ainda no seu inventário indicações de que ele estava envolvido com o comércio e a usura: foram registrados mais de Rs 1:200$000 em dinheiro em espécie, além de quase 2,25 contos em dívidas ativas.

Por sua vez o capitão Bernardo Homem da Silveira figurou no Rol de Confessados de 1795 como senhor de uma imponente escravaria de 79 cativos. Já idoso, com 70 anos, Bernardo Homem vivia apenas em companhia da esposa, Mariana Francisca de Belém, e dos escravos em sua fazenda no distrito de São João Batista. A morte de sua esposa em 1808 legou um processo de inventário em que visualizamos a manutenção da escravaria – ainda com 79 "peças" – cerca de 200 cabeças de bovinos e outras 200 de eqüinos e ainda 23 mulas

[229] O almotacé era o oficial do Senado da Câmara que, além de outras atribuições relacionadas com a limpeza das áreas públicas e reparação das ruas, controlava os preços dos alimentos comercializados nas vilas. Outras funções municipais responsáveis pela política de abastecimento eram o aferidor – "que inspecionava pesos e medidas" – e o rendeiro – que tinha como função "desde a verificação da qualidade dos alimentos consumidos até a prisão de atravessadores e vendedores ambulantes que desrespeitavam as determinações das autoridades". Às vezes, as funções destes dois últimos oficiais podiam ser executadas pelo almotacé. Ver SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, pp.184-197. Na Comarca do Serro do Frio também era comum que as autoridades locais intercedessem no comércio no sentido de criar monopólios a fim de estabelecer a estabilidade do abastecimento. MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico*: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p.134.

[230] AHET-II/IPHAN, SJDR – inventário post-mortem. FARIA, João Rodrigues de. 1805. Cx.564.

de carga para o transporte da produção agrícola.[231] Nesse particular, a propriedade era um destaque, pois o inventário registra a produção de 5 alqueires de mamona, 20 alqueires de arroz, 2 canaviais, 117 alqueires de feijão, 1 roça de capoeira de planta, 70 barris de aguardente, 42 arrobas de açúcar mascavo, 155 arrobas açúcar, um número não determinado de rapaduras ("várias"), 12 varas de tecidos, 4 pipas. Quanto à inserção comercial, há a menção a um armazém de secos e molhados com estoques de 1,7 contos, mais 1,5 contos em dinheiro e quase 2,6 contos em dívidas a receber.

Finalmente, o capitão Joaquim Pinto de Gois e Lara foi listado no Rol de Confessados vivendo no arraial da Lage, casado com Ana de Almeida Silva. Nesse momento, ele não demonstrava uma propriedade tão apreciável quanto os dois lavradores mostrados anteriormente. Gois e Lara possuía 27 escravos em 1795, mas a união de seus filhos com os descendentes de outro grande proprietário do arraial da Lage impulsionou seus negócios. A linhagem que descendeu do português Gervásio Pereira de Alvim herdou posses e propriedades do inconfidente José de Resende Costa e construiu fortes laços de comércio com a praça do Rio de Janeiro. A aproximação destas famílias produziu um conjunto de grandes proprietários de terras e escravos com uma dilatada capacidade de comercialização de seus produtos, pois possuíam representantes na corte.[232] No inventário aberto por ocasião da morte da esposa do capitão Joaquim Pinto de Góis e Lara percebemos o quanto seus negócios evoluíram na primeira metade do século XIX. Neste documento produzido em 1830, Góis e Lara aparece como senhor de quatro fazendas, várias porções de terras e nada menos do que 116 escravos.[233] Embora nesse ano não tenham sido registrados valores em comércio, nem dívidas, o capitão dispunha de 4,7 contos de réis em dinheiro.

Essa sucinta apresentação mostra o porte dos lavradores a quem foi concedida exclusividade de manter celeiros na vila. Para a Câmara, os celeiros eram importantes para tais lavradores porque, uma vez que eles não conseguiam pronto consumo de seus mantimentos, os guardavam em caixões nas casas que mantinham na vila e liberavam suas tropas, carros e escravos de volta às lides na fazenda. É também interessante que, no período imediatamente anterior à chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, os grandes produtores estivessem envolvidos com o abastecimento do mercado da própria vila, o que é um notável sinal da capacidade mineira de sustentar a produção mercantil de alimentos.

[231] AHET-II/IPHAN, SJDR – inventário post-mortem. BELÉM, Mariana Francisca de. 1808. Cx. C 05.
[232] TEIXEIRA, Paula Chaves. *Negócios entre mineiros e cariocas*: famílias, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História). Niterói: IFCS/UFF, 2009, pp.45-53.
[233] AHET-II/IPHAN, SJDR. SILVA, Ana de Almeida. 1830. Cx.313.

Quando os grandes produtores se ocupam do comércio com o Rio de Janeiro após 1808, abrem-se no plano local oportunidades para que pequenos e médios produtores de mantimentos vendam seus gêneros. Na verdade, a divisão do mercado não deve ter sido rígida, uma vez que poderia ocorrer a intermediação de grandes negociantes na colocação das mercadorias dos pequenos produtores nos mercados mais distantes.

Antes desse esboço de especialização engrenar, grandes e pequenos produtores disputavam o mesmo mercado. Um grupo de moradores da vila de São José não concordou com as ações da Câmara e considerou "uma injustiça" que os vereadores estivessem empenhados em prol de alguns comissários, "aqueles mais poderosos", e mandassem "demolir quatro [celeiros de] atravessadores, aqueles mais pobres e humildes". Certamente os argumentos esgrimidos pelos lados em contenda exprimiam muito dos seus interesses "partidários" e eram, naturalmente, exagerados. Apesar disso, apresentam informações importantes sobre as práticas de abastecimento e comércio local de gêneros na vila de São José. No mesmo ano de 1803, liderados pelo negociante José Antônio Álvares, o grupo de moradores insatisfeitos com a Câmara enviara requerimento ao Governador protestando a demolição de todos os celeiros ou exigindo que os lavradores que os quisessem manter tivessem caixeiros a soldo e não comissários atravessadores. Pediam, ainda, que os tropeiros fossem obrigados a vender pelas ruas e não apenas destinassem a produção ao armazenamento nos celeiros. Argumentava-se, igualmente, que o monopólio dos grandes lavradores provocava alta dos gêneros e penúria dos pobres: "muitas pessoas pela falta que padecem mandam vir de São João o alimento que precisam e, se bem que pagam uma passagem de rio e incluem o serviço do escravo que vai, contudo poupam uma exorbitância à proporção dos preços dos monopolistas daqui". Sendo ou não verdade, estão aí práticas verossímeis que esclarecem sobre o comércio e o abastecimento: o posto da vila de São João como centro concorrente, os gastos com o transporte, o papel do escravo como força de trabalho fundamental para mover a economia.

Diante do requerimento dos moradores, o governador ordenou que o ouvidor inspecionasse a vila e proibisse o sistema de celeiros. Pouco tempo depois, os camaristas contra representaram afirmando que a proibição afastou da vila as tropas dos grandes lavradores, que procuram levar seus mantimentos a "outras partes onde com mais prontidão os vendam". Diziam também que quando os lavradores se aventuravam a deslocar-se à vila, não tinham outra solução que não vender todo o carregamento aos taberneiros "pelos preços que podem". Informavam ainda que "os arrabaldes desta vila, até a distância de duas léguas,

tem muitos moradores que vem a ela a sortir-se do sustento necessário", que "muitas vezes sucede-se passarem-se oito dias que não entram tropas nem carros na vila, não achando-se mantimentos", enfim, que ocorria escassez, uma vez que ausência dos celeiros afugentava da vila aqueles lavradores que mais concorriam para sua abundância. Novamente, não importa a veracidade dos fatos narrados, mas os elementos empregados na argumentação. Aparecem no relato dos camaristas a especulação com o preço dos mantimentos e a busca pela melhor alocação da produção, nas condições mais vantajosas do mercado, o que sinaliza uma racionalidade econômica por parte dos lavradores. Fica implícito que a frequência dos carregamentos era inferior a uma semana. À primeira vista, parece estranho que os moradores dos arrabaldes buscassem seu sustento na compra de gêneros, especialmente se tivermos em conta uma imagem de autossubsistência dos pequenos produtores. Mas diante dos mapas que mostram a predominância de fogos chefiados por pessoas envolvidas em atividades de transformação no distrito da vila, além da quase totalidade dos mineradores, é possível conjecturar que a produção rural dos demais distritos sustentasse um abastecimento estável e em boas quantidades para manter esses produtores especializados em suas tarefas e adquirindo alimentos no mercado.

A disputa sobre os celeiros implicou no edital de janeiro de 1804 em que a câmara determinou que:

> Para promover a abundância dos víveres de que tanto precisamos para a nossa existência, animar os lavradores (...) e facilitar aos mesmos o consumo das produções das suas fazendas (...) que mandamos que nenhum almotacel possa jamais taxar os mantimentos que se venderem pelas ruas ou nas comissões. E todos os fazendeiros possam mandar vender livremente pelas ruas, com também estabelecer nesta vila as comissões que quiserem, vendendo-se nestas pelo preço que correr na rua, sem que haja por algum modo de se taxar coisa alguma (...) Advertimos porém que os que tiverem comissões não poderão ter venda, e outrossim, que todo o atravessador que fora apanhado esperando os carros ou tropas no caminho para formar o seu monopólio ou praticar alguma coisa tendente a esse fim será castigado com todo rigor.[234]

Resolvia-se o retorno dos celeiros e sua reabertura para todos os produtores, bem como se tentava evitar a ação dos atravessadores e assegurar o abastecimento. Todavia, esse edital não solucionou em definitivo a questão, pois no ano de 1806 os grandes lavradores João Rodrigues de Faria, Joaquim Pinto de Góis e Lara e Mariana Francisca de Belém solicitaram ao Conselho Ultramarino permissão para manterem com exclusividade seus celeiros na vila

[234] APM - SG-Cx.47-Doc.05: Informação do edital de proibição de tributação dos mantimentos (04/01/1804).

de São José.[235] Não conhecemos o resultado do requerimento, mas o desaparecimento de qualquer debate sobre a questão em anos posteriores sugere que com a chegada da corte ao Rio de Janeiro em 1808 os grandes roceiros tenham passado a privilegiar mercados mais distantes.

Toda a disputa em torno dos celeiros na vila de São José serve para mostrar o lugar do mercado de alimentos para a economia mineira. Hoje é suficientemente conhecido que a atividade mineradora articulou diversas regiões da colônia em torno do seu abastecimento.[236] No interior da capitania a produção de mantimentos também se fez desde cedo ocupando muitos produtores que não tiveram acesso às terras minerais. O declínio da produção mineral não desarticulou o mercado interno. A infraestrutura urbana gerada pela mineração e a diversificação de atividades artesanais sustentaram um economia em expansão e com graus consideráveis de mercantilização.[237] A chegada da Família Real ao país ampliou esse processo para o qual a existência de caminhos, contatos comerciais e uma estrutura agrária pujante foi fundamental. De fato, em janeiro de 1808, pouco antes do desembarque do Príncipe Regente, o ouvidor geral e corregedor da Comarca do Rio das Mortes enviou edital às câmaras avisando aos "Generosos Vassallos Americanos" da chegada de D. João VI e sua real família ao Rio de Janeiro e requisitando os seguintes víveres e gêneros: gados, toucinhos, carnes de porco, arroz, queijos, farinha de trigo, açúcar, farinha de mandioca e feijão. Segundo o mesmo edital, os tropeiros deveriam, ainda, manter suas "tropas invernadas e prontas para saírem com elas para a predita Cidade [do Rio de Janeiro] ao primeiro aviso que eu lhes fizer, bem entendido que será sem demora".[238] A partir daí, o mercado para os produtores mineiros se ampliou – bem, pelo menos para aqueles que tinham condições de colocar seus produtores nesses mercados.

[235] AHU-Minas Gerais, cx. 181, doc. 55

[236] O trabalho seminal é ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990. Numa perspectiva que coloca a escravidão no centro da colonização das Minas, ver MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão*: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 17711 - c. 1756. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2012.

[237] ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010, p.56. MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico*: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p.110, pp.169-169 e p.178.

[238] RAPM, X, pp.721, jul.-dez. 1905.

4.3. Produção e comercialização

Em 1806 a Câmara de São José enviou ao Conselho Ultramarino uma carta requisitando um juiz letrado para a vila na qual apresentava, em anexo, um "Mapa da população, mineração, comércio e cultura da vila de São José e seu termo" para provar à Coroa que "em toda a Comarca só esta [vila] é capaz de ter um juiz letrado".[239] Por um instante toda a retórica sobre a decadência da vila foi deixada de lado e, milagrosamente, os camaristas enxergaram todo o potencial econômico da vila.

Há indícios de que os oficiais da Câmara exageraram nas informações para aumentar o merecimento da vila: no ano de 1795 os padres contaram 4.005 moradores com sete anos ou mais no distrito da vila, enquanto os camaristas informaram no Mapa de 1806 um total de 5.942 moradores, além dos 390 residentes no Córrego de Santo Antônio, uma localidade próxima à vila e frequentemente recenseada junto a ela. Ou seja, em 1806 foram contadas cerca de duas mil pessoas a mais em relação à lista da década anterior. Embora este Mapa seja, conforme comentou Cláudia Damasceno, uma novidade na composição das requisições ao Conselho Ultramarino, com argumentos racionais e científicos, ele pecava no mesmo vício de outros documentos produzidos por autoridades locais durante o Antigo Regime: o exagero quando desejavam aumentar ou depreciar a importância de suas localidades.[240]

O Mapa de 1806 fornecido pelos camaristas da vila de São José oferece informações sobre a produção econômica do termo da vila que foram organizadas no **Quadro 4.1**. Os diversos gêneros, produtos e criações foram divididos em duas categorias: comércio e cultura. O Mapa não informa, mas é possível que os gêneros de cultura fossem aqueles consumidos no espaço da vila, talvez levados aos celeiros de São José e das sedes dos distritos, enquanto os de comércio fossem aqueles destinados à venda em outras vilas, o que acontecia desde o século XVIII.[241] A variedade de gêneros para consumo no termo da vila é mais diversificada do que a destinada à exportação. É possível que os produtos de "cultura" fossem de produção disseminada em outras regiões mineiras e, portanto, não encontrariam mercado, ou os preços não compensariam o transporte. Mas, pelo menos dois artigos de "cultura" deveriam ser

[239] AHU – Minas Gerais – Cx.18, Doc.59.
[240] FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.370. Ao analisar dois inquéritos paroquiais de uma freguesia do norte português, Ana Scott verificou que as respostas dadas pelos párocos tinham um caráter pessoal e, muitas vezes, eram marcadas pelo enaltecimento ou aviltamento exagerados de atributos sociais ou qualidades naturais de suas localidades. SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, pp.100-111 e p.130.
[241] SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.232.

produzidos somente para o consumo local. O trigo era plantado em uma quantidade muito pequena apenas na vila de São José e deveria atender ao consumo dos portugueses que viviam ali. A cal era retirada da Serra de São José, na vila, em quantidades modestas e, possivelmente, usada nas construções e reparos dos templos e construções mais abastadas. A exportação de algodão cru e solas nos indica que esses artigos eram manufaturados em seus locais de destino, outro índice da difusão do artesanato no território mineiro.

Quadro 4.1 - Gêneros de comércio e cultura produzidos no termo da vila de São José, início do XIX

Comércio de Exportação

Artigo	*Qtd.*	*Artigo*	*Qtd.*	*Artigo*	*Qtd.*
Algodão cru (quintais)	136	Queijos (centos)	152	Sola (centos)	19
Café (quintais)	16	Toucinho (quintais)	2949	Algodão tecido (varas)	2982
Açúcar (quintais)	2341	Gado (centos)	148		

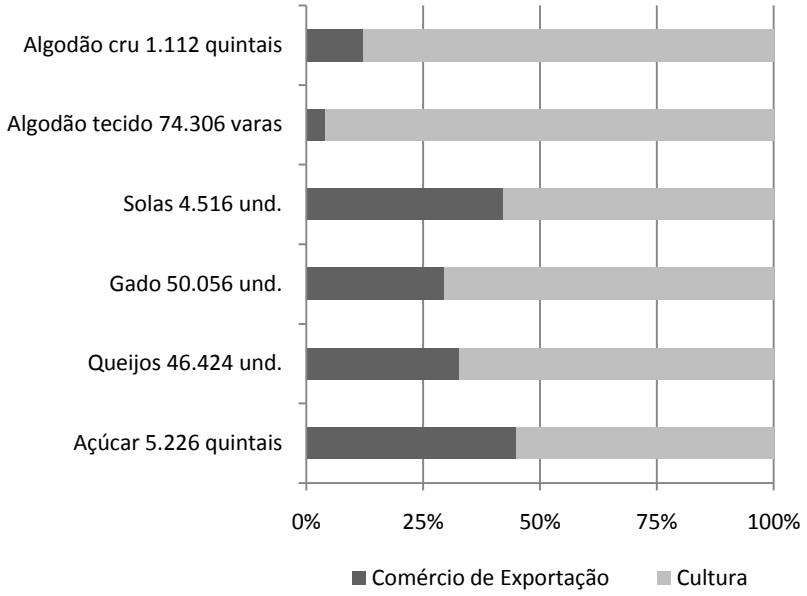
Cultura

Artigo	*Qtd.*	*Artigo*	*Qtd.*	*Artigo*	Qtd.
Trigo (moios)	1	Feijão (moios)	955	Sabão (quintais)	339
Açúcar (quintais)	2885	Goma (moios)	10	Azeite mamona (barris)	1308
Queijos (dz.)	2602	Café (moios)	15	Carnes (barris)	127
Gado (dz.)	2938	Algodão (quintais)	976	Couros (dz.)	684
Algodão tecido (varas)	71324	Fumo (quintais)	34	Solas (dz.)	218
Centeio (moios)	10	Lã (quintais)	128	Porcos (dz.)	2323
Milho (moios)	2820	Anil (quintais)	50	Madeira (dz.)	230
Arroz (moios)	55			Cal (moios)	8

Fonte: AHU – Minas Gerais – Cx.18, Doc.59

O Mapa de 1806 não informa se a produção listada é anual, trienal – como rezam as cobranças do dízimo – ou a que período se refere, de modo que não podemos inferir se os quantitativos totais são elevados ou não. Mas a comparação entre as quantidades exportadas e consumidas no termo da vila, pelo **Gráfico 4.2**, pode nos sugerir algumas características do comércio no começo do século XIX. Os artigos de exportação toucinho e café não puderam ser representados no **Gráfico 4.2** por diferentes motivos. O toucinho não teve correspondente no quadro de consumo local apresentado pela câmara. Há a menção a "carnes", medidas em barris, mas a entrada é muito genérica para apostar em uma comparação. Já o café foi medido com unidade de naturezas diversas: o destinado ao comércio de exportação foi medido em quintais, uma unidade de peso, enquanto o que figurou nos gêneros de cultura foi medido em moios, uma unidade de volume.

Gráfico 4.2 - Proporção de gêneros exportados da vila de São José (artigos selecionados)



Fonte: AHU – Minas Gerais – Cx.18, Doc.59

Os seis artigos que pudemos comparar, no entanto, sugerem que a maior parte da produção era comercializada no espaço do termo da vila. Mesmo o açúcar não chega à metade de sua produção levada para outras vilas ou Comarca. Das cerca de 307 toneladas de açúcar indicadas no Mapa, 45% eram remetidas para fora do termo da vila de São José. Já o algodão tecido e em varas foram os artigos cuja menor proporção foi exportada: das cerca de 65 toneladas de algodão cru, 12% foi levado para ser processado em outro termo, enquanto dos 71,7 mil metros de algodão tecido somente 4% foi comercializada fora do termo de São José.[242]

A disputa sobre os celeiros da vila de São José anteriormente apresentada fornece elementos para pensar a preferência por comercializar localmente a produção. Os camaristas, que faziam a defesa do monopólio, argumentavam que sem a manutenção dos celeiros os grandes lavradores não conseguiriam "dar pronto consumo aos mantimentos". Salientando a distância que os lavradores percorriam dos distritos à vila, "depois de girarem dois a três dias com suas tropas", a demora em vender a produção e os prejuízos com a manutenção das tropas paradas – "suas tropas se destroem com a demora na vila" – os grandes lavradores prefeririam vender seus mantimentos em outros lugares, "ainda que a preços inferiores".[243]

[242] Considerando para as conversões de medidas: um quintal como quatro arrobas ou 58,758 Kg, uma vara como 1,1 metro, conforme a definição do *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba, Positivo, 2010.
[243] APM - SG-Cx.60-Doc.39

Todos esses argumentos nos levam a crer que a venda local dos mantimentos era o resultado de um cálculo bem pesado entre os custos do transporte, o emprego de trabalhadores nos carregamentos, os percentuais de comissões e as demandas regionais. O desejado monopólio dos celeiros seria uma forma de reduzir os riscos do negócio de abastecimento, melhorando a logística da venda na vila, especializando os tropeiros nos carregamentos, evitando a concorrência desestabilizadora dos preços.

A orientação mercantil de parte da produção sanjoseense permaneceu ao longo do período que nos ocupa. Mas os mercados mudaram, ou melhor, ampliaram-se com a vinda da corte para o Brasil. Em 1826 a câmara ofereceu uma "informação" ao governo da província em que distinguia os gêneros de consumo daqueles exportados.[244] Não há, infelizmente, nenhuma estatística, mas a menção aos artigos produzidos mostra uma continuidade com o cenário desenhado pelo Mapa de 1806. Vinte anos depois da produção deste documento, a câmara de São José apontava que os principais produtos de consumo eram o milho, feijão e arroz "e outros alguns legumes menos consideráveis". Havia pouco estabelecimento de mandioca, embora se tivesse ordenado em diferentes Posturas o seu cultivo, pois que "com muito menos trabalho e com uma oitava parte de terrenos a respeito do que ocupam em milho" os lavradores poderiam "tirar fruto com que sustentem suas famílias e criações". Mas, "pela mudança de Justiça anualmente" tem havido descuido em fazer cumprir as Posturas.

Os vereadores gabavam-se dos vários engenhos de cana em que se fabricavam açúcar, aguardente e melado e louvavam as produções de algodão e linho. Afirmaram que faria bem o estabelecimento de uma fábrica de panos em Minas, com que se pudesse "ocupar com proveito milhares de pessoas". A produção de algodão era grande, o linho de boa qualidade, as ovelhas dariam mais lã se fossem melhor cuidadas, e existia boa diversidade de minerais e plantas colorídicas para a tinturaria. Reconhecendo que sonhavam alto, os camaristas resignavam-se: "no entanto, devemos lamentar que mandemos às nações estrangeiras as nossas preciosidades para nos voltarem com diferentes espécies e lhas pagarmos por preços avultados". Mas nenhuma palavra foi dispensada para a pujante indústria doméstica de linhas, tecidos e artigos em couro que vicejava no termo.[245]

As criações eram de gado cavalar, lanígero, suíno e vacum. Do termo de São José eram exportados, segundo os camaristas de 1826, carnes de porco salgadas e frescas, gado vacum,

[244] RAPM, ano II, vol.01, jan./mar.1897, pp.45-54.
[245] Sobre as fiandeiras, conf. a **Tabela 4.2** de ocupações em 1831. Para o artesanato em couro, ver LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.89, nota 7.

cavalar e carneiros, presumivelmente em pé, os quais eram conduzidos a várias (não cita quais) povoações da província e para a corte do Rio de Janeiro, com quem se "faz um grande comércio". Enfim, na primeira metade do século XIX a produção agropastoril permaneceu a mesma, mas os mercados ampliaram-se com a inclusão da corte. Veremos logo mais como as mudanças conjunturais influenciaram a riqueza dos pequenos e grandes produtores de São José, mas antes nos voltaremos à estrutura ocupacional da freguesia.

4.4. Ocupações

Outra aproximação da conjuntura econômica da freguesia na passagem do século XVIII para o XIX é a sua estrutura ocupacional. O exemplo da freguesia de São José até o momento aponta que a escravidão esteve relacionada à gestação de um amplo grupo de pequenos produtores não só ao oferecer a principal fonte de mão de obra, mas também pela geração de homens e mulheres descendentes de escravos ou libertos. Nesse ponto do trabalho desejamos destacar que a população livre gerada no escopo da mineração ocupou-se de um amplo leque de atividades. Atualmente, sabe-se que a produção dos alimentos básicos para o abastecimento das minas gerou um mercado estável e em expansão, capaz de mobilizar as regiões agrícolas em torno das vilas, promover a integração da economia regional e empregar boa parte da população livre.[246] Simultaneamente, um extenso número de oficiais – ferreiros, marceneiros, pedreiros, tecedeiras, costureiras etc. – produzia equipamentos para a mineração e a agricultura e artigos para a vida cotidiana. Pintores, escultores, entalhadores atendiam às demandas de prestígio das Igrejas, irmandades e da elite. Parteiras, barbeiros, cirurgiões e boticários ofereciam serviços muito concorridos. Negras de tabuleiro, mascates, negociantes e tropeiros circulavam produtos e riqueza na região das minas e entre elas e outras partes da América. A divisão do trabalho em Minas foi profunda e gerou uma sociedade diversificada. Todas essas atividades geravam riqueza para seus ocupantes e muitos deles tornaram-se senhores de escravos, constituindo os caminhos materiais para a ascensão social de vários indivíduos de origem escrava.[247]

[246] SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, pp.74-95 e pp.231-238. MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico*: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, pp.159-198.

[247] Sobre a divisão do trabalho em Minas, HOLANDA, Sérgio Buarque. Metais e pedras preciosas. *In* Idem. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, 2º vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, pp.239-310. Sobre o acesso de descendentes de escravos às ocupações demandadas nas vilas mineiras, RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.311 e p.319.

Infelizmente fontes capazes de mensurar as atividades ocupacionais nos primeiros tempos da mineração são raras. Porém, uma lista de recolhimento do imposto de capitação do termo da Vila do Ribeirão do Carmo (Mariana) datada de 1718, permitiu a Francisco Vidal Luna observar que um terço dos senhores de escravos – num universo de 112 proprietários tributados – eram mineradores, cerca de um quarto eram agricultores e 10% eram comerciantes, prestadores de serviço e artesãos, enquanto os demais não tiveram ocupação registrada.[248] Chama atenção que essa listagem foi realizada apenas sete anos depois da criação da vila e cerca de duas décadas após a descoberta oficial de ouro na região. Se o exemplo da Vila do Carmo valer para as demais regiões minerais, o processo de diversificação econômica em Minas Gerais foi precoce. O crescimento das vilas do ouro na segunda metade do século estimulou ainda mais essa diferenciação. No maior adensamento urbano da capitania, Vila Rica, Francisco Luna e Iraci del Nero da Costa mostraram que em 1804 as atividades ligadas ao comércio, artesanato e serviços ocupavam mais de um terço dos chefes de domicílio.[249] Dessa forma, a diversidade de ocupações artesanais e de serviços que caracterizaram a economia mineira no século XIX tinha raízes arraigadas no desenvolvimento da capitania. Na verdade, diante do arrefecimento da extração de ouro, a economia mineira pode acomodar-se àquelas atividades antes subsidiárias e garantir, ao logo do século XIX, a manutenção e expansão da sociedade escravista.[250]

O "Mapa de Mineração, cultura ..." de 1806 é a única fonte de informação sobre as ocupações da vila de São José no começo do século XIX. Já comentados as informações sobre a produção da vila trazidas por esse documento. Agora, vamos no deter nos ofícios registrados e compará-los com as informações das listas nominativas de 1831, que também apresentam dados de ocupação.

[248] LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1718. *In*: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da & KLEIN, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009, p.268.
[249] LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica no alvorecer do século XIX. *In*: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da & KLEIN, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009, p.59.
[250] LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista:* Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp.86-90.

Tabela 4.1 - Ocupações na freguesia de São José, 1806

Ocupações	N	%
Lavradores	***246***	***29,15%***
Mineiros	***62***	***7,35%***
Atividades artesanais	***424***	***50,24%***
Alfaiates	110	13,03%
Sapateiros	74	8,77%
Pedreiros	31	3,67%
Carpinteiros	136	16,11%
Entalhadores	4	0,47%
Imaginario	1	0,12%
Pintores	12	1,42%
Ferreiros	38	4,50%
Oleiros	18	2,13%
Outras ocupações	***112***	***13,27%***
Marchantes	16	1,90%
Boticários	3	0,36%
Cirurgiões	15	1,78%
Clérigos	31	3,67%
Vintenas	18	2,13%
Vigários	1	0,12%
Ajudantes	2	0,24%
Trombetas	4	0,47%
Mestres	1	0,12%
Juiz Ordinário	2	0,24%
Juiz de Orfãos	1	0,12%
Procurador	4	0,47%
Escrivães	4	0,47%
Tabeliões	2	0,24%
Contador do Distrito	1	0,12%
Partidores	2	0,24%
Meirinhos	5	0,59%
Total	**844**	**100%**

AHU – Minas Gerais – Cx.18, Doc.59

O Mapa de 1806 registrou poucas ocupações na freguesia de São José. Possivelmente os camaristas só distinguiram as ocupações produtivas de alguns chefes de domicílio, além de outras atividades mais "respeitáveis". É preciso lembrar que o Mapa era um anexo de uma correspondência ao Conselho Ultramarino na qual se requisitava o privilégio de um juiz letrado. Assim, o poder camarista selecionou as informações que atendiam aos seus interesses.[251] Nota-se a ausência de ofícios manuais tipicamente femininos, como a fiação e a

[251] Discutimos no primeiro capítulo que todo levantamento estatístico estava imbuído de interesses do poder que se exercia sobre um espaço. Sobre como as ocupações refletiam diferenças sociais, ver ANDRADE, Francisco

tecelagem, apesar de o Mapa acusar grande produção de tecidos de algodão. Como se sabe, o trabalho em fios era desempenhado no interior dos domicílios por esposas, filhas e escravas do chefe, ou em fogos de mulheres solteiras ou viúvas. Ficaram de fora do Mapa outras funções do âmbito feminino como os serviços domésticos, assim como não são contados os jornaleiros, enfim, pessoas que se ocupavam trabalhando para outros. Também não aparecem ocupações ligadas ao comércio como negociantes e caixeiros, apenas um pequeno número de marchantes. Acreditamos que os camaristas desejavam atrair atenção para a produção e a capacidade da vila. O baixo número de lavradores possivelmente aponta nessa direção: devem ter entrado nos cálculos dos camaristas apenas aqueles que produziam excedentes apreciáveis, talvez somente aqueles que conseguissem colocar sua produção em mercados fora do distrito em que viviam.

Os dados reunidos pelos camaristas apontam um setor de transformação robusto, abrangendo quase metade dos produtores declarados. Havia um número muito significativo de alfaiates, carpinteiros, sapateiros, ferreiros e pedreiros, oficiais cujos serviços eram necessários por praticamente todas as famílias, vivessem elas nos pequenos aglomerados urbanos ou nos sítios e fazendas. Na verdade, não há uma relação inextrincável entre a presença destes ofícios especializados e o ambiente urbano. Como demonstrou José Newton Meneses para a Comarca do Serro do Frio, a expansão da agricultura de abastecimento criou larga demanda para ferreiros, marceneiros, carpinteiros, oleiros e outros oficiais que produziam os instrumentos para beneficiamento e transporte da produção.[252] O número de mineiros era significativo. Como veremos a seguir, quase todos viviam na região da vila de São José, próximo à serra homônima. Alguns deles eram muito prósperos, como o capitão Manoel Lobo de Castro, a quem vamos retornar algumas vezes.[253] Mas todos os inventários que registravam mineração entre 1795 e 1809 conjugavam essa atividade à agricultura. Esse fato nos alerta que a lavoura era muito mais difundida do que aponta o Mapa de 1806.

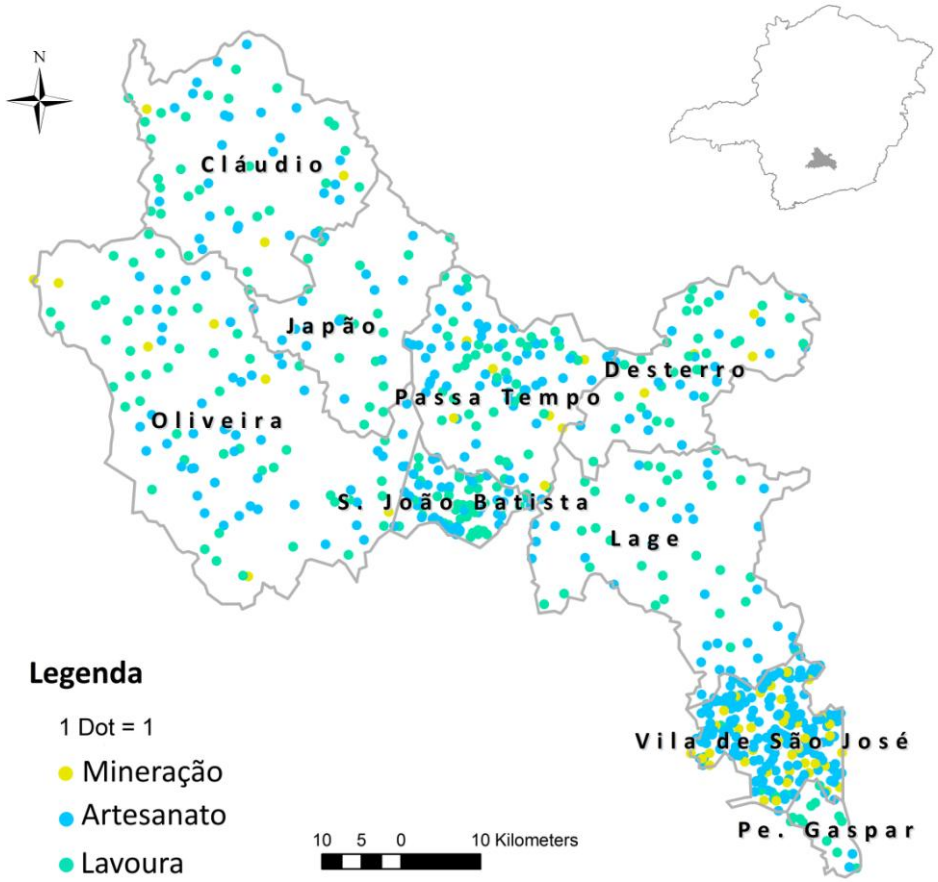
O Mapa de 1806 também mostra as ocupações em cada distrito. Como comentamos no capítulo 01, as informações geográficas deste documento apresentam localidades que não conseguimos identificar no termo da vila de São José. Porém, todos os distritos que faziam parte da freguesia foram listados, o que nos permitiu elaborar o **Mapa 4.1**.

Eduardo de. *Entre a roça e o engenho*: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Viçosa, MG: Editora UFV, 2008, pp.74-75 e p.100.

[252] MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico*: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p.229 e p.234.

[253] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. CASTRO, Manoel Lobo de. Cx.504, 1805.

Mapa 4.1 - Distribuição da Lavoura, Artesanato e Mineração no território da freguesia de São José, 1806



AHU – Minas Gerais – Cx.18, Doc.59

Através do **Mapa 4.1** notamos a concentração da atividade mineradora na vila de S. José. Os muitos artesãos mencionados no Mapa também estão mais concentrados na vila, embora todos os distritos apresentem uma presença considerável de artífices. Os lavradores registrados pelos camaristas, pelo contrário, estão difundidos pelas capelas a oeste, merecendo destaque aqueles de São João Batista e Passa Tempo. Se os camaristas realmente consideraram os maiores lavradores, a falta de grandes produções na vila explica o concurso de lavradores dos distritos vizinhos para abastecê-la.

Embora enviesado pelos objetivos intrínsecos ao levantamento, o Mapa de 1806 demonstra uma diversificação produtiva da freguesia no começo do século XIX que permanece ao longo da primeira metade desse século. As listas nominativas de 1831 traçam um quadro mais completo da estrutura ocupacional da vila, permitindo a percepção de uma maior variedade de ofícios como se observa na **Tabela 4.2**.

Tabela 4.2 - Ocupações dos chefes de fogo na freguesia de São José, 1831

Ocupações	N	% casos informados
Agropecuária	***481***	***33,85%***
lavrador	455	32,02%
engenheiro de cana	5	0,35%
criador	4	0,28%
fazendeiro	3	0,21%
fazendeiro e engenho	14	0,99%
Mineração	***71***	***5,00%***
mineiro	64	4,50%
lavrador e minerações	7	0,49%
Atividades artesanais	***467***	***32,86%***
alfaiate	89	6,26%
pedreiro	29	2,04%
carpinteiro	83	5,84%
fabricante de ferro	61	4,29%
oleiro	9	0,63%
chicoteiro	61	4,29%
fiandeira	129	9,08%
outras ativ. manuais	6	0,42%
Comerciante	***141***	***9,92%***
negociante	124	8,73%
tropeiro	17	1,20%
Outras ocupações	***253***	***17,80%***
serviço doméstico	8	0,56%
escrivão de vintena	9	0,63%
funcionário público e militar	7	0,49%
eclesiástico	15	1,06%
agência	155	10,91%
feitor	3	0,21%
estudante	5	0,35%
cirurgião	10	0,70%
carreiro	25	1,76%
outras ocupações	9	0,63%
Desocupado	***11***	***0,77%***
enfermo	7	0,49%
indigente	6	0,42%
desocupado	2	0,14%
Total dos casos informados	***1421***	***100,00%***
S/ inf.	755	

Fonte: listas nominativas de 1831

Optamos por restringir a análise à ocupações dos chefes de fogo porque era mais frequentemente anotada. Para muitos dos Juízes de Paz que elaboraram as listas bastava citar a ocupação do chefe do fogo como a orientação geral do trabalho do domicílio. De qualquer

forma, em 1831 as atividades agropecuárias ocupavam um terço dos chefes de fogo para os quais há informação de ocupação, o setor que mais envolvia domicílios e braços na freguesia. O setor artesanal, no entanto, teve uma participação menor em relação ao apresentado pelo Mapa de 1806, reduzindo-se de metade dos produtores declarados naquele ano para um terço em 1831, mesmo com o registro maciço das fiandeiras.

As **Tabelas 4.1** e **4.2** permitem perceber que as ocupações relacionadas às lides agrícolas e aos ofícios mecânicos eram as mais difundidas na vila. Se a agropecuária era o setor mais dinâmico da freguesia, por outro lado a diversificação das ocupações denuncia a capacidade de emprego da população. Mais especialmente as ocupações artesanais nos sinalizam o dinamismo econômico local. A significativa presença de chefes de domicílio ligados a ofícios especializados nos demonstra a criação de demandas internas e a capacidade local de solucioná-las. Em toda capitania/província de São Paulo, enquanto predominaram níveis muito baixos de mercantilização da produção rural, as atividades artesanais e de transformação abarcaram em torno de 10% dos grupos domésticos entre 1798 e 1828. Essa baixa apresentação contrastava com o predomínio das atividades agrícolas e de criação, que ocupava dois terços dos domicílios que viviam, segundo Maria Luiza Marcílio, no limite da subsistência.[254] Porém, a situação começou a mudar nas vilas que mais cedo conheceram cultivos de exportação. Foi o caso da vila de Areias onde a insipiente cafeicultura proporcionou um próspero mercado a produtores especializados.[255] Em Minas, a capital Vila Rica tinha 914 das 1705 pessoas com ocupação declarada no censo de 1804 dedicadas a atividades artesanais, enquanto a lavoura e criação abrangiam 120 indivíduos com ocupação declarada.[256] Nesse caso, Vila Rica funcionava como fornecedora de artigos artesanais e serviços para as regiões no seu entorno, enquanto consumia gêneros vindos de outras regiões. Embora Vila Rica seja um caso excepcional, outras localidades mineiras demonstraram significativa diversidade de ocupações no artesanato no começo do século XIX. As freguesias de Furquim e São Caetano, ambas no termo da vila de Mariana, tinham no ano de 1821 pouco

[254] MARCÍLIO, Maria Luiza.*Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, Tabela 23, p.109.
[255] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p.231. Ver também LUNA, Francisco Vidal. População e atividades econômicas em Areias, 1817-1836. *In* LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; Klein, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp.131-161, ver Tabela 07, p.139.
[256] LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica no alvorecer do século XIX. *In In* LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; Klein, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp.41-66, ver Tabela 03, p.61.

mais de um quarto da sua população com ocupação declarada ocupada em atividades artesanais. Na freguesia de Catas Altas, no mesmo termo, a proporção chegava a quase metade das pessoas com ocupação declarada.[257] As significativas proporções de indivíduos ocupados com atividades de transformação permaneceram ao longo do século XIX, embora fossem mais destacadas na sua primeira metade. Como defende Douglas Libby, tais atividades eram pujantes nas Minas oitocentistas devido à demografia crescente da província e às barreiras naturais à importação de industrializados.[258]

4.5. Crescimento e concentração da riqueza

É consensual que a economia da antiga Comarca do Rio das Mortes esteve em expansão acelerada na passagem do século XVIII para o XIX. Essa presunção não é de modo algum sem fundamento, pois fortes indícios dão conta de um rápido crescimento. Em primeiro lugar, como já vimos, a Comarca praticamente triplicou em população. Crescimento potencializado pela migração que partia do centro da capitania, indicando a transferência do eixo econômico de Minas da região central para o sul e da mineração para o agropastoreio, e pela importação de escravos, sobretudo, após a chegada da Família Real. Em segundo lugar o surgimento de novas vilas no sul, posteriormente desmembradas em novas Comarcas, evidencia a formação de poderosos interesses políticos cimentados sobre o progresso agrícola. [259] O desenvolvimento de pólos comerciais locais nas vilas estrategicamente localizadas no entroncamento de caminhos para o Rio de Janeiro, como São João del Rei e Barbacena, vão no mesmo sentido. Em terceiro lugar, os viajantes estrangeiros que estiveram em Minas na primeira metade do século XIX anotaram a importância do comércio de abastecimento das vilas da Comarca do Rio das Mortes e os poucos dados de exportações provinciais confirmam as grandes vendas de variados artigos de abastecimento para o mercado carioca.[260]

---

[257] ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho*: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Viçosa, MG: Editora UFV, 2008, Tabela 2.2, p.84 e Tabela 2.4, p.89.

[258] LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, Figura 07, p.79, pp.348-350 e p.354.

[259] Como a vila de Campanha da Princesa, primeiramente emancipada do termo de São João del Rei em 1798-99 e posteriormente cabeça da Comarca de Rio Sapucaí em 1833. ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro*. Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.31 e pp.151-153 para outra demonstração de força da elite local ao moldar o espaço em seu privilégio com a abertura de uma nova estrada.

[260] Para exemplos de visões otimistas dos viajantes consultar GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, p.46 e ss. Sobre as exportações mineiras na primeira metade do século XIX, ver BERGAD, Laird. *Escravidão e*

Como a riqueza dos mineiros se comportou nesse contexto é uma questão que embaça um pouco do brilho do que já conhecemos. A conjuntura econômica deve ter variado bastante no interior da extensa Comarca. Vários fatores devem ter condicionado as respostas dos produtores mineiros à nova conjuntura: disponibilidade de terras, acesso aos caminhos, contatos comerciais. Moradores de áreas de ocupação mais antigas, bem como de localidades distantes das rotas de comércio devem ter tido desempenho menos destacado do que aqueles de regiões de ocupação recente do sul da província, onde o poder e o dinheiro dos grandes proprietários literalmente produziram as estradas que ligaram suas fazendas ao mercado da corte.[261] Porém, a dinâmica da riqueza mineira na passagem para o século XIX praticamente carece de mensuração. Com a notável exceção do estudo de Carla Almeida sobre os ricos e pobres em Minas Gerais, poucos trabalhos dedicaram-se a esse recorte temporal.[262]

A melhor e mais abundante fonte disponível para análise da riqueza pessoal no passado escravista são os inventários *post-mortem*. Esses documentos listam com detalhe todo o patrimônio dos falecidos a fim de proceder a partilha de seus bens. As minúcias com os inventários descrevem bens materiais e relatam relações financeiras as quais deixam bastante transparente a composição do patrimônio e sugerem as relações com o mercado de proprietários de um determinado período.[263] No entanto, os inventários também oferecem alguns desafios. Eles revelam temporalidades anteriores à do falecimento dos proprietários, desvelando sincronicamente realidades formadas ao longo de uma vida de acúmulo e trabalho. Os inventários também oferecem informações apenas sobre o patrimônio dos falecidos com alguma riqueza, pois os que nada tinham a legar não realizavam esse procedimento. Além disso, a distribuição dos inventários costuma ser muito irregular quanto à idade, gênero e

---

história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, Tabelas 2.1 e 2.2 às páginas 83 e 84.

[261] Além da referência de Andrade na nota 259, ver também LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979, capítulo 02.

[262] ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

[263] As ligações com o mercado serão tangenciadas no sexto capítulo desta pesquisa através das entradas de dívidas ativas e passivas registradas nos inventários. Como veremos, é, no mínimo, mal informada a afirmação de Bergad de que "é inútil até mesmo especular sobre a dinâmica específica do crédito e do mercado (...) dada a ausência de fontes documentais. Nas fontes dos arquivos em Minas não existem dados sobre os mercados internos (...)".BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.141. Para uma análise do mercado interno a partir das escrituras cartoriais, bem como a produção de um dos raros (e, por isso mesmo, valiosos) índices de preços no mercado interno a partir de documentação dos "arquivos em Minas" ver GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, pp.131-134 e capítulo 05. Para uma leitura crítica da obra de Bergad, ver LIBBY, Douglas. C. Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. *In*: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; CERQUEIRA, Adriano; FAVERSANI, Fábio (Orgs). *História quantitativa e serial*: um balanço. Belo Horizonte: ANPUH/MG/PUC-MG/UFOP, 2001, pp.287-298.

riqueza de proprietários dificultando muito a produção de amostragens comparáveis ao longo do tempo.

4.5.a) A amostra de inventários

Para esta análise, lançamos mão de uma amostra dos inventários abertos na vila de São José do Rio das Mortes[264] construída sob os seguintes critérios: em primeiro lugar, nossa amostra envolve a totalidade dos processos disponíveis para os anos de 1795-1809 e 1830-1844 referentes aos distritos que integravam a antiga freguesia de Sto. Antônio da vila de São José. Nesse caso, a ideia é definir uma área rigorosamente delimitada e estável no período em tela. Todos os distritos que integravam a freguesia da vila de São José do Rio das Mortes permaneceram submetidos ao juízo da vila entre as décadas de 1790 e 1830.[265] Portanto, o recorte geográfico que os inventários cobrem é bastante homogêneo. Em segundo lugar, os recortes temporais empregados na repartição da amostra começam nos anos para os quais possuímos dados censitários da freguesia – o Rol dos Confessados em 1795 e as listas nominativas de 1831 – tornando possível identificar as pessoas inventariadas nessas listagens de população recuperando informações como idade, cor e ocupação etc.

Nossa amostra totaliza 229 processos de inventários, sendo 87 documentos para o período 1795-1809 e 142 para 1830-44. É sempre um problema saber o quão representativa da população proprietária é uma amostra de inventários. Em geral, quando disponíveis, usa-se o número de óbitos comparados ao de inventários abertos. No entanto, os assentos de óbitos registram igualmente proprietários e não proprietários. Aqui, procederemos uma aproximação diferente. Sabemos que um inventário poderia ser realizado quando da morte do chefe de fogo que possuía riqueza ou, quando ele era casado, da morte de seu cônjuge. Segundo o Rol de Confessados de 1795, havia um conjunto 1.291 pessoas que eram chefes de fogo ou seus cônjuges habitando domicílios onde existia ao menos um escravo, isto é, alguma forma de riqueza. Trata-se de uma parcela mínima da população cuja morte ensejaria a abertura de um inventário. Aplicando a esse grupo a taxa de mortalidade para a primeira metade do século XIX de 35 por mil avaliada por Merrick e Grahan,[266] seriam esperados 45 óbitos na população proprietária entre o momento da feitura do Rol e o ano seguinte. Como a média de processos

[264] Depositados no Arquivo do Escritório Técnico (AET) II do IPHAN, São João del Rei.
[265] Mudanças ocorreram apenas no começo da década de 1840 com a emancipação dos distritos de Oliveira e Passatempo.
[266] MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp.59-60.

de inventários encontrados no primeiro período (1795-1809) é de 5,8 documentos/ano, eles cobrem em torno de 13% dos óbitos aguardados entre a potencial população proprietária. Em 1831 eram 1.414 indivíduos em condições de deixar inventário (chefes de fogo com escravos e, quando casados, suas esposas). Aplicando a mesma taxa de mortalidade, estima-se em 49 os óbitos aguardados entre o momento do censo de 1831 e o ano seguinte. Como a média dos inventários de 1830-44 foi de 9,5 processos, a cobertura estimada ficou em 19,4%. Por mais grosseiros que essas estimativas sejam (e são bastante rústicas) elas indicam que a maioria dos falecidos não legava um inventário.[267] Embora, como veremos logo a seguir, o aumento do número de inventários no século XIX foi resultado de um fenômeno de inventariação mais frequente de pequenas fortunas, inclusive de não-escravistas.

Os cálculos sobre a representatividade numérica da amostra de inventários poderiam ser mais refinados se pretendêssemos conhecer o quanto a riqueza inventariada representa da riqueza dos vivos. Não é o nosso caso. Aqui, vamos usar as variações na riqueza inventariada como índices da conjuntura econômica e tentar avaliar as estratégias e possibilidades para proprietários de diferentes níveis de fortuna. Além disso, já é conhecido entre os pesquisadores que se valem de inventários que, embora os inventariados sejam normalmente mais ricos do que os proprietários vivos, as variações na riqueza em geral correspondem às alterações da inventariada.[268] Mas, para isso, a amostra de inventários deve demonstrar consistência ao longo do tempo. Essa é uma questão básica do trabalho com processos de inventariação. Mudanças demográficas ou alterações na legislação podem influir na distribuição dos documentos e enviesar seus resultados. Assim, até mesmo mais importante do que a cobertura da amostra, deve-se verificar se o gênero, a idade, o estado conjugal e a distribuição por níveis de riqueza dos inventariados permanecem constantes. Desde que esses aspectos não sofram alterações bruscas ao longo do tempo, é possível a comparação da riqueza em momentos distintos.

A **Tabela 4.3** apresenta o gênero, estado conjugal e idade dos nossos inventariados:

[267] Não conhecemos nenhuma avaliação sobre a representatividade dos testamentos, mas acreditamos que seja maior, inclusive porque era um documento de menor custo de execução.

[268] Ver as considerações metodológicas reunidas, com largas referências bibliográficas, em WILLIAMSON, Jeffrey G. & LINDERT, Peter H. Long-term trends in American wealth inequality. *In* SMITH, James D. (ed.) *Modeling the distrbuition and intergenerational transmission of wealth*. Chicago, Il.: University of Chicago Press, 1980, pp.9-94. Ver também o apêndice metodológico de FRANK, Zephir L. *Dutra´s world*: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, pp.171-185.

Tabela 4.3 - Gênero, idade e estado conjugal dos inventariados.

	% inventariados masculinos*	% de inventariados casados*	Idade média dos inventariados (em anos)†
1795-1809	57,7%	76,8%	63,5
1830-1844	55,0%	77,0%	59,9

Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1830.

* Considerada toda nossa amostra de inventários abrangendo 87 documentos para o período 1795-1809 e 142 para o período 1830-44

† Médias baseadas em 60 proprietários com a idade identificada entre 1795-1809 e 42 entre 1830-44

Quanto ao gênero, a tabela mostra que não há grande variação entre os processos de cada período. Também há consistência da proporção de inventariados casados, o que é importante verificar, pois, como a legislação sobre herança estipulava a divisão dos bens entre todos os herdeiros, os inventários de indivíduos casados representavam toda a riqueza familiar, enquanto os inventários de viúvos com filhos representavam apenas uma fração do patrimônio da família. A proporção de proprietários casados é muito semelhante nos períodos em vista e razoavelmente condizente com as informações censitárias disponíveis. Tanto no Rol dos Confessados de 1795, quanto nas listas nominativas de 1831, a proporção de chefes de fogo com alguma propriedade (posse de escravos como um medida) estava em torno de 56% - mais especificamente 55,9% no fim do século XVIII e 56,8% na primeira metade do XIX. Em ambos os momentos nossa amostra de inventários apresenta proporções de casados superiores às informações dos censos, no entanto as proporções são estáveis significando que os inventários representam um grupo semelhante ao longo do tempo.

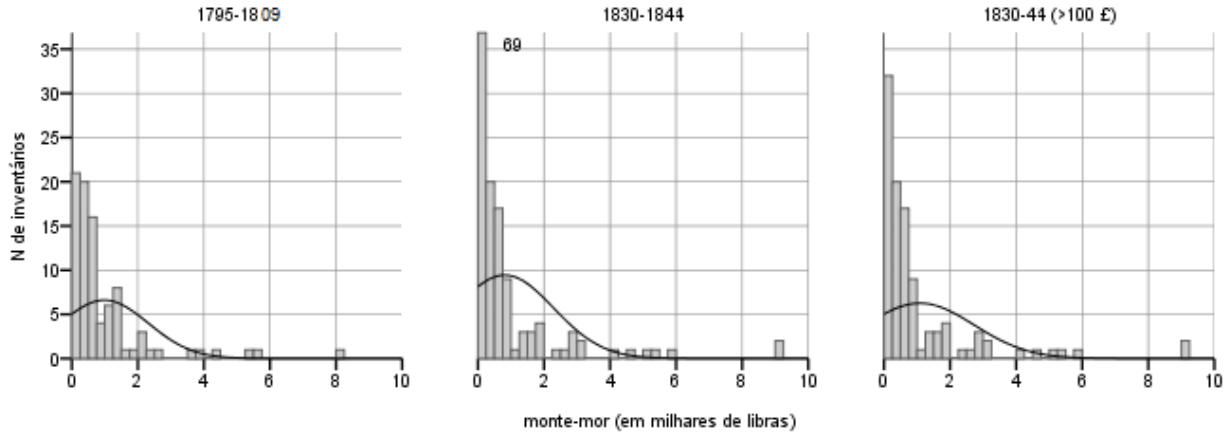
Não se dispõe de informações sobre idade diretamente dos inventários, pois infelizmente, essa documentação limita-se a indicar a data da morte do proprietário. As idades médias apresentadas na **Tabela 4.3** são de alguns inventariados que puderam ser identificados nas listas nominativas de 1795 e 1831. Esses casos somam 60 proprietários identificados no período 1795-1810 e 42 identificações positivas em 1830-45. A idade média dos inventariados é razoavelmente constante nos períodos considerados, o que sinaliza que as taxas de mortalidade não sofreram variação abrupta no período. Mas há outra questão sobre a idade dos proprietários. Sendo o inventário um documento produzido por ocasião do falecimento, ele cobre proprietários mais velhos do que a população viva. As idades médias dos inventariados na nossa amostra são bastante altas e mais elevadas do que a apresentada pela população proprietária viva. No Rol dos Confessados de 1795, nos fogos onde havia escravos a idade média dos chefes de domicílio era de 47,7 anos, enquanto nas listas

nominativas de 1831 a idade média cai para 46,1 anos.[269] As diferenças entre a idade média dos inventariados e dos proprietários recenseados é de 19 anos no primeiro período e de 16 anos no segundo, razoavelmente constantes ao longo do tempo de forma que não inviabilizam as comparações.

Até esse ponto nossa amostra de inventários demonstrou-se consistente quanto às características de gênero, estado conjugal e idade dos inventariados. Resta saber como a amostra representa os patrimônios de menor valor. Aí reside o grande viés dos nossos inventários: as pequenas fortunas aparecem de forma descontinuada entre um período e outro. No caso, os processos com valor total inferior a cem libras quase não são registrados no período 1795-1809, enquanto compõem mais de um quarto dos processos abertos entre 1830-1844. Essa discrepância na representação de pequenas fortunas, se não for corrigida, nos impossibilita de comparar a amostra ao longo do tempo.

O **Gráfico 4.3** mostra a curva de distribuição dos inventários em 1795-1809 e no período 1830-1844. Como se observa no segundo gráfico, essa distribuição era enviesada para os inventários de menor valor. Uma possível solução para igualar a distribuição dos inventários é eliminar os documentos com riqueza inferior a 100 libras datados de 1830-44, mostrada no terceiro gráfico. Conquanto a padronização não seja perfeita, as curvas de distribuição ficam muito equivalentes.

Gráfico 4.3 - Curvas de distribuição dos inventários em cada período



Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*.

[269] Se considerarmos nesse cálculo etário os cônjuges dos chefes de fogo com escravos, normalmente mulheres mais jovens que seus esposos, alcançamos as idades médias de 44,1 anos em 1795 e 43,1 anos em 1831. Um pouco inferiores às do cálculo acima, mas ainda assim decrescentes entre os dois levantamentos.

4.5.b) Crescimento da riqueza inventariada

Entre as décadas de 1790 e 1830 a freguesia de São José ampliou sua população livre e aumentou a quantidade de escravos, o que constitui um bom indício de expansão econômica. Além disso, a freguesia participou do processo de ligação comercial de todo o sul mineiro com a praça do Rio de Janeiro e de ampliação das exportações a partir da chegada da família real em 1808. Assim, aguardávamos que os inventários traduzissem uma tendência de crescimento do patrimônio. A **Tabela 4.4** aponta nessa direção, mas impõe ressalvas importantes.

Tabela 4.4 - Medidas de crescimento da riqueza inventariada na freguesia de São José

	1795-1809	1830-44	Variação % a.a. c.1802-c.1837
1. Monte-mor médio (valores nominais)	4:004$297 rs.	7:568$101 rs.	1,84
2. Monte-mor médio (libras)	£ 1.142	£ 936	- 0,57
3. Monte-mor médio (> 100 £)	£ 1.155	£ 1.248	0,22
4. patrimônio líquido* (libras)	£ 1.094	£ 1.213	0,30
5. patrimônio físico+ (libras)	£ 999	£ 1.074	0,21
6. decil superior (monte médio)	£ 4.918	£ 5.632	0,39

Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*.
Notas:
* patrimônio líquido: monte-mor descontadas as dívidas passivas.
+ patrimônio físico: monte-mor sem consideração de nenhum tipo de dívida.
Observações:
1. As medidas 1 e 2 foram baseadas na totalidade da nossa amostra de inventários abrangendo 87 documentos para o período 1795-1809 e 142 para o período 1830-44.
2. As medidas 3 a 6 consideram apenas os documentos com mais de 100 £ abrangendo 86 documentos no primeiro período e 106 no segundo.
3. Para a conversão em libras, utilizamos a série cambial que se inicia em 1808 disponível em MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.254. Para os documentos de anos anteriores utilizamos a taxa média de 3$555 rs por libra proposta por BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p.129.

Na **Tabela 4.4** apresentamos várias medidas para o crescimento médio da riqueza inventariada na freguesia de São José. A primeira medida foi baseada nos valores nominais dos documentos. Por ela visualiza-se o crescimento dos valores inventariados a ordem de 1,87% a.a.; porém, a comparação dos valores nominais não considera a inflação no começo do século XIX.[270] Uma das soluções mais comumente adotadas na literatura para mitigar esse problema é a deflação dos valores dos inventários seguindo a cotação média anual da libra esterlina no ano da abertura do documento. Embora o valor da libra não seja um índice fiel da

[270] Usando séries de preços da corte do Rio de Janeiro, Mircea Buesco estima taxas de inflação da ordem de 0,7% a.a. no período 1792-1807, 2,5% a.a. em 1807-1819, e 2,1% a.a. acumulada no período 1826-1847. BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p.126 e p.135.

variação dos preços em toda economia imperial, ele oferece um nível mínimo de estabilidade para permitir comparações ao longo do tempo.[271] Com os valores convertidos em libras (medida 2) podemos perceber melhor os vieses da amostra em relação à representatividade das pequenas fortunas. Como nos documentos do período 1830-1844 os inventários menos afortunados são mais frequentes, o valor do patrimônio médio ficou mais baixo do que o averiguado no final do século XVIII. Não se trata de declínio econômico, mas de uma distorção da fonte.

A medida 3 tenta corrigir o viés de nossa amostra eliminando os documentos com menos de 100 libras de ambos os períodos. O incremento anual na riqueza média inventariada é mínimo, próximo da estagnação. A taxa auferida, 0,22%, no entanto, mostra que a riqueza na freguesia de São José crescia. Em um artigo de 2006 publicado na Revista da ABPHE, Zephyr Frank demonstrou taxas de crescimento da riqueza média para os termos das vilas de São João e José del Rei superiores a 1% a.a. entre as décadas de 1820 e 1850.[272] Aqui estamos considerando apenas uma parcela desta região, a menos conectada ao controle do comércio e do crédito. É possível que o desenvolvimento comercial e financeiro da vila de São João tenham elevado o crescimento da riqueza a taxas maiores, como verificado por Frank. Ou então, os diferentes resultados sejam uma questão de *timing*: a amostra de inventários estudada por de Frank termina no período posterior ao encerramento do tráfico, quando os preços dos escravos ascenderam a níveis altos como nunca no século XIX, elevando a riqueza inventariada dos proprietários escravistas. Por fim, pode ser que o período que estudamos seja uma fase de ajuste à produção de abastecimento da corte, e os efeitos multiplicadores desse comércio não tenham elevado o patrimônio pessoal na freguesia.

A quarta medida apresentada na **Tabela 4.4** estima o crescimento da riqueza descontados os débitos em inventário. Nenhum documento teve saldo negativo. Na verdade, o crescimento da riqueza líquida mostra que os débitos estão consumindo menos da riqueza dos proprietários sanjoseenses. Já o patrimônio físico (medida 5), por não considerar as dívidas ativas (créditos) nem as passivas (débitos), é considerado mais adequado para a análise da evolução da riqueza material, uma vez que não se pode ter certeza quanto à solvência de créditos. No entanto, essa medida elimina o topo da hierarquia econômica, que são os grandes

[271] Como considera Richard Graham em seu estudo sobre o abastecimento alimentar de Salvador, "muitos dos que se encontravam no nível mais baixo da escala sócio-econômica nunca, ou raras vezes, compraram bens importados nem dependiam de exportações para sua sobrevivência." GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade*: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.321.
[272] FRANK, Zephyr. Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil, 1815-1860. *História econômica & História de empresas.* Vol. IX, Nº 2, pp.5-48, 2008, p.46.

negociantes e emprestadores. O patrimônio físico inventariado na freguesia de São José tem uma evolução bem inferior do que a riqueza líquida. As diferenças entre essas duas medidas sinaliza que os créditos estavam em crescimento, representando uma parte mais significativa dos patrimônios.

Finalmente, a medida 6 considera a evolução apenas dos inventários no decil mais rico da freguesia para inferir se o crescimento da riqueza da elite econômica foi muito diferente dos demais proprietários. Como vemos na **Tabela 4.4**, os mais ricos incrementaram seu patrimônio quase duas vezes mais do que o conjunto dos inventariados. O melhor desempenho dos mais ricos aponta que a riqueza tende a ficar mais concentrada ao longo do tempo, como teremos a oportunidade de demonstrar a seguir.

4.5.c) A concentração da riqueza inventariada

O desenvolvimento da agropecuária mercantil, a retomada do tráfico de escravos e o crescimento dos distritos rurais na freguesia de São José do Rio das Mortes foram processos que se fizeram acompanhar de um drástico aumento na concentração da riqueza inventariada. Enquanto nos quinze anos entre 1795-1809 o decil superior dos inventariados acumulava em torno de 40% da riqueza, nos anos 1830-44 mais da metade dos ativos estava nas mãos dos dez por cento mais ricos. Esse avanço aponta que o movimento de concentração de riqueza visualizado por Frank em meados do século XIX tem raízes na passagem do século XVIII. Frank mostrou que entre 1820 e 1855 o coeficiente de Gini para os inventários dos termos das vilas de São João e São José cresceu 11,5%.[273] Em nosso levantamento, considerando apenas o espaço mais limitado dos distritos da freguesia de São José entre fins do século XVIII e a década de 1830, o coeficiente de Gini da riqueza inventariada teve aumento superior a 20%.

Tabela 4.5 - Medidas de concentração de patrimônio inventariado na freguesia de São José

	1795-1809 (N = 87)	1830-44 (N = 142)	1830-44 (> 100libras) (N = 105)
1. % da riqueza total inventariada no decil mais rico	39,60%	59,3%	50,90%
2. Coeficiente de Gini	0,509	0,694	0,619
3. Coeficiente de Gini sem valores dos escravos	0,568	0,738	0,700

AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*

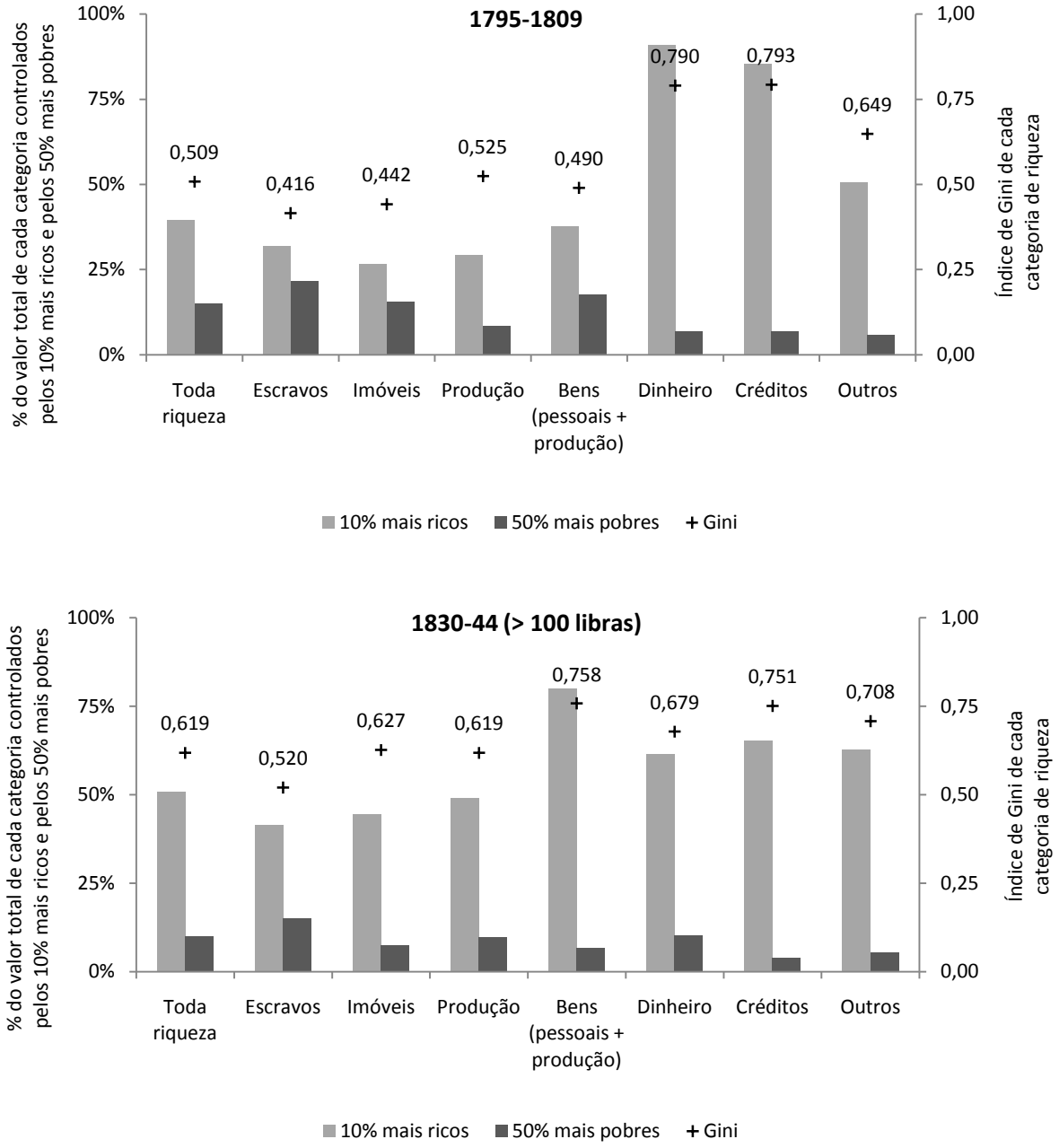
[273] Idem, p.34

Entre os proprietários inventariados o escravo era o componente patrimonial mais significativo e cuja distribuição mais nivelada ajudava a reduzir a concentração de riqueza. Sem considerarmos a posse de escravos, a concentração da riqueza inventariada nos períodos da nossa amostra sobem. É muito provável que a redução do número de proprietários de escravos, bem como a diminuição das posses com poucos cativos entre 1795 e 1831 estejam por traz do aumento da concentração de riqueza no período. Seu contexto foi o da retomada do tráfico de escravos para São José como parte de um processo mais amplo de integração do mercado interno em torno da chegada da família real ao Brasil e ampliação dos mercados para os produtos mineiros no Rio de Janeiro. Na freguesia de São José, o centro mais urbanizado da vila definhou ao mesmo tempo em que os distritos especializados na produção agropastoril aumentavam sua população. No nosso entender, as novas oportunidades econômicas que se desenvolveram premiaram aqueles capazes de participar do mercado de abastecimento, os quais já contavam com um razoável ponto de partida em terras e escravos.

O **Gráfico 4.4** o quanto de cada um dos componentes da riqueza inventariada era controlado pelo decil mais rico e pelos 50% mais pobres. Seu objetivo é ressaltar a desigualdade no acesso a determinadas formas de patrimônio e indicar a concentração de sua distribuição. Em 1795, a primeira coluna do **Gráfico 4.4** mostra que os 10% mais ricos amealhavam 40% de toda a riqueza, enquanto os 50% mais pobres possuíam apenas 15%. No mesmo ano, o decil mais rico controlava 32% do valor dos escravos, enquanto os 50% mais pobres detinham 21%. Os escravos eram a modalidade de riqueza com a distribuição menos desigual. O **Gráfico 4.4** ainda apresenta o coeficiente de Gini para a concentração de cada modalidade do patrimônio inventariados. Como se percebe, no ano de 1795, a riqueza em escravos era a modalidade patrimonial com melhor distribuição e a riqueza em créditos e dívidas ativas as mais concentradas. O **Gráfico 4.4** possibilita comparar a concentração das categorias de riqueza avaliada entre 1795-1809 com o período 1830-44. Para esse recorte empregamos a amostra de inventários ajustada para apenas os documentos com valores superiores à 100 libras.[274] Embora no período 1830-44 os escravos permaneçam sendo a modalidade de riqueza melhor distribuída, a concentração aumentou em relação a fins do século XVIII. Os valores em dívidas ativas (créditos) e dinheiro estavam melhor distribuídos, mas ainda permaneceram bastante concentrados.

[274] A distribuição dos componentes da riqueza por decil, inclusive da amostra não ajustada de 1830-44 pode ser conferida na **Tabela 4.5**, no Anexo deste capítulo.

Gráfico 4.4 - Concentração dos componentes da riqueza inventariada



Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*.

Depois dos escravos, foi o patrimônio imobiliário que apresentou uma distribuição mais equitativa na freguesia de São José. Esse achado reforça o argumento de Frank de que o acesso a imóveis foi mais fácil no interior mineiro do que na Corte. No caso dos imóveis urbanos, sabemos que na vila de São José as casas perderam valor no começo do século XIX, com o esvaziamento da vila. Os registros da décima urbana em São José apontam aumento

dos imóveis desocupados e a diminuição do seu valor nas décadas de 1810 e 1820.[275] Já as propriedades rurais muitas vezes eram obtidas através da cessão de uma porção de terras de um proprietário maior, que assentava agregados nos limites da sua propriedade.[276] As benfeitorias, roçados e moradias erigidos nessas terras eram suscetíveis à inventariação e transmissão por herança e, algumas vezes, a situação de produção ultrapassava o direito de propriedade do grande fazendeiro. Esse é o caso da preta forra Joana Gomes que possuía um pequeno rancho em terras de outro proprietário. Através de seu inventário aberto em 1761, sabemos que Joana era uma angola que comprou sua liberdade a prestações (quartação) de sua senhora, era casada com um preto forro, e morava nos subúrbios da vila de S. José, onde possuía 10$000 (dez mil réis) em terras de André Bento.[277] Outros casos de produtores que usavam terras cedidas por outro proprietários vão aparecer nos próximos capítulos. Vários deles, apesar de não ter a propriedade legal das terras em que cultivavam, declararam seus ranchos, cultivos e criações em seus inventários. Esses casos devem nos lembrar que mesmo com a fronteira fechada no começo do século XIX, as relações sociais que envolviam os pequenos produtores poderiam lhes facultar o acesso aos meios produtivos.

A distribuição da riqueza alocada em rebanhos ou produção agrícola ficou mais concentrada no segundo período (1830-44), mostrando que eram os grandes proprietários que produziam com mais desembaraço para abastecer os mercados. Vale destacar também que a mínima proporção de riqueza em rebanhos e artigos agrícolas nos inventários dos dois primeiros decis sugere que os proprietários dessa faixa produziam para mercados locais, como para abastecer ranchos de tropas, ou mesclavam a agropecuária para o próprio consumo a alguma atividade artesanal.

A riqueza financeira representada por dinheiro e dívidas ativas era a campeã na concentração. 90% do dinheiro e 85% do crédito no primeiro período e dois terços desses componentes no segundo estavam nas mãos do decil superior de nossa amostra de inventários.

---

[275] As décimas urbanas era uma espécie de imposto predial cobrado nas vilas e cidades imperiais criado em Portugal e transplantado para o Brasil em 1808. Segundo um dos poucos levantamentos dessa taxa, "o imposto era cobrado em área determinada pela câmara, provada pelo Conselho da Província. Abrangia somente a zona urbana onde residiam as famílias mais abastadas, ficando os arrabaldes mais pobres livres deste imposto. Ao que tudo indica este imposto só era cobrado em imóveis residenciais. As casas comerciais ou vendas contribuíam para a administração das vilas com o pagamento das licenças para abertura das mesmas". CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização*: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844). Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1998, pp.143-144.

[276] Além de conseguir dependentes, essa era uma forma de assegurar os imprecisos limites da propriedade. MOTTA, Márcia Menendes. *Nas fronteiras do poder*: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, capítulo 01.

[277] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. GOMES, Joanna. Cx. C98, 1761.

Porém, foram os únicos componentes da riqueza inventariada que sofreram desconcentração. Acreditamos que o dinamismo das fazendas de alimentos para o mercado da corte na primeira metade do século XIX abriu oportunidades para pequenos produtores no abastecimento local das vilas e arraiais e para o fornecimento de serviços e bens artesanais para as unidades maiores. Vamos nos aproximar desse problema nos dois próximos capítulos, quando analisaremos a composição da riqueza dos mais pobres e as relações de crédito no espaço da freguesia e veremos que a evidência disponível, embora não seja capaz de avançar conclusões inflexíveis, sugere uma firme participação dos pequenos produtores no mercado.

****

O desenvolvimento de relações de mercado entre a Comarca do Rio das Mortes e o Rio de Janeiro no começo do século XIX produziu um crescimento contido da riqueza média inventariada na freguesia de São José do Rio das Mortes e um alargamento da concentração de riqueza. A capacidade de responder aos estímulos do mercado não eram equitativamente distribuídas e a maior capacidade dos proprietários ricos de usar trabalho cativo, beneficiar sua produção e levá-la a mercados distantes os deixou em melhor situação de aproveitar o crescimento econômico.[278] Mas de forma ubíqua, os proprietários em São José investiram em escravos na primeira metade do século XIX como estratégia econômica. Na ausência de transformações tecnológicas, sem grandes inovações no transporte e com a manutenção de uma fronteira aberta na província, a aquisição de mais força de trabalho foi a forma mais difundida de responder às oportunidade econômicas. Para os inventariados mais pobres, a escravidão era o cerne do patrimônio, nada menos que dois quintos da riqueza dos mais pobres em 1795-1809 e dois terços da riqueza do mesmo grupo em 1830-44. Esse aumento da importância relativa dos escravos, em parte pode estar relacionado ao seu encarecimento na década de 1830. Mas essa mudança na alocação dos recursos também é significativa de um estágio de organização das relações no mercado interno. Na década de 1830, a região do Rio das Mortes já havia se consolidado como uma região abastecedora do mercado carioca. Esse processo, como sugerimos, ensejou o crescimento da freguesia de São José e de sua riqueza,

[278] Frank explica da mesma forma o crescimento da concentração de riqueza averiguados na cidade do Rio de Janeiro e no interior mineiro. Segundo o autor: "Os mercados premiavam os empreendedores e penalizavam os fracos, os doentes e os sem qualificação. Os poucos que possuíam escravos se beneficiaram desproporcionalmente da expropriação da renda escrava [...]. Os credores mais ricos multiplicavam suas riquezas nas costas de milhares de pequenos empréstimos cedidos a trabalhadores vinculados ao mercado e às trocas. Em outras palavras, mercados estimulam a desigualdade, quando as estruturas sociais, as instituições e o capital humano não são igualitários e, sim, discriminatórios e mal desenvolvidos". FRANK, Zephyr. Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil, 1815-1860. *História econômica & História de empresas.* São Paulo: vol. IX, Nº 2, pp.5-48, 2008, p.39.

ampliou oportunidades para os produtores sanjoseenses, mas premiou aqueles em melhor situação de produção, beneficiamento e comercialização. Nessa situação, os pequenos produtores buscavam a mão de obra escrava como uma forma de agregar força de trabalho ao domicílio e participar do mercado. Esses pequenos proprietários tinham até dois terços da sua riqueza em escravos antecipando um retorno sobre seus investimentos e, acreditamos, dificilmente empenhariam tanto de sua riqueza apostando apenas na subsistência.

Anexo

Tabela 4.6 - Distribuição dos componentes da riqueza inventariada por decis

1795-1809 (N = 87)	Escravos	Imóveis	Produção	Bens móveis	Dinheiro	Outros	Créditos
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
1	1,5%	1,4%	0,1%	0,9%	2,9%	0,0%	0,9%
2	2,9%	2,8%	0,8%	3,6%	0,0%	0,7%	0,1%
3	4,0%	3,6%	2,4%	2,5%	2,1%	1,2%	2,0%
4	6,3%	4,7%	3,1%	5,7%	0,0%	1,3%	0,0%
5	7,0%	3,2%	2,1%	5,1%	1,9%	2,7%	3,8%
6	8,2%	8,6%	9,6%	9,9%	0,0%	4,0%	0,5%
7	11,1%	12,2%	14,5%	4,5%	1,3%	10,3%	0,9%
8	11,6%	16,6%	14,6%	7,9%	0,0%	14,3%	0,5%
9	15,5%	20,2%	23,5%	22,1%	1,1%	14,9%	5,8%
10	32,0%	26,7%	29,3%	37,8%	90,8%	50,6%	85,4%
Gini	*0,416*	*0,442*	*0,525*	*0,490*	*0,790*	*0,649*	*0,793*
1830-44 (> 100 £) (N = 105)	**Escravos**	**Imóveis**	**Produção**	**Bens móveis**	**Dinheiro**	**Outros**	**Créditos**
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
1	1,7%	0,3%	0,2%	0,6%	0,4%	0,2%	1,1%
2	2,4%	1,3%	0,8%	0,7%	0,0%	0,1%	0,1%
3	1,9%	2,2%	2,7%	2,5%	1,8%	0,9%	0,2%
4	3,6%	1,4%	2,6%	1,3%	7,6%	3,4%	0,8%
5	5,6%	2,5%	3,4%	1,5%	0,4%	0,9%	1,9%
6	7,4%	5,0%	5,8%	1,9%	2,3%	0,0%	1,2%
7	9,0%	6,5%	7,2%	2,3%	0,6%	5,5%	5,0%
8	9,2%	11,9%	12,0%	3,1%	10,1%	20,1%	4,7%
9	17,8%	24,4%	16,3%	6,0%	15,2%	6,1%	19,8%
10	41,4%	44,6%	49,0%	80,0%	61,6%	62,8%	65,3%
Gini	*0,520*	*0,627*	*0,619*	*0,758*	*0,679*	*0,708*	*0,751*
1830-44 (N = 142)	**Escravos**	**Imóveis**	**Produção**	**Bens móveis**	**Dinheiro**	**Outros**	**Créditos**
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
1	0,1%	0,3%	0,1%	0,8%	0,2%	0,0%	0,0%
2	0,6%	0,9%	0,6%	0,6%	0,3%	0,4%	0,4%
3	1,4%	1,1%	0,3%	1,5%	0,4%	0,7%	0,3%
4	3,0%	1,3%	0,8%	0,9%	0,0%	0,6%	0,2%
5	3,0%	2,8%	2,8%	2,8%	1,8%	0,3%	1,7%
6	6,0%	1,8%	3,7%	2,0%	8,0%	2,5%	3,5%
7	8,6%	5,8%	7,8%	2,4%	2,3%	0,7%	0,0%
8	11,4%	9,2%	8,4%	3,1%	5,6%	6,3%	6,2%
9	18,6%	18,4%	20,4%	5,5%	7,7%	9,5%	21,7%
10	47,2%	58,4%	55,0%	80,4%	73,7%	79,1%	66,0%
Gini	0,619	0,698	0,695	0,762	0,725	0,806	0,774

AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*

Capítulo 5. A riqueza em movimento: evolução da composição patrimonial e fragmentos de trajetórias de proprietários

No ano de 1835, no curato de São Francisco do Onça, vizinho à freguesia de São José, Joaquim Luiz do Nascimento foi à fazenda Engenho do Santíssimo comunicar a morte da escrava Felicidade ao seu senhor, o alferes Antônio de Miranda Magro. Felicidade, ora descrita como cabra, ora como parda, de não mais do que dez anos, foi mandada pelo alferes à casa de Joaquim Luiz para aprender a tecer com sua mulher, Margarida de tal. No entanto, os escravos que foram buscar o corpo da criança comunicaram ao alferes Miranda Magro muitas marcas de contusões, ferimentos e sangue pisado em Felicidade. O exame de corpo de delito demonstrou que a morte da cativa foi o resultado de fortes pancadas no tronco e na cabeça. O Juiz de Paz não teve muito trabalho em conduzir suas investigações. Algumas testemunhas ouviram as agressões, enquanto outras estiveram com Felicidade pouco depois e presenciaram sua agonia. Todas afirmaram que Joaquim Luiz e sua esposa Margarida haviam dado cabo de Felicidade com uma surra violenta. Para escapar ao julgamento e possível prisão, os acusados fugiram do arraial o mais rápido que puderam e não foram mais vistos. O processo-crime resultante desse assassinato é riquíssimo em detalhes sobre a vida e o trabalho de pequenos produtores na sociedade escravista mineira e vamos visitá-lo várias vezes nos próximos capítulos. Os depoimentos das testemunhas revelam aspectos das atividades produtivas, da sociabilidade, dos relacionamentos entre livres pobres e escravos que serão melhor discutidos oportunamente. Nessa parte do trabalho, desejamos chamar atenção para uma lista dos bens que Joaquim Luiz e Margarida de tal não puderam levar consigo na fuga.[279]

O alferes Miranda Magro requisitou ao Juiz de Paz o embargo dos bens dos acusados para posteriormente irem a praça e a renda cobrir as custas do processo e servir de indenização. A lista dos bens do casal de Joaquim Luiz é um testemunho do mundo material de um domicílio de pequenos produtores que dificilmente legariam inventário. O oficial de justiça encontrou, sobretudo, bens de trabalho e produção, pois possivelmente o casal de acusados fugiu levando as roupas e alguns outros de itens de uso pessoal. Na casa de Joaquim Luiz havia um tear com todos seus pertences, uma roda de fiar e dois bancos, possivelmente um para a operação de cada um dos aparelhos. Quase podemos enxergar a esposa de Luiz fiando enquanto ensinava à pequena Felicidade a urdir os fios em tramas cada vez mais longas, produzindo assim um tecido de algodão grosso, simples, mas muito resistente,

[279] AHET II – IPHAN, SJDR – Processos-crimes. PC.28-05, 1835.

utilizado para as roupas de escravos e trabalhadores pobres. A matéria prima para essa manufatura caseira vinha do quintal mesmo: ao lado de uma roça de "quarta e meia" de planta de milho e um pouco de feijão, depois de um mandiocal, o oficial de justiça descreveu uma plantação de algodão. A descrição dos bens continua com os instrumentos de cultivo e processamento desta pequena produção agrícola: um descaroçador para preparar o algodão para a fiação, um machado, uma foice e duas enxadas – possivelmente uma para Joaquim Luiz e outra para sua esposa, já que, sem escravos, a unidade doméstica não poderia prescindir do trabalho de ninguém. Havia também um pilão de mão e um "monjolo com sua porta", responsáveis por moer o milho produzido e transformá-lo em canjica para os animais ou fubá para consumo.

O oficial de justiça seguiu com a lista dos bens embargados anotando a existência de mais um banco, "de carpinteiro", uma serra de mão e uma verruma, um instrumento para furar a madeira. Veremos posteriormente que Joaquim Luiz não era carpinteiro, mas empregava essas ferramentas no fabrico de peneiras que negociava com os vizinhos. Havia no domicílio uma égua, uma vaca com sua cria, cinco cabeças de porcos, até aí criações comuns que aparecem na maior parte dos inventários rurais, e seis cabeças de galinhas, duas frangas e um galo, animais que deveriam ser de criação difundida, mas que raramente aparecem nos processos de inventariação. Poucos artefatos de uso foram listados, talvez porque o casal fugiu levando quase tudo o que poderia ser carregado, ou, tão provável quanto, porque não havia muito o que declarar mesmo. Havia duas "caixas frasqueiras", cinco garrafas, quatro pratos brancos, "dois casais" de colheres de metal branco, três garfos de metal amarelo, uma colcha de lã, um lençol de algodão de babado (curiosamente, não foram listados camas nem catres). A casa de morada era coberta de capim e, possivelmente, feita de materiais os mais simples possíveis, tinha três portas e uma janela; não se menciona a divisão dos cômodos, que talvez nem houvesse, e a cozinha era externa, também com porta. As terras em que Joaquim Luiz e a esposa viviam, cultivavam e tinham suas criações não lhes pertenciam. Eles eram agregados da fazenda Pouso Alto, infelizmente de propriedade não identificada.

Os bens do casal Joaquim Luiz e Margarida de tal nos demonstram uma unidade doméstica que se ocupava de uma variedade de atividades produtivas – produção de fios e tecidos, plantio de algodão e alimentos, criação de animais, artesanato em fibras – com quase todo seu investimento dedicado a bens de produção e beneficiamento. Embora sem terras, a inserção nas redes de clientela de um fazendeiro deve ter-lhes garantido as condições de manter um pequeno plantio. Embora sem escravos, pertenciam à sociedade escravista: seria

muito natural que usassem o trabalho de Felicidade enquanto esta aprendia a operar um tear e, certamente, os castigos violentos que aplicaram na cativa era uma forma de destacar sua posição de pessoas livres frente a menina escrava.[280] A descrição do patrimônio do casal é mais completa do que normalmente vemos nos inventários – os quais não registram com tanto pormenor a produção e as criações. Outra questão, é que ao arrolar os bens no fim da vida dos proprietários, os inventários, em geral, descrevem bens gastos, velhos, às vezes já sem uso, ou seja, os meios descritos já não eram os mesmos do auge da unidade produtiva. Mas o maior problema é que produtores da estatura de Joaquim e Margarida são pouco representados nos inventários, embora fossem a maioria produtiva. Dos inventários que reunimos para o período 1795-1809 há casos, entre os inventários mais pobres, de proprietários com o nível material deste casal, mas que contavam com escravos entre os meios produtivos. Entre 1830 e 1844 produtores não-escravistas, muitos sem terras e dedicados a ocupações artesanais, aparecem com mais frequência nas faixas mais baixas de riqueza inventariada, graças a um fenômeno de crescimento da inventariação após a independência. No entanto, veremos que, sem escravos, o patrimônio dos inventariados mais pobres era muito baixo

Nesse capítulo vamos analisar a composição do patrimônio dos inventariados na freguesia de São José do Rio das Mortes. A fonte básica será, novamente, os inventários *post-mortem*. Já falamos da composição da nossa amostra de documentos no capítulo anterior, enquanto discutimos como foi o crescimento e a distribuição da riqueza na freguesia. Agora, trataremos das mudanças na composição dos patrimônios em diferentes conjunturas econômicas. Para mostrar como os diferentes níveis de riqueza afetavam a composição dos patrimônios inventariados, elaboramos uma análise condensando os decis em três faixas: a primeira com os dois decis mais pobres, a segunda com os seis intermediários e uma terceira com os dois decis superiores.[281] A partir dessa estratificação da riqueza apresentaremos como cada setor era socialmente composto. Com o auxílio de fontes mais variadas levantamos fragmentos de trajetórias de administração patrimonial buscando demonstrar como a riqueza era amealhada e transmitida pelos proprietários de diferentes níveis de riqueza.

[280] Nenhuma testemunha explicitou o motivo dos castigos, embora dissessem que ele foi "demasiado", "violento" ou "cruel". Acreditamos que a não referência ao motivo dos castigos seja que todas as testemunhas, pessoas pobres e vizinhas dos acusados, acreditassem que era natural que o casal castigasse a escrava aprendiz. Enfim, mesmo que a cativa Felicidade não pertencesse ao casal, estava em seu domicílio e sob a sua autoridade, o que tornava o castigo legítimo.

[281] Procedimento adotado anteriormente em FRANK, Zephir L. *Dutra´s world*: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p.42.

5.1. Composição do patrimônio inventariado

A quase totalidade dos inventários que compulsamos para essa pesquisa registra algum tipo de atividade agrária ou pastoril, o que evidencia o contexto eminentemente rural da freguesia de São José entre fins do século XVIII e a primeira metade do XIX. Mesmo aqueles que se dedicavam a alguma atividade artesanal ou eram negociantes, tinham alguma terra de plantio ou criações. A variedade de atividades internas às unidades produtivas reveladas pelos inventários nos sinaliza a busca da autonomia produtiva ou, pelo menos, a tendência a suprir algumas necessidades da casa sem precisar recorrer ao mercado. Essa inclinação pode ainda nos sugerir que as trocas que ocorriam no espaço da freguesia eram permutas simples de excedentes. Não é bem o caso. Como notaremos, as unidades menores tendiam à produção interna dos principais mantimentos para o sustento de seus moradores, mas isso não significa que elas estivessem a parte das oportunidades do mercado. Embora a evidência que temos disponível seja frágil e os inventários não sejam as melhores fontes para especular sobre a participação dos pequenos produtores no mercado, acreditamos que a orientação para a autossuficiência fosse uma estratégia para reduzir os dispêndios da unidade doméstica e conservar ou acumular os ganhos com a venda de produtos e serviços. Tais recursos poderiam ser reinvestidos em mais fatores para aumentar a produção ou a capacidade de autonomia da casa. Enfim, imaginar que os produtores mais pobres tivessem antes de tudo um compromisso com a manutenção de suas casas, em assegurar a conservação de suas famílias, não é nenhum absurdo.[282]

Mas, como surgiriam as oportunidades de venda de bens e serviços pelos pequenos produtores? Aí entram em cena as grandes fazendas de produção mercantilizada, voltadas para o abastecimento de mercados regionais ou da corte do Rio de Janeiro. Por mais que essas unidades pudessem se orientar pela autossuficiência, suas necessidades de operação criavam demandas para artesãos especializados e mesmo produtores locais de alimentos. Afinal, o

[282] Para a economia americana pré-capitalista Christopher Clark defende que o objetivo fundamental dos domicílios fundados no trabalho familiar era suprir as necessidades da casa e prover alguma riqueza aos descendentes. Segundo o autor, esse objetivo precípuo colocava as demandas da unidade produtiva no centro das atenções, e não as relações de mercado. Nesse sentido, ele acredita que a economia do norte americano, pelo menos até os anos 1840, não era uma economia capitalista, embora existissem relações de mercado. Nesse ponto, Clark diverge dos estudos clássicos de Rothenberg, para quem a extensão dos mercados desde a independência americana moldou novos comportamentos produtivos para a granja estadunidense, orientada para o comércio. Do nosso ponto de vista, acreditamos que o objetivo de conservação da unidade produtiva doméstica pode muito bem se valer das oportunidades de mercado. CLARK, Cristopher. *The roots of rural capitalism*: western Massachusetts, 1780-1860. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp.12-13 e pp.84-88. ROTHENBERG, Winifred B. The market and Massachusetts farmers, 1750-1855. *The Journal of Economic History*. Vol.41, pp.283-314, Jun.1981e da mesma autora, The emergence of farm labor markets and the transformation of the rural economy: Massachusetts, 1750-1855. *The Journal of Economic History*. Vol. 48, Set., pp.537-566, 1988.

transporte de mantimentos em carros de boi ou tropas de mulas exigia ferragens, peças de madeira que tinham de ser constantemente reparadas, cangas, cangalhas e outros artefatos de couro que instilava trabalhadores manuais e mecânicos; o mesmo se pode dizer dos monjolos, moinhos, engenhos de açúcar e engenhocas de aguardente. Os escravos precisavam de vestimentas e de ferramentas, os tropeiros paravam em ranchos para descansar e alimentar as mulas. E assim a produção doméstica de algodão, tecidos e alimentos ganhava o mercado.

Em seu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*, o capitão Raimundo da Cunha Matos anotou o seguinte comentário sobre o abastecimento dos tropeiros e viajantes e o provimento das vendas que encontrava pelos caminhos de Minas:

> ... saí do sítio das Galés levando como único provimento para a jornada um pouco de açúcar refinado: assim se viaja em Minas Gerais, pois que o objeto de que menos se cuida é a comida. O eterno feijão preto e o pingo de toucinho são as delicias dos tropeiros, e estes artigos existem à venda em todos os ranchos; galinhas e leitões não faltam daqui em diante para as pessoas que querem alguma cousa mais do que o feijão.[283]

O próprio desenvolvimento do comércio de abastecimento de mercados distantes, como o da Corte, emulava a produção de mantimentos que completava a infraestrutura necessária para o transporte. Além disso, não se pode esquecer que a retirada dos maiores produtores do abastecimento das vilas e arraiais quando se viram atraídos pelo mercado carioca abriu espaço local para os pequenos e médios produtores de alimentos.

As demandas do funcionamento da economia local iam ao encontro das necessidades dos pequenos produtores de adquirir bens imprescindíveis que não eram produzidos domesticamente, como o sal, as ferramentas, tabaco etc. Era, portanto, necessário gerar um excedente. Acreditamos que os pequenos produtores agiam como o casal de Joaquim Luiz e Margarida de tal, diversificando suas atividades e tentando prover as necessidades da casa e potencializar a produção artesanal do domicílio.[284] Assim como esse casal, os proprietários

[283] MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. (Estudo crítico de Afonso de Alencastro Graça Filho). Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004, p.33.

[284] Sobre o aumento do trabalho doméstico para aumentar os ganhos no mercado, seja colocando mais produtos à venda, seja reduzindo os gastos da casa, ver o modelo de transição ao capitalismo de VRIES Jan de. The Industrial Revolution and the Industrious Revolution. *The Journal of Economic History*. Vol.54, pp.249-270, 1994. Evidentemente, não se sugere aqui que a freguesia de São José estivesse numa passagem para a economia capitalista, mas o modelo de adequação do trabalho doméstico às oportunidades do mercado talvez seja geral às sociedades pré-capitalistas.

sanjoseenses tinham a maior parte da riqueza investida em fatores de produção, como aponta a **Tabela 5.1** ao mostrar como a riqueza inventariada na freguesia de São José se compunha.

Tabela 5.1 - Composição da riqueza inventariada na freguesia de São José.

1795-1809 (N = 87)	Escravos	Imóveis	Produção	Bens móveis[1]	Dinheiro	Outros[2]	Créditos	Débitos[3]
Todos os inventários	**32,9%**	**32,0%**	**8,1%**	**4,6%**	**0,9%**	**8,0%**	**13,5%**	**- 5,3%**
20% mais pobres	43,7%	41,2%	2,3%	6,3%	0,8%	1,6%	4,0%	- 5,0%
60% intermediários	39,0%	38,4%	9,2%	4,1%	0,1%	6,7%	2,6%	- 6,5%
20% mais ricos	27,8%	26,8%	7,6%	5,0%	1,4%	9,4%	22,0%	- 4,4%

1830-44 (N = 142)	Escravos	Imóveis	Produção	Bens móveis[1]	Dinheiro	Outros[2]	Créditos	Débitos[3]
Todos os inventários	**37,1%**	**24,0%**	**9,4%**	**8,2%**	**2,0%**	**5,6%**	**13,8%**	**- 2,9%**
20% mais pobres	33,5%	33,5%	8,5%	14,2%	1,2%	2,7%	6,7%	- 2,0%
60% intermediários	52,7%	22,5%	9,6%	4,4%	1,5%	2,8%	6,5%	- 5,1%
20% mais ricos	32,2%	24,4%	9,4%	9,3%	2,1%	6,5%	16,1%	- 2,2%

Fonte: inventários post-mortem AET/IPHAN – São João del rei.
[1] inclui os pertences pessoais, mobiliário, ferramentas e equipamentos de produção (teares e rodas de fiar);
[2] inclui dotes, ações e apólices, alugueis e estoques comerciais;
[3] porcentagem sobre o monte-mor.

Em ambos os períodos da amostra, escravos e imóveis constituíam a maior parcela do patrimônio inventariado, o que não causa surpresa, pois eram os principais fatores de produção na economia rural de São José.[285] Os bens imóveis reduziram sua proporção, o que não era esperado dado o avanço da produção mercantil de abastecimento e completa ocupação da fronteira. O aumento do valor dos escravos a partir dos anos 1830 deve ter contribuído para a redução relativa da avaliação dos imóveis.

Os imóveis rurais eram inventariados junto com todas as suas benfeitorias, o que incluía moinhos, engenhos, cercas, currais, senzalas e muitas vezes as casas de vivenda. Dessa forma, não era apenas a terra possuída que entrava na avaliação, mas todo o complexo formado pelas terras e os equipamentos necessários para nelas cultivar e beneficiar a produção – os quais aumentavam o valor das propriedades. O que era valorizado era o capital e o trabalho investidos na unidade produtiva. Nessa direção, Carla Almeida apontou que as unidades produtivas capazes de diversificar sua produção eram capazes de concentrar a maior parte da

[285] E em outras regiões mineiras como mostram GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais;* São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, p.175, ALMEIDA, Carla M. C. de. *Ricos e pobres em Minas Gerais:* produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p.129.

riqueza no termo de Mariana: embora em menor número, controlavam mais de 71% da riqueza arrolada pelos inventários.[286]

Propriedades diversificadas tiveram melhor sorte com o crescimento do mercado de abastecimento, pois conseguiam comercializar uma vastidão de produtos simples, mas muito demandados. O açúcar e outros derivados da cana, por exemplo, exigiam engenhos que eram os equipamentos mais caros que as antigas fazendas poderiam ter, pois pleiteavam o concurso de profissionais marceneiros e ferreiros muito bem treinados, além de operadores capazes. Pode-se também citar os vários tipos de farinha, cujo preparo exigia fornos e pilões ou moinhos, além dos queijos produzidos nas instalações próprias ("casas de queijo") e outros. O investimento em equipamentos e benfeitorias era justificado quando o mercado retornava com a realização da produção. Nesse caso, o mercado premiava aqueles com um "ponto de partida" mais avançado, isto é, com recursos necessários para investimentos.[287]

Mas a diversificação exigia investimento em equipamentos (como teares, fornos, moinhos) que nem todos estavam em condições de efetuar. Daí que a diversificação não tenha sido exatamente uma opção disponível a todos os produtores. A presença de benfeitorias e equipamentos aumentava a avaliação das propriedades rurais, mas demandavam recursos que os produtores mais pobres nem sempre podiam realizar e provavelmente criavam dilemas de investimentos entre adquirir mão de obra escrava ou montar as estruturas de beneficiamento da produção. A **Tabela 5.1** mostra que esse dilema seria particularmente vívido no final do século XVIII, quando a freguesia virtualmente não recebia cativos via tráfico, e o valor dos escravos igualava-se aos bens imóveis nos patrimônios inventariados. Nos anos 1830, depois do retorno do tráfico desde os anos 1810, a opção de grandes e médios proprietários recaiu sobre a compra de escravos. Como vimos no capítulo dedicado à posse de escravos, a estrutura de posse moldada pela retomada do tráfico no século XIX foi marcada pelo aumento do número de escravos das grandes escravarias e a manutenção das médias. Os inventariados mais pobres, no entanto, passaram a ter menos escravos ou, como veremos a seguir, a não ter escravos.

[286] ALMEIDA, Carla M. C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*: Mariana, 1750-1850. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: ICHF/UFF, 1994, p.193.

[287] David F. Weiman destaca dois aspectos interessantes sobre a ação das forças de mercado sobre a economia regional no sul dos Estados Unidos. Um primeiro é que a integração dos domicílios de pequenos produtores (*farmers*) ao mercado dependia do seu potencial de riqueza – como notou o autor, a produção para o mercado crescia de acordo com o tamanho da propriedade. O outro é que as terras preparadas alcançavam valores mais altos de venda em áreas mais ligadas ao mercado. WEIMAN, David F. Farmers and the market in Antebellum America: a view from the Georgia Upcountry. *The Journal of Economic History*. Vol. 47, Nº 3, set., pp.645-646, 1987.

O avanço da participação dos escravos no patrimônio inventariado pode ter sido causado pelo fato de que este bem ficou ligeiramente mais caro nos anos 1830. Segundo Bergard, esse aumento foi resultado da lei de 1831, do receio do encerramento do tráfico a ela associado e de ganhos reais com o uso da força de trabalho mancípia.[288] As oportunidades de comercialização da produção agropecuária explicam as inversões dos grandes proprietários em escravos. Nesse caso, o mercado interregional apresentava um estímulo ao aumento da produção que o braço cativo ensejaria. Mas ao mesmo tempo, o desenvolvimento da agropecuária como setor dinâmico da freguesia abria espaço para uma gama de outras atividades subsidiárias capazes de fornecer insumos e equipamentos, além do beneficiamento da produção rural de algodão nas rodas de fiar e teares, do trabalho em couro e do artesanato em fibras. As informações de ocupação das listas nominativas de 1831 nos mostraram que um terço dos domicílios da freguesia de São José era chefiado por pessoas dedicadas a atividades artesanais.

A posse de escravos parece ser a variável mais importante para a participação nesse novo mercado. Um par de braços escravos significava um desejável incremento na força de trabalho doméstica, que de outra forma dificilmente poderia ser conseguida. A contração da posse de cativos, embora tímida e apenas relativa à distribuição visualizada em 1795, parece ser a grande questão por sob a concentração de riqueza na primeira metade do século XIX.

Um aspecto da composição da riqueza que aponta na direção de maior mercantilização da economia rural em São José é o crescimento proporcional da produção inventariada. Incluímos nessa categoria tanto a produção agrícola, quanto a produção pastoril. Chamamos atenção para o fato de que, no caso de produtos agrícolas, normalmente só era inventariada a produção que existia nas propriedades quando da realização do inventário.[289] Com as criações dava-se o mesmo, embora esse tipo de produção fosse menos susceptível à sazonalidade. Zephyr Frank notou que entre 1820 e 1850 a riqueza investida em rebanhos diminuiu nos termos de São João e São José. Apoiado no importante estudo de Graça Filho, Frank argumenta que os investimentos foram canalizados para a constituição de redes de crédito e

[288] BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica:* demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.248. O autor afirma: "Em uma década o valor médio dos escravos na melhor idade produtiva quase dobrou, passado de 164$000 em 1820 para 326$000 em 1830...". Entre as páginas 252-255, Begard sustenta também que a alta rentabilidade do escravo foi mais importante do que o risco de fechamento do tráfico para explicar o aumento dos preços.

[289] OSÓRIO, Helen. *O Império português ao sul da América:* estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, p.106.

comércio, enquanto a economia pastoril foi sendo deixada de lado.[290] Na verdade, essa deve ter sido uma tendência exclusiva da vila de São João, onde os grandes comerciantes passaram a intermediar o gado vindo de outras regiões do oeste mineiro para o Rio de Janeiro. Entre fins do século XVIII e a primeira metade do XIX os inventários da freguesia de São José passaram a registrar com mais acuidade a riqueza em produção e rebanhos que aumentou nos inventários de todos os portes.

A participação de créditos e dinheiro aumentou muito ligeiramente, mas sua importância para as relações de mercado é fundamental. A moeda era uma forma de riqueza, de fato, pouco presente, mas que se tornou mais comum na década de 1830 nos inventários de todos os níveis de riqueza. De qualquer forma, como estudos recentes têm demonstrado, a baixa presença de moeda parece ser compensada pela atuação de instrumentos informais de crédito, fundamentais para o financiamento da produção no interior.[291] O quintil superior dos inventariados detinha cerca de 90% dos valores em dívidas ativas nos dois momentos analisados, sinal de uma extrema concentração do fornecimento de crédito. Claramente eram os proprietários mais ricos que dominavam o fornecimento do crédito informal registrado nos inventários de São José, embora esse componente da riqueza não fosse o mais substancial na composição de seus patrimônios.[292] Os inventariados com patrimônios intermediários e os do quintil mais pobre, não obstante dividissem não mais do que 10% de todo o valor dos créditos, viram a importância desse ativo em suas fortunas aumentar com a passagem do tempo.

Haveria uma expansão do crédito informal na freguesia de São José entre fins do século XVIII e a primeira metade do XIX? As pistas oferecidas pelos inventários não apontam nesse sentido. No próximo capítulo, a análise das dívidas registradas em inventários nos mostrará que as práticas informais de crédito estiveram muito difundidas ao longo de todo o período. Possivelmente, os pequenos proprietários tornaram-se mais visíveis nessas práticas nos anos de 1830 não exatamente fornecendo empréstimos (isto é, como usurários, uma atividade que, como notaremos estava ligada a agentes mais ricos), mas realizando vendas e serviços a prazo. As informações sobre a natureza das dívidas registradas nos inventários, no entanto, são escassas e não é possível adiantar uma conclusão definitiva.

[290] FRANK, Zephyr. Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil, 1815-1860. História econômica & História de empresas. Vol. IX, Nº 2, pp.5-48, 2006 p.31 e p.47. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002.
[291] Idem.
[292] Salvo alguns casos específicos que serão comentados no capítulo seguinte.

Finalmente a riqueza em bens móveis – categoria em que incluímos artefatos de uso pessoal, mobiliário, mas também ferramentas e equipamentos de produção – ampliou-se nos inventários do quintil superior, onde o gasto com pertences pessoais decolou na primeira metade do século XIX. Nos inventários do quintil inferior o crescimento proporcional da riqueza em bens móveis deve-se à menor participação de escravos no patrimônio desse grupo, o que sobrevalorizou as demais formas de riqueza. Para os inventários de patrimônio intermediário, o aumento do valor dos escravos – principal meio de produção – não permitiu a expansão dos bens móveis.

Em linhas gerais, os investimentos entre os períodos da amostra de inventários concentraram-se nos fatores de produção (sobretudo nos cativos) como forma de melhor aproveitar o dinamismo do mercado interregional na época Joanina e no pós-independência. A alocação de recursos em força de trabalho e imóveis foi a estratégia mais adequada dos produtores na freguesia de São José de responder às oportunidades de mercado, muito embora as vantagens distribuídas pela participação nessa economia não fossem sentidas equitativamente pelos produtores.

5.2. Composição social dos grupos de riqueza

5.2.a) Os 20% mais pobres

No final do século XVIII, os inventários classificados entre o quintil mais pobre eram de proprietários com forte presença de homens brancos e portugueses e suas viúvas. Poucos descendentes de escravos negros ou pardos foram inventariados ou identificados como tais em outras fontes, já que os inventários não informam sobre condição. Não se trata aqui de uma suposta maior pobreza dos negros e pardos livres. Como vimos, pelo menos um em cada três senhores de escravos assinalados no Rol de Confessados de 1795 e um quarto nas listas nominativas de 1831 era preto ou pardo. Ao mesmo tempo, a realização de um inventário não era obrigatória para todos os proprietários. Os inventários de que nos valemos não cobrem um quinto das mortes de proprietários esperadas em seus respectivos períodos de cobertura. Originalmente, as Ordenações Filipinas obrigavam a execução do inventário pelo Juiz de Órfãos no caso da morte de cônjuge ou genitor com filhos menores de 25 anos.[293] No final do século XVIII, sem que tenhamos uma explicação formulada a respeito, proprietários negros e libertos realizaram poucos inventários. Após a independência, a produção de inventários

[293] *Ordenações Filipinas*, Liv. 1, Título LVXXXIII.

tornou-se mais comum, com a inventariação mais frequente de pequenas fortunas e o aumento da presença de pardos e negros.

Alguns casos especiais somam elementos que ajudam a caracterizar os proprietários que estavam na base da distribuição do patrimônio inventariado na passagem do século XVIII para o XIX. O pequeno conjunto de inventariados que forma o primeiro patamar de riqueza inventariada no período 1795-1809 não era exatamente pobre. Na verdade, só o fato de que tenham legado inventário de seus bens já os distinguem da grande maioria dos moradores da freguesia de São José, embora nem todos os proprietários tenham realizado inventários, como já nos referimos. De qualquer forma, 14 entre 17 tiveram escravos registrados entre seus bens, o que já os coloca na metade proprietária de cativos registrada no Rol de Confessados de 1795.

Os inventariados que estão no quintil mais pobre de nossa amostra para o fim do século XVIII em geral possuíam escravos entre seus bens. Como o caso de Francisco Rodrigues Duarte, um homem branco, casado, senhor de três escravos segundo as informações do Rol de Confessados. Em 1806, quando seu inventário foi aberto, poucos meses após falecer com 58 anos, sua posse de cativos havia duplicado: então possuía seis cativos, dos quais três eram crianças, que representavam 550 mil de um patrimônio avaliados em 572 mil reis.[294] O sr. Francisco não possuía terras, nem outro imóvel sujeito à avaliação. O resto do valor do inventário era de instrumentos de trabalho rural, uma roda de fiar e um cavalo. Como ele conseguiu duplicar sua posse de cativos, então? Através da reprodução interna. Em 1799 casaram-se seu escravo benguela Manoel, então com 33 anos, e a parda Maria Antônia, de apenas 13 anos – se as idades oferecidas pelo Rol dos Confessados estiverem corretas.[295] Não há registros de batismo, tampouco menção no inventário, mas é muito possível que as duas crianças cabras assinaladas no arrolamento de bens sejam filhos desse casal. As idades de Teresa de 06 e Felipe de 03 anos anotadas no inventário conferem com o casamento dos pais em 1799. A escravaria ainda foi incrementada com o nascimento de Bárbara em 1802, filha da escrava parda Maria Joaquina.[296]

José Martins Moreira, homem branco, viúvo, quase centenário, vivia no arraial do Bichinho acompanhado de dois rapazes que lhe foram expostos, de acordo com as

[294] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. DUARTE, Francisco Rodrigues. Cx.412, 1806.
[295] APDSJDR, Casamentos, Lv. 26, fl. 125.
[296] APDSJDR, Batismos, Lv. 10, fl. 83v.

informações do Rol de Confessados de 1795. Ao ter inventário aberto, em 1799,[297] suas posses dividiam-se entre os quatro escravos que viviam no seu domicílio – quatro crioulos, duas crianças com 11 e 12 anos e dois cativos com mais de 40 –, alguns trastes de casa, e apenas uma dívida no valor de 420 mil réis, que representava 60% do valor do inventário.

De acordo com o Rol dos Confessados de 1795, Francisco de Souza Maya era um homem branco, casado, com filhos ainda jovens e senhor de apenas dois escravos, dois Franciscos, um benguela e outro angola de, respectivamente, 68 e 55 anos. Segundo seu inventário, aberto em 1804, ficamos sabendo que o Sr. Francisco era português, dono do sítio "Retiro dos Cuidados" na beira da Picada de Goiás, onde produzia milho (possuía 15 carros no inventário), criava porcos (24 cabeças) e algumas vacas (04 cabeças). Nesse momento, já não possuía nenhum escravo. Sua escravaria masculina não oferecia oportunidades de reprodução.

O também português Antônio Martins Ramos, antes de morar na freguesia de São José, viveu algum tempo na região do Curral del Rei, onde casou-se e enviuvou. Deve ter chegado à região do Rio das Mortes em algum momento da década 1770, trazendo consigo ao menos dois filhos.[298] Ele casou-se em segundas núpcias com Ana Maria de Andrade pouco antes de 1778, quando nasceu o primeiro filho do casal.[299] Ana Maria de Andrade era, também ela, viúva. O inventário aberto por ocasião da morte de seu primeiro esposo, com data de 1777 – o que nos leva a pensar que ela não esperou muito tempo antes de casar-se novamente –, mostra um família próspera, que cultivava milho, feijão, criava porcos (havia mais de 150 deles) e, possivelmente, negociava a própria produção em mercados distantes, visto possuir sua própria tropa de mulas. Tudo isso tocado com o trabalho de seis escravos, todos africanos.[300] Antônio Martins Ramos faleceu em 1793 e Ana Maria de Andrade, novamente viúva, foi arrolada no Rol de 1795 comandando um fogo grande, com quatro filhos, dois agregados e três escravos – dois africanos com mais de 40 anos e um crioulo com apenas 9. Quando o inventário de Antônio foi aberto em 1796, já não havia escravos, mas talvez isso deva-se à informalidade do documento e a uma omissão deliberada de bens.[301] O inventariante, genro de Antônio, alegou que os bens que ficaram eram "poucos e de baixo valor" e que "não admitem despesa" com o

[297] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. MOREIRA, José Martins. Cx.539, 1799.
[298] APDSJDR, Casamentos, Lv. 24, fl. 11 e Casamentos, Lv. 24, fl. 47. Através desses registros de casamentos dos filhos de Antônio Martins Ramos é que soubemos de seu primeiro casamento com Fernandes da Silva e que seus filhos foram batizados na freguesia do Curral Del Rei.
[299] APDSJDR, Batismos, Lv. 7, fl. 560v.
[300] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. BASTO, José Coelho de Ribeiro. Cx.552, 1777.
[301] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. RAMOS, Antônio Martins. Cx. C-25, 1796.

pagamento de louvado para proceder à avaliação. Assim, apenas foi declarado o valor da fazenda da Boa Vista e nenhuma outra propriedade ou pertence. A modicidade do inventário e seu baixo valor colocaram esse personagem no quintil mais pobre da nossa amostra de inventariados, mas ele, assim como a maior parte dos proprietários com inventários abertos entre 1795 e 1809, tinha experiência com a escravidão, vivenciou relações escravistas, posicionou-se como senhor em algum momento de sua trajetória. No entanto, o casamento do português errante com a viúva bem situada deu origem a uma longa descendência de pequenos produtores sem escravos que se organizaram quase que em comunidade nas terras da fazenda Boa Vista, no arraial de Cláudio, até meados do século XIX. Infelizmente, não encontramos mais nenhum inventário dos membros desse grupo familiar, mas os registros de seus domicílios nos censos da década de 1830 mostram que viviam em fogos muito próximos.

O português João Fernandes de Araújo, casado e morador do distrito da vila, aparentemente passou por um processo de empobrecimento semelhante ao descrito acima. Segundo o Rol de Confessados de 1795, no seu fogo habitavam 13 escravos com mais de sete anos (apenas dois crioulos, os demais africanos), os quais foram reduzidos a apenas seis, contados no inventário de 1806.[302] No seu caso, negócios mal-sucedidos, dívidas não recebíveis e a dispersão da fortuna entre parentes e herdeiros que não entraram com a colação dos bens na inventariação reduziram seu patrimônio. Seus imóveis – duas casas na vila e uma chácara – e as descrições de um rico mobiliário dão conta de que João Fernandes, nos seus dias áureos, certamente não poderia ser classificado no quintil mais pobre de proprietários.

Em linhas gerais, os proprietários inventariados no quintil mais pobre do período 1795-1809 apresentavam mais riqueza do que, pelo menos, a metade dos fogos Rol de Confessados recenseados sem escravos. Quase todos nossos inventariados do quintil mais pobre eram escravistas e, para aqueles que fomos capazes de acompanhar algo da sua trajetória, todos tiveram, em algum momento de suas vidas, propriedade mancípia. Os breves fragmentos de trajetórias indicam também que, dentre esses senhores mais pobres, aqueles que aumentaram suas fortunas foram os que registraram nascimentos em seu plantel, enquanto donos de escravarias predominantemente africanas experimentaram decadência.

As mudanças ocorridas com a independência e a reorganização burocrática do Estado propiciaram melhor e mais ampla inventariação dos proprietários na primeira metade do século XIX. Os inventários abertos na freguesia de São José entre 1830-44 representam muito

[302] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. ARAÚJO, João Fernandes de. Cx. 350, 1806.

melhor os donos de pequenas fortunas do que os documentos do período anteriormente analisado. Para o quintil de inventariados mais pobres no período 1830-44 podemos perceber uma maior diversidade de cor e ligações mais tênues com a propriedade escrava. De fato, os 20% mais pobres do período, em sua maioria, não têm escravos e poucos têm terras. O inventário do carpinteiro Elias José de Sousa, aberto em 1835, é representativo do grupo: parcos bens, apenas um escravo idoso e uma casa na vila.[303] Elias era pardo e, segundo as listas nominativas de 1831, tinha mais de 70 anos e era viúvo. Vivia num domicílio com uma filha também viúva, netos, um filho casado, a nora e o escravo João "africano" de 50 anos. Todos os membros adultos do fogo tinham ocupação, sendo que o filho de Elias era um sapateiro e chicoteiro, e todas as mulheres trabalhavam como fiandeiras.[304] Não foi descrita a posse de terras no inventário de Elias, apenas uma casa na vila. Seu domicílio sustentava-se com a produção artesanal. Talvez o escravo pudesse ser alugado, ou era usado como ajuda nas atividades artesanais, ou ainda as duas coisas. João "africano" (no inventário sabemos que era um cabinda) era o bem mais valioso do pequeno patrimônio de Elias e deve sido um grande investimento daquela família.

Da mesma forma, o alfaiate Manoel Teixeira Vilela, um crioulo, morador no arraial de Oliveira, não teve mais bens inventariados do que seus instrumentos de trabalho ("tesouras de alfaiate") e a casa em que vivia em companhia das filhas e netos.[305] Sem nenhum escravo, todo o trabalho de sustento do domicílio ficava por conta dos moradores. É possível que os membros femininos da casa auxiliassem Manoel com as costuras, ou se empregassem nas universais atividades de fiação e tecelagem.

João Antônio dos Santos, homem branco e casado, morador no arraial de Pe. Gaspar teve seu inventário aberto em 1831. O documento registra os instrumentos de trabalho na roça, um sítio com terras de campos e um alqueire de cultura e um cativo, Januário, crioulo de 30 anos.[306] Pouco depois da morte de João Antônio, seu domicílio foi recenseado nas listas nominativas do mesmo ano e, neste documento, podemos observar que a viúva de João tinha como ocupação "agência", possivelmente retirando renda do aluguel de seu único escravo,

[303] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. SOUZA, Elias José de. Cx.237, 1835.
[304] Lista Nominativa de 1830, Vila de São José, fogo 65.
[305] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. VILELA, Manoel Teixeira. Cx.285, 1838. Lista Nominativa de 1831, Oliveira, quarteirão 07, fogo 08.
[306] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. SANTOS, João Antônio dos. Cx.508, 1831.

enquanto o filho Candido de 24 anos era ocupado "na roça" e a filha Rita, de apenas dez anos, era fiandeira, mostrando como era precoce o emprego da força de trabalho disponível.[307]

Um último caso nos permite visualizar processos de ascensão social e material da população pobre de São José. No ano de 1830 foi aberto o inventário de Ana Joaquina dos Santos registrando não muito mais do que 300 mil reis.[308] Ela produzia sem a ajuda de escravos, como a maioria dos proprietários na base da riqueza inventariada no período 1830-44. Contudo, seus bens não se reduziam a ferramentas e instrumentos de trabalho. Constavam no documento machados, enxadas, um tear e uma roda de fiar – menções perenes em domicílios com trabalho feminino. Havia também 4,5 braças de terras e alguns animais, 5 vacas, duas novilhas e duas porcas. Contudo, foram arroladas muitas jóias no inventário dessa parda, além de três oitavas e 12 vinténs de ouro. Mas a história de ascensão não é de Ana Joaquina, e sim do seu esposo, o pardo forro Manoel Francisco de Paula. Manoel e Joaquina eram casados desde 1825, constando no assento de matrimônio que Manoel estava na condição de "quartado" quando se uniram.[309] Porém, a relação dos dois deveria ser mais antiga, pois todos os quatro filhos do casal nasceram antes do casamento, possivelmente com Manoel ainda no estado de cativo. As quatro crianças foram batizadas como filhos naturais e não tiveram o nome do pai assinalado nos assentos paroquiais, mas foram descritos no inventário de Ana Joaquina como filhos legítimos do casal. O casamento e o trabalho da esposa devem ter sido fundamentais no caminho de Manoel Francisco rumo à liberdade, somando recursos para o pagamento da sua quartação. Um ano após a morte de Ana Joaquina, Manoel Francisco foi registrado na lista nominativa de 1831 como pardo viúvo, sem informação de condição – como todos os libertos anotados neste documento – vivendo de seu ofício de alfaiate.[310]

Alguns anos mais tarde, em 1838, Manoel casou-se novamente, agora com a parda Claudina Maria do Sacramento com quem teve mais seis filhos. Claudina era neta do licenciado Tomás Gomes da Silva, fornecedor local de crédito e senhor de cinco escravos – os quais deveriam executar trabalhos de alfaiataria, sangrador e carpinteiro, dada a existência de ferramentas desses ofícios em seu inventário.[311] Embora a fortuna do licenciado tenha se dispersado entre os vários herdeiros de seus dois casamentos, talvez o consórcio com

[307] Lista Nominativa de 1830, Pe. Gaspar, fogo 76.
[308] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. SANTOS, Ana Joaquina dos. Cx.287, 1830.
[309] APDSJDR, Casamentos, Lv.26, fl.122.
[310] Lista nominativa, vila de São José, fogo 166.
[311] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. SILVA, Tomás Gomes. Cx.532, 1801.

Claudina tenha agregado algum pecúlio à propriedade do nosso pardo forro Manoel Francisco de Paula. No ano de 1838 ele apareceu na lista nominativa da vila de São José casado com Claudina, então exercendo a ocupação de "merceeiro" com loja de "venda da terra" e senhor de uma escrava, Maria, crioula de 58 anos.[312] Neste documento ele foi registrado como pardo livre, isto é, com a deliberada transformação de seu *status* de forro. A união de Manoel e Claudina também foi breve: ela faleceu em 1847 e seu inventário registra a progressão material do casal. Além da escrava Maria crioula, Manoel ajuntou a seus bens desde a morte da primeira mulher imóveis e terras – uma morada de casas na rua da câmara, uma chácara no chafariz, uma pequena chácara no Pacú – onde deveria produzir os gêneros que colocava a venda. O valor total de seus bens o colocaria no setor de riqueza intermediária do recorte 1830-44. Manoel Francisco de Paula claramente não era um "*self-made man*". Ele contou com o auxílio de uma primeira esposa empreendedora para alcançar a liberdade e com o pecúlio trazido à sua administração pela segunda esposa. Os breves fragmentos de sua trajetória servem para reafirmar a importância do matrimônio e da gestão doméstica da propriedade para as vidas dos pequenos produtores.

5.2.b) Os proprietários de riqueza intermediária.

O domicílio de Baltazar Teixeira de Carvalho em 1831 é um bom exemplo de como o trabalho feminino, rotineiramente ligado aos têxteis, gerava renda. Segundo as listas nominativas, Baltazar vivia no fogo 56 do distrito da Lage, um fogo habitado por pardos, sem a presença de escravos, mas com filhos e noras para prover trabalho. Baltazar foi descrito como "roceiro" no censo, mas os membros femininos do domicílio se distribuíam por outras ocupações: sua esposa Teresa era costureira, filhas e noras eram fiandeiras e tecedeiras. No seu inventário aberto em 1836, com bens avaliados em não mais do que 2,5 contos de réis, percebemos a presença de pequenas criações – 5 bois, duas vacas, 3 porcas paridas com 12 leitões – possivelmente destinada à manutenção da família, uma chácara "ao pé do arraial de Prados", a morada de casas com paiol e moinho. Havia no inventário, realizado cinco anos após as listas nominativas, dois escravos novos – Antônio Cabinda de 16 anos e Maria cabinda de 18 – que não foram registrados no censo de 1831.[313] Juntos os escravos valiam quase a metade dos bens inventariados. Não é exagero imaginar que foram as vendas de tecidos que proveram os recursos para sua compra. Enquanto Baltazar produzia os

[312] Lista nominativa, vila de São José, quarteirão 02, fogo 09.
[313] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. CARVALHO, Baltazar Teixeira de. Cx.291, 1836.

mantimentos que sustentavam os moradores de sua casa, o trabalho de sua família gerou a renda necessária para aquisição dos dois africanos novos. Esse caso é um dos mais ilustrativos de como a dinâmica economia rural da freguesia de São José abriu oportunidades econômicas para artífices e outras pessoas ocupadas no artesanato e da organização das atividades produtivas no domicílio para reduzir os custos de sua manutenção e potencializar os ganhos de sua inserção no mercado.

O grupo de proprietários de riqueza intermediária era amplo e diversificado. Nele, encontramos descendentes de escravos em processo de ascensão social com mais facilidade. Um bom exemplo é o do pardo capitão Agostinho Correa Paes. Em 1806, quando sua esposa faleceu e se procedeu ao inventário dos bens do casal, foi possível conhecer alguns aspectos de sua vida material. Agostinho e sua família viviam na vila de São José, na rua direita, em uma morada de casas assobradada. Além desse imóvel, Correa Paes possuía uma "morada de casas cobertas de telha com seu quintal nos subúrbios da vila na paragem chamada o Areião", onde possivelmente praticava alguma agricultura, já que o inventário descreve alguns instrumentos de cultivo (02 enxadas e um machadinho), além de tachos de cobre, comumente empregados no preparo de doces, farinha, derivados de cana-de-açúcar e outros. Talvez Paes também se dedicasse ao comércio, ou negociava os produtos de sua produção na vila de São José. No começo do século XIX, quando três grandes lavradores tentaram monopolizar o abastecimento de víveres na vila através de um sistema de celeiros, o capitão Agostinho Correa Paes foi um dos signatários que peticionaram ao governador da capitania contra a proibição do comércio de pequenos produtores na vila.

Mas suas atividades não paravam aí. Entre os oito escravos do capitão figurava José crioulo, conhecedor do oficio de alfaiate. Não é difícil imaginar que o Capitão Agostinho oferecesse os serviços do seu escravo à clientela da vila (e, obviamente, ficasse com a renda do trabalho, ou parte dela).[314] Além de instrumentos de alfaiataria, no inventário há a menção

[314] Trata-se de deduções possíveis dentro das margens estabelecidas pela bibliografia, uma vez que não encontramos documentação que ilumine os tratos entre o Capitão Agostinho e seus escravos. Uma ampla bibliografia atesta a capacidade de os escravos gozarem de alguma autonomia no desempenho de seus ofícios e acumularem algum pecúlio. Tais possibilidades estariam mais presentes nas áreas urbanizadas, mas elas também se apresentam no universo rural. Sobre as famosas negras de tabuleiro, expressão mais viva da autonomia escrava em áreas urbanas ver: FARIA, Sheila de Castro. Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX). In SILVA, Francisco; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (org's.). *Estudos sobre história e educação* – homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001 e FIGUEIREDO, Luciano R. *O Avesso da memória*. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio, Ed. UNB, 1993. Sobre os espaços de mobilidade dos escravos no ambiente urbano ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; para a mobilidade em áreas rurais ver LARA, Silvia Hulnold. *Campos da violência:* escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e FERREIRA, Ricardo

a um tear aparelhado e três rodas de fiar. E também instrumentos musicais, sugerindo que os escravos fossem alugados como músicos em festas religiosas ou civis.[315] A reduzida, mas versátil escravaria do capitão Agostinho era empregada numa multiplicidade de tarefas – na tecelagem e fiação, no trabalho doméstico e no trabalho da roça – e lhe garantiu figurar no grupo de proprietários com riqueza intermediária da freguesia, um setor que dependia fortemente do trabalho escravo. Afinal, a escravaria era o ativo mais importante dos proprietários de riqueza intermediária e foi muito comum encontrarmos em seus inventários ou nas listas nominativas cativos com ocupação especializada. A venda dos serviços dos escravos era uma importante fonte de renda e esses cativos sustentavam as ambições de ascensão de seus senhores.

Além de homens pardos em ascensão, como o citado capitão Agostinho Côrrea Paes, os inventariados de patrimônios intermediários envolviam também descendentes da elite proprietária que foram surpreendidos pela morte enquanto avançavam sua riqueza ou não conseguiram restabelecer o nível de fortuna dos pais. Um caso é o de José Ferreira Pacheco, falecido em 1804 no arraial de Oliveira, filho de um proprietário do decil mais alto de riqueza no período 1795-1809, o português Manoel Ferreira Pacheco.[316] O domicílio de José Pacheco foi registrado no Rol de Confessados de 1795 com quatro escravos, mas, em virtude de dois filhos gerados pela cativa Maria e da compra de mais dois cativos novos, sua escravaria dobrou pelo ano da abertura do inventário.[317] A aquisição dos escravos novos foi realizada localmente e à prazo: Pacheco tinha um débito de 400 mil réis com o negociante José Esteves de São Francisco por "dois escravos novos que lhe comprou". Com o trabalho dessa escravaria, ele plantava milho (80 carros arrolados no inventário), criava gado vacum (44 cabeças), ovino (18 animais) e suíno (68 cabeças). Como a escravaria era limitada e jovem, José adquiria os serviços que precisava contratando oficiais da vila de São José. Seu inventário registrou dívidas passivas pelos serviços de ferreiro desempenhados pelos escravos de Manoel Esteves de São Francisco e Francisco de Souza Bastos. A maior parte da riqueza

---

Alexandre. *Senhores de poucos escravos:* cativeiro e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: UNESP, 2005. Para as possibilidades de acumulação dos cativos ver a importante noção de economia interna dos escravos desenvolvida em MACDONALD, Roderick. *The economy and material culture of slaves:* goods and chattels on sugar plantations of Jamaica and Louisiana. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1993.

[315] Situação que se assemelha à de Antônio Dutra, africano forro que constituiu seu patrimônio na corte do Rio de Janeiro ao longo da primeira metade do século XIX oferecendo os serviços de seus escravos barbeiros, músicos, lavadeiras etc. Ver FRANK, Zephir L. *Dutra´s world*: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

[316] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. PACHECO, José Ferreira. Cx.494, 1804. PACHECO, Manoel Ferreira. Cx.368, 1804.

[317] Rol de Confessados, Oliveira, fogo 128.

de José Pacheco era sua fazenda do Paiol no arraial de Oliveira, dotada de currais, cercas e várias benfeitorias para processamento da produção. José Pacheco foi o único dos filhos de Manoel Ferreira de Pacheco que não fixou residência próximo do pai no arraial de São João Batista. Migrando para Oliveira, ele possivelmente estava atrás de terras e as obteve. José estava em pleno processo de constituição de seu patrimônio quando faleceu, antes do pai. Assim, sequer teve oportunidade de usar a herança paterna para ampliar seus negócios.

5.2.c) A elite proprietária: o quintil mais rico dos inventariados

De forma geral, os inventariados no quintil mais rico formavam um grupo bastante homogêneo, certamente mais homogêneo do que o amplo grupo de proprietários de riqueza intermediária – que no nosso recorte abrange 60% dos processos de inventários. A maioria era branca, possuía terras, escravos e dívidas ativas. Alguns eram comerciantes e usurários. Para os inventários de fins do século XVIII e começo do XIX, grande parte era de origem portuguesa ou viúvas de portugueses. Quase todos esses proprietários foram facilmente identificados em outros documentos contemporâneos, além dos inventários. As famílias mais ricas eram mais estáveis e não abandonavam as condições materiais e as relações sociais que sustentavam sua posição. Assim, participavam dos negócios da Câmara, apadrinhavam, serviam de procuradores. Também chamavam mais atenção e, raramente, ficaram de fora dos censos.

Os grandes roceiros que em fins do século XVIII e anos iniciais do XIX desejaram monopolizar os celeiros da vila de São José estavam todos no grupo dos mais ricos proprietários da freguesia. O capitão Bernardo Homem da Silveira e Joaquim Rodrigues de Faria faleceram na década de 1800, enquanto o Sargento-mor Joaquim Pinto de Góis e Lara faleceu no anos 1830. Junta-se a esse grupo o nome do rico negociante e fazendeiro Gervázio Pereira de Alvim, português do qual descendeu uma próspera geração de comerciantes que ligaram diretamente suas fazendas na Comarca do Rio das Mortes ao mercado do Rio de Janeiro. Alvim aproximou-se de Góis e Lara através de uma bem calculada política de matrimônios que uniu vários de seus filhos. Em comum, além da posse de terras e larga escravaria, esses homens sustentavam patentes militares e, eventualmente, participavam da Câmara.

Seus casos mostram que o fundamento da riqueza patrimonial em São José a partir de fins do século XVIII estava nas atividades agrárias, notadamente a produção de mantimentos.

Todos esses quatro grandes proprietários tinham ampla produção de milho e feijão, extensa criação de suínos e gado vacum. E tão importante quanto a sua produção era a capacidade de colocar-se no mercado, o que foi um aspecto fundamental para criação e manutenção de sua riqueza. Como vimos, o debate sobre o controle dos celeiros para o abastecimento da vila de São José foi central na estratégia de grandes roceiros no começo do século XIX. Com a chegada da família real, a capacidade de se colocar no mercado assume ainda maior importância. Só que a partir de então, os grandes roceiros controlarão os meios de colocar seus produtos no crescente mercado fluminense sem ter que dividir a renda com intermediários.

O alferes Félix de Faria Lobato, um rico comerciante, também se assentou na Câmara onde esteve ao lado de Góis e Lara durante a controvérsia dos celeiros. Seu inventário, aberto em 1837, apresentava um perfil distinto dos demais grandes proprietários. No documento não aparecem listadas ferramentas, produção rural, animais, nem terras. Três quartos da sua riqueza eram dívidas a receber e pouco mais de um décimo era de dinheiro. Ele possuía uma loja, mas seu estoque não foi descrito no inventário. Tratava-se de negociante que praticava a usura. A ele deviam um número pequeno de devedores (14 no total), mas com débitos vultosos. Félix Lobato foi registrado no Rol dos Confessados com 40 anos chefiando o fogo 212 na vila de São José. Essa mesma fonte nos mostra que sua esposa era parda, assim como todos seus filhos. Na ocasião havia nove escravos em seu fogo. As listas nominativas de 1831 registraram novamente o fogo de Félix (nº 40 no distrito da vila), então com 77 anos. Seus filhos já estavam casados, exceto Francisco de Paula Lobato, que se tornou padre, e José Félix Lobato, que se casou após a morte do pai.[318] Toda sua família apareceu nessa fonte designada como "brancos". Alguns tornaram-se muito bem situados, como o comerciante Candido de Faria Lobato[319] e o também negociante Manoel Félix de Faria Lobato,[320] senhores de 14 e 6 escravos. Antônio Caetano Lobato teve um destino mais simples e apareceu na lista de 1838 como alfaiate, dono de dois escravos, no distrito de Passatempo.

O caso do alferes Félix de Faria Lobato aponta duas questões importantes. Em primeiro lugar, seus filhos comerciantes não habitavam o mesmo distrito que o pai. Possivelmente, evitando concorrência foram fazer seus negócios em outras áreas da freguesia, num padrão de assentamento que foge do estabelecido pelos proprietários de terras que assentavam seus

[318] APDSJDR, Casamentos, Lv.27, fl.105v.
[319] Lista nominativa de Oliveira, quarteirão 6, fogo 23, 1831.
[320] Lista nominativa de Lagoa Dourada, quarteirão 2, fogo 08, 1831.

filhos casados nas proximidades de suas fazendas. A segunda questão a destacar é que nem sempre os filhos da elite proprietária ocupavam a mesma posição dos pais. Num sistema de herança baseado na divisão igualitária dos bens a tendência era o fracionamento da propriedade ao longo das gerações, a não ser que fosse adotada alguma estratégia para privilegiar algum dos herdeiros na partilha. Como já comentamos, muitos dos proprietários que aparecem com riqueza intermediária – nos seis decis centrais da riqueza inventariada – eram descendentes desta elite proprietária.

Os descendentes de escravos entre a elite proprietária são poucos. Maria Rosa Moreira, por exemplo, era viúva do português alferes Manoel Gonçalves da Cunha, com quem teve nove filhos, todos casados à época de sua morte. Em 1795 Maria Rosa habitava o fogo 71 da aplicação do Carmo do Japão (atual Carmopólis de Minas) em companhia da filha Izabel Maria, ainda solteira à época, e mais doze escravos. Apesar da grande posse de cativos, Maria Rosa foi declarada no Rol de Confessados como sendo uma parda forra e sua filha como parda livre. Porém, no mesmo documento, alguns filhos de Maria Rosa foram registrados como brancos e outras filhas não tiveram a cor mencionada. José Gonçalves da Cunha, primogênito e único filho homem, morador do fogo 41 no Japão, foi declarado branco no Rol; ele era dono de 3 escravos e em seu domicílio vivia um casal de agregados brancos. Da mesma forma, a filha Ana Rosa da Cunha, moradora do fogo 73 do Japão, vizinha da mãe, foi designada branca. E ainda Luíza Gonçalves da Cunha, que vivia no fogo 86 de Passatempo, apareceu como branca nas páginas do Rol. Já Roza Gonçalves da Cunha, moradora no fogo 41 de Passatempo, não teve a cor discriminada.

Por que essa diferença no registro da cor se, afinal, Maria Rosa Moreira era a rica viúva de um português e senhora de escravos? Provavelmente aí pesou o fato de que ela vivia sozinha, sem um homem branco para assumir a direção do domicílio, enquanto suas filhas eram todas casadas com homens brancos e viviam em fogos escravistas. O filho José Gonçalves, embora fosse solteiro, tinha sob sua autoridade um casal de agregados brancos. Um último detalhe sobre esta proprietária trazido pelo inventário: no documento são listados 24 escravos, o dobro do que aparece em seu domicílio no Rol de Confessados.[321] A explicação é a reprodução interna: 10 dos 24 escravos inventariados tinham menos de 8 anos e, portanto, nasceram entre a data do Rol e a abertura do inventário. Existiam três casais de escravos africanos em sua posse que geraram todas essas crianças, o que foi fundamental para aumentar o valor dos bens de Maria Roza e incluí-la no quintil mais rico dos inventariados.

[321] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. MOREIRA, Maria Roza. Cx.432, 1802.

Maria de Souza da Conceição era outra mulher parda entre os proprietários mais ricos. No seu domicílio registrado pelo Rol de Confessados de 1795 ela vivia na companhia de cinco filhos solteiros, quatro mulheres e um homem, todos em idade superior a 40 anos e todos designados como pardos. Suas segundas núpcias foram com o português natural de Angra, Félix dos Santos Pereira que, para nossa sorte, legou inventário.[322] A comparação entre os inventários dos dois mostra que após o falecimento do marido em 1779, a riqueza do casal duplicou, em grande parte, graças à aquisição de escravos e à valorização das terras na sua fazenda da Intendência com a construção de benfeitorias. No inventário de Félix de 1779, há a descrição de grande produção de milho, arroz e centeio; eram criadas quase duas centenas de porcos e uma centena de ovelhas; parte do trabalho era executada por seis escravos, todos africanos. A fazenda da Intendência foi descrita como possuindo casa de vivenda, campos de criar, capoeiras e matos virgens. No inventário de Maria de Souza, aberto quase vinte anos depois em 1797, a produção do milho continuava, mas o arroz e o centeio foram substituídos pelo feijão e o algodão. Este último era processado nos teares da própria fazenda e, podemos presumir, era importante fonte de renda. A criação de suínos aumentou para duas centenas e meia, a de ovinos reduziu-se para metade, mas uma pujante criação de 70 cabeças de gado apareceu. A fazenda da Intendência continuava com reserva de terras virgens para expansão, mas agora era também provida de moinho, paióis e monjolos e foi avaliada no dobro do valor.

Maria Rosa Moreira e Maria de Souza da Conceição, foram as duas únicas inventariadas pardas que conseguimos localizar entre a elite proprietária de São José. A ausência de informação sobre cor nos inventários da elite proprietária, bem como nos censos que descrevem os fogos dos grandes escravistas não nos deve enganar sobre a presença de descendentes de escravos no seio das famílias mais ricas da freguesia de São José – a maior parte deles era, em verdade, descendentes longínquos. Identificá-los, porém, não é tarefa fácil, pois exige o cruzamento de várias fontes, sendo que algumas delas, como os registros paroquiais, costumeiramente omitem a cor de famílias importantes. Sabemos que existiam outras negras e pardas também ricas. Novamente vale citar a mina forra Rosa Moreira de Carvalho, senhora de mais de trinta escravos, mãe dos sete filhos do português Antônio Moreira de Carvalho, caso tivesse legado inventário de seus bens, certamente figuraria entre

[322] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. PEREIRA, Félix dos Santos; Cx. C23, 1779. CONCEIÇÃO, Maria de Souza da. Cx.538, 1797.

os mais ricos proprietários de São José.[323] O fato de que todas essas proprietárias tiveram relações com portugueses, na verdade, destaca a participação dos reinóis como homens ricos em Minas Gerais.[324]

Reconstituições detalhadas como a da descendência da negra mina Rosa Moreira de Carvalho, estudada pelo prof. Douglas Libby, nem sempre são possíveis e, mesmo quando o são, exigem do pesquisador uma boa dose de perseverança e talento. Em parte pela insuficiência desses valores, não fomos capazes de aprofundar com minúcias os estudos de caso abordados. Mas a construção de pequenas genealogias e o uso das bem detalhadas informações do Rol de Confessados de 1795 nos ofereceram elementos suficientes para afirmar que não foi apenas com o fornecimento de trabalho que a escravidão engendrou a elite econômica da antiga região mineradora de São José. Evidentemente, a exploração do trabalho escravo era o fator fundamental, o alicerce da riqueza dos grandes proprietários, invariavelmente escravistas. Mas o exame atencioso das famílias da elite, especialmente daquelas formadas por portugueses na segunda metade do século XVIII, mostra que, naquele contexto de carência de mulheres brancas, foi algo comum as relações entre reinóis bem sucedidos e mulheres pardas, libertas e escravas – ou seja, mulheres mais ou menos ligadas à escravidão. Os descendentes destes relacionamentos carregavam a cor parda ou negra que também remetia à escravidão, mas seu lugar social e a riqueza impulsionaram um processo de omissão da cor nos registros paroquiais e de branqueamento nas listas de população da década de 1830.

Um caso atinente é o do capitão Manoel Lobo de Castro, a maior fortuna inventariada na freguesia entre 1795 e 1809. Seu inventário, aberto em 1805, demonstrava um patrimônio constituído através da mineração e do fornecimento de crédito: com 60 escravos, pouco mais de meia centena de cabeças de gado, várias terras e águas minerais e milhares de oitavas de ouro concedidas em empréstimos.[325] Já comentamos que pouco antes de falecer, o português Manoel Lobo de Castro celebrou, em sua própria casa no arraial do Córrego, seu casamento com Ana Maria de Oliveira, com "dispensa" do vigário, por o noivo estar enfermo e em risco de morte e "já viver de portas adentro com a noiva com quem tem dois filhos".[326] Nas páginas

[323] LIBBY, Douglas C. e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Vária História*, Belo Horizonte, vol.01, n. 30, julho/2003, pp.112-149.
[324] ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.
[325] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. CASTRO, Manoel Lobo. Cx.504, 1805.
[326] APDSJDR, Casamentos, Lv.25, fl.110v.

do Rol dos Confessados de 1795 encontramos Manoel Lobo de Castro, então com 58 anos e vivendo sozinho em um fogo com 101 escravos.[327] Ana Maria de Oliveira, uma parda forra de 43 anos, vivia no fogo 107 da Matriz em companhia dos dois filhos do casal, Joaquim e Maria, e mais quatro escravos. Os assentos de batismos descrevem Ana Maria como parda, mas não mencionam a condição de forra. Ela deu a luz a quatro filhos entre 1773 e 1781: Joaquim, Maria, Joana e João Tomás;[328] apenas os dois primeiros foram reconhecidos por Manoel Lobo em seu inventário, inclusive com a promoção de dotes. Em nenhum dos registros de batismo consta o nome do pai, de modo que não sabemos se todos os quatro eram filhos do capitão Manoel. Tampouco sabemos se as crianças não reconhecidas vieram a falecer.

Das crianças reconhecidas sabemos que o filho Joaquim tornou-se padre, o vigário Joaquim José Lobo de Castro, e a filha Maria Severina desposou em 1801 José Esteves de São Francisco, homem viúvo, que assumiu os serviços de mineração do sogro.[329] Nas listas de 1831, José Esteves e Maria Severina eram donos de 57 escravos e tinham uma filha, Ana Rufina Esteves Castro. Tanto Maria Severina, quanto sua filha foram descritas como "brancas" neste documento.[330] Para finalizar esse caso, devemos mencionar que Ana Rufina, a neta de português e parda forra casou-se com um negociante português, Carlos Alexandre Romão Botrel. A partir daí, as informações sobre essa família cessam.

***

A temporalidade dos inventários faz esses documentos informarem mais sobre o passado do que exatamente da época de sua produção. Os inventários listam um conjunto de propriedades acumulado ao longo de uma trajetória, mas ao mesmo tempo não esclarecem muito sobre os caminhos da acumulação, já que apresentam uma realidade presentificada, um arrolamento sincrônico dos bens que são avaliados para a partilha. Assim, dos inventários que analisamos, aqueles abertos no período entre 1795 e 1809 provavelmente contam sobre a economia e a estrutura patrimonial dos proprietários da segunda metade ou último quartel do século XVIII. Os documentos abertos entre 1830 e 1844, por sua vez, referem-se a processos de gestão patrimonial ocorridos no primeiro quartel do século. Essa temporalidade distorcida fica clara quando percebemos que a maioria da elite proprietária do período 1830-44 ou já

[327] Rol dos Confessados, Matriz, fogo 597.
[328] APDSJDR, Batismos, Lv.06, fl.33, Batismos, Lv.07, fl.494 e 494v, Batismos, Lv.08, fl.37v.
[329] APDSJDR, Casamentos, Lv.24, fl.149v. Sobre a ocupação de José Esteves de São Francisco ver o seu domicílio na lista nominativa do distrito de São José, fogo 339.
[330] Lista nominativa da vila de São José, fogo 339.

tinha negócios na freguesia desde fins do século XVIII ou descende de outros ricos proprietários dessa época. Por exemplo, os grandes proprietários Joaquim Gonçalves de Gois e Lara, Gervázio Pereira de Alvim, Félix de Faria Lobato e Manoel da Costa Maia já estavam estabelecidos na freguesia e eram senhores de vários escravos – todos com planteis superiores a 10 "peças" – segundo o Rol de Confessados do ano de 1795. Quando encontramos seus inventários na década de 1830 seus planteis haviam se multiplicado muito e visualizamos uma riqueza pujante lastreada na produção de abastecimento, no comércio e/ou na usura.

O caso do capitão Manoel da Costa Maia é bastante ilustrativo. Como vários dos proprietários do quintil mais rico, Manoel era português, natural da freguesia de Santo Idelfonso da cidade do Porto. No ano de 1795 o Rol de Confessados registrou o então Furriel Manoel da Costa Maia vivendo como solteiro no fogo 500 da Matriz, dono de 14 escravos, sendo apenas uma mulher, e todos africanos. É impossível saber em que atividade ele empregava seu plantel, mas não parece desarrazoado imaginar que, como outros proprietários do seu porte, ele produzisse mantimentos, ou talvez, dada a alta masculinidade da escravaria, dedicasse-se à mineração. No ano de 1800 o já capitão Manoel casou-se com Dona Hipólita Justiniana Peregrina, de família rica, possuidora de mais de 40 escravos.[331] Em seu inventário aberto em 1831, o plantel do capitão Manoel da Costa Maia era de 23 escravos que produziam milho, fabricavam queijo, criavam suínos, equinos e um rebanho de mais de 400 cabeças de gado em uma grande fazenda paramentada com moinho, engenho, casa de queijo.[332] Sua produção era dirigida para vila Rica, onde Manoel também possuía imóveis, e, possivelmente, para o Rio de Janeiro – o principal mercado para os mantimentos da região após a chegada da Família Real. Além de dívidas ativas em quase dez contos de réis, o inventário registrou ainda três contos em apólices do Banco do Brasil, um investimento singular entre os proprietários da freguesia de São José que demonstra laços econômicos do Capitão Manoel da Costa Maia para além da região.

[331] Foram registrados 46 escravos no fogo chefiado pela mãe de Hipolita no Rol de Confessados de 1795. O inventário do pai de Hipólita, Capitão José Alves Lima, aberto em 1791 apresenta um monte-mor de seis contos de reis. Infelizmente o documento não descreve nenhum bem, só a declaração da esposa/inventariante de que "os bens que havia no seu casal eram uma escritura de venda, dívida e obrigação" e uma soma de mais de quatro contos em dívidas passivas. Provavelmente, a tal escritura – que não aparece transcrita no inventário, nem conseguimos localizar nos livros de notas – trata-se de um estratagema comum nas famílias ricas quando se deparavam com dívidas insanáveis ou desejavam evitar a fragmentação do espólio vinculando todo o patrimônio a um herdeiro: negociar a venda de todos os bens, em bloco, através de uma escritura. Um trabalho que discute essa prática no contexto mineiro é ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010. AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. LIMA, José Alves de. Cx.552, 1791.

[332] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. MAIA, Manoel da Costa. Cx. C16, 1831.

O tenente Antônio da Costa Maia, filho do sobrecitado capitão Manoel, também foi um dos ricos proprietários no quintil mais alto no período 1830-44. Ele foi listado em 1831 como "fazendeiro e engenheiro" no fogo 86 do distrito da Lage. Lá, na sua fazenda do Curralinho, avaliada em apenas Rs 245$000, sem nenhuma benfeitoria salvo as casas de vivenda, ele criava cavalos, gado vacum e alguns porcos e cabras. Tudo tocado por seus 14 escravos. Havia também um tear e quatro rodas de fiar operados por sua esposa, designada como "fiandeira e rendeira" no censo de 1831; mas ela certamente era auxiliada por escravas, já que seus filhos eram de tenra idade. Por fim, quase um quinto de seu patrimônio era de dívidas ativas.[333] O baixo valor em bens de raiz deste inventário, em contraste com a larga produção agropecuária, chama atenção. Possivelmente, Antônio da Costa Maia operava nas terras de seu vizinho e inventariante, Antônio Gonçalves da Costa, um fazendeiro dono de 51 escravos e possuidor de mais de 44 contos de réis em várias terras na paragem do "Curralinho" do distrito da Lage.[334] Todavia, não fomos capazes de identificar se havia ligação familiar entre esses dois personagens.

A trajetória da família Maia ainda serve para destacar dois aspectos característicos das famílias da elite proprietária. O primeiro é a sua tendência à endogamia social. Os três filhos caçulas do capitão Manoel da Costa Maia – Manoel, José e Joaquim – casaram-se com três irmãs filhas do negociante José Ferreira Rodrigues, este também mais um exemplar de rico proprietário que já atuava na freguesia desde fins do século XVIII. José Ferreira Rodrigues vivia na vila de São José em 1795 na companhia de apenas três escravos e um irmão. Em 1839 a abertura de seu inventário revelou uma fortuna composta de várias porções de terras situadas em diversas fazendas, imóveis, canaviais, engenho de cana, estoques de loja e 3,5 contos em dívidas ativas, montante suficiente para figurar no quintil mais rico dos proprietários da década de 1830.[335] Como ele ascendeu a essa condição não é possível saber. Mas ele dispensou bons dotes para seus genros da família Maia. A Joaquim da Costa Maia, casado com Gertrudes, concedeu quatro escravos e Rs 400 mil réis; já José da Costa Maia, casado com Hipólita, recebeu três escravos e 400 mil réis. Manoel da Costa Maia (filho), casado com Maria Antônia, foi o mais beneficiado: recebeu quatro escravos e mais 2,3 contos em dinheiro corrente.

[333] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. MAIA, Antônio da Costa. Cx.148, 1838.
[334] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. COSTA, Antônio Gonçalves da. Cx. 376, 1847.
[335] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. RODRIGUES, José Ferreira. Cx.219, 1839.

Apesar desse bom ponto de partida, posteriormente incrementado com a herança paterna, os Costa Maia acabaram estabelecendo domicílios com fortuna intermediária, considerando a posse de cativos como indicativo de riqueza. Manoel da Costa Maia (filho) parece ter sido o mais mal sucedido. Junto com o vultoso dote, ele recebeu uma loja no arraial de Prados, onde o encontramos vivendo no fogo 63 da lista de 1831, junto com a esposa e os quatro escravos do dote. Na data, Manoel foi registrado como "negociante". No entanto, depois da morte do irmão mais velho, o primogênito Antônio, Manoel apareceu na lista nominativa de 1838 vivendo no fogo 57 do distrito da Lage, contíguo à morada do senhor de terras Antônio Gonçalves da Costa, onde era "roceiro" e dono de oito cativos. Joaquim e José da Costa Maia foram ambos descritos como "administrador de fazenda" na lista de 1838 e residiam, cada qual, em um fogo ao lado de Antônio Gonçalves da Costa. Embora não tenhamos os inventários destes proprietários, a identificação de seus domicílios nas listas nominativas nos mostra padrões de posse de escravos consistentes com os inventários do grupo de riqueza intermediária, fato que nos chama atenção para uma segunda característica da elite proprietária: nem todos seus descendentes mantiveram o padrão de fortuna, embora decididamente não caíssem na pobreza.

Manoel Fernandes dos Santos, natural da freguesia de São José, teve uma trajetória ascendente entre fins do século XVIII e meados do XIX. Vindo de uma família remediada, presente entre os inventários de nível intermediário de riqueza do período 1795-1809, ele conseguiu destacar-se entre o quintil mais rico dos proprietários do recorte 1830-44. Seu pai, o português Sebastião Fernandes Gandra, foi registrado no Rol de Confessados chefiando um fogo com 13 escravos no arraial de Passatempo. Em 1798 o inventário de Sebastião foi aberto demonstrando uma fazenda típica do setor de patrimônio intermediário: produção de bovinos, suínos, carneiros, milho, 15 escravos, uma fazenda "na paragem Morro do Ferro", com terras de cultura, paiol e moinho e poucas dívidas.[336] Tudo somado, o patrimônio beirava os quatro contos de réis, a ser dividido por quatro herdeiros, além da meação.

O ponto de partida de Manoel Fernandes em sua trajetória até se tornar um dos proprietários mais ricos dos anos 1830 não era lá muito promissor. No entanto, seu casamento, assim nos parece, foi um momento fundamental em sua trajetória de acumulação. Em 1787 ele celebrou suas núpcias com Ana Joaquina do Nascimento,[337] assim como ele originária de uma família remediada – em 1788 o inventário do pai de Ana Joaquina, André

[336] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. GANDRA, Sebastião Fernandes. Cx.586, 1798.
[337] APDSJDR, Casamentos, Lv.24, fl.26.

Martins Borges, acusava a produção de gado vacum, suínos, 8 escravos e a fazenda "Rio do Jacaré" no distrito de São João Batista, num total de 2,5 contos.[338] O que vale destacar é que, com o casamento, Manoel teve acesso à escravos da família da noiva: recebeu dois jovens africanos como dote e mais duas crioulinhas na herança da esposa que aparecem com ele no seu domicílio no ano de 1795. Seu inventário, aberto quarenta anos depois, mostra também que ele investiu especialmente em terras – entre campos e terras de cultura tinha a posse, tudo somado, quase mil hectares – além de ter recebido a parte principal da fazenda de seus pais, a "Morro do Ferro" em Passatempo.[339] O caso de Manoel Fernandes é um dos que melhor ilustra o quanto o acesso a condições de produção – terras e escravos – e dos meios de beneficiamento e transporte – moinhos, monjolos, fornos e tropas – foi importante na conjuntura de mercados dinamizados inaugurada com a vinda da Família Real para o Brasil. Evidentemente devem existir outros aspectos determinantes na trajetória bem sucedida desse proprietário que nos escapam pelas poucas fontes que temos em mãos. Mas, no quadro analisado e em contraste com outros proprietários cujas famílias não lograram a mesma fortuna, foi o acesso prévio a terra e escravos que permitiu o desenvolvimento da produção de mantimentos.

[338] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. BORGES, André Martins. Cx.569, 1788.
[339] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. SANTOS, Manoel Fernandes dos. Cx.235, 1836.

Capítulo 6. Dívidas: tocando os negócios na freguesia de São José

As dívidas eram comuns na economia mineira durante a escravidão, seguramente suprindo a pouca disponibilidade de meio circulante, como vimos, um ativo pouco presente na maior parte dos inventários. As relações de crédito frequentemente geravam conflitos que manifestam as noções básicas que ativavam as dívidas como um tipo de relação social. Por exemplo, em 1846, em Oliveira, Felipe de São Tiago Mesquita foi processado por adquirir a crédito várias qualidades de produtos e depois evadir-se para vila de Ouro Preto. Felipe foi registrado nas listas nominativas de 1838 como um jornaleiro pardo, [340] casado, morador nas vizinhanças do denunciante do crime, o negociante Theodozio da Costa Ferreira. Este solicitava a prisão de Felipe pelo crime de furto, acrescentando que ele teria agido de má fé com vários outros negociantes de Oliveira, mas não explicitava na denúncia quais outros negociantes, nem informava com precisão o montante do prejuízo que teve com as dívidas não saldadas. Felipe, no entanto, não foi julgado, pois as autoridades da vila de Ouro Preto foram incapazes de identificá-lo e prendê-lo.[341]

Outro caso ocorreu alguns anos depois, em 1849, no distrito de Passatempo, quando Francisco Antônio de Assis, conhecido vulgarmente por Francisco Feliciano (por ser filho de Feliciana de Tal), foi acusado de ter falsificado uma carta e a assinatura de Francisco de Santo Antão Abade, lavrador do mesmo distrito, a fim de obter por crédito a quantia de um conto de réis a Manuel Félix de Faria Lobato. Já abordamos a família de Manoel Félix anteriormente e, como vimos, seu pai havia feito fortuna através da usura e foi um dos homens mais ricos da freguesia de São José na década de 1830. Manoel Félix residia no distrito de Lagoa Dourada, era negociante e lavrador e fornecedor local de crédito. Ele desconfiou da carta que Francisco Feliciano portava e não concedeu imediatamente o crédito solicitado; mais tarde, descobriu que a carta era forjada e comunicou o fato à Francisco de Santo Antão Abade que procurou a Justiça. Francisco Feliciano foi processado pelos crimes de falsidade e estelionato e condenado à prisão.[342]

As ocorrências descritas revelam um aspecto central do funcionamento do crédito no passado, qual seja o peso das relações pessoais. A historiografia tem insistido que em sociedades pré-capitalistas as práticas creditícias estavam imersas em relações pessoais e de confiança. Sem instituições específicas para o fornecimento de crédito, com a concentração de

[340] Lista nominativa do distrito de Oliveira, 1838, fogo 234.
[341] LABDOC/UFSJ. Fórum de Oliveira. Processo-crime 04-100, 1848.
[342] LABDOC/UFSJ. Fórum de Oliveira. Processo-crime 05-130, 1849.

riqueza em poucas mãos e a constante intervenção das instituições políticas na economia, o mercado de crédito dependia do conhecimento mútuo entre os agentes da relação. A análise do termo *crédito* nos dicionários da época mostra que a palavra estava mais ligada à ideia de confiança – "fé que se dá a alguma coisa", "estimação" – do que a uma atividade econômica. O negociante Theodozio Ferreira vendia a crédito para o seu vizinho lastreado nessa confiança. Sua reticência em participar os valores dos débitos sugere que não eram tão altos assim (em se tratando de dívidas de rol, isto é, de compras, os valores raramente eram elevados) e que a denúncia criminal se justificava antes pela quebra da confiança depositada do que pelos valores envolvidos. No segundo caso, uma carta de recomendação, o apadrinhamento de um fazendeiro, referendaria o acesso a um conto de reis, não fosse a astúcia do experiente usurário. Logo, as dívidas referiam-se tanto ao empenho de bens e recursos, quanto ao empenho da honra. Essa relação seria direta entre devedor e credor e dependeria do nível de informações sobre a vida financeira de quem pede o empréstimo, bem como da distância social entre as partes.[343]

Outra dimensão envolvida nas práticas de crédito é o prestígio social que elas poderiam render aos emprestadores.[344] Não era raro que grandes fornecedores de crédito tivessem dezenas, às vezes centenas de devedores. Perceber o peso das relações pessoais na circulação do crédito é fundamental por, pelo menos, dois motivos: em primeiro lugar, porque representa um exercício de alteridade ao reconhecer que o mercado em diferentes formações sociais era regido por outras normas; em segundo, porque demonstra limitações não-materiais à atividade econômica, as quais em análises mais compartimentadas não seriam percebidas.

Que papel, dentro das limitações de um "mercado imperfeito", o crédito teve na economia escravista? Os estudos mais recentes apontam que as vendas a prazo e o fornecimento de empréstimos foram responsáveis pelo incremento da circulação de bens e o

[343] Sobre os significados do crédito na sociedade colonial ver SANTOS, Raphael Ferreira. O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista. *In* CARRARA, Angelo Alves (Org.). *À vista ou à prazo:* comércio e crédito nas Minas setecentistas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, pp.71-72. Sobre a importância da honra e da palavra nas relações de crédito ver ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra. Crédito e economia mineradora: endividamento e estratégias de circulação monetária dos agentes populares em Vila Rica (1730-1760). *In* BOLSONARO, Esmeralda B.; FERLINI, Vera Lúcia A. *História Econômica*. São Paulo: Alameda, 2006. Sobre a importância da circulação da informação para o mercado de crédito em uma sociedade pré-capitalista, ver ROSENTHAL, Jean-Laurent, HOFFMAN, Philip, & POSTEL-VINAY, Gilles. *Priceless Markets*: the Political Economy of Credit in Paris, 1660-1870. Chicago: The University Chicago Press, 2000, p.104-105.

[344] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, pp.75-76. Ver também o caso dos padres usurários da vila de Pitangui estudado em MILAGRE, Marcela Soares. *Entre a bolsa e o púlpito*: eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793). Dissertação (Mestrado em História). São João del Rei (MG): DECIS/ UFSJ, 2011, pp.107-120.

financiamento de muitas atividades econômicas em ambientes com baixa monetarização. A pesquisa de Zephyr Frank sobre a evolução da riqueza no sudeste brasileiro no século XIX, por exemplo, demonstrou que, embora o componente "dinheiro" apresentasse baixa participação nos inventários registrados em Minas Gerais, a falta de meios monetários era compensada pela importância dos instrumentos de crédito e débito. Embora correndo informalmente, tais instrumentos creditícios permitiram que a economia do interior do Sudeste progredisse sem o beneficio da ampla circulação de meios de troca ou dos modernos bancos e mercados financeiros que começavam a se formar na praça do Rio de Janeiro.[345] A pesquisa de Graça Filho, por sua vez, apresentou evidência cristalina de que, ao longo da primeira metade do século XIX, a vila de São João del Rei constituiu-se não só em um grande entreposto comercial, mas também num pólo irradiador de crédito e importante fonte de financiamento para a economia introspectiva do Oeste Mineiro.[346] A constatação de uma abrangente rede de créditos no interior do Brasil sugere que esta tenha-se constituído num meio eficiente para a alocação de recursos, geração de investimentos e crescimento em economias com formas limitadas de financiamento formal.[347]

Tratar as práticas de crédito dentro da lógica de um mercado, no entanto, não implica a despersonalização desta relação, nem seu reducionismo à dimensão econômica. A esse respeito os estudos de Karl Polanyi destacaram que o mercado capitalista foi criado ao longo do século XIX para se tornar uma instância despida de qualquer regra ou limitação "não-econômica". Sociedades não-capitalistas também possuíam relações de mercado, mas essas estavam imersas em outras relações (ao contrário do capitalismo, onde o mercado é o ordenador das demais relações).[348] Neste capítulo veremos que a circulação de bens e serviços produzia boa parte dos débitos relacionados nos inventários. Eles tinham valores baixos e quase metade dos inventariados faleceu devendo a alguém ou esperando receber de alguém. No entanto, poucos eram aqueles que emprestavam a mais de uma dezena de pessoas. O fornecimento de crédito não foi uma atividade especializada na freguesia eminentemente rural

[345] FRANK, Zephyr. Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil, 1815-1860. *História econômica & História de empresas.* Vol. IX, Nº 2, 2008, p.5-48

[346] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002.

[347] Como aconteceu na economia francesa pré-capitalista estudada por ROSENTHAL, Jean-Laurent. ROSENTHAL, Jean-Laurent, HOFFMAN, Philip, & POSTEL-VINAY, Gilles. *Priceless Markets*: the Political Economy of Credit in Paris, 1660-1870. Chicago: The University Chicago Press, 2000, e no norte estadunidense no começo do século XIX, conforme o estudo de CLARK, Cristopher. *The roots of rural capitalism*: western Massachusetts, 1780-1860. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

[348] POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Uma boa discussão da ideia de mercado em SANTOS, Raphael F. *Minas com Bahia*: mercado e negócios em um circuito mercantil setecentista. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF/ICHF, 2013, capítulo 01.

de São José. Contudo, as mudanças no grupo de emprestadores, bem como nas características dos créditos sinalizam as transformações mais amplas na economia sanjoseense entre fins do XVIII e a primeira metade do XIX.

Fernand Braudel oferece um conceito de mercado que nos é muito útil noutro dos objetivos deste capítulo. Ao definir o mercado como "o lugar predileto da oferta e da procura, do recurso a outrem",[349] alcançamos um novo problema deste capítulo: a espacialização das relações de crédito, isto é onde os indivíduos essas relações situavam-se no território da freguesia (ou além dele). Trabalharemos com as dívidas registradas em inventários *post-mortem*, que representam apenas uma amostra das dívidas presentes na freguesia, pois também existem escrituras públicas de dívidas, registradas em cartório. De qualquer forma, só excepcionalmente qualquer dos dois tipos de registro apresentam informações geográficas. Foi através da busca nominal em listas nominativas que conseguimos identificar onde viviam emprestadores e tomadores de crédito.

6.1. O que e quanto se devia na freguesia de São José

Havia dívidas, ativas ou passivas, em 44 dos 89 inventários do período 1795-1814 e em 69 dos 142 inventários do recorte 1830-44. Através desses documentos, computamos um total de 1.575 transações das mais variadas naturezas. Os estudos têm demonstrado que a produção de dívidas durante a vigência do escravismo em Minas Gerais esteve atrelada a uma multiplicidade de práticas como a venda a crédito, empenhos, quartações, empréstimos etc.[350] Tomamos dois pressupostos para a análise da extensão e funcionamentos dessas práticas: a sua personalização e a movimentação de recursos econômicos que elas implicavam. Cada uma dessas faces poderia ser mais ou menos visível em cada transação, de acordo com sua natureza. Infelizmente, a minoria das dívidas anotadas nos inventários apresenta uma descrição. Apenas três de cada dez transações registradas nos inventários informavam o motivo da dívida. Dívidas descritas como "crédito" e "empréstimo" eram, de longe, a maioria dos casos, seguidas por dívidas pela compra de bens e pagamento de serviços. Já dívidas por partilhas de heranças não realizadas, com o pagamento de gastos funerários ou de tributos e

[349] BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII*: os jogos das trocas. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.12.
[350] SANTOS, Raphael Ferreira. O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista. *In* CARRARA, Angelo Alves (Org.). *À vista ou à prazo:* comércio e crédito nas Minas setecentistas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, p.71-72, e do mesmo autor *Devo que pagarei*: sociedade e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas (1713-1773). Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005.

dízimos não pagos, pela aquisição da liberdade etc., cuja natureza não apontam diretamente para relações mercantis, atingem apenas 4% do total de dívidas.

Conforme o nível de riqueza do proprietário, podemos perceber dívidas mais recorrentes. Aqueles do grupo de menor fortuna (o primeiro quintil de riqueza) tiveram dívidas ativas e passivas registradas por "crédito", por "sua conta" e por "juros de dívida". Como Lisarda Maria Inês que, no final do século XVIII, devia por "crédito" Rs 83$060 ao tenente Manoel Jorge Ribeiro. Já José Ferreira Cabral, faleceu em 1843 devendo "por sua conta" a dois comerciantes da freguesia. Em geral, os inventários de menor fortuna possuíam pequenas dívidas passivas (a pagar). Uma exceção entre os proprietários da base da escala de riqueza é o emprestador Tomás Gomes da Silva que, quando teve o inventário aberto em 1801, possuía 18 devedores, um número, como veremos adiante, elevado para os padrões da freguesia. Outro destaque entre a base dos proprietários é o inventário de Manoel Rodrigues da Costa que no ano de 1838 apresentava sete créditos, sendo 5 deles por "juros" de créditos passados, cujas taxas variavam de 10% a 14% anuais.[351]

Os detentores de riqueza intermediária e os ricos proprietários apresentam uma relação mais variada de dívidas, sobretudo para as passivas que demonstram aquisições de bens para o funcionamento das unidades produtivas. José Ferreira Pacheco, morador em Oliveira, devia em 1804 o valor de Rs 5$775 réis a Félix de Faria Lobato, morador na vila de S. José, por "fazenda de sua loja". Em 1799 Bernardina Josefa, moradora no distrito do Desterro, devia ao pardo Martinho Rodrigues da Costa, do distrito do Japão, a quantia de Rs 8$400 réis pela compra de "remédios de sua botica". Em 1834 o inventário de Maria Delfina da Conceição registrava os débitos de 6 mil reis de "resto de um boi" e de 2 mil réis do "resto de um carro" adquiridos a João Paulo e Manoel Esteves, respectivamente. A aquisição de serviços e mão de obra também figuram nas dívidas. O mesmo José Ferreira Pacheco devia a Manoel Esteves de São Francisco e Francisco de Souza Bastos, ambos da vila de São José, valores relativos às diárias de seus escravos por "seu ofício de ferreiro". Pacheco ainda devia 400 mil réis ao negociante José Esteves de São Francisco por "crédito de dois escravos novos que lhe comprou". Em 1830 Francisca Antônia de Jesus, moradora em Cláudio, devia um valor não especificado a Antônio Freitas Lopes, morador no Japão, pelo aluguel de um escravo.

Os grandes proprietários, assim, como aqueles de riqueza intermediária, resolviam através do mercado algumas necessidades, como o fazendeiro tenente Francisco Pires

[351] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. INÊS, Lisarda Maria, Cx.608,1807. CABRAL, José Ferreira, Cx.367, 1843. SILVA, Tomás Gomes da, Cx.532, 1801. COSTA, Manoel Rodrigues da, Cx.69, 1838.

Campos, por exemplo, que em 1797 faleceu devendo Rs 6$375 réis a Vicente Ferreira da Silva por "seu ofício de sapateiro", Rs 9$187 réis a Manoel Caetano de "seu ofício de ferreiro" e Rs 9$900 réis a Feliciano de "seu ofício de pedreiro". [352] O desenvolvimento da produção mercantil de mantimentos desde a segunda metade do XVIII criou demandas para bens e serviços necessários para o funcionamento das unidades produtivas que poderiam ser resolvidas através do mercado. A aquisição de bens, serviços e mão de obra era factível a proprietários de grandes fortunas e de patrimônios intermediários graças a existência de diversos oficiais, artesãos, boticários e outros prestadores de serviços.

Poucos proprietários de fortunas intermediárias tinham vinte ou mais devedores. Em ambos os períodos de nossa amostra de inventários, somente apenas Antônio de Sousa Bastos, no período 1795-1804, e José Alves da Cunha, no recorte 1830-44 eram donos de patrimônios intermediários que alcançavam duas dezenas de dívidas ativas. Foi entre os proprietários mais ricos que encontramos os maiores emprestadores da freguesia de São José, pois eram os proprietários mais ricos que concentravam o fornecimento de crédito. Contudo, os valores emprestados eram, em geral, pequenos, como evidencia a **Tabela 6.1** a seguir.

Tabela 6.1 - Faixas de valor das dívidas registradas nos inventários da freguesia de São José

Faixa de valor	1795-1814		1830-1844	
	Dívidas Ativas (N = 500)	Dívidas Passivas (N = 339)	Dívidas Ativas (N = 518)	Dívidas Passivas (N = 216)
até 2 libras	26,50%	20,90%	27,60%	43,50%
2,01 a 5 libras	17,20%	20,40%	20,50%	19,40%
5,01 a 10 libras	15,60%	20,60%	12,70%	14,40%
10,01 a 20 libras	13,60%	15,60%	12,90%	7,90%
20,01 a 50 libras	13,80%	12,40%	12,00%	9,30%
50,01 a 100 libras	6,20%	5,30%	5,80%	3,20%
> 100,01 libras	7,00%	4,70%	8,50%	2,30%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*

As dívidas registradas nos inventários da freguesia de São José eram de baixo valor, sendo que mais da metade delas não ultrapassavam o limite de dez libras. É conhecido que dívidas de baixo valor eram referentes a compras a prazo (contas de rol de livro) e funcionavam como um substituto do dinheiro, enquanto os maiores valores poderiam

[352] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. PACHECO, José Ferreira, Cx.494, 1804. JOSEFA, Bernardina, Cx.296, 1799. CONCEIÇÃO, Maria Delfina da, Cx.423, 1834. JESUS, Francisca Antônia de, Cx.442, 1830. CAMPOS, Francisco Pires, Cx. 544, 1797.

representar transações de meios de produção.[353] Em São José, as dívidas de baixo valor estavam em crescimento sinalizando a ampliação das negociações realizadas a prazo. É importante considerar que as dívidas passivas de pequenos valores tornaram-se mais comuns no segundo período da amostra de inventários, o que destaca a compra de bens e serviços pelos produtores. Este pequeno crédito afigurava-se como um importante instrumento para a circulação econômica e um índice da extensão das relações de mercado no interior da economia escravista.[354]

6.2. Emprestadores e devedores

Em apenas 28 inventários do primeiro período da nossa amostra (1795-1809) existiam dívidas ativas, isto é, pouco menos de um terço dos proprietários possuíam devedores. Esses documentos somavam 500 registros de dívidas ativas com um valor médio de 74$164 réis ou, em libras, a quantia média de £ 21,9. Nesse primeiro momento, apenas três emprestadores tinham um rol superior a vinte devedores cujos casos merecem ser mencionados mais detidamente. O maior emprestador de fins do século XVIII era o capitão Manoel Lobo de Castro, com 273 devedores num valor médio de 6 mil réis. Essas dívidas ativas representavam 64,7% do patrimônio inventariado de Lobo de Castro, portanto, a maior parte da sua riqueza. O segundo maior rol de dívidas dos inventários entre 1795 e 1809 apareceu no inventário de bens de José Cabral Tavares com 82 devedores com um valor médio de 10$800 réis. Os créditos também representavam a maior parte da fortuna de Tavares, alcançando 62,5% de sua fortuna. Ambos possuíam terras de cultura e muitos escravos. Lobo de Castro também possuía terras minerais as quais, possivelmente, eram as fontes de seus empréstimos, muitos deles concedidos em oitavas de ouro. Esses dois proprietários estavam entre os mais ricos inventariados no período. Bem atrás em riqueza e número de devedores vinha Antônio de Souza Bastos, do arraial de Oliveira, com 27 devedores com valor médio de 1,5 mil réis. Para Bastos, as dívidas representavam apenas 5% do patrimônio inventariado que figurava no 5º decil de riqueza. Bastos plantava arroz e feijão, criava gado vacum e suínos, possuía entre

[353] REBELLATO, Martha. *Fábricas e tendas de ferro em dinâmicas escravistas*. Termo de Santa Bárbara, Minas Gerais, 1822-1888. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012, p.94. SANTOS, Raphael Ferreira. O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista. *In* CARRARA, Angelo Alves (Org.). *À vista ou à prazo:* comércio e crédito nas Minas setecentistas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, pp.75-79 diferencia as dívidas anotadas em inventários daquelas registradas em escrituras notariais.

[354] FRANK, Zephyr. Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil, 1815-1860. *História econômica & História de empresas.* Vol. IX, Nº 2, 2008, p.5-48.

seus bens três rodas de fiar e um tear aparelhado. Apenas mais quatro emprestadores do final do século XVIII tinham um rol superior a dez devedores.[355] Abaixo deste patamar estavam os demais (75% do total de inventários com dívidas ativas), mostrando que no final do século XVIII o fornecimento de crédito, mesmo não sendo uma atividade especializada, estava nas mãos de poucas pessoas.

Tabela 6.2 - Número de dívidas por inventário aberto na freguesia de S. José

N de dívidas por inventário	N de inventários com dívidas ativas		N de inventários com dívidas passivas	
	1795-1814	1830-1844	1795-1814	1830-1844
até 2	10	17	7	17
3 a 10	11	18	19	22
11 a 20	4	8	11	5
21 a 50	1	3	2	0
> 51	2	2	0	0
Total	28	48	39	44

Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*

Já nos inventários abertos entre 1830 e 1844 há 518 dívidas ativas registradas em 48 documentos, exatamente um terço do total de processos de inventariação do recorte. Nesse período os créditos tinham valor médio de 311$401 réis, ou, em libras, a quantia média de £ 42,9. Novamente, poucos emprestadores possuíam róis elevados de devedores: apenas dois casos tinham mais do que 50 créditos a receber. Mas, houve crescimento dos emprestadores médios, com entre 10 e 30 dívidas ativas. Os maiores emprestadores do período foram o negociante e lavrador capitão Antônio José Moreira, com 113 devedores perfazendo uma média de 75$200 réis cada crédito, e a dona Maria Felizarda de Almeida, filha do rico proprietário Joaquim Pinto de Góes e Lara, com 99 créditos de, em média, 106$060 réis. Antônio José Moreira tinha várias dívidas de pouco valor, possivelmente de vendas a prazo no seu armazém de secos e molhados.[356] Já foi notado que no século XIX os comerciantes eram agentes privilegiados do fornecimento de crédito, não apenas pelo acesso ao capital, mas também por serem muito conhecidos e acessados e, portanto, estar num lugar social privilegiado.[357] Dona Maria Felizarda, por sua vez, recebera vários créditos de alto valor como legítima da herança de sua mãe, de modo que a maior parte de suas dívidas ativas havia sido realizada pelo pai, que era negociante e fazendeiro e lhe foi passada como herança. Seu

[355] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. CASTRO, Manoel Lobo de. Cx.504, 1805. TAVARES, José Cabral, Cx.393, 1799. BASTOS, Antônio de Souza, Cx.294, 1800.
[356] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. MOREIRA, Antônio José, Cx.167, 1833. ALMEIDA, Maria Felizarda de, Cx.357, 1833.
[357] REBELLATO, Martha. *Fábricas e tendas de ferro em dinâmicas escravistas*. Termo de Santa Bárbara, Minas Gerais, 1822-1888. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012, p.95.

conjunto de dívidas, no entanto, mostra como a riqueza lastreada no crédito era insegura. De suas 99 dívidas ativas, cerca de um quarto (25 dívidas) foram assinaladas como "dívida perdida ou quase", significando que o inventariante praticamente não tinha esperanças de receber tais débitos.

Quadro 6.1 - Emprestadores com mais de dez créditos nas freguesia de São José

1795-1809			***1830-44***		
Nome	local	N dívidas	Nome	local	N dívidas
Manoel Lobo de Castro	São José	265	Antônio José Moreira	São José	113
José Cabral Tavares	São José	82	Maria Felizarda de Almeida	São José	99
Antônio de Souza bastos	Oliveira	27	Felix Gonçalves de Souza	Lage	34
Tomás Gomes da Silva	São José	18	Joaquim Pinto de Góis e Lara	Lage	31
Maria Antônia de Oliveira	Cláudio	13	Manoel da Costa Maia	São José	22
Mariana Francisca de Belém	S. J. Batista	12	José Alves da Cunha	São José	20
Bernardina Josefa	Desterro	11	Maria Rosa dos Serafins	Lage	18
			José Ferreira Rodrigues	São José	17
			Domingos Francisco Rabelo	Cláudio	17
			Felix de Faria Lobato	São José	14
			Carlos Pereira Freire de Moura	São José	14
			Francisco Correia Pires	Oliveira	12
			Antônio José Alves de Moura	Lage	12

Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*

O **Quadro 6.1** sumariza os maiores emprestadores da freguesia registrados nos inventários post-mortem. Nenhum deles equiparava-se aos grandes comerciantes da vila de São João del Rei. No século XIX, essa vila havia assumido uma posição central no fornecimento de crédito na Comarca do Rio das Mortes e em áreas adjacentes. Afonso de Alencastro Graça Filho mostra que quatro grandes "capitalistas" dessa praça falecidos na década de 1850 possuíam em seus inventários um total de 1.125 contos em créditos emprestados a uma miríade de 1.355 devedores, dando um valor mediano de 830 mil réis.[358] Trata-se de valores altos e de róis elevados de devedores aos quais os inventariados em São José não se nivelavam.

Mas havia também outros atores neste teatro – os menores – e eles estavam em ascensão na freguesia de São José. No período 1830-44 o número de emprestadores com mais de 10 devedores aumentou e estava melhor distribuído no espaço da freguesia. Se no final do século XVIII eram principalmente moradores da vila de São José quem detinham róis de devedores, na primeira metade do XIX proprietários dos distritos da Lage também se destacavam como

[358] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, pp.104-107.

fornecedores de crédito retratando a ascensão do "campo" proporcionada pelas atividades de abastecimento.

As dívidas passivas, no geral, diminuíram de número e valor entre os dois períodos da nossa amostra de inventários indicando o aumento da capacidade de autofinanciamento dos produtores da freguesia de São José. Todavia, isso não significava autossuficiência, na medida em que as mudanças na composição dos débitos sugerem que a aquisição de bens e serviços a prazo tenha se tornado mais difundida. Nos anos 1795-1809, 39 inventários registraram 339 dívidas passivas, num valor médio de Rs 69$652 réis ou 19,7 libras. Entre os documentos abertos no período 1830-44 foram 44 inventários com um total de 216 débitos valendo, em média, Rs 112$805 réis ou 14,2 libras. A maior parte dos documentos registrou poucos credores, normalmente, não mais do que dez. Apenas em dois inventários do final do século XVIII foram registradas mais do que 20 dívidas passivas: o tenente Francisco Pires Campos, que possuía 30 credores somando 1,6 contos de réis, e Antônio de Souza Bastos, com 24 credores de um total de 178 mil réis. Ambos também possuíam valores a receber em seus inventários. Francisco tinha 9 dívidas ativas que somavam mais de 7 contos de réis, enquanto Antônio possuía 27 créditos que não alcançavam 115 mil réis. Enquanto o primeiro registrava vários pequenos débitos com a aquisição de serviços e bens e alguns grandes créditos com o fornecimento de empréstimos, o segundo emprestava pequenos valores e, de outro lado, também fazia várias pequenas contas.

6.3. O espaço das relações de crédito

6.3.a) Um inventário excepcional: as dívidas do Capitão Manoel Lobo de Castro.

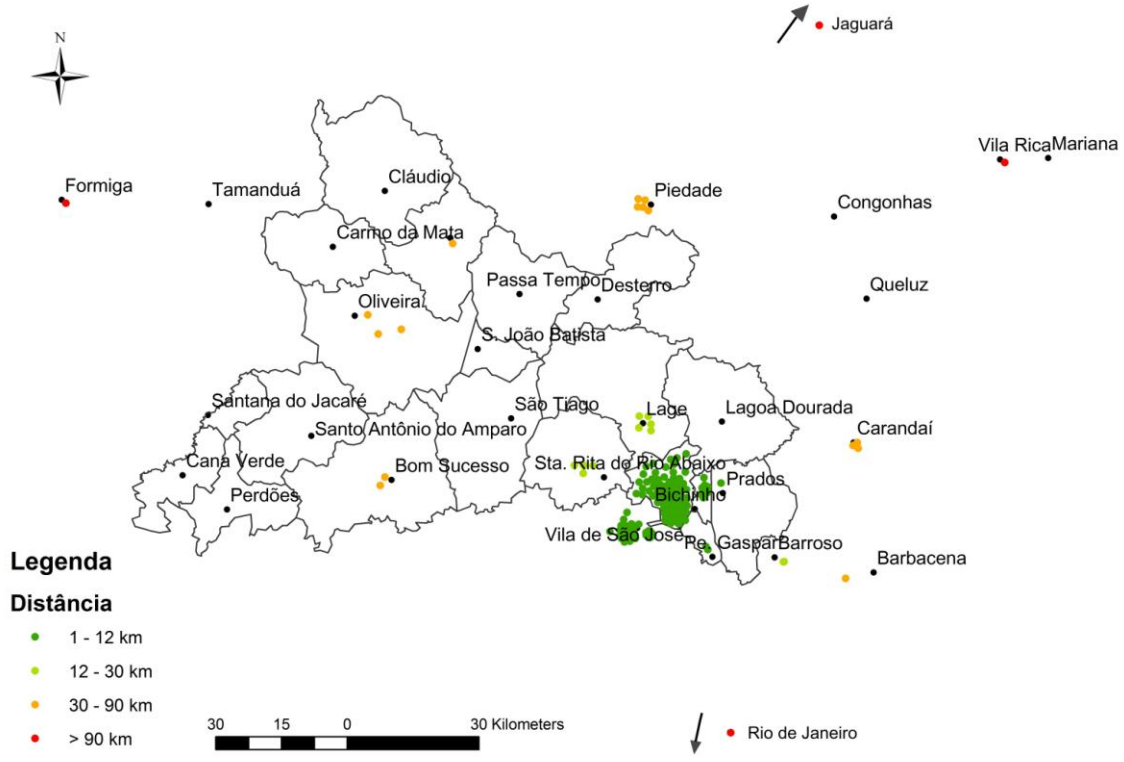
Quando o inventário do capitão Manoel Lobo de Castro foi aberto na vila de São José no ano de 1805 foram registradas 273 dívidas, sendo apenas 8 passivas no valor total de dois contos de reis.[359] As centenas de indivíduos em débito com o capitão deviam valores que iam de Rs $300 a Rs 1:795$200. O total de dívidas ativas passava dos 18,5 contos. Além de ser o inventário com o maior número de dívidas ativas registradas, esse documento destaca-se também pela qualidade de suas informações: pouco mais da metade do total das dívidas foram descritas e 60% dos devedores tiveram o local de moradia indicado, dados muito raros no nosso conjunto de inventários. O Capitão Manoel Lobo de Castro pode ser caracterizado como um empresário do crédito: a esmagadora maioria de suas dívidas referia-se a "crédito

[359] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários, CASTRO, Manoel Lobo de. Cx.504, 1805.

passado" e seu valor agregado representava quase dois terços do seu patrimônio (embora o capitão Manoel diversificasse seus investimentos com a posse de terras e águas minerais, terras de cultura e, é claro, escravos).

As indicações de residência dos devedores do Capitão Manoel Lobo de Castro mostram uma cobertura abrangente de suas transações: embora quase metade dos casos identificados estivessem na vila de São José, os demais se espalhavam pelo resto da freguesia e pelos termos das vilas adjacentes. Lobo de Castro ainda mantinha relações com Vila Rica, onde possuía uma morada de casas e uma dívida a receber de Luis Martins Pereira, no valor de Rs 16$200, no Rio de Janeiro, onde José Pedro Ferreira Guimarães lhe devia cerca de 120 mil réis e na região do Jaguará, no termo de Sabará, onde tinha um crédito de Rs 1$200 réis para receber de Ana Luísa. Graças à qualidade das informações desse documento notável foi possível confeccionar as representações cartográficas das dívidas deste proprietário.

Mapa 6.1 - As dívidas do Capitão Manoel Lobo de Castro em 1805, pela distância dos devedores



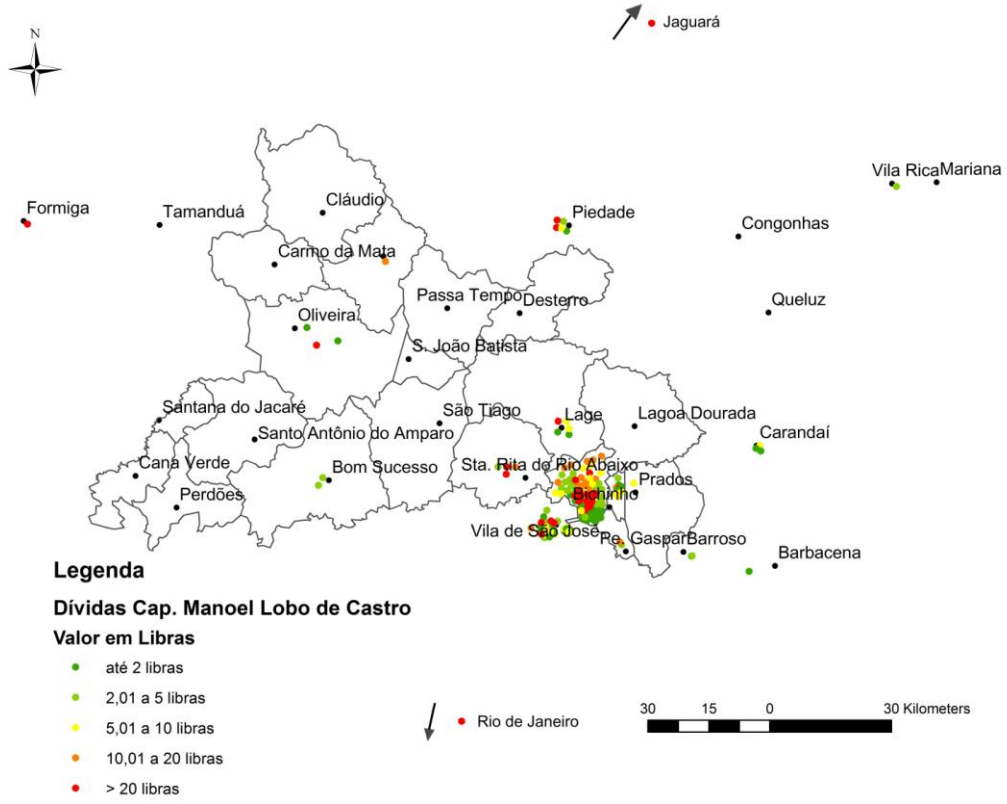
Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários, CASTRO, Manoel Lobo de. Cx.504, 1805

Antes de analisar as informações do **Mapa 6.1** faz-se necessário alguns esclarecimentos sobre a sua produção. Em primeiro lugar, para a representação usamos os limites atuais dos municípios originários dos antigos distritos do termo da vila de São José. Não custa advertir que as áreas dos distritos sofreram transformações ao longo do tempo e que a representação

tem, quando muito, o mérito de fornecer uma noção do espaço da vila. Em segundo lugar, não há como saber exatamente onde cada devedor residia, logo, as dívidas foram plotadas no **Mapa 6.1** dentro dos distritos informados. Em terceiro lugar, as distâncias mencionadas correspondem ao espaço em linha reta entre a sede do distrito de moradia do inventariado e a sede do distrito em que o devedor habitava; elas traduzem o raio que as relações de crédito cobriam e são, portanto, ligeiramente menores do que as distâncias físicas que os agentes deveriam percorrer através das estradas.

Isso posto, pelo **Mapa 6.1** podemos perceber que a maior parte dos créditos foi fornecida a sujeitos que residiam próximo ao capitão Manoel Lobo, até um raio de 12 km. Essa proximidade era um efeito da personalização das relações de crédito e de sua dependência do necessário conhecimento interpessoal. No entanto, como mostra o **Mapa 6.2** não havia uma relação direta entre o raio e o valor das relações de dívida, estando as dívidas de alto ou baixo valor empenhadas tanto a devedores residentes na vizinhança do capitão, quanto em vilas distantes.

Mapa 6.2 - As dívidas do Capitão Manoel Lobo de Castro em 1805, por faixa de valor das dívidas



Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários, CASTRO, Manoel Lobo de. Cx.504, 1805

A larga abrangência das dívidas de Lobo de Castro puderam ser verificadas pela excepcionalidade de seu inventário, mas foram o resultado de seus contatos que se estendiam

por um espaço muito amplo. No entanto, podemos considerar a configuração espacial das dívidas do capitão Manoel Lobo de Castro como modelares das relações estabelecidas por outros emprestadores. As características mais relevantes exibidas pelos **Mapas 6.1 e 6.2** – a proximidade dos devedores e a dispersão dos valores – caracterizaram outros inventariados que tiveram dívidas registradas, como notaremos a seguir.

6.3.b) As distâncias do crédito

Infelizmente só uma minoria dos inventários apresentou a descrição das dívidas e a localização dos sujeitos dessa relação. Para tentar identificar como o espaço do crédito tecia-se na freguesia de São José buscamos nominalmente nas listas de habitantes onde moravam todos aqueles que tiveram dívidas a receber ou a pagar registradas nos inventários. Foram 408 correspondências positivas em que conseguimos localizar o distrito de residência do inventariado e do tomador/emprestador nos inventários do período 1795-1814 e 317 correspondências no período 1830-44. No total, para quase metade as dívidas em inventários de São José conseguimos localizar os devedores/emprestadores O primeiro resultado desse esforço pode ser visualizado na **Tabela 6.3** a seguir.

Tabela 6.3 - Localização dos agentes do crédito registrados nos inventários da freguesia de São José

Distância entre a moradia do inventariado e do credor/devedor	1795-1814		1830-1844	
	Ativas (N = 257)	Passivas (N = 151)	Ativas (N = 217)	Passivas (N = 100)
mesmo distrito	52,10%	45,70%	38,20%	44,00%
imediações (até 30 km)	32,30%	15,20%	39,20%	32,00%
além de 30 km	15,60%	39,10%	22,60%	24,00%
Total	100%	100%	100%	100%

Fontes: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*, Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Como demonstra a **Tabela 6.3**, a maioria dos débitos e créditos relacionava os inventariantes a moradores do mesmo distrito, isto é, vizinhos. Em torno de duas em cada cinco dívidas ocorriam entre moradores do mesmo local e pelo menos outras duas ocorriam entre pessoas que viviam num raio de 30 km. Essa distância foi escolhida por duas razões. Em primeiro lugar porque é a máxima distância média a separar, em linha reta, a sede de qualquer distrito da freguesia da sede de seu distrito contíguo. Em segundo lugar, porque a distância de 30 km (em torno de 5 léguas) fica próximo da extensão percorrida por viajantes e tropeiros

em um dia de viagem no interior.[360] Ultrapassar esse limite seria uma dificuldade principalmente para os pequenos produtores que teriam de ficar ao menos dois dias sem trabalhar para adquirir crédito.

A **Tabela 6.3** também mostra uma evolução inversa nas distâncias das dívidas: enquanto os créditos tenderam a se desconcentrar – isto é, a se espalhar – entre os dois períodos, aumentando o número de relações extra-locais, os débitos ficavam mais localizados. Esse é mais um sinal da capacidade de autofinanciamento local dos produtores da freguesia de São José e também de sua aquisição local de insumos e serviços.

A **Tabela 6.4**, por sua vez, demonstra que dívidas de todos os valores eram estabelecidas em todas as faixas de distância considerados. Mas também revela que foram as dívidas com valores intermediários e altos aquelas que mais se dispersaram ao século XIX.

Tabela 6.4 - Localização das dívidas, por valor

1795-1814				
Faixa de valor da dívida	N	Distância entre a moradia do inventariado e do credor/devedor		
		mesmo distrito	imediações (até 5 léguas)	além de 5 léguas
até 2 libras	96	43,80%	33,30%	22,90%
2,01 a 10 libras	141	46,10%	29,80%	24,10%
10,01 a 50 libras	115	59,10%	19,10%	21,70%
> 50 libras	56	50,00%	17,90%	32,10%

1830-1844				
Faixa de valor da dívida	N	Distância entre a moradia do inventariado e do credor/devedor		
		mesmo distrito	imediações (até 5 léguas)	além de 5 léguas
até 2 libras	104	51,00%	32,70%	16,30%
2,01 a 10 libras	104	35,60%	44,20%	20,20%
10,01 a 50 libras	68	36,80%	33,80%	29,40%
> 50 libras	40	30,00%	32,50%	37,50%

Fonte: Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*, Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.
Obs.: 1) as porcentagens somam 100 na horizontal.
2) consideradas apenas as dívidas (ativas ou passivas) para as quais foi possível identificar o distrito de moradia do credor/devedor.

[360] Segundo ALGATÃO, Felipe C. O tropeiro como propagador cultural e mola mestra da cultura cafeeira no século XIX. *Histórica*, Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo: nº 41, abril, 2010, p.2. O Capitão Raimundo da Cunha Matos teria cumprido seis léguas entre o Ribeirão de Santo Antônio, no extremo oeste do termo da vila de S. José, até o distrito de São João Batista em dez hora, isto é, um dia de marcha com suas bestas carregadas. MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. (Com estudo crítico de Afonso de Alencastro Graça Filho). Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004, p.37.

Alguns comentários sobre a metodologia empregada nas **Tabelas 6.3** e **6.4** podem ser relevantes. Como já afirmado, é impossível localizar exatamente onde os inventariados e seus credores/devedores moravam. A informação de que dispomos é a do distrito em que foram localizados.[361] Assim, as distâncias referidas na tabela representam o espaço entre a sede do distrito dos inventariados e do distrito de seus credores/devedores. Tais distâncias são lineares e representam o raio da relação de crédito. Elas devem ser tomadas como indicadores, um tanto pobres, mas os únicos disponíveis, da produção de um espaço do crédito.

As medidas apresentadas na **Tabela 6.3** e **6.4** são esforços de mensuração deficientes por várias razões. Em primeiro, os caminhos raramente eram lineares, o que significa que as distâncias reais eram, em geral, maiores do que sugere o nosso exercício. De fato, no ano de 1822 o pároco da freguesia de São José produziu um mapa de habitantes em que informava a distância entre a igreja matriz, situada na vila de São José, e cada uma das capelas nos distritos.[362] Certamente tratava-se de uma estimativa, pois o padre informou valores em léguas fechadas, quer dizer, sem frações. No entanto, todas as distâncias discriminadas naquele documento eram entre 10 km e 20 km superiores do que aferimos linearmente. Assim, enquanto da Matriz da vila de São José à, digamos, capela de Oliveira há um raio de 82 km, o pároco informava uma extensão de 16 léguas, algo em torno de 96 km. Em segundo lugar, a simples mensuração de uma quilometragem, como empreendemos, não informa nada sobre como as distâncias entre as localidades da região eram vivenciadas. A experiência do espaço poderia contar mais do que o simples intervalo métrico.[363] Por exemplo, na época das chuvas deveria ser mais difícil ir da vila de São José até a vizinha vila de São João, localizada a menos de 12 km, mas do outro lado do caudaloso Rio das Mortes, do que ao arraial de Prados, situado aos mesmos 12 km, mas percorridos através de um caminho sobre a serra. Na época seca, a relação deveria se inverter, pois o relevo acidentado do caminho para Prados atrasaria mais a viagem do que a travessia de balsa para a vila de São João. A presença de acidentes

[361] Na verdade, tanto o Rol de Confessados de 1795, quanto as listas nominativas de 1831 informam o número do fogo em que os indivíduos moravam, mas é impossível conhecer onde em cada distrito o domicílio ficava situado.

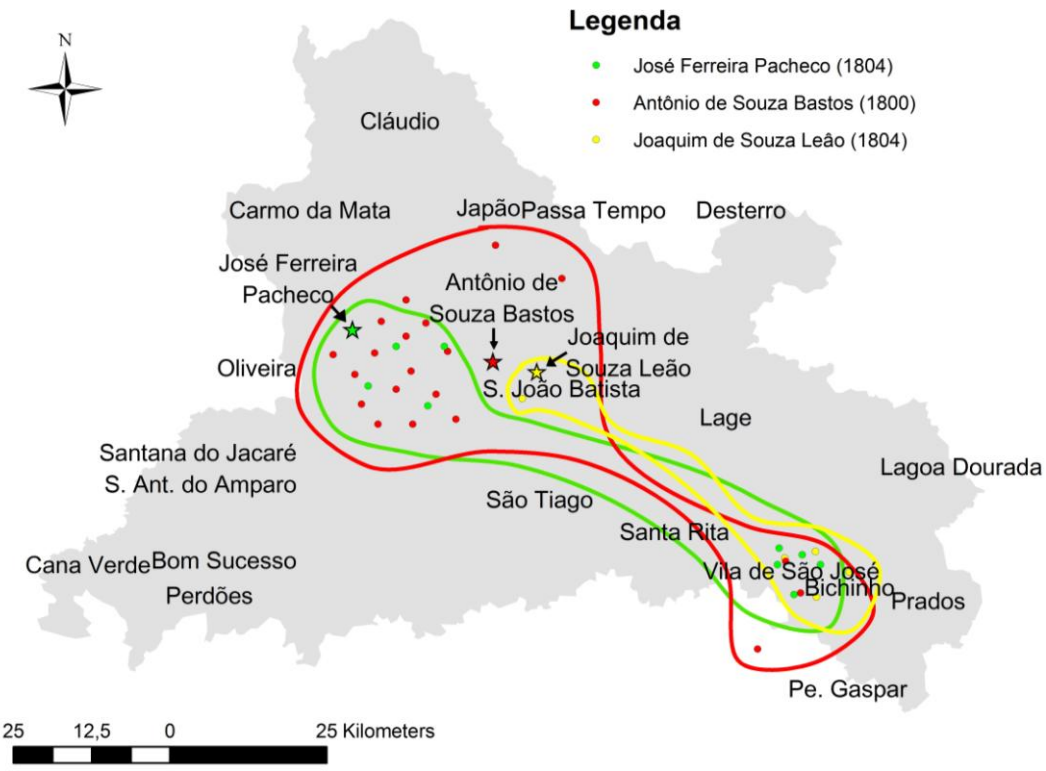
[362] "Lista fiel de todas as almas capelas curadas, filiais, e hermidas que constão haver em toda a Freguesia de Santo Antonio da Vila de São José da qual é Parocho Antonio Xavier de Sales Mattos: dada a 4 de dezembro de 1822". APDSJDR, Documentos Avulsos, Pasta 19.

[363] Como destaca o historiador Richard White, a História Espacial ainda tem dificuldade de representar medidas relacionais de espaço, isto é, medidas baseadas não em unidades lineares como quilômetros ou milhas, mas na *prática* do espaço, como o trânsito, o custo do transporte etc. WHITE, Richard. *What is Spatial History?* Spatial History Lab. Stanford University. Disponível em http://www.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29 (Acessado a 15/10/2012). Sobre a dificuldade de aplicar Sistemas de Informação Geográfica na pesquisa histórica de forma geral ver KNOWLES, Anne Kelly. GIS and History. *In*: Idem. *Placing History*: How maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship. Redlands, ESRI Press, 2008, p19.

geográficos, bem como o traçado e a conservação das estradas, pontes e passagem, são fatores cuja influência sobre a configuração do espaço do crédito não conseguimos apresentar nesse exercício.

Apesar dessas limitações, acreditamos que uma aproximação das distâncias envolvidas nas relações de crédito podem revelar alguns aspectos do financiamento da economia escravista mineira. A análise de alguns casos pode acrescentar novos elementos às mudanças delineadas pelas **Tabelas 6.3** e **6.4**. O **Mapa 6.3** representa as dívidas de três inventariados de riqueza intermediária nos anos iniciais do século XIX.

Mapa 6.3 - As dívidas de José Ferreira Pacheco, Antônio de Souza Bastos e Joaquim de Souza Leão



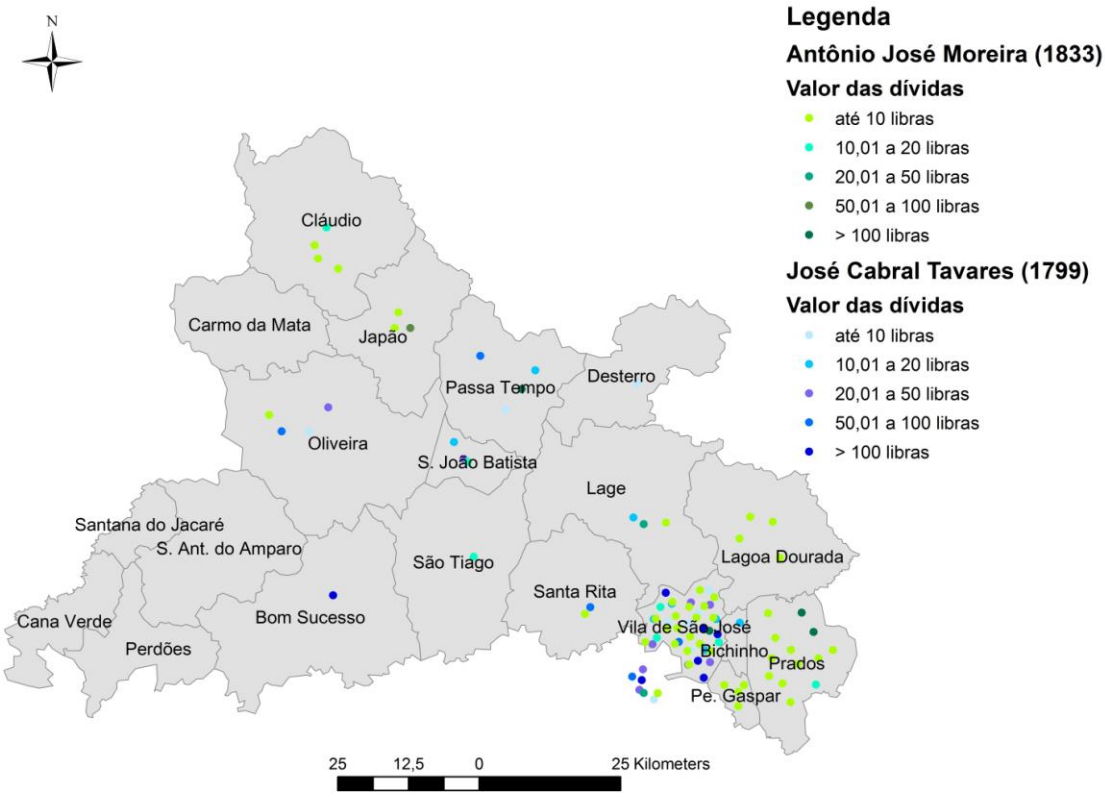
Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários. Pacheco, José Ferreira Pacheco, Cx.494, 1804. BASTOS, Antônio de Souza, Cx.294, 1800. LEÃO, Joaquim de Souza, Cx.400, 1804.

Selecionamos os três casos do Mapa 6.3 levando em consideração a existência de um número razoável de dívidas com os credores/devedores identificados, a sua faixa de fortuna e o local de residência fora do distrito da vila de São José, o núcleo mais urbanizado da freguesia na passagem do XVIII para o XIX. Antônio de Souza Bastos tinha a maior parte de suas relações com vizinhos. José Ferreira Pacheco tinha débitos e créditos igualmente distribuídos entre vizinhos e conhecidos mais distantes. Joaquim de Souza Leão tinha apenas uma de suas seis dívidas com um vizinho do mesmo distrito e as demais registradas com

moradores da vila de São José. Em comum, os três inventários mantinham-se ligados por dívidas com a vila e seus comerciantes e fornecedores de serviços.

Apesar da perda de peso da área urbana da vila de São José no decorrer da primeira metade do século XIX, era lá que moravam os maiores emprestadores que registramos: além do sobrecitado capitão Manoel Lobo de Castro com suas 265 dívidas ativas, José Cabral Tavares e Antônio José Moreira também residiam no distrito da vila e possuíam, respectivamente, 82 e 113 devedores espalhados pelo termo de São José. Conseguimos recuperar 39 dos devedores de José Cabral Tavares e 60 dos que deviam a Antônio José Moreira. A representação das dívidas desses emprestadores conforme o **Mapa 6.4** serve para mostrar que a vila ainda mantinha a centralidade no fornecimento de crédito.

Mapa 6.4 - As dívidas ativas de Antônio José Moreira (1833) e José Cabral Tavares (1799)



Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários. MOREIRA, Antônio José, Cx.167, 1833. TAVARES, José Cabral, Cx.393, 1799.

O destaque que os emprestadores residentes na vila de São José alcançaram explica-se pela maior presença de negociantes sediados naquele lugar. Pelo inventário de José Cabral Tavares, ele era um rico fazendeiro que criava gado no seu "Sítio Buenos Aires". Muito provavelmente levava sua produção para ser comercializada na vila, pessoalmente, ou através de um comissário. Como ele faleceu em 1799 não apareceu na contenda que envolveu os celeiros da vila de São José em 1804 (conforme comentado no capítulo 04). Quanto a Antônio

José Moreira, este teve um armazém de molhados registrado no inventário e foi descrito como "mercador e negociante" na lista nominativa da vila. Esses sujeitos valiam-se do capital que acumulavam no setor mercantil e dos contatos que travavam no cotidiano para estabelecer-se como emprestadores. Como já foi comentado, a historiografia tem ressaltado que a obtenção de crédito passava pela confiança de que a dívida seria saldada, pela identificação social do "bom pagador". Ao perceber que os comerciantes foram os grandes emprestadores da região de Santa Bárbara ao longo do século XIX, um estudo recente concluiu que esses agentes "possuíam uma enorme vantagem", uma vez que "tinham um prévio conhecimento de quase toda a população local que, eventualmente, passava pelo seu comércio". Além disso, "as vendas, lojas, boticas e afins eram pontos de encontro, locais de circulação de informação, onde a troca de experiências, notícias e boatos era constante".[364]

A representação das dívidas ativas de Moreira e Tavares mostram também que praticamente não houve alteração na configuração do crédito dos grandes emprestadores entre fins do século XVIII e a primeira metade do XIX. O empréstimo preferencial para vizinhos, a predominância dos pequenos valores típicos da aquisição de produtos a prazo e a dispersão pela freguesia tanto de dívidas miúdas quanto elevadas permaneceram ao longo do tempo e seguem o modelo desenhado pelas dívidas do capitão Manoel Lobo de Castro (apresentadas nos **Mapas 6.1** e **6.2**). Um aspecto muito interessante desses conjuntos de dívidas que partem da vila de São José é que eles se espraiam ao oeste, indo em direção aos arraiais de Oliveira e Cláudio e seguindo os caminhos da Picada de Goiás. As dívidas andavam no mesmo trajeto do comércio.

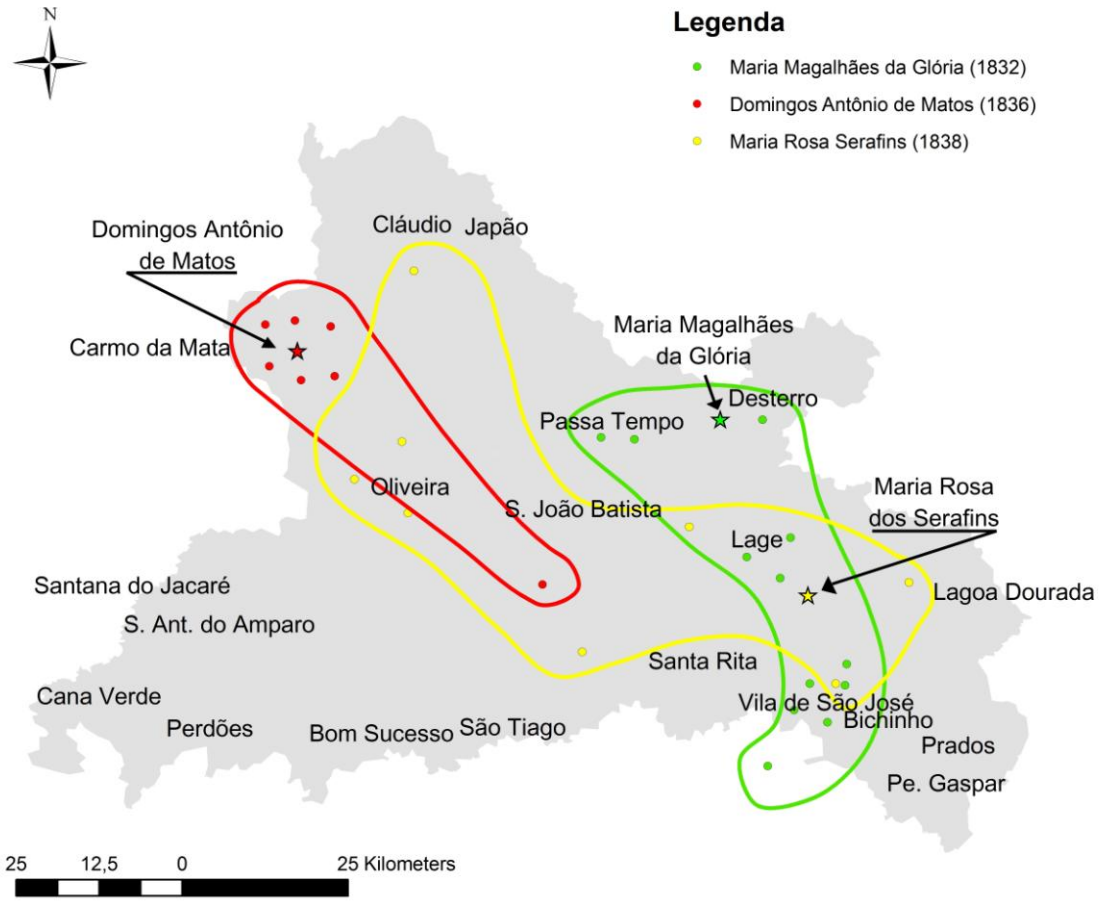
Já comentamos que na primeira metade do século XIX as dívidas estiveram mais dispersas no território da freguesia, o que sugere a entrada no mercado de crédito de novos atores e as aquisições locais de bens e serviços a termo. A seguir, apresentamos as dívidas de três proprietários inventariados na década de 1830 que residiam fora da vila. Diferentemente do **Mapa 6.3** acima, em que os proprietários com registros de dívidas estavam bastante voltados para a vila de São José, o **Mapa 6.5** abaixo demonstra que nos anos 1830 as práticas de crédito circundavam com menos intensidade o espaço da vila.

As dívidas da Dona Maria Magalhães da Glória representadas no **Mapa 6.5** são todas débitos. Ela vivia no distrito do Desterro, mas só devia a uma pessoa desse mesmo arraial. Devia também a comerciantes da vila de São José – na verdade, seu maior débito era com o

[364] REBELLATO, Martha. *Fábricas e tendas de ferro em dinâmicas escravistas*. Termo de Santa Bárbara, Minas Gerais, 1822-1888. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012, p.95.

sobrecitado comerciante Antônio José Moreira, no valor de Rs 639$000. Mas o destaque no seu conjunto de dívidas é para a presença de emprestadores de outras localidades, como os distritos do Passa Tempo e Lage. Neste último, Maria Magalhães devia 10 mil réis ao fazendeiro e comerciante Gervázio Pereira do Carmo, filho de Gervázio Pereira Alvim, um dos homens mais ricos da freguesia na década de 1830.

Mapa 6.5 - As dívidas de Maria Magalhães da Glória, Domingos Antônio de Matos e Maria Rosa dos Serafins



Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários. GLÓRIA, Maria Magalhães da, Cx.418, 1832. MATOS, Domingos Antônio de, Cx.153, 1836. SERAFINS, Maria Rosa dos, Cx.239, 1838.

Já para Maria Rosa dos Serafins conseguimos localizar oito de suas 18 dívidas ativas, sendo apenas uma delas concedida na vila de São José. É possível que na vila houvesse disponibilidade de crédito suficiente para desmotivar eventuais tomadores de empréstimos a buscar recursos longe de casa. Na primeira metade do século XIX cresceu o número de emprestadores fora da vila, tais como Maria Rosa dos Serafins, capazes de suprir a demanda do interior da freguesia. A difusão de agentes como esses pelo território da freguesia possibilitou a Domingos Antônio de Matos, morador no distrito do Carmo da Mata, tomar sete créditos sem acessar nenhum comerciante ou emprestador da vila de S. José.

Outros nomes que tiveram destaque no fornecimento de crédito fora da vila de São José nos anos 1830 foram Joaquim Pinto de Góis e Lara e Félix Gonçalves de Souza, moradores do arraial da Lage, ambos com mais de trinta devedores e figurando entre os proprietários do quintil mais rico da freguesia. Infelizmente não conseguimos identificar um número significativo dos devedores destes proprietários para montar um mapa de suas relações de crédito. Numa escala de operação menor, existiram vários outros emprestadores com pouco mais de dez dívidas ativas que também não puderam ser representados porque não pudemos localizar seus devedores. Durante todo o período coberto por esta pesquisa os inventários que tiveram maiores números de dívidas ativas foram de proprietários que viviam na vila de São José. Ali, apesar da retração do núcleo urbano, estavam os maiores comerciantes e fornecedores de crédito. Mas o aumento do raio dos empréstimos e a desconcentração de seus atores sugerem fortemente a difusão das relações de troca e aquisição de serviços pelo interior, as quais, com a carência de moeda, realizavam-se a crédito.

6.4. Crédito e relações sociais

Transações sem o pagamento imediato eram cotidianas durante o período de nosso estudo. A aquisição de frangos para enfrentar uma doença repentina com uma dieta a base de canja, as despesas funerárias diante de uma morte não anunciada, o serviço do negro que busca mantimentos na vila, o trabalho da costureira que torna usáveis novamente roupas desgastadas pelo trabalho, enfim, uma multiplicidade de ajustes que eram realizados sem o emprego de dinheiro, mas com o empenho da confiança (o crédito). Em outros casos, podia-se recorrer a um empréstimo, como as centenas que foram registradas nos inventários de São José. Não obstante o peso da noção de honra envolvida nesses negócios, tais relações nos sinalizam a realização de uma necessidade, uma demanda, para a qual os recursos econômicos disponíveis não bastavam ou poderiam ter seu uso evitado no momento.

Usamos as dívidas anotadas nos inventários de São José como um sintoma do acesso ao mercado, seja para aquisição de bens e serviços, seja para a obtenção de empréstimo. Como relativamente poucas pessoas deixaram inventário, o registro dessas transações é, evidentemente, muito menor do que seu alcance. Os mais pobres, sobretudo, aparecem no nosso levantamento de dívidas como devedores nas centenas de pequenos créditos concedidos pelos grandes emprestadores e comerciantes. Em algumas ocasiões visualizamos oficiais carpinteiros, pedreiros e sapateiros a quem alguns proprietários deviam o pagamento pelos

serviços. Os pequenos produtores, como vimos, foram pouco frequentemente submetidos à inventariação, embora ao longo do século XIX seus pequenos patrimônios ganhem maior visibilidade. Podemos aqui retornar ao processo crime aberto da morte da escrava Felicidade cabra do ano de 1835 para observar relações de débito que dificilmente seriam submetidas a registro. Duas testemunhas do processo, Jacinta Maria de Jesus e sua irmã, presenciaram a morte da escrava quando passaram pela casa do réu para "lhe dar um dinheiro procedente da compra de umas peneiras".[365] A maior parte das trocas locais desse tipo deve ter carecido de registro.

A menção de débitos em um inventário, um testamento ou seu registro em cartório explicitava a expectativa de recebimento e colocava testamenteiros e inventariantes no encalço dos devedores. O inventariante do capitão Inácio José Barbosa, por exemplo, foi perseverante ao perseguir por vinte e cinco anos o tenente coronel José Franco de Carvalho e seus herdeiros por 5 débitos de valor total pouco superior a 600 mil réis.[366] Finalmente, em 1836 ele abriu mão de concluir o inventário e encaminhou uma petição ao Juiz local para fechar o documento. Na petição, o sargento mor Manoel João Antônio de Campos dizia-se logrado pela viúva e meeira de José Franco de Carvalho, que argumentava frente às cobranças que os bens do seu casal não eram bastantes para cobrir as dívidas deixadas e que desejava convocar todos os credores para proceder ao rateio. Esse tipo de acerto, em que o devedor cede aos credores seus bens e torna-se "livre" das dívidas (mesmo que o montante não seja integralmente coberto) era uma forma costumeira de se livrar dos débitos e preservar o bom nome.[367] No entanto, "com essas boas palavrinhas", Dona Tereza de Jesus Lopes conseguiu delongar por três anos os pagamentos até que o inventariante teve notícia de que, "sorrateiramente", a viúva deu saída a todos os escravos e demais bens para não pagar o que devia.

Encontramos o domicílio de D. Tereza em 1831 sob o número 130 da lista nominativa da vila de São José. Nesse ano, ela já se encontrava viúva e foi declarada com a ocupação de "mineira". Ela abrigava em seu fogo 35 escravos, os quais provavelmente alugava para a cia. inglesa de mineração que estava instalada na vila. Talvez o falecimento do esposo José Franco tenha revelado à D. Tereza uma situação crítica em débitos. Se foi realizado o seu inventário, o documento não resistiu ao tempo. Talvez o negócio de mineração não tenha se revelado tão

[365] AHET II – IPHAN, SJDR – Processos Crimes. PC.28-05 e PC.04-09.
[366] AHET II – IPHAN, SJDR – inventários *post-mortem*. BARBOSA, Inácio José, Cx.441, 1809.
[367] GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade*: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp.117-118.

promissor (como de fato se demonstrou) e D. Tereza tenha tido prejuízos. O fato, é que embora ela tivesse avultada escravaria, preferiu não saldar uma dívida pequena em relação à sua fortuna.

Já o capitão Inácio José Barbosa, credor de José Franco e sua viúva D. Tereza, não estava entre os mais ricos da freguesia. Seu inventário aberto em 1809 o colocava muito próximo do grupo de inventariados mais pobres. No Rol de Confessados ele aparece com dois escravos africanos, um guiné de 40 anos e outro benguela de 20. Seu inventário realizado 15 ano depois registra a posse apenas de Gonçalo angola, descrito como "idoso".[368] Como ocorreu com outros proprietários sem mulheres no plantel, sua escravaria não se renovou no período de baixa do tráfico. Inácio José Barbosa vivia de uma pequena produção rural e do oferecimento de serviços de seus escravos. Seu inventário lista uma chácara, possuída em sociedade com o irmão, um moinho de farinha de mandioca, um descaroçador de café e ferramentas de carapina, de barbeiro e instrumentos musicais (um fagote). Esse produtor remediado forneceu cinco créditos ao tenente coronel José Franco de Carvalho, senhor de um domicílio com 79 escravos segundo o Rol dos Confessados.[369] O primeiro dos créditos foi datado de janeiro de 1796, no valor de Rs 19$200, e o último concedido a maio de 1809, próximo a morte de Inácio, no valor de Rs 28$800. Os empréstimos intermediários tiveram valores acima dos 200 mil réis. Para que o tenente coronel precisava desses créditos não temos ideia. De outro lado, é possível que Inácio conseguisse esse dinheiro com a venda da produção de sua roça e os serviços de seus escravos. É igualmente possível que ele tivesse extrema confiança em José Franco, pois entre o primeiro e o último empréstimo houve um espaço de 13 anos.

Mas, talvez, Inácio Barbosa não estivesse interessado em ter retornos pecuniários com essa relação, embora o empenho de seu inventariado mostre que ele esperava receber esse dinheiro de volta. O primeiro registro que aproxima Inácio do cel. José Franco data de 1783, em um assento de batismo de Custódio, filho de Paulo angola e Custódia crioula, todos escravos de José Franco. O padrinho de Custódio foi Inácio José Barbosa, não sabemos se escolhido pelos pais ou pelo senhor.[370] Em 1789 Inácio e José Franco são testemunhas da união de dois casais de escravos do último.[371] Nesse ano, Inácio já é alferes, embora o Rol de Confessados não acuse esta patente. Este último documento mostra que o irmão de Inácio,

[368] Rol dos Confessados de 1795, Matriz, fogo 690.
[369] Rol dos Confessados, Matriz, fogo 395.
[370] APDSJDR, Batismos, Lv.08, fl.112.
[371] APDSJDR, Casamentos, Lv.24, fl.36.

José Barbosa dos Passos, co-proprietário da chácara no Bichinho onde morava Inácio, vivia como agregado no domicílio de José Franco. Ele também apadrinhou escravos do coronel e era alferes.[372] No entanto, nenhum dos irmãos Barbosa apadrinhou um filho do cel. José Franco. Como veremos no último capítulo, escolhia-se para padrinho alguém considerado da mesma estatura social ou de um patamar superior. O cel. talvez confiasse em Inácio Barbosa para ser padrinho de um escravo, mas não o via como igual para se tornar compadre. No entanto, quando a relação entre esses dois militares se aproximou com a realização das dívidas, Inácio Barbosa ascendeu a capitão.[373] As dívidas no caso do capitão Inácio foram mais uma forma de estreitar laços com o rico coronel da vila, uma relação que possivelmente o ajudou a ascender na hierarquia militar.

Para encerrar o capítulo, devemos considerar que algumas demandas de produtos e trabalho eram solucionadas pelos domicílios mineiros sem passar pelo mercado. Alguns casos nos sugerem que relações de reciprocidade e obrigação ajudavam na manutenção dos fogos sanjoseenses, embora seja muito difícil mensurar a extensão dessas práticas. Na verdade, permutas de bens e serviços eram comuns em sociedades pré-capitalistas baseadas no trabalho domiciliar. Segundo um estudioso da transição para o capitalismo nos Estados Unidos, essas trocas eram uma forma de a unidade doméstica manter sua independência, tentando se afastar das dívidas monetizadas. A pesquisa de Christopher Clark sobre os caminhos do capitalismo no ambiente rural do leste americano depois da independência mostra que existia uma "ética" das trocas locais baseada na confiança e na retribuição "conforme os meios", isto é, de acordo com a capacidade do devedor. Esse sistema valia para as relações na vizinhança e raramente envolvia dinheiro ou registro. Segundo o autor, o dinheiro e as notas de dívida eram instrumentos impessoais usados prioritariamente com agentes de fora da localidade – que não gozavam do sistema local de confiança. Além disso, o registro das dívidas poderia ser considerado falta de fé no devedor e criar um embaraçoso clima de suspeita entre vizinhos.[374]

No caso brasileiro, os domicílios poderiam complementar suas necessidades de trabalho sem o concurso ao mercado valendo-se igualmente de laços de vizinhança. No processo crime do assassinato da escrava Felicidade, Jacinta Maria de Jesus e sua irmã, mencionadas mais

[372] APDSJDR, Batismos, Lv.08, fl.319v; Lv.09, fl.517v.
[373] A partir de 1799 Inácio José Barbosa passa a aparecer nos registros paroquiais como capitão, patente que possui até a abertura do inventário em 1809. APDSJDR, Batismos, Lv.09, fl.611.
[374] CLARK, Cristopher. *The roots of rural capitalism*: Western Massachusetts, 1780-1860. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp.23-38 para uma explicação do autor sobre como a independência do domicílio – isto é, sua capacidade de usar os recursos para sua manutenção – era baseada na interdependência com seus vizinhos, pp.64-71 para as ideias de reciprocidade e obrigação e como os preços eram determinados pela a necessidade de manter a fazenda funcional.

acima, estavam indo à casa da vizinha Águida para fiarem juntas quando presenciaram o assassinato de Felicidade. Esse tipo de ajuda numa época de muito algodão para fiar, ou na entrega de uma grande encomenda, era realizado em nome da amizade e da solidariedade, mas certamente contando que quando precisasse poderia contar com semelhante auxílio.

O mutirão era outra expressão da aquisição de trabalho sazonal pelos domicílios. Quando Ezequiel de Sousa, um jornaleiro da vila de Oliveira, precisou de ajuda para construir a cumeeira da sua casa no ano de 1845, ele, que não podia pagar pelos serviços de um carapina, pediu a ajuda de vizinhos. Depois de uma tarde de serviço duro, Ezequiel ofereceu um jantar para obsequiá-los, servido com "bebidas espirituosas". Um dos vizinhos, Antônio Duarte Mendes, oleiro de ocupação, "completamente bêbado e fora de sua razão", depois de um desentendimento feriu a facadas outro vizinho, José Ferreira da Costa, de ocupação não declarada.[375] Só tomamos conhecimento desse caso pelo seu desfecho trágico. Mas por sob a história de violência e valentia, o "código do sertão" de que fala Maria Sylvia de Carvalho Franco,[376] havia um tecido de reciprocidade que retirou um oleiro de suas ocupações para ajudar um vizinho. Para aqueles que não podiam adquirir uma força de trabalho extra para o fogo sob a forma de um escravo ou contratando os serviços de um oficial, os amigos poderiam ser um recurso, embora, acreditamos, essa ajuda criasse uma obrigação moral de retribuir quando fosse convocado.

[375] LABDOC/UFSJ. Fórum de Oliveira. Processo-crime, 03-83, 1845.
[376] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, capítulo 01. Ver nesta mesma obra as passagens clássicas sobre o mutirão às pp.30-41.

Parte III: Domicílio e Família

Capítulo 7. O fogo, a fábrica da vida

O começo do ano de 1839 foi marcado por debates acirrados na Assembleia Legislativa Provincial Mineira. O regresso dominava a passos largos a política imperial e os representantes da facção moderada fizeram da tribuna sua trincheira. Mas houve um debate em que deputados conservadores e a oposição moderada concordaram. Em fevereiro os legisladores resolviam se deveriam ou não representar ao Senado do Império cobrando urgência na extinção da lei de novembro de 1831 – a lei que tornara o tráfico de escravos africanos proibido no Brasil. Os argumentos usados pelos deputados mineiros para defender a legalização do tráfico são muito semelhantes aos que animavam os debates no Parlamento Imperial. Diziam uns que a lei não valia, pois o Estado não tinha condições de impô-la, o que representava um escárnio à Justiça. Outros argumentavam que o país não tinha condições de produzir sem o concurso do braço cativo, pois faltavam trabalhadores e sobravam "comodidades" na terra.[377] Foi quando o deputado Luiz Maria da Silva Pinto, ilustre escritor e intelectual, tomou a palavra e disse:

> Eu não classifico a escravidão tão injusta e feia como a filosofia aqui a tem pintado. O que é pai de família conta filhos e fâmulos na ordem de escravos e é de força que tenha poder dominativo sobre mulher e filhos, que os faça trabalhar e castigue; isto não é um mal, é doutrina útil e necessária. O que entrar para a família com o nome de cativo entra para a ordem dos familiares, sofra o mesmo, tenha subordinação, como filho.[378]

Foi uma fala iluminadora, pelo menos para o historiador. Silva Pinto foi claro: a escravidão não deve acabar porque ela representa o domínio senhorial sobre a família, isto é, ela é parte integrante da própria ordem doméstica. Há um conteúdo patriarcal ou paternalista que orienta essa elaboração. O pai tem "poder dominativo" sob aqueles que vivem sob seu mando; estes lhe devem obediência e trabalho. Mas há também uma ideia um tanto diferente de família, mais alargada do que a nossa concepção: nela cabem os escravos, assim como a mulher e os filhos.[379]

[377] Sobre os debates para a extinção da Lei de 1831 ver CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, capítulo 04.
[378] Seção da Assembleia Legislativa Provincial de 18 de Fevereiro de 1839. O Universal, nº 44, 18/03/1839. Agradeço ao camarada Alexandre Marciano por ter me fornecido cópia deste documento.
[379] Com essa identificação Silva Pinto quisesse bendizer a escravidão brasileira, afirmando-a leve. Ele continuou seu argumento pontuando que "Não há tal falta de filantropia [na escravidão]. A este gênero de escravo faz-se um bem e não mal: são brutos, civilizam-se. Os meus escravos são meus sócios e têm uma vantagem: no fim do ano eles não entram nas perdas da sociedade e tem comido dos lucros".

Neste capítulo desdobraremos a fala de Silva Pinto num duplo objetivo: captar os arranjos sociais que davam vida ao domicílio e aproximar dos sentidos que a chefia de um fogo poderiam revelar nas relações entre pequenos produtores. A primeira seção do capítulo preocupa-se com o fogo enquanto unidade produtiva, que vai além da família consanguínea, mas é sua base de reprodução. Reconhecemos que o domicílio também estava carregado de outras atribuições, mas as fontes que empregamos abrem maiores janelas para a análise econômica. Nessa parte do trabalho analisaremos quais as relações sociais que davam formas aos fogos da sociedade escravista, bem como as implicações dessas relações para o posicionamento dos fogos na estrutura social. Na segunda seção tentamos dar um passo para fora do fogo e analisar suas relações com os demais domicílios. Como veremos, as relações além do fogo podiam ser tão importantes para os pequenos produtores quanto seus arranjos domiciliares.

7.1. Além da família, o fogo: arranjos domiciliares na freguesia de São José do Rio das Mortes.

Quando os padres e juízes de paz realizaram os arrolamentos de moradores (na verdade, os padres desejavam uma lista de confessados) dos quais temos nos valido nesta pesquisa, os indivíduos não foram listados à revelia. Muito pelo contrário, os habitantes foram dispostos em unidades estruturadas de moradores designadas em ambos os documentos como "fogos". Tradicionalmente os historiadores consideraram o termo "fogo" como sinônimo de "família", fazendo referência aos laços de parentesco que uniam os habitantes dessa unidade. A identificação tem sentido e pode ser encontrada em vários documentos do passado. Quando o presidente da província de Minas ordenou às autoridades dos distritos que procedessem às listas nominativas, o ofício recomendava a cada um dos Juízes de Paz que com "a maior brevidade envie uma relação conforme o exemplo seguinte dos habitantes do mencionado Distrito, pela ordem dos respectivos quarteirões, ou quando estes não se acharem divididos, pela dos fogos, ou famílias".[380] Semelhante equivalência entre fogo e família apareceu em várias outras determinações de levantamentos de população ao longo do século XIX, e seu uso remete a uma das possíveis significações da palavra família no mundo latino.[381] E é aí que

[380] APM, Seção Provincial, códice 81, p.146, ofício de 28/08/1831, *apud* RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, pp.145-146.
[381] RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, pp.148-152.

reside o risco de uma identificação automática entre fogo e família, pois os sentidos da família variaram ao longo do tempo.

Na tradição do Antigo Regime, que informou a formação da sociedade colonial brasileira, família compreendia significados mais amplos ou mais limitados, mas nenhum se restringia aos laços consanguíneos compreendidos na noção contemporânea. Segundo António Manuel Hespanha, "família" era uma palavra de contornos muito vastos na qual se incluíam desde a comunidade de pessoas reunidas sob a autoridade do chefe de uma casa, passando pelos laços de parentela que uniam a descendência ou ascendência de alguém até o corpo político do Reino ou o corpo religioso da Igreja. As congregações religiosas chamavam-se "casas" e seus chefes eram "abades" (palavra que significa "pai"); os religiosos entre si eram "frades ("irmãos"); os agentes do Santo Ofício eram "familiares".[382] Mas, para o historiador português, essa universalidade era derivada do fato de que o modelo de organização doméstica, a família no sentido restrito, informava o imaginário das relações políticas e clientelares. Essa continuidade entre o governo da casa e o da cidade oferecia uma série de metáforas do casamento e da filiação para descrever e explicar as relações entre o rei e os súditos, o príncipe a república, a Igreja e os fiéis etc. e conferia legitimidade ao governo patriarcal da república, na qual o reino era a extensão da casa do soberano.[383]

O funcionamento da unidade doméstica atualizava cotidianamente esse imaginário. O fogo pode ser definido como uma comunidade de bens e trabalho sob a hegemonia do *pater*. As relações sociais que o estruturavam compreendiam deveres mútuos entre seus membros e o chefe do domicílio. A este competia dar morada, alimentar, dirigir e proteger seus abrigados. A todos os demais moradores cabia a obediência e o trabalho para o chefe do fogo. Mas cada um dos moradores ocupava um lugar distinto nessa pequena comunidade, isto é, tinham direitos específicos. O lugar da esposa não se confundia com o dos filhos, nem o destes com o dos criados. Nesse contexto, muitas das atividades que hoje reunimos sob o conceito de trabalho acabavam sendo consideradas sob várias outras categorias como obrigação, dever, caridade etc. e eram estruturadas por relações de gênero, de idade, parentesco ou servidão.[384]

---

[382] HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p.135 e p.137.

[383] Como afirma Hespanha, remetendo-se aos clássicos gregos, tratava-se da continuidade "entre a '*oeconomia*', ou disciplina das coisas da família, e a '*política'*, ou disciplina das coisas públicas". Idem, p.136..

[384] Idem, pp.126-130. BERNAND, Carmen. Las representaciones del trabajo en el mundo hispanoamericano: de la infamia a la honra. *In* PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla M. J. (orgs.). *O trabalho mestiço*: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume, 2002.

Assim, a ideia contemporânea de família como grupo unido por laços de parentesco sanguíneo é limitada para compreender o conjunto de relações sociais que estruturavam o fogo. Especialmente, escapam à nossa ideia de família as funções do fogo como unidade produtiva. Antes da profunda fratura provocada pela industrialização entre o espaço doméstico e o espaço da produção – aquele como lugar da família, este como lugar do trabalho – ambas as funções mesclavam-se numa só unidade espacial. Nela, a reprodução das relações sociais e a produção econômica eram funções indistinguíveis cujas demandas acabavam por definir o tamanho e a forma dos agrupamentos. Isto é, o domicílio era ao mesmo tempo o *lócus* da produção econômica e da reprodução das relações familiares, o que implicava em moradores das mais diversas procedências que se dedicavam a uma miríade de pequenas atividades e estavam subordinados à autoridade de um chefe – geralmente a primeira pessoa arrolada na lista de moradores.

7.1.a) Os domicílios da freguesia de São José

Os estudos dos arranjos domiciliares no Brasil escravista durante um longo tempo tiveram por base metodológica e teórica a tipologia de famílias proposta por Peter Laslett na década de 1970. Tal tipologia foi fundamental para demonstrar que a família nuclear não foi um resultado do processo moderno de urbanização e industrialização – ou seja, o passado pré-industrial não foi marcado por grandes domicílios contendo várias gerações. Nas sociedades europeias do passado pré-capitalista predominavam os domicílios constituídos por apenas uma família. [385]

Bastante divulgada e empregada deste então, a tipologia Laslett tem a vantagem de possibilitar a comparação entre estudos de diferentes lugares e épocas. Mas há algumas limitações importantes em seu emprego. Em primeiro lugar, essa tipologia exige censos de boa qualidade na definição das relações entre os habitantes do domicílio, sendo que os membros das famílias devem estar claramente informados na fonte, um dado que, infelizmente, não é a regra em listas nominativas no Brasil.[386] Em segundo lugar, como se trata de uma tipologia com categorias estabelecidas previamente, nem sempre os casos em vista se enquadravam na tipologia preestabelecida. No caso brasileiro, a presença ubíqua da escravidão levou alguns estudiosos a produzir adaptações na tipologia Laslett, como as

[385] LASLETT, Peter *e outros* (orgs). *Household and family in the past time.* Cambridge: University Printing House, 1972.
[386] BACELLAR, Carlos de A. P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus*. Juiz de Fora: v. 14, p. 107-124, 2008.

propostas por Iraci del Nero da Costa e Maria Luísa Marcílio que diferenciaram os tipos de família com e sem escravos, e Eni Samara, que criou uma nova tipologia específica.[387]

Seguindo a tipologia de famílias de Laslett e considerando a adaptação proposta por Marcílio e Costa, os domicílios da freguesia de São José apresentavam a seguinte configuração no ano de 1795:

Tabela 7.1 - Tipos de famílias pela tipologia Laslett na freguesia de São José em 1795

Tipos de família	Com escravos (n = 816)	Sem escravos (n = 880)	Total (n = 1696)
Solitários	21,00%	40,90%	31,30%
Sem família	4,70%	5,60%	5,10%
Fam. simples - só núcleo	19,70%	13,30%	16,40%
Fam. simples - núcleo + filhos	30,10%	16,90%	23,30%
Fam. simpl. - monoparentais	15,80%	17,30%	16,60%
Família estendida	8,50%	5,70%	7,00%
Famílias múltiplas	0,20%	0,30%	0,30%

Fonte: Rol dos Confessados de 1795

A fonte utilizada na tabela acima, o Rol de Confessados de 1795, não lista as crianças com menos de sete anos, o que torna nossos resultados, na melhor das hipóteses, boas aproximações. A ausência de crianças certamente representou jovens mães solteiras como moradoras em fogos solitários, bem como casais com filhos pequenos no grupo de Família simples, só núcleo. Porém, apesar dessa limitação, esse tipo de fonte é considerada por outros estudos como adequada para análise das estruturas familiares.[388]

Para o ano de 1831 a análise dos tipos de família fica comprometida pela baixa qualidade da informação de relação de parentesco oferecida pelas listas nominativas. No entanto, com algum engenho foi possível uma aproximação da tipologia de Laslett. Na Tabela 7.2, consideramos todas as crianças com menos de 14 anos como filhos dos chefes do fogo e os demais adultos sem relação de parentesco informada foram tomados como parentes do chefe. Na prática, esse procedimento inflou artificialmente os números de famílias nucleares e extensas, mas minorou o problema da ausência de informação de parentesco da fonte.

[387] Ver COSTA, Iraci Del Nero da. *Populações mineiras*: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo, IPE-USP, 1981; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, pp.100-101; SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p.27.

[388] Ana Volpi Scott baseou seu estudo em uma longa série de róis de confessados anuais de uma paróquia portuguesa. Somente na segunda metade do século XIX esses documentos começaram a listar os menores de sete anos. SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, pp.388-389.

Tabela 7.2 - Tipos de famílias na freguesia de São José em 1831

Tipos de família	Sem escravos (n = 1.295)	Com escravos (n = 881)	Total (n = 2.176)
solitários ou sem família	21,7%	17,4%	19,9%
família nuclear	39,8%	43,0%	41,1%
família extensa	34,4%	32,9%	33,8%
família múltipla	4,1%	6,7%	5,1%
Total	100%	100%	100%

Fonte: listas nominativas de 1831

Nota: a tabela considera crianças com menos de 14 anos como filhos dos chefes do fogo e os demais adultos sem relação de parentesco informada foram tomados como parentes do chefe

No final do século XVIII a freguesia de São José apresentava a maior parte dos seus domicílios habitada por uma família nuclear. Essa predominância dos laços nucleares já foi verificada em outros estudos sobre o período escravista e não difere do passado europeu pré-industrial.[389] Os baixos percentuais de domicílios que envolvem parentes fora do núcleo familiar ou mais de uma geração serviram para por em dúvida a suposta prevalência da família patriarcal. O grande número de fogos sem a presença de uma família, os unitários, e daqueles chefiados por mulheres solteiras reforçaram os argumentos em prol da diversidade de arranjos familiares do Brasil escravista para além do modelo patriarcal. O debate sobre o patriarcalismo permanece com novas e originais posições, como a argumentação de que ele não seria exatamente uma forma inescapável de organização familiar, mas o modelo dominante calcado numa orientação cultural em que os desejos individuais são subordinados às estratégias familiares. Outra contribuição foi fornecida por Cacilda Machado que coloca as possibilidades do domicílio patriarcal em áreas com baixa participação da mão de obra escrava no poder do chefe de fogo exercer seu domínio sobre indivíduos para além do grupo familiar. Nessa mesma linha, o artigo em que Bert J. Barickman analisa os engenhos de açúcar do recôncavo demonstra que, mesmo nos domicílios de solitários, a presença de escravos e agregados ensejaria um tipo de domínio semelhante ao patriarcal.[390]

[389] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, capítulo 05. SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Mraco Zero/Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989, pp.26-41.

[390] O artigo que apresenta as críticas seminais à difusão do modelo patriarcal de família no Brasil é de CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal Brasileira. *In* ARANTES, Antônio A. *e outros*. *Colcha de retalhos*: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editara da UNICAMP, 1994. Sobre o patriarcalismo como um conjunto de valores e práticas que colocam a família no centro da ação social, ver BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007, pp.49-63. Para as relações de domínio em uma região pobre, MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades*: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, pp.78-79. O artigo de Barickman é BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835. *Afro-Ásia*. Salvador, Edufba, nº 29-30, pp.79-132, 2003.

O artigo de Barickman é também importante porque chama atenção para a presença constante desses outros "não-parentes" que limitam o valor explicativo dos tipos de família de Laslett para o caso do Brasil escravista. Alguns exemplos extraídos do Rol de Confessados são capazes de demonstrar tais limitações:

Quadro 7.1 - Exemplos de domicílios na Tipologia Laslett

Exemplos de fogos "Sem famílias":

Fogo 23, vila São José, 1795

1. Alferes Antônio Pedrozo de Carvalho Galvão, livre, branco, 45 anos;
2. Antônio, crioulo, 38 anos, escravo;
3. Ana, crioula, 30 anos, escrava, mulher de Antônio;
4. Damião, angola, 26 anos, escravo;
5. Domingas, angola, 26 anos, escrava;

… + 29 escravos.

Fogo 24, vila São José, 1795

1. Ana Barros da Costa, mina, quartada, 58 anos.

Exemplos de "Família Nuclear":

Fogo 93, capela de Passatempo, 1795

1. Manoel Correa do Sacramento, livre, pardo, 56 anos;
2. Maria Tereza, livre, parda, 41 anos, esposa;
3. Quintiliano, livre, pardo, 19 anos, filho;
4. Euzélio, livre, pardo, 18 anos, filho;
5. Matildes, livre, parda, 17 anos, filha.

Fogo 91, capela de Passatempo, 1795

1. Manoel Afonso, livre, branco, 59 anos;
2. Helena Maria, parda, livre, 35 anos, esposa;
3. Silvéria, parda, livre, 18 anos, filha;
4. Manoel, pardo livre, 12 anos, filho;
5. Ana, parda, livre, 9 anos, filha;
6. Helena, parda, livre, 8 anos, filha;
7. Antonio, crioulo, 28 anos, escravo;
8. Antonio, pardo, 11 anos, escravo;
9. Caetano, angola, 32 anos, escravo;

… + 12 escravos.

Fonte: Rol dos Confessados de 1795

Esses casos servem para encaminharmos a crítica da tipologia Laslett produzida por Michael Mitterauer e Reinhard Sieder – expoentes da chamada "Escola Austríaca". Em síntese, os autores acusaram Laslett de anacronismo por se basear numa ideia atual de família na tentativa de explicar a lógica dos domicílios do passado. Segundo Miterrauer e Sieder, os tipos de família de Laslett privilegiariam as relações maritais e biológicas entre os moradores do domicílio deixando de fora outros habitantes tão essenciais quanto a parentela para o sustento da unidade. A função desses demais indivíduos, fundamental para a inserção econômica do domicílio, não era levada em conta na perspectiva de Lastlett e nos estudos que tomaram as estruturas de parentesco ritual e sanguíneo como modelos para os fogos.[391] Ainda nos anos oitenta Laslett considerou a crítica "pertinente" e reconheceu a pluralidade das relações que habitavam os domicílios, segundo ele, "grupos de trabalho e de parentesco". Como considerou Laslett: "Michael Mitterauer e seus colegas de Viena descrevem o domícilio familiar em termos de uma constelação de funções: função procriativa, de trabalho,

[391] MITTERAUER, Michael & SIEDER Reinhard. *The European family:* patriarchy to partnership from the middle Ages at the present. Chicago: The University of Chicago, 1982, p.25 e seguintes.

de parentesco etc. Para eles, uma tipologia (como a que elaboramos em 1972) é inadequada para seus fins e leva a equívocos sobre a compreensão do grupo doméstico". [392]

A partir de análises qualitativas conjugadas à seriação de fontes diversificadas, estudos recentes têm mostrado cada vez mais como o fogo era multifuncional e enfeixava uma série de relações sociais que lhe conferiam estrutura e posição na hierarquia social.[393] O domicílio era o lócus do poder do chefe, a unidade fundamental na política do Império, o centro das relações familiares, além de residência e unidade produtiva. O desafio, nos parece, é como instrumentalizar algumas dessas várias funções através das informações dos censos antigos e produzir uma classificação com valor heurístico. Para a província de Minas Gerais na década de 1830 – a partir do amplo conjunto de listas nominativas distritais – foi possível estabelecer uma nova tipologia de arranjos domiciliares da província. É a ela que nos voltamos agora para analisar os domicílios de São José nos anos 1830.

7.1.b) Os perfis plurifuncionais de domicílios

Em sua tese doutoral, o demógrafo e historiador Mário Rodarte procurou recuperar a condição histórica diversificada dos domicílios do passado elaborando uma tipologia capaz de contemplar outros atributos além das relações de parentesco. O autor adotou o método estatístico denominado *Grade of Membership* (GoM) que determina os perfis mais distintos dos elementos de um universo através da observação associativa das características de cada elemento. Tais características são definidas pelo pesquisador com base em quantos predicados (variáveis) ele julgar necessários e possíveis para se apreender a natureza multifacetada dos domicílios.

Basicamente, Rodarte elaborou um "questionário" para avaliar 38 atributos dos domicílios mineiros da década de 1830 que versavam sobre aspectos demográficos (idade, sexo, nupcialidade dos moradores do fogo), ocupacionais (profissão dos moradores) e locacionais (se o fogo era urbano ou rural, se a região era de alto ou baixo desenvolvimento econômico). A partir dos padrões de respostas dos domicílios ao questionário pesquisado foi

[392] LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparação entre áreas da Europa Ocidental. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, p.166.

[393] MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades*: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação*: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2006.

possível visualizar quatro tipos particulares de arranjos domésticos, os *perfis extremos*. Esses perfis extremos não resumem toda a variedade dos domicílios, apenas mostram seus arranjos mais singulares. Para avaliar o quão próximos os domicílios do conjunto estão dos perfis extremos, o GoM atribui um *score* de pertencimento de cada domicílio a cada um dos perfis extremos. Com grau de pertencimento um, o domicílio tem 100% de identificação/pertinência ao perfil, ao passo que grau de pertencimento zero significa que o domicílio não tem nenhuma pertinência ao perfil. Nesse método podem ocorrer formas de pertencimento intermediárias, constituindo conjuntos de fogos que têm características de mais de um perfil – casos que são denominados *perfis mistos*.[394]

A proposta de Rodarte promove um descentramento de quatro ordens em relação às formas convencionais de classificação dos domicílios: (1) é mais abrangente, pois inclui membros não parentes na conformação de cada tipo de organização domiciliar; (2) não depende do registro de parentesco entre os moradores, uma vez que o método plurifuncional baseia-se em informações demográficas e econômicas do domicílio presentes na maioria dos censos; (3) enquanto as classificações convencionais estabelecem tipos discretos, devendo os casos ser encaixados em uma das categorias, na metodologia empregada por Rodarte os tipos mais distintivos de arranjos domésticos segundo os vários atributos pesquisados emergem do universo analisado, (4) por fim, admite-se a existência de formas mistas que representam domicílios que não se encaixam completamente em um dos perfis.[395]

Os quatro tipos ou perfis de organização domiciliar discernidos por Rodarte podem ser sumariados como a seguir:

- *Tipo 01 – camponês*:[396] fogo estruturado por um núcleo conjugal seguido de filhos, de tamanho médio a grande, com pessoas jovens e, em sua maioria, pardas; o chefe era, normalmente, masculino, jovem, pardo, casado e não era seguido por nenhum membro idoso; baseado no trabalho livre familiar, ocupava-se do agropastoreio ou artesanato;

[394] A descrição formalizada do *GoM* é mais complexa do que o apresentado, mas, por amor à brevidade, podemos apenas indicar as obras de referência que explicam as tecnicidades do método.Ver SAWYER, Diana O. *e outros*. Perfis de utilização de serviços de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, pp.757-776, 2002, p.759 e RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, Apêndice, p.261.

[395] Idem, item 6.3, pp.155-164.

[396] Na introdução deste texto já manifestamos nosso desconforto com o uso da categoria de camponês para o Brasil escravista. O grande debate historiográfico sobre essa aplicação já foi referido e aqui reafirmamos nosso ponto de vista de que o caráter mercantil da sociedade escravista e o gerenciamento privado da unidade produtiva causam embaraço, senão negam, a designação dos pequenos produtores como camponeses, seja o campesinato considerado um setor econômico ou uma classe social. Não obstante, nesta parte do texto nos referiremos à estrutura domiciliar camponesa visualizada por Rodarte sempre que for necessário discutir os resultados da aplicação da sua tipologia plurifuncional de domicílio à freguesia de São José.

em geral situado nos arredores de pequenos núcleos ou povoados, estava associado a regiões de médio ou baixo desenvolvimento econômico.

- *Tipo 02 – autônomo*: domicílios de chefia feminina de maior idade (próximo aos 50 anos) e cor preta; chefes solteiros ou viúvos e ausência de núcleo familiar; fogos pequenos, normalmente, unipessoais ou até 3 pessoas, sendo a maioria mulheres; maior presença urbana nas áreas de povoamento consolidado; dedicados ao trabalho em tecidos e outras formas de artesanato. Podia incluir também, em melhor situação social, funcionários públicos, militares, prestadores de serviços e algumas profissões manuais.

- *Tipo 03 – escravista*: estruturado por um casal com filhos, seguidos de outros livres adultos pardos e/ou negros; a capacidade de trabalho era reforçada pela presença de escravos e a vulnerabilidade econômica era menor; emblemático das atividades produtivas mais pujantes, não distinguia o tamanho da escravaria; encontravam-se bem distribuídos nas áreas da província; seus chefes dedicavam-se à agropecuária, mineração e comércio.

- *Tipo 04 – assalariado*: fogos de chefes solteiros ou casados, mas sem descendentes; em geral, de idade avançada, cor preta; mais constantes em áreas de baixo desenvolvimento e em áreas rurais de núcleos pequenos; sustentavam-se com a venda da força de trabalho dos membros nas atividades agropecuárias.

Os quatro tipos definidos são os perfis extremos. Pouco mais de 60% dos 84.810 fogos avaliados na província de Minas na década de 1830 identificavam-se, por predominância de características, a um desses perfis. Os fogos mais identificados aos perfis *camponês* e *escravista* eram os tipos predominantes, correspondendo a, respectivamente, 24,3% e 21,6% dos domicílios. Ao contrário, o tipo *assalariado* tinha a menor representação, 4,7% dos domicílios, o que reflete a pequena expressão dessa forma de inserção econômica. Já os *autônomos*, fogos de mulheres solteiras em regiões urbanas, ou de funcionários do Estado nas mesmas áreas, representavam 12,5% dos fogos.

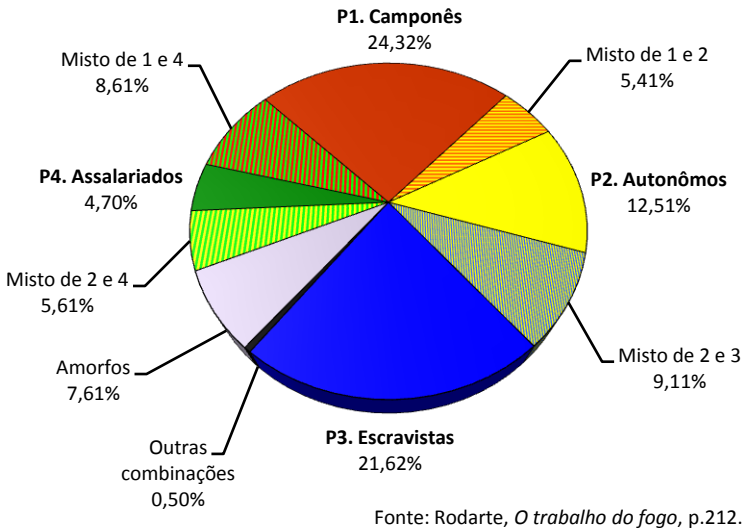
Além desses tipos extremos, puderam-se perceber perfis intermediários – denominados *mistos* – que são aqueles que incluem características de mais de um perfil extremo.[397] Os

[397] A identificação de um domicílio a um perfil extremo ou a um perfil misto é explicada pelo conceito de "predominância das características de um perfil" que é desenvolvido em SAWYER, Diana O. *et. alli*, Perfis de utilização de serviços de saúde no Brasil, *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, pp.757-776, 2002,

perfis intermediários ou mistos que apresentaram maior frequência em Minas na década de 1830 foram os mistos de escravistas e autônomos, 9,1% do total de fogos, os mistos de assalariados e camponeses, com 8,6%, os mistos de autônomos e assalariados, com 5,6%, e mistos de camponeses e autônomos, 5,4%. Essas combinações mostram as maiores possibilidades de compatibilização entre os diferentes perfis, o que indica os possíveis caminhos de evolução dos fogos em cada conjunto. O fato de virtualmente não serem contabilizados fogos em situação intermediária ente os perfis majoritários – isto é, mistos de camponeses e escravistas – aponta o antagonismo imanente dessas duas formas de arranjo domiciliar, ou se era camponês ou escravista, nunca uma forma intermediária.

A distribuição dos domicílios da província pelos perfis definidos por Rodarte pode ser observado no **Gráfico 7.1** abaixo:

Gráfico 7.1 - Estruturas domésticas dos fogos mineiros, década de 1830.



Fonte: Rodarte, *O trabalho do fogo*, p.212.

Optou-se por usar a tipologia definida por Rodarte nas listas nominativas da década de 1830 para traçar o padrão de organização domiciliar dos fogos de São José no ano de 1831. Seria possível aplicar todo o arsenal metodológico proposto pelo autor apenas aos fogos da freguesia de São José. Porém, consideramos os perfis acima discutidos representativos da diversidade social e espacial da província e é interessante observar como eles seriam modulados pelas condições particulares de uma região delimitada. Procedeu-se, assim, apenas à seleção dos distritos que compunham a freguesia de São José do banco de dados com os fogos já classificados segundo a tipologia plurifuncional de Rodarte.

---

p.762 e RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.211.

A **Tabela 7.3** mostra como os fogos da freguesia se distribuíam segundo os perfis plurifuncionais de domicílio na freguesia de São José.

Tabela 7.3 - Distribuição dos domicílios segundo tipologia dos perfis extremos, freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1831.

Perfis	Predominância	N	%
Perfis Puros		***1434***	***65,9***
P1. Camponês		**326**	**15,0**
	P1.1	193	8,9
	P2.1	133	6,1
P2. Autônomo		**468**	**21,5**
	P1.2	172	7,9
	P2.2	296	13,6
P3. Escravista		**555**	**25,5**
	P1.3	467	21,5
	P2.3	88	4,0
P4. Assalariado		**85**	**3,9**
	P1.4	22	1,0
	P2.4	63	2,9
Perfis Mistos		***640***	***29,4***
De 1 e 2 - camponês e autônomo		**136**	**6,3**
	MP1,2	26	1,2
	MSP1,2	69	3,2
	MP2,1	41	1,9
De 1 e 4 - camponês e assalariado		**119**	**5,5**
	MP1,4	28	1,3
	MSP1,4	65	3,0
	MP4,1	26	1,2
De 2 e 3 - autônomo e escravista		**303**	**13,9**
	MP2,3	7	0,3
	MSP2,3	220	10,1
	MP3,2	76	3,5
De 2 e 4 - autônomo e assalariado		**82**	**3,8**
	MP2,4	42	1,9
	MSP2,4	29	1,3
	MP4,2	11	0,5
Amorfo		**102**	**4,7**
Total		**2176**	**100,0**

Fonte: Banco de dados das listas nominativas da década de 1830. CEDEPLAR/ UFMG

Percebe-se que os perfis extremos também abrangem quase dois terços dos fogos. Porém, para a freguesia de São José, os domicílios identificados ao perfil *camponês* perfazem apenas 15%, sendo sobrepujados pelos *autônomos*, 21,5% dos fogos, e pelos *escravistas*, com

25,5%. Os tipos mistos de autônomo e escravista são os perfis intermediários mais representativos, quase igualando a representação de camponeses. Esses resultados apontam que em S. José em 1831 as características do perfil autônomo estiveram mais presentes do que em toda a província. Isso pode significar possibilidades diferenciadas de inserção econômica, especialmente em atividades passíveis de serem executadas por solitários, como as funções públicas ou serviços, ou que se concentravam na capacidade do chefe do fogo, dispensando o trabalho de outros livres, como seria o caso dos trabalhadores em edificações, alfaiates, rendeiras etc.

Como vimos no capítulo 04, a agropecuária ocupava pouco mais de um terço dos chefes de fogo com ocupação conhecida de S. José. Praticamente outro terço dedicava-se a atividades artesanais diversas. Outros 25% dedicavam-se ao comércio ou apresentavam mais de uma ocupação. O forte setor artesanal, sobretudo o artesanato em tecidos, e a presença destacada do comércio e de funções administrativas colaborou para que os fogos se estruturassem segundo o perfil autônomo, isso porque os proprietários envolvidos nessas atividades conseguiam realizar suas funções sem a necessidade de constituir uma família, ou substituindo o trabalho familiar pelo dos escravos.

Outros aspectos que podem ser levados em conta para explicar a variedade dos arranjos domiciliares da freguesia e sua inserção econômica nos anos 1830 são o nível de desenvolvimento regional e a presença e extensão de núcleos urbanos, já que ambos podem criar oportunidades econômicas diferenciadas. A esse respeito, é interessante mencionar que na capitania de São Paulo entre os anos 1798 e 1828, Maria Luiza Marcílio verifica que os domicílios de família simples – com apenas um núcleo familiar – eram quase 90% dos fogos sem escravos e, em média, 75% dos fogos escravistas.[398] A vida na capitania de São Paulo nesse momento era basicamente caracterizada pela atividade agrícola pouco mercantilizada (pelo menos até a expansão dos cultivos de exportação na década de 1830); nesse contexto econômico, a aquisição de escravos era limitada e a dependência de braços familiares fundamental. Em São José, ao contrário de São Paulo, os altos níveis de uso do trabalho escravo possibilitaram a vários domicílios sustentarem-se sem a presença de um núcleo familiar.

Quanto ao aspecto urbano, a região "Intermediária de Pitangui Tamanduá" – onde os distritos da freguesia de S. José situavam-se – apesar de ser uma região de ocupação antiga e

[398] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista:* 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p.102, tabela 19.

historicamente identificada com a mineração e suas atividades acessórias, tinha em 1831 menos de 30% da população vivendo em núcleos urbanos e um baixo nível de centralidade urbana.[399] Sabe-se que a região gravitava a vila de S. João del Rei, que funcionava como centro econômico e financeiro local, capaz de intermediar o comércio com a capital do Império e de prover crédito para o interior.[400] As funções urbanas nos distritos de S. José provavelmente se ressentiam da predominância mercantil de São João. Porém, o mesmo capital mercantil que se impunha sobre tais distritos ampliava seus mercados além dos limites da província e criava oportunidades econômicas para a produção agropecuária local. O dinamismo dessas atividades, talvez mais do que a vitalidade urbana, é que engendrou a diferenciação econômica visualizada pela diversidade ocupacional. Era por causa da dinâmica economia rural da freguesia de S. José que houve oportunidades de manutenção para um significativo percentual de domicílios cujos membros ocupavam-se nos serviços ou artesanato e não se estruturavam sobre laços parentais.

Os domicílios de feitio *camponês*, conforme a definição de Rodarte, têm, no contexto da freguesia de São José, expressão menor, apenas 15%, enquanto na província como um todo eram 24,3% dos fogos. Tais domicílios tendiam a ser mais frequentes em regiões de ocupação recente, de desenvolvimento demográfico moderado a alto, mas baixo desenvolvimento econômico, ou seja, áreas em que a população crescia rapidamente, mas com baixos níveis de mercantilização da produção. Lançamos aqui mão de duas hipóteses para explicar porque os fogos de perfil *camponês* eram menos representados nas regiões de ocupação antiga e alto desenvolvimento, na freguesia de S. José em particular.

Por um lado, é possível que esse tipo de domicílio, formado por um casal pardo ou negro, seguido de numerosos filhos e sem o concurso de mão de obra escrava, fosse o tipo de organização domiciliar mais comum em áreas de recursos abertos e abundantes, mas baixa mercantilização. A presença de terras disponíveis exigia braços para a produção e essa demanda era sustentada pela família nuclear, normalmente grande. Ao mesmo tempo, a fertilidade de terras pouco exploradas e a disponibilidade de recursos como madeira e caça teriam facilitado a sobrevivência em níveis modestos, dispensando mão de obra adicional

[399] Ver RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, Mapa 03, p.77 e do mesmo autor *O caso das minas que não se esgotaram*: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Dissertação (Mestrado em Economia). Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999, p.93, mapa 10, e p.135, tabela 35.

[400] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, pp.106-107.

extra-familiar, como escravos. Historicamente, no Brasil, a ocupação de áreas de fronteira foi feita por indivíduos pobres que empreenderam esse tipo de produção familiar. Como nota Sheila Faria para a capitania fluminense, as freguesias mais embrenhadas na Mata Atlântica eram habitadas principalmente por negros e pardos responsáveis por abrir a região e limpar as terras.[401] Num segundo momento, e dependendo das oportunidades do mercado, pessoas mais abastadas dirigiam-se para esses lugares e, dada sua influência junto ao Estado, conseguiam sesmarias e fatalmente desalojavam a população primitiva.[402] É possível que Minas Gerais tenha experimentado esse mesmo padrão de ocupação de terras, o que explicaria a maior presença de fogos chefiados por pardos, estruturados em núcleos familiares e dedicados à agropecuária, nas frentes de expansão da província.[403]

Há uma série de condições que tornavam a freguesia de São José um lugar menos propício para esse tipo estrutura doméstica. No primeiro capítulo mostramos evidências de que na freguesia de S. José praticamente não havia terras livres já na década de 1820, o que tornaria o lugar menos promissor para unidades produtivas do tipo "camponês". Na mesma década não mais se registraram pessoas vindas de fora da freguesia a se casar no local. Poucos anos depois, as listas nominativas de 1831 apresentam razões de masculinidade baixas entre os livres, com destaque para a superioridade feminina entre a população preta e parda, sugerindo um movimento de emigração da freguesia, justamente no momento em que os testemunhos apontam a falta de terras.[404]

O regime de herança prevalente no Brasil, que estipulava a repartição igualitária do patrimônio entre os descendentes, dividia a terra ao longo das gerações entre os vários filhos até que as glebas não pudessem mais sustentar um novo núcleo. Como, mencionado, o perfil "camponês" corresponde a fogos com muitos descendentes, então, essas famílias menos afortunadas tinham de sobreviver com a venda de sua força de trabalho, o que explica em S. José a significativa parcela de fogos no perfil misto de *camponês* e *assalariado*. Uma opção à

[401] FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.127-128.
[402] *Idem*, ver pp.125-126 sobre as barreiras à ocupação de terras durante a época colonial: a presença de indígenas e a mata fechada. Sobre o processo de desalojamento de pequenos produtores das terras interessantes para a agro-exportação no Rio de Janeiro ver MOTTA, Márcia Menendes. *Nas fronteiras do poder*: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, capítulo 01.
[403] RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.199 e Mapa 28 à p.228.
[404] No ano de 1831, na freguesia de São José, as razões de sexo para livres brancos e não brancos eram, respectivamente, 98,62 e 81,93.

fragmentação da propriedade pela a herança era a migração dos filhos, como assinala Alida C. Metcalf , uma estratégia histórica das unidades de trabalho familiar.[405]

Uma segunda hipótese, complementar à primeira, é que os fogos de famílias não-escravistas que conseguiram manter a posse dos meios produtivos ao longo das gerações tenham conseguido se beneficiar das oportunidades econômicas crescentes nas áreas de alto desenvolvimento. Seria possível que tais fogos pudessem subsistir graças ao fornecimento de mantimentos para os núcleos urbanos e empregar seus descendentes em atividades de serviço ou artesanato aliviando a pressão para a fragmentação da propriedade. Mas era igualmente possível que fogos camponeses evoluíssem para outros arranjos, sendo o mais pertinente o misto entre "camponeses" e autônomos que se empregavam em atividades artesanais. Como mostra Eni Samara, era comum que com a morte do marido, a esposa com filhos se mudassem para o meio urbano e se ocupassem do artesanato.[406]

Em síntese, podemos considerar que sendo a freguesia de São José uma área de ocupação antiga e fronteira fechada no começo do século XIX, além de economicamente dinâmica graças à ligação mercantil com a capital do Império, fomentasse uma maior variedade de formas de organização domiciliar. Nas condições apresentadas pela freguesia na década de 1830, formas domiciliares sem uma família completa ou que lançavam mão de força de trabalho extra-familiar, sobretudo o trabalho escravo, eram mais comuns do que o tipo "camponês" de fogo.

7.1.c) Uma polêmica historiográfica: pequenos escravistas *x* camponeses

Se os matizes colocados às imagens de dependência e marginalização do homem livre no passado escravista ensejaram formas mais complexas de se abordar este tema, as recentes pesquisas históricas trouxeram consigo novas inquietações teóricas e metodológicas. Como lidar com esse amplo setor da sociedade brasileira, isto é, como enquadrá-lo satisfatoriamente no marco mais amplo do escravismo colonial? Havia algum vínculo entre suas diferentes formas de inserção produtiva?

Uma resposta a esses questionamentos foi o emprego do conceito de camponês. Embora exista uma grande diversidade de posições, a literatura aponta como traços básicos da

[405] METCALF, Alida. A família e sociedade rural paulista: Santana do Parnaíba, 1750-1850. *Estudos Econômicos*. São Paulo: nº 20, pp.283-304, mai-ago. 1990.
[406] SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano*: Itu, 1780-1830. São Paulo: Edusp, 2005, p.134.

constituição do campesinato o acesso aos meios de produção e o trabalho familiar.[407] Nesse sentido, pesquisadores brasileiros tomaram a fronteira aberta como um primeiro traço importante para o surgimento do campesinato no escravismo, pois permitiria o acesso à terra. Em segundo lugar, a superioridade demográfica dos domicílios sem escravos ou com poucos destes trabalhadores registra uma incontestável predominância do trabalho familiar no cenário rural brasileiro.[408] Ciro F. Cardoso sintetizou as condições econômicas de existência da produção camponesa no escravismo que deveria atender às seguintes características: 1) acesso estável a terra, na forma de propriedade ou algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar, sem excluir a possibilidade de uso de força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar (inclusive escravos); 3) economia voltada para a subsistência, podendo estar vinculada esporadicamente ou permanentemente ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas e de como dispor dos excedentes.[409]

Embora a orientação acima resumida tenha inspirados trabalhos fundamentais para descortinar uma visão mais ampla da sociedade escravista do que a divisão binária entre senhores e escravos, [410] seus pressupostos não são aceitos sem debate. As historiadoras Marcia Menendes Motta e Alida Metcalf, não obstante defenderem a existência de camponeses no

[407] Sobre os traços básicos de uma economia camponesa, consultar THORNER. Daniel. La economía campesina como una categoría en la historia económica; e SHANIN, Teodor. "El campesinado como factor político"; ambos *In* SHANIN, Teodor (comp.). *Campesinos e Sociedads Campesinas*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1979. Para um amplo apanhado do debate internacional sobre o conceito de camponês e campesinato de diferentes posições, ver SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*. Campinas: ano 08, nº 07, jul-dez., 2005, pp.1-21.

[408] Stuart Schwartz resume a questão ao afirmar que as bases para a formação desse setor no Brasil foram a ocupação de terras livres para atividades de subsistência no interior da colônia e o crescimento da população rural devido aos índices de manumissão, à miscigenação e ao crescimento natural. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p.126. A fronteira aberta e o trabalho familiar como possibilidades ao campesinato brasileiro aparecem em um artigo já antigo de MATTOS, Hebe M. A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras. *In* CARDOSO, Ciro F. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p.44. Os mesmos traços levaram João Fragoso a considerar a economia mineira do século XIX como de base camponesa. Ver FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa aventura:* acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, pp.131-134.

[409] CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979, p.52.

[410] Além das obras de Mattos e Fragoso citadas na nota 408, considerar também CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês?* O protocampesinato nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987; SOUZA, Sonia M. *Terra, família, solidariedade...* estratégias de sobrevivência camponesa no período da transição - Juiz de Fora (1870-1920). Bauru: EDUSC, 2007; CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007; OLIVEIRA, Luís Henrique. *Nas malhas da incerteza:* comportamento e estratégia camponesa na freguesia de Guarapiranga (1750-1820). Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2006; MATTOS, Hebe Maria & Ana Maria L. Rios. *Memórias do cativeiro*: família, trabalho e cidadania no pós- abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Brasil escravista, não concordam que as famílias com escravos possam ter essa classificação. Para Márcia Motta, a ausência de escravos é o que caracterizaria o lavrador como camponês, uma vez que o cativo não era apenas uma força de trabalho adicional, mas representava a riqueza maior do produtor escravista.[411] Para Alida Metcalf, a ausência de escravos, o trabalho exclusivamente familiar e a falta de recursos definiriam as estratégias de reprodução social dos grupos camponeses, as quais compreendiam, no final do século XVIII, alternativas como diminuição do tamanho do domicílio, a migração dos membros masculinos e a mudança das famílias chefiadas por mulheres para os centros urbanos – estratégias diversas dos produtores escravistas.[412]

Os estudos que defendem que a escravidão seria compatível com a casa camponesa rebatem que o uso do trabalho de poucos escravos, sem que o trabalho da família possa ser dispensado para o sustento do domicílio, seria integrado na estrutura camponesa. Baseado na literatura sobre o campesinato na Europa, onde a unidade camponesa poderia incluir criados e jornaleiros, João Fragoso defende que "a presença do trabalho escravo na pequena produção de Minas não seria um elemento suficiente para caracterizá-la como escravista, sendo necessário compará-la com o peso do trabalho familiar".[413]

Porém, tem-se mantido um problema mensurar até que limite o uso de escravos liberaria uma família do trabalho. Afinal, a partir de quantos escravos uma família deixava de ser camponesa e tornava-se escravista? B. J. Barickman considerou que para os pequenos lavradores de fumo do Recôncavo baiano a posse de uns poucos escravos, no máximo, evitaria para os membros da família os trabalhos mais pesados.[414] No mesmo sentido, o estudo de Zephyr Frank sobre o Rio de Janeiro no século XIX demonstrou que senhores de poucos escravos não usavam seus reduzidos planteis para luxos e comodidades pessoais, preferindo empregar sua mão de obra no vigoroso mercado de serviços da corte, enquanto cuidavam eles próprios dos afazeres domésticos.[415]

---

[411] MOTTA, Márcia Menendes. História social da Agricultura revisitada: um diálogo com Maria Yedda Linhares. *In:* SILVA, Francisco; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (org's.). *Estudos sobre História e Educação – homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. RJ: MAUAD, 2001, pp. 356-357.

[412] METCALF, Alida. A família e sociedade rural paulista: Santana do Parnaíba, 1750-1850. *Estudos Econômicos*. São Paulo, Nº 20, pp. 283-304, mai-ago.1990.

[413] FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p.133, amparado nos trabalho de Shanin e Thorner citados na nota 28.

[414] BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano:* açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. RJ: Civilização Brasileira, 2003, pp.251-252.

[415] FRANK, Zephir L. *Dutra´s world*: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p.65.

O importante trabalho de Rodarte sobre a estrutura domiciliar dos fogos mineiros na década de 1830 sugere uma resposta interessante ao problema enunciado. Segundo Rodarte, a distinção entre os fogos escravistas e os de trabalho familiar não é dada somente pelo número de escravos, mas por uma associação de várias categorias demográficas e econômicas. Assim, tal distinção não se trataria de um corte discrepante entre dois tipos de domicílios baseado no tamanho da escravaria, mas de uma inserção econômica e do potencial produtivo e reprodutivo.[416] Vista sob a ótica da evidência analisada neste trabalho, a pesquisa de Rodarte nos demonstra que quando uma família adquire mão de obra escrava ela teria alcançado outro nível de segurança econômica. Para aquelas famílias que adquiriam um cativo através do tráfico, a capacidade de realizar um investimento expressivo na aquisição de mão de obra complementar sinaliza a realização de excedentes no mercado e a superação da autossubsistência. Para as famílias que recebem o cativo como herança, dote ou legado, esse par de braços adicional representava a possibilidade de fazer dinheiro com o aluguel dos seus serviços ou o aumento da capacidade produtiva do domicílio.

Mesmo em casos nos quais a escravidão parece não ter peso mercantil apreciável, como nos domicílios de idosos com escravaria igualmente velha ou de senhores solteiros com um plantel infantil, a posse de cativos criava uma diferenciação entre os fogos mineiros. Casos como esses poderiam não ser classificados como escravistas puros, mas misturariam características desse arranjo domiciliar com características do perfil autônomo. De qualquer forma, vale destacar que o estudo de Rodarte mostra que os domicílios mineiros baseados no trabalho familiar eram não-escravistas.

Se esses domicílios de base familiar podem ser chamados de camponeses, como classifica Rodarte, é uma outra questão. Como vimos no capítulo 03 os chefes de domicílio sem escravos e aqueles da base da pirâmide senhorial comungavam de várias características quanto ao gênero, estado e cor/origem. A heterogeneidade da base senhorial e dos não-escravistas sugere uma porosidade entre esses grupos, de modo que fosse possível que donos de pequenas escravarias perdessem suas posses, por doença ou fuga, e que domicílios que contassem com boas reservas de trabalho familiar adquirissem cativos.[417] Há também o papel da herança, do dote e dos legados que premiavam todo tipo de gente com ascensão à classe

[416] RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

[417] A intermitência na posse de escravos pela base dos proprietários foi estudada nos EUA por James Oakes. OAKES, James. *The Ruling Race*: A History of American Slaveholders. New York: Knopf, 1982, p.41. No Brasil, ainda não existe estudo sistemático sobre essa hipótese, mas, como discutimos no terceiro e quinto capítulos, vários casos sugerem sua possibilidade.

senhorial. O próprio Mario Rodarte, em estudo subsequente no qual compara a evolução dos domicílios entre listas nominativas realizadas em dois momentos da década de 1830, demonstrou que o movimento mais comum dos fogos foi a passagem do tipo "camponês" para o tipo escravista.[418] Enquanto o tráfico de escravos providenciou "peças" novas e a economia local proveu oportunidades de acumulação, o trabalho escravo foi um alternativa para os domicílios de base familiar melhor situados. A escravidão e a produção mercantil exerceram um poder de atração forte e difundido.

Para encerrar o debate, uma última colocação de natureza semântico-política. Devemos recordar que o emprego do termo camponês era inusual nas Minas oitocentistas.[419] Como lembrou Ciro Cardoso, o uso da palavra é importante, pois as comunidades camponesas eram definidas do exterior, em geral, a partir de um meio urbano que exercia um papel de domínio.[420] Quando os pesquisadores classificam os pequenos produtores como camponeses aplicam um conceito com uma forte carga política. No Brasil, o conceito encontra-se "indesligável" dos estudos da *Questão Agrária*, bem como do vocabulário político produzido pelas Ligas Camponesas.[421] Desde meados do século XX, camponesa é a classe de trabalhadores rurais que enfrenta os fazendeiros no campo. Esse aspecto político aparece no destaque concedido à suposta autonomia da família camponesa no Brasil escravista.[422] Hebe Mattos escreveu que "a possibilidade da produção camponesa mantinha uma enorme massa de homens livres ou libertos fora do controle direto dos grupos política e economicamente

[418] RODARTE, Mario M. S.; ANDRADE, Mateus R.; MELLO, Paula M.; PALMESI, Luca. Notas metodológicas sobre o ciclo vital e mobilidade social em S. José do Rio das Mortes e Mariana, 1830. In: *V Simpósio Nacional de História da População* (Caldas Novas, GO). Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2013. pp.1-10.

[419] ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho*: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Viçosa, MG: Editora UFV, 2008, p.100 mostra que os produtores rurais eram designados por "criador", "agricultor", "fazendeiro" e "roceiro" segundo a posição sócio-econômica dos indivíduos e o espaço geográfico, mas não aparece o termo "camponês".

[420] CARDOSO, Ciro F. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. *In* CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/FAPERJ, 2002.

[421] GRYNSZPAN, Mario. "Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República". In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Vera (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002.

[422] De forma contrária, estudos no campo da antropologia têm sustentado que as unidades camponesas distinguiam-se pelo acesso à terra e aos meios produtivos mediado por normas comunitárias nas quais o plantio e a colheita eram regrados por intrincados sistemas de direitos coletivos que reduziam as margens de autonomia da unidade individual. Ver as obras de SCOTT, James. *The Moral Economy of the Peasant*: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia. Yale University Press, 1979, capítulos 01 e 02, e *Weapons of the Weak*: Everyday Forms of Peasant Resistance. Yale University Press, 1985, p.59 e ss. Um bom resumo das posições de Scott pode ser visto em SCOTT, James C. *Seeing like a state:* how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale University Press, 1998, pp.33-36.

dominantes".[423] O acesso a escravos seria uma forma de aumentar essa autonomia ao reforçar a força de trabalho do domicílio camponês. Porém, se o pequeno produtor dependia da escravidão para manter sua autonomia e o grande proprietário dependia desse sistema para manter sua riqueza e *status*, ambos viam-se interessados na manutenção do regime de trabalho escravo, o que, em nossa opinião, definia sua posição de escravistas.

7.2. Além do fogo: autonomia e dependência, solidariedade e conflito entre os fogos de pequenos produtores

7.2.a) Domicílios de forros: autonomia e liberdade

No início do século XIX, o Alferes José Cardoso Amado enfrentava em sua fazenda da Boa Vista uma "manada de gado vacum" colocada em suas terras pelos seus vizinhos Francisco Antônio e seu filho Domingos, "homens pardos, pobres e valentão [sic]". Para o Alferes, os invasores não agiram sozinhos, mas associados ao Sargento Mor Antônio da Fonseca Gouveia, juiz de órfãos da vila de São José, possuidor de uma propriedade vizinha e antigo desafeto, a quem os pardos Francisco Antônio e seu filho Domingos viviam "debaixo do patrocínio".[424]

No Rol dos Confessados de 1795 o Alferes José Cardoso Amado aparece em um domicílio com 5 escravos, o Sargento Mor Antônio da Fonseca comandava uma grande fazenda com 32 cativos e o pardo Francisco Antônio chefiava um fogo de pardos, formado por sua esposa, quatro filhos (sendo o único homem o citado Domingos, em 1795 com apenas 12 anos) e uma agregada, parda forra. Essa fonte ainda revela que Francisco Antônio e sua mulher eram libertos, dado que, aparentemente, confirma a intuição atual da historiografia de que os forros entravam na liberdade numa posição subordinada, integrando as redes clientelares e buscando a proteção de figuras de prestígio – no caso, "debaixo do patrocínio" de um poderoso Sargento Mor.[425] Porém, é preciso atentar para dois detalhes que complementam essa interpretação com a perspectiva "de baixo". Em primeiro lugar, não passa despercebido aos historiadores que sustentam a incorporação subordinada dos libertos

[423] MATTOS, Hebe M. A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras. *In* CARDOSO, Ciro F. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p.45.
[424] APM, SG-Cx.72-Doc.48.
[425] Sobre a incorporação subordinada dos libertos como forma de reprodução das hierarquias sociais ver GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, *c.* 1798- *c.*1850). 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, pp.183-184; SOARES, Marcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, *c.* 1750 - *c.* 1830. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p.204, pp.246-248.

que estes tinham interesses muito claros ao buscar o "patrocínio" de homens poderosos. No caso aqui em vista, não escapou ao Alferes Amado que o pardo forro Francisco Antônio era "homem pobre sem fazenda sua", isto é, sem terras e, por isso, disposto a invadir a propriedade do vizinho na esperança de conseguir algum terreno para criar seu gado, fosse pelo costume da posse, fosse pela força do protetor. Em segundo lugar, como o Rol dos Confessados revela, Francisco Antônio chefiava seu próprio domicílio em que exercia o pátrio poder sobre esposa, filhos e uma agregada, o que significa que naquele espaço privado ele tinha os seus dependentes. O estabelecimento de um fogo constituía um espaço particular em que o chefe do domicílio era senhor em âmbito doméstico, mesmo que da cerca para fora ele devesse obrigações a outros homens.[426] Além dessa dimensão simbólica da chefia de um fogo, de forma geral pouco considerada quando se trata dos forros e seus descendentes, a instalação de um domicílio oferecia aos libertos a possibilidade de administrar recursos de forma autônoma.

Em São José do Rio das Mortes, sempre que possível, os forros optavam por estabelecer seu próprio domicílio e ascender à situação de senhores de sua morada. Como pode ser visto na **Tabela 7.4**, o Rol de Confessados de 1795 mostra que quase metade (48%) dos fogos da freguesia era chefiada por libertos e se considerados todos os pretos e pardos a proporção sobe a 56%. Os dados das listas de habitantes de 1831, infelizmente, omitem grande parte dos forros, mas os domicílios governados por pessoas não brancas atingem 57% dos fogos da freguesia. Não é uma informação muito precisa sobre a situação dos libertos, mas, pelo menos, indica que o esforço de ex-escravos para alcançar o espaço particular de um fogo influenciou seus descendentes.

[426] A situação de "senhores de pequenos mundos" era confirmada pela legislação que tratava o chefe da família como "cabeça" e lhe outorgava, inclusive, o direito do castigo físico sobre seus dependentes. Como argumenta Stephanie MacCurry, em sociedades escravistas as relações de produção estavam assentadas sobre a autoridade do chefe do fogo, o que tornava o domínio paternal um ponto sensível e incontestável, sob o risco da ruína do edifício social. McCURRY, Stephanie. *Masters of small worlds*: yeoman households, gender relations, & the political culture of the Antebellum South Carolina Low Country. New York: Oxford University Press, 1997, esp. capítulo 06. Sobre como a violência se naturalizava como castigo físico em várias relações sociais de subordinação como pai-filho ou mestre-aprendiz, ver LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, esp. capítulo 03.

Tabela 7.4 - Situação domiciliar dos libertos na freguesia de São José do Rio das Mortes:

Situação domiciliar	*Libertos em 1795*		*Libertos em 1831*	
	Nº	*%*	*Nº*	*%*
Chefe do fogo	812	56,8%	156	35,7%
Esposa do chefe	261	18,3%	58	13,3%
Filho do chefe	10	0,7%	1	0,2%
Parentes consangüíneos do chefe	47	3,3%	1	0,2%
Sem relação definida	36	2,5%	212	48,5%
Agregados	263	18,4%	9	2,1%
Total	**1429**	**100,0%**	**437**	**100,0%**

Fontes: rol dos confessados de 1795; listas nominativas de 1831

Segundo a **Tabela 7.4**, nada menos do que 75% dos forros no ano de 1795 encabeçava um domicílio ou formava um casal que chefiava o fogo. Como se não bastasse a subnumeração dos libertos em 1831, os Juízes de Paz que realizaram as listas nominativas foram, em geral, pouco cuidadosos em anotar as relações de cada morador do domicílio com o chefe, deixando um grande número de pessoas sem informação de parentesco com o "cabeça" do fogo. Ainda assim, a proporção de libertos que aparecem chefiando o domicílio ou formando casal com o chefe chega à quase metade do grupo. O que estava por trás dessa opção era, muito provavelmente, a busca por autonomia. O domicílio era a menor unidade espacial de organização da sociedade escravista, onde a manutenção da família e a produção econômica eram desenvolvidas. Para os forros, alcançar essa situação significava o controle sobre seu tempo e trabalho, além do exercício de autoridade sobre os moradores daquela unidade.

Junto com a constituição do domicílio, grande parte dos libertos optava pela formação de família e o casamento. A historiografia tem insistido nessa direção apontando, inclusive, que o acesso à família fazia parte das estratégias dos escravos no processo que conduzia da senzala à alforria.[427] Assim, é muito possível que vários dos forros que aparecem casados nos censos tenham se unido maritalmente quando ainda viviam no cativeiro. Como mostram os estudos sobre família escrava, uma das grandes vantagens da constituição de uma família era a possibilidade de uma moradia separada para os cativos casados, pois, além de criar relativa privacidade para as práticas culturais e de sociabilidade, o fogo permitia o controle da

[427] Ver os estudos de trajetórias de libertos reunidas em GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, *c.* 1798- *c.*1850). 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, capítulo 05; SOARES, Marcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, *c.* 1750 - *c.* 1830. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, capítulo 06.

economia doméstica de forma independente.[428] O casamento, portanto, era um fator importante na conquista desse espaço de liberdade.

Como mostra a **Tabela 7.5**, os homens forros que chefiavam seu domicílio eram casados em proporções quase tão altas quando os brancos livres, tanto em 1795 quanto em 1831.

Tabela 7.5 - Estado conjugal dos chefes de fogo na freguesia de São José, por sexo e condição.

	1795							
	Chefes Homens				*Chefes Mulheres*			
	Nº	*% solteiro*	*% casado*	*% viúvo*	*Nº*	*% solteiro*	*% casado*	*% viúvo*
Livres brancos	600	25,3%	69,5%	5,2%	121	16,5%	10,7%	72,7%
Livres não-brancos	96	28,1%	68,8%	3,1%	40	45,0%	12,5%	42,5%
Forros	476	38,2%	58,8%	2,9%	336	64,3%	11,3%	24,4%
Quartados	10	90,0%	10,0%	0,0%	18	94,4%	5,6%	0,0%
Total	**1182**	**31,3%**	**64,6%**	**4,1%**	**515**	**52,6%**	**11,1%**	**36,3%**
	1831							
	Chefes Homens				*Chefes Mulheres*			
	Nº	*% solteiro*	*% casado*	*% viúvo*	*Nº*	*% solteiro*	*% casado*	*% viúvo*
Livres brancos	731	13,8%	79,2%	7,0%	208	39,4%	5,8%	54,8%
Livres não-brancos	675	15,9%	77,9%	6,2%	406	58,6%	5,9%	35,5%
Forros	104	24,0%	71,2%	4,8%	52	73,1%	15,4%	11,5%
Total	**1510**	**15,4%**	**78,1%**	**6,5%**	**666**	**53,8%**	**6,6%**	**39,6%**

Fontes: rol dos confessados de 1795; listas nominativas de 1831.
Nota: as porcentagens somam 100% na horizontal.

Mas muitos forros alcançaram a liberdade sem depender do matrimônio e permaneceram solteiros até o fim da vida. Ou, no caso das mulheres, viviam relações de concubinagem, sem, contudo, morar com seus companheiros. O fato é que os libertos descreveram as mais altas proporções de chefes de fogo registrados como solteiros. As mulheres forras destacavam-se nessa situação, pois em torno de dois terços delas eram solteiras. Mulheres casadas, em geral, não chefiavam seus domicílios, pois a responsabilidade pela casa cabia ao marido, o "cabeça do casal". As exceções ocorriam em caso de incapacitação do marido por doença ou idade e, mais especialmente, sua ausência, o que poderia denotar instabilidade conjugal.[429] Esses aspectos demonstram que, embora importante na constituição de um fogo, o matrimônio e a vida conjugal não eram caminhos inescapáveis.

A situação dos 28 escravos quartados que chefiavam os próprios domicílios em 1795 mostra que alguns escravos alcançaram a chefia do domicílio ainda na condição servil.

[428] SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor* - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011, p.167 e seguintes.
[429] Ver a discussão sobre comportamento conjugal dos forros em BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX). 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2007, capítulo 02.

Apenas dois deles eram casados: a crioula Helena, de 40 anos, que, embora casada, vivia sozinha em seu fogo, e o africano ganguela Paulo Fernandes, que morava com sua esposa, uma negra benguela também quartada. Em outro caso, o benguela Inácio chefiava um fogo em que vivia com a mina Helena, sendo ambos quartados e, provavelmente, formavam um casal cuja união não foi sacramentada pelo matrimônio. Além desses casais, somente mais quatro dos quartados que chefiavam domicílio viviam com familiares. Em todos esses quatro casos temos mulheres quartadas que viviam em seus fogos acompanhadas de filhas e/ou netos, como o caso de Antônia do Cabo, uma mina de 65 anos que vivia com sua filha Ana do Cabo, crioula forra de 30 anos, e os filhos desta, Bernardo e José, nascidos livres. Nesse domicílio escravidão, libertação e liberdade marcaram as três gerações que viviam juntas. É possível que outras mulheres quartadas fossem mães e o Rol dos Confessados não apresente seus filhos, visto que esse documento não listou crianças com menos de sete anos. Mas a idade média das quartadas era alta, 48,1 anos, o que as deixava fora do grupo de possíveis mães.

Se mais da metade dos ex-escravos que ascenderam a chefes de fogo era casada, como eram suas famílias? A **Tabela 7.6** apresenta algumas aproximações a esse respeito.

Tabela 7.6 - Tipos de família na freguesia de São José, segundo condição e gênero do chefe (1795)

Tipos de família	*Condição e sexo dos chefes de fogo*							
	livres brancos		*livres não-brancos*		*forro*		*quartado*	
	H	*M*	*H*	*M*	*H*	*M*	*H*	*M*
	Nº = 600	*Nº = 121*	*Nº = 96*	*Nº = 40*	*Nº = 476*	*Nº = 336*	*Nº = 10*	*Nº = 18*
Solitários	23,8%	22,3%	18,8%	22,5%	34,5%	44,6%	80,0%	72,2%
Sem família	3,7%	6,6%	9,4%	12,5%	5,7%	4,5%	10,0%	-
Fam.simples - só núcleo	23,8%	-	17,7%	-	24,6%	-	10,0%	-
Fam. simples - núcleo + filhos	38,0%	-	44,8%	-	26,1%	-	-	-
Fam. simples - monoparentais	3,5%	57,9%	3,1%	57,5%	2,5%	43,8%	-	27,8%
Família estendida	6,8%	12,4%	5,2%	7,5%	6,5%	7,1%	-	-
Famílias múltiplas	0,3%	0,8%	1,0%	-	0,2%	-	-	-

Fontes: rol dos confessados de 1795.

Deve-se antes, ressalvar que a **Tabela 7.6** considera a ideia de família na perspectiva da escola de Cambridge, da qual os trabalhos de Peter Laslett foram os expoentes. Efetivamente os domicílios do passado envolveram mais pessoas do que o pequeno conjunto de indivíduos abarcado pelas relações de parentesco consanguíneo; ao mesmo tempo, os laços familiares extrapolavam os limites espaciais do domicílio, envolvendo várias residências. A consideração desses dois fatos serve de crítica e precaução à tipologia de famílias elaborada

por Laslett.[430] Como já comentamos, a metodologia produzida por essa escola – por limitada que seja – foi capaz de demonstrar na Europa e em sociedades da América a predominância de domicílios organizados a partir de relações de parentesco nuclear. Por outro lado, também é importante esclarecer que as lacunas do Rol de Confessados de 1795 tornam os resultados abaixo aproximações, pois a fonte não lista as crianças com menos de sete anos e, por conseguinte, a análise de tipo de família provavelmente considerou muitas jovens mães como constituindo fogos solitários.

Fica claro na **Tabela 7.6** que a maioria dos libertos constituiu seus domicílios em torno de relações familiares, no que seguiam o padrão da população livre. A família nuclear foi o principal esteio sobre o qual os forros mantiveram seus domicílios. Deve-se notar, ainda, que as famílias chefiadas por mulheres forras eram formadas, basicamente, por elas e seus filhos. Poderiam ser viúvas, mas a maior parte delas era, na verdade, solteira (como afiança a **Tabela 7.5**).

Numa proporção maior do que os chefes de fogo livres, os libertos e, sobretudo, os poucos quartados formavam domicílios sem o concurso de nenhum parente (os domicílios *solitários* da **Tabela 7.6**). Proporcionalmente, as mulheres forras se destacavam nessa situação. Quase metade delas vivia sem nenhum outro indivíduo livre em casa, ou associadas a pessoas sem nenhuma relação de parentesco definida. Várias delas abrigavam agregados ou escravos em suas casas, o que demonstra que, embora não estabelecessem uma família nuclear, dividiam o cotidiano com outros indivíduos. Tal situação é semelhante à das sinhás pretas estudadas por Sheila Faria, em que mulheres forras optavam por não estabelecer matrimônio, mas buscavam formas particulares de constituir suas famílias através das relações de escravidão e dependência, ou seguindo padrões culturais africanos.[431]

Na freguesia de São José, a crioula forra Joana Gomes vivia em companhia de quatro escravos, um congo de nome não declarado, a mina Roza, a crioula Joana e o filho desta, Manoel mulatinho. Joana Gomes era viúva e seus bens mais valorizados no inventário eram seus escravos. Não obstante, deixou quartada a escrava Roza mina e libertou Joana crioula e seu filho, sendo esta última ainda agraciada com alguns bens. Atualmente sabe-se que os

[430] Sobre a tipologia de família aqui empregada e suas críticas ver a discussão historiográfica apresentada em RODARTE, Mário M. S. *O trabalho do fogo:* domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012, pp.48-64 e pp.155-164.

[431] FARIA, Sheila C. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). *In*: Silva, Francisco Carlos Teixeira da; Mattos, Hebe Maria; Fragoso, João. (Org.). *Ensaios sobre História e Educação*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001, pp.289-329.

donos de pequenas posses alforriavam proporcionalmente mais do que os grandes senhores.[432] Em meio aos pequenos proprietários, os libertos eram ainda mais pródigos na concessão da liberdade.[433] É possível que isso refletisse sua experiência anterior de escravidão. Mas também pode ser uma forma de recompensar aqueles que constituíram sua nova família em liberdade, liberando-os da obrigação para com seus senhores.

Para analisar as famílias dos forros no ano de 1831 usamos o mesmo subterfúgio empregado anteriormente: consideramos as crianças com menos de 14 anos cuja relação com o chefe não foi informada como filhos, e os demais adultos sem relação com o chefe foram tomados como parentes. Segundo a **Tabela 7.7**, os libertos organizavam seus fogos, majoritariamente, a partir de relações familiares. E novamente as mulheres forras destacaram-se na chefia de domicílios sem família. Pulqueria e Marfisa, por exemplo, eram vizinhas e ambas crioulas forras que viviam apenas na companhia de seus escravos. Pulqueria possuía uma africana de 22 anos e os filhos pardos desta, enquanto Marfisa tinha quatro escravos jovens (com menos de 20 anos) e nascidos no Brasil. Ambas eram solteiras e, portanto, não acessaram o matrimônio como via para construção de um fogo independente. De forma geral, os libertos tomaram esse caminho com mais freqüência do que os livres, fossem eles brancos ou não.

Tabela 7.7 - Organização dos fogos na freguesia de São José, segundo condição e gênero do chefe (1831)

	Condição e sexo dos chefes de fogo					
	livres brancos		*livres não-brancos*		*forros*	
	H	*M*	*H*	*M*	*H*	*M*
	Nº = 731	*Nº = 208*	*Nº = 675*	*Nº = 406*	*Nº = 104*	*Nº = 52*
Sem família	11,20%	37,00%	12,10%	36,90%	17,30%	48,10%
Apenas família nuclear	55,50%	12,50%	52,40%	10,60%	56,70%	11,50%
Família nuclear + parente(s)	28,90%	45,70%	31,90%	42,60%	24,00%	32,70%
Múltiplas famílias	4,40%	4,80%	3,60%	9,90%	1,90%	7,70%

Fonte: listas nominativas de 1831.

As especificidades na organização familiar dos forros apontam que boa parte deles – em especial as mulheres – não espelhavam suas vidas na da elite branca e buscavam padrões de organização domiciliar diferentes, optando por viver sozinhas ou formando famílias com seus escravos e agregados.[434] A aquisição de escravos era uma das formas de os libertos constituírem seus domicílios. Sem dúvida a posse de um cativo tinha um peso simbólico de

[432] PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. 1ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, pp.176-177, quadros 28 e 29.
[433] SOARES, Marcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, *c.* 1750 - *c.* 1830. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, pp.91-92 e p.101.
[434] FARIA, Sheila C. *Sinhás pretas, damas mercadoras*: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850). Tese (Titular História do Brasil) Niterói: UFF, 2004, p.159 e 205.

afirmar a liberdade do senhor, além de um peso material ineludível, afinal era um trabalhador. Mas o cativo também era um sujeito sob a autoridade senhorial do chefe do fogo. A análise dos domicílios e famílias dos forros na freguesia de São José sugere que, para os libertos que alcançavam a liberdade com idade avançada e para os muitos que não quiseram/puderam formar família, a aquisição de um cativo era também um modo de conseguir suporte na velhice e ajuda na doença, enfim, tinha um papel de família. A posse de escravos, nesses casos, tinha significado ainda mais além do que o econômico (a força de trabalho do fogo) e do simbólico (ascender à classe proprietária), alcançando a criação de uma parentela artificial que proveria companhia e amparo aos libertos. Mas, mais do que os familiares, parentes e agregados, o cativo estava vinculado ao senhor por um laço só rompível com a concessão da liberdade – um ato que dependia do desejo senhorial. Talvez por isso os forros recompensassem seus escravos com a liberdade legada em testamento: ao falecer não precisariam ter o cativo por perto, ao mesmo tempo que quebrava-se a obrigação do escravos para com seu senhor.

7.2.b) Agregados

E os forros que não alcançaram a chefia de um fogo? Se deixar o domicílio do antigo senhor, assim como mudar-se para longe de sua órbita, pode ser interpretado como uma tentativa de afirmar a liberdade,[435] isso exigia recursos materiais para o estabelecimento de um domicílio ou capital social na forma de redes de solidariedade que provessem um teto para o alforriado. Nem sempre esses recursos estavam disponíveis e a solução podia ser postergar as expectativas de autonomia agregando-se junto ao domicílio do ex-dono, ou sob um protetor. Muitos dos forros que os censos não descrevem a relação com o chefe do fogo em que moravam estavam na situação de parentes abrigados ou agregados. Essas pessoas viviam numa situação instável, marcada pela mobilidade espacial. Como o forro Manoel Joaquim de Oliveira nascido no Curral del Rei que vivia como agregado no domicílio do reverendo João Thomas Ribeiro de Miranda na freguesia de São José. Ao se casar com Maria Joaquina, mulher branca, livre, de 36 anos constituiu um fogo próprio no distrito de Oliveira.[436] Vale destacar nesse caso o fato de que a condição de agregado, em alguns casos, era temporária.

[435] FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.110; GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade*: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011, p.171.
[436] APSJRM, Casamentos, Lv.24, fls.102v.

De qualquer forma, os agregados, como aparecem nas listagens de moradores que aqui utilizamos, faziam parte da unidade doméstica formada pelo chefe do fogo e sua família, viviam juntos sob o mesmo teto, pelo menos nas casas mais pobres, certamente participavam das refeições da família e do tipo de trabalho realizado pelos membros da família.[437] Eram os agregados da casa. Outra situação era a dos agregados que viviam como produtores independentes nas terras de outrem. Muitos forros e descendentes de escravos viveram nessas circunstâncias que a historiografia enfatizou como sendo de dependência e submissão aos grandes proprietários.[438] Mas, se por um lado criava tal relação de dependência, o acesso à terra garantia a criação de um domicílio e algumas margens de autonomia ao forro e seus descendentes. Vale citar novamente o exemplo da negra forra Joana Gomes, moradora nos subúrbios da vila de S. José, onde possuía 10$000 (dez mil réis) de um pequeno rancho "em terras de André Bento". Em seu testamento, Joana Gomes legou o rancho a um de suas escravas sem sequer mencionar a vontade e/ou permissão do dono das terras.[439] O estabelecimento e o trabalho na terra criava as chamadas "situações" – posse de fato de um lote representada pelas benfeitorias – que, se não conferiam a propriedade legal, garantiam o uso e a exploração consensual da terra.[440]

Alguns grandes proprietários tinham interesse em estabelecer agregados nos limites de suas terras para garantir a posse sobre grandes extensões.[441] Em um processo de disputa de terras de 1823, no distrito são-joseense da Lage, o capitão José Joaquim Villela fez citar como réu Antonio Joaquim Ferreira de Carvalho por ter introduzido agregados que estabeleceram roças e ranchos de vivenda em matas virgens de sua sesmaria. Para o acusador, o réu intencionalmente desejaria obter a posse com a ocupação dessas terras. Quatro desses agregados eram crioulos, dois dos quais libertos.[442] Em casos como esse, o liberto dependia de um patrono para ter acesso à terra e estabelecer seu fogo. Não se pode duvidar que se estabelecesse uma relação de dependência entre o agregado e o dono das terras. Mas a

[437] BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.221.
[438] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, pp.98-113; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1988, p.291.
[439] Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN/São João del Rei, inventário *post-mortem* de GOMES, Joanna, cx. C98, 1761 (com testamento anexo)
[440] MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.78-79 e ss.
[441] MOTTA, Márcia M. *Nas fronteiras do poder*: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, esp. capítulo 2. Conforme a autora, as intenções do proprietário poderiam ser frustradas se o agregado resolvesse assumir aquela posse como sua propriedade.
[442] AHET II – IPHAN, SJDR – Processo de Força Velha, São José del Rei, Cx.01, 02/09/1823.

concessão de um lote facultava ao agregado constituir seu domicílio, administrar sua unidade econômica e dispor de suas "situações" sem a interferência do dono da terra. Já as relações que se estabeleciam no interior dos domicílios dependiam do liberto. A alforria, a situação de agregado e a proteção de um poderoso colocavam o ex-cativo numa situação subordinada, mas, ao mesmo tempo, abriam espaços para a produção de sua autonomia. Na verdade, a agregação e as relações clientelares ofereciam vantagens a senhores e libertos. Ao tentar aproveitar do domínio senhorial sobre largas extensões de terras, forros poderiam ascender à respeitabilidade de parceiros ou agregados do senhor de terras, mas também deixavam de ser uma ameaça. Estavam localizados, assentados e fixos num espaço, isto é, tornam-se localizáveis no mapa das relações sociais.[443]

7.2.c) Vizinhos: solidariedade e conflito:

Em um processo-crime datado de 1843, Ana Joaquina de Faria dava parte de um seu vizinho, José Antônio Marcelhas, que lhe assediava – "para a consumação de atos libidinosos" – e, não sendo admitido, acabou invadindo-lhe a casa, causando vários prejuízos e proferindo ameaças à sua vida. Embora a queixa fosse proposta por Ana Joaquina, não foi ela quem a produziu: analfabeta, Ana Joaquina contou com a ajuda de algum rábula ou solicitador de causas para realizar sua demanda. Mesmo que não seja a voz da personagem que esteja gravada no documento – produzido segundo as normas judiciais e embasado nos artigos do Código Criminal – ele apresenta elementos interessantes sobre a vida e o trabalho de um domicílio feminino no ambiente rural mineiro de meados do século XIX.

Segundo a queixa, Ana Joaquina de Faria vivia com a mãe, "velha e doente", e mais uma outra mulher não identificada. Domicílios de chefia feminina não eram raros em Minas, muito pelo contrário. Durante o Século do Ouro eram comuns mulheres forras que viviam de diversos tipos de comércio e se sustentavam sozinhas.[444] Nos anos 1830 pouco mais de um

[443] Dessa forma, os pequenos produtores tornavam-se muito diferentes dos verdadeiros livres pobres, aqueles sem acesso a meios produtivos e cujo movimento representava um risco para os proprietários. GONÇALVES, Andrea L & MEYER, Marileide L. C. Nas fímbrias da liberdade: agregados, índios, africanos livres e forros na Província de Minas Gerais (século XIX). *Vária História*. Belo Horizonte: vol. 27, nº 46: p.645-663, jul/dez 2011.
[444] FIGUEIREDO, Luciano R. A. *Barrocas Famílias*: vida familiar em Minas colonial. São Paulo: HUCITEC, 1997. RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754 – 1838. In: Congresso sobre a História da População na América Latina, 1989, Ouro Preto. *Anais*... São Paulo: Fundação SEADE, 1990. Ver também SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero/Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

quarto das unidades domésticas em Minas Gerais eram comandadas por mulheres.[445] Esses domicílios, no entanto, não gozavam do mesmo *status*. Em geral, os fogos chefiados por mulheres viúvas eram mais ricos do que os chefiados por solteiras. Segundo o estudo de Rodarte, domicílios de mulheres solteiras eram mais comuns nas vilas maiores e nas áreas semi-urbanizadas dos arraiais, viviam de atividades artesanais, sobretudo a produção têxtil, enquanto os fogos de mulheres viúvas ocupavam-se mais tipicamente da agricultura e possuíam escravos.[446] Outra questão é que as mulheres da elite, solteiras ou viúvas, tinham com alguma frequência a tutela de um homem da família – filho, irmão, genro – enquanto as mais pobres contavam com o amparo das relações de vizinhança que teciam.[447]

O roubo e destruição perpetrados por José Antônio Marcelhas, narrados na queixa, descortinam o ambiente material e econômico de um domicílio de pequenas produtoras. Marcelhas

> ... lhe destruiu e carregou roupas e trastes como fossem vestidos, colchas, lenços meadas de fio, espelho, ourinol, gamelas, chicolateira, enxadas, machado, galinhas e tudo quanto achou e pode apanhar. Não parando ainda aqui a sua maldade e desesperação espalhou veneno misturado com fubá em roda da casa para lhe matar a mais criação, roçou-lhe as plantas do quintal, derribou-lhe os muros com alavanca, espalhou milho para engordar e chamar os porcos a acabar de destruir.[448]

Vestidos, colchas, lenços, um espelho, um urinol, uma "chicolateira" e algumas gamelas eram itens da casa de Ana Joaquina que foram levados por Marcelhas. Embora fossem artefatos simples, eram valiosos a ponto de serem objeto de roubo. Ana Joaquina também teve levado um machado e uma enxada, instrumentos de trabalho rural nas plantações e na obtenção de lenha, o principal combustível usado nas casas naquele tempo. O roubo de meadas de fios nos revela a dedicação das mulheres do domicílio à fiação, uma atividade bastante disseminada na província de Minas, capaz de gerar rendas expressivas e participar do rol de exportações mineiras.[449]

---

[445] RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.183, tabela 24.
[446] Idem, pp.181-224.
[447] GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
[448] AHET II – IPHAN, SJDR – Processo Crime, 04-09, 1843.
[449] Segundo o levantamento realizado por Douglas Libby, até 85% das mulheres livres e 55% das escravas ocupavam-se de atividades têxteis, seja a produção de fios, a tecelagem ou a confecção. LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.200, figura 20 e p.202. Conforme Bergad, os tecidos de algodão foram muito significativos na pauta das exportações mineiras durante a primeira metade do século XIX, alcançando um auge de 2,37 milhões de varas

Fora da casa, onde a destruição não parou, a queixa oferece outras boas indicações de como os domicílios mineiros se sustentavam. José Marcelhas roubou galinhas, espalhou veneno misturado com fubá no entorno da casa para matar outras criações, roçou as plantas do quintal, derrubou muros e espargiu milho de engorda para chamar os porcos que concluiriam a depredação. Essa narrativa revela que a agricultura e a criação de pequenos animais eram os principais caminhos para manutenção da casa. Possivelmente, todo o alimento que a unidade doméstica consumia era de produção própria. Galinhas e porcos eram animais de trato descomplicado: eram criados soltos, buscavam sua própria comida ciscando nos matos e reproduziam grande número de crias. Os suínos, além da carne, forneciam a gordura que preparava outros alimentos e os conservava. As criações eram mantidas longe dos canteiros de hortaliças e das plantações – possivelmente milho e feijão – com os muros que Marcelhas demoliu. Produzindo o próprio alimento, o domicílio de Ana Joaquina evitava gastos e podia usar integralmente as rendas da fiação para providência pequenas melhorias na casa ou itens de conforto – como os que Marcelhas subtraiu.

Para concluir a análise deste documento vale destacar algumas das concepções das relações de gênero que lhe subjazem. Todo o processo se desenrola quando o assédio de Antônio José Marcelhas não é admitido e ele se vê no direito de buscar Ana Joaquina dentro de sua casa. Ela, uma mulher que vivia sob si, sem a tutela de um homem, deveria, na visão do agressor, estar disponível ao avanço de um pretendente.[450] Não foi o caso e Marcelhas respondeu à frustração com violência e ameaças. O caso de Ana Joaquina de Faria chama atenção para o fato de que a institucionalização da Justiça no século XIX abriu uma oportunidade de defesa, um novo campo de luta para mulheres como ela. Como o texto da queixa requer, a punição do suplicado seria importante para "sua emenda e exemplo de outros".

O leitor atual pode ficar com a sensação de que a Justiça não defenderia uma mulher solteira e pobre contra um proprietário. Aqui vale uma observação sobre o final do processo-crime. Talvez pela lógica patriarcal e machista da sociedade e suas instituições, talvez para colocar "panos quentes" na situação, Ana Joaquina foi demovida do seu interesse em prosseguir com o processo contra Marcelhas. O Delegado Chefe de Polícia da vila aconselhou-a a tratar um "termo de convenção" em que Marcelhas lhe pagaria Rs 18$960

(ou 6,18 milhões de metros) exportadas em 1828. BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.93, tabela 2.3.

[450] Sobre aspectos da violência nas relações de gênero, ver DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

(dezoito mil, novecentos e sessenta reis), "o mais breve que puder", em restituição aos prejuízos causados e se comprometeria a não mais lhe procurar, nem lhe perseguir. Se quebrasse o termo de convenção, Marcelhas pagaria multa de Rs 50$000 e sofreria oito dias de prisão. Segundo o escrivão do processo, Ana Joaquina, "reflexionando maduramente", decidiu-se à convenção e Marcelhas livrou-se de ir a julgamento.

Estava dentro das prerrogativas dos Juízes de Paz, Delegados e Subdelegados proceder a termo de bem viver, quando diante de altercações que ameaçasse a "tranqüilidade pública" e/ou a "paz das famílias" e ofendessem os "bons costumes".[451] Mas, no presente caso, o roubo e a destruição causadas por Marcelhas, além das ameaças proferidas contra Ana Joaquina, apresentavam conteúdo mais grave do que a perturbação ao sossego. Estes atos atentavam contra a propriedade e a vida da ofendida.[452] No entanto, conforme os homens da Justiça, era mais "maduro" a uma mulher solteira acertar-se com o agressor, sem levar o processo adiante.

Apesar disso, o acesso à Justiça garantiu um acordo legal que prometia a Ana Joaquina a possível indenização dos prejuízos e, tão importante quanto, a promessa de viver em tranquilidade sem o assédio do vizinho. A abertura da Justiça à participação de pobres, mulheres e escravos era um instrumento de sedução, em que o Estado aparecia como instância legítima na regulação da sociedade.[453] A extensão do aparelho da Justiça imperial não visava equalizar os desníveis sociais – entre escravos e senhores, homens e mulheres, pobres e ricos – mais criar previsibilidade nas relações ao mesmo tempo em que interpunha o Estado como intermediário das relações sociais. Nem sempre os segmentos mais baixos viram seus desejos de justiça realizados, mas o Direito se constituiu uma nova dimensão de luta em que as discordâncias dos mais pobres puderam ser vocalizadas e paulatinamente construída a consciência de que se possui direitos.[454]

Afastadas da política, consideradas dependentes do chefe do fogo, as mulheres teriam, na visão dominante, sua ação reservada ao âmbito doméstico.[455] Mas as muitas chefes de fogo solteiras, várias delas descendentes de escravas ou ex-escravas, desafiavam essas concepções. Muitas delas se valiam da fiação e do trabalho em tecidos para viver sobre si, fora da órbita da

[451] Lei do Império de 29 de novembro de 1832, Art. 12, §2º .
[452] Lei do Império de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Artigos 209, 266 e 269. Captado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em 01 de nov. de 2013.
[453] VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. Bauru/São Paulo: Edusc/ANPOCS, 2004.
[454] THOMPSON, Edward P. *Senhores & caçadores*: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
[455] Como na França do século XVIII, as mulheres tomavam parte da vida econômica das cidades, embora estivessem afastadas dos conselhos ou assembleias. DAVIS, Natalie Zenon. *Cultura dos povos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 67-68.

autoridade de um homem. Longe do poder de um esposo ou pai, as mulheres, no entanto, ficavam à mercê da violência de outros homens. No entanto, o acesso a justiça no século XIX franqueou outro campo de defesa aos grupos subordinados enquanto redes de solidariedade nos pequenos arraiais semi-rurais poderiam fornecer amparo e ajuda.

Do já comentado processo-crime que investigou o assassinato da escrava Felicidade cabra desejamos destacar o depoimento prestado por uma vizinha dos acusados.[456] Retomando o caso, sabemos que Felicidade cabra era escrava do alferes Antônio de Miranda Magro, tinha apenas 13 anos e foi mandada à casa de Joaquim Luiz do Nascimento para aprender a fiar com sua mulher Margarida de Tal. Novamente a fiação, uma ocupação feminina, aparece como atividade nos domicílios dos pequenos produtores. E dos grandes também, pois o alferes Antônio de Miranda Magro desejava que Felicidade aprendesse o ofício e, logicamente, trabalhasse para ele. Enquanto a escrava era treinada, Joaquim e sua mulher poderiam valer-se do trabalho da escrava. No entanto, o casal ou carecia de traquejo para administrar disciplina a um escravo ou era um caso de sadismo. Em uma surra extrema acabaram matando a jovem Felicidade. Os acusados tentaram desincumbir-se da responsabilidade noticiando a morte ao senhor da escrava e justificando que ela estava doente. Mas as marcas de pancadas denunciavam um destino diferente e o exame de corpo de delito, bem como todos os depoimentos acusaram o espancamento de Felicidade cabra por Joaquim Luiz e Margarida.

O depoimento de Jacinta Maria de Jesus, uma mulher parda e solteira que esteve em contato com a vítima pouco antes da sua morte conta que ela e a irmã, ambas fiandeiras, foram chamadas a fiar em casa de Águida Maria de Jesus, uma vizinha "íntima de porta" dos réus. Além disso, Jacinta devia dinheiro a Joaquim Luiz procedente da compra de umas peneiras e, por isso, entrou na casa do mesmo e presenciou a agonia de Felicidade cabra. O depoimento de Jacinta Maria traz à cena um sentido comunitário que se engendrava em torno da atividade de fiação. Sua ida à casa da vizinha para fiar refletia relações de solidariedade entre os fogos. O registro desse tipo de trabalho extra-domiciliar e colaborativo não é frequente, embora acredite-se que ele fosse comum. Na obra pioneira de Maria Sylvia de Carvalho Franco os mutirões aparecem como momentos privilegiados de extravasamento de tensões. Os penosos trabalhos na construção ou colheita eram, muitas vezes, recompensados

[456] AHET II – IPHAN, SJDR – Processo Crime, PC 28-05, 1835.

com álcool e à embriaguez seguia-se a violência.[457] No nosso caso, o depoimento de Jacinta Maria sugere a existência de relações de solidariedade que ultrapassavam os limites do domicílio e da família e ajudavam a sustentar a vida de mulheres solteiras no mundo rural oitocentista.

As relações de vizinhança também poderiam envolver o conflito. Nos processos-crimes que consultados, uma das causas comuns de agressões e disputas entre vizinhos era os limites de suas posses e os direitos de uso ali implicados, fossem para fazendas, sítios ou quintais. A mudança de uma cerca, o uso de um rego de água, o controle das criações eram motivos que tensões que descambavam para a violência. A seguir, descrevemos um último caso ilustrativo desses conflitos.

Em dois de novembro de 1831 Damaso Moreira Ribeiro, crioulo forro, requereu ao Juiz de Paz da Vila de São José que procedesse auto de corpo de delito em ferimentos que apresentava, praticados na tarde daquele mesmo dia.[458] O exame constatou uma "ferida na cabeça, acima da fronte dois dedos na parte direita com uma polegada de comprimento" e da qual "corria grande profusão de sangue", assim como "uma outra ferida abaixo desta que lhe afundou "a junta do osso do queixo à cabeça, sem contudo desta correr sangue". As feridas não mostravam perigo e teriam sido feitas com instrumento contundente. Damaso não denunciou quem lhe feriu, mas o Juiz de Paz realizou um inquérito *ex officio* para apurar a agressão convocando várias testemunhas. Não fica claro o critério para a seleção dos depoentes, não sabemos se foram indicados por Damaso ou convocados pelo Juiz ou seu oficial de justiça. De qualquer forma, o rol de testemunhas mostra um conjunto muito semelhante de homens e mulheres descendentes de escravos – todos eram crioulos ou pardos – e de trabalhadores – havia ferreiros, carpinteiros, carapinas, um seleiro e alguns designados como "vive de sua agência".

Os relatos das testemunhas contam um caso de conflito entre vizinhos, moradores dos subúrbios da vila de São José, no qual se fundem questões de gênero e de uso das posses. A maioria das testemunhas afirmou que "sabe por ouvir dizer" que Damaso estava "com dúvidas" com Ana de tal, mulher cabra, chegando a agredi-la, quando ela para se defender bateu em Damaso com uma pedra, donde procederam os ferimentos. O depoimento de Luciana Maxima do Espírito Santo, parda que vive de sua agência, tem um caráter de síntese.

[457] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, pp.31-33.
[458] AHET II – IPHAN, SJDR – Processo Crime, PC 02-04, 1831.

Disse ela que “sabe pelo ver que entrando um porco na horta do queixoso este lhe soltou os cachorros e depois saindo para a rua encontrou Ana da Costa, mulher cabra, e esta lhe perguntou porque lhe tinha maltratado o seu porco e ele queixoso respondeu-lhe com dar-lhe muitos pescoções e ela podendo desviar-se dele apanhou uma pedra do chão e lha jogou. E supõe ela testemunha que disso é que resulta os ferimentos”.

Damaso e Ana viviam nos “subúrbios” da vila de São José, uma área peri-urbana, em que abundavam sítios de criação e hortaliças dos quais os moradores se valiam para seu sustento e também para abastecer a área central. Há no processo elementos interessantes da vida dos pequenos produtores. A criação de porcos, se, como notamos, era simples, poderia representar um risco para os canteiros dos vizinhos, caso não fosse contida nos espaços adequados. A solidariedade que poderia brotar entre vizinhos para a ajuda econômica (como no trabalho de fiação) poderia, por outro lado, virar agressão diante de um prejuízo com a plantação. Não nos parece, portanto, o caso de afirmar que as condições menos abastadas dos pequenos produtores determinassem maior solidariedade ou maior violência em suas relações. Ambas as formas de interação marcaram a experiência dos pequenos produtores. Ao chamar a atenção para os casos comentados nesse capítulo, nossa meta era descortinar algumas das características do seu cotidiano de trabalho e suas relações sociais.

Capítulo 8. Reproduzindo o "fogo" e ampliando a família

As relações familiares dos grupos intermediários da sociedade escravista é uma área que recentemente tem sido visitada pelos historiadores. Durante muito tempo, a historiografia ficou mais detida nos pólos, analisando a formação de laços de parentesco entre a elite ou entre escravos, pouco avançando sobre a sociabilidade da população livre e pobre ou remediada. Neste capítulo analisamos, pelo prisma do casamento e do compadrio, os vínculos estabelecidos pelos pequenos produtores, entre si ou com outros atores sociais. Mas, tanto quanto o "com quem" os pequenos produtores se relacionavam, nos preocupa em que espaço se teciam esses contatos. Saber se seu círculo de relações era espacialmente largo ou restrito pode indicar elementos importantes sobre a lógica dessas ligações e as estratégias que guiaram os setores intermediários da sociedade escravista. As escolhas de algumas famílias para as quais empreendemos estudos de caso sinalizam elementos importantes, já ressaltados pela historiografia: através do compadrio se buscavam alianças ascendentes, enquanto o casamento unia iguais. Acrescentaríamos, por nossa conta, que o compadrio era uma relação mais localizada, tecida no âmbito da vizinhança e também aberto aos laços horizontais, enquanto o casamento, pela dificuldade de encontrar um cônjuge a altura no âmbito local, era mais "aberto" espacialmente, embora raramente ultrapassasse os limites da freguesia.

8.1. Casamento e compadrio

De acordo com François Lebrun, as relações conjugais na Europa pré-capitalista eram governadas por uma separação que às vezes opunha o casamento e o amor. O casamento fundava uma nova família, a unidade fundamental de trabalho, produção e organização da sociedade civil. Era ao mesmo tempo uma instituição religiosa que regulava as atitudes sexuais e a procriação, e também uma instituição civil que unia patrimônios e transmitia a propriedade. Traduzindo o espírito da época, Lebrun afirma que "o casamento era algo muito sério, comprometendo muitos interesses, não podendo, pois, ser o resultado de uma escolha ditada pelo amor, sentimento 'extravagante' por excelência". Como princípio geral, o casamento era considerado um negócio de interesses e muito secundariamente um negócio de sentimentos, isto é, "não se trata de unir dois seres que se escolheram livremente, guiados

unicamente pelo amor mútuo, mas de aproximar interesses materiais de duas famílias, de fundar um novo lar suscetível de continuar uma linhagem e de assumir um patrimônio". [459]

Sob esse ponto de vista, o projeto de ascensão ou manutenção de *status* e riqueza da família deveria prevalecer sobre as escolhas do indivíduo. Como desenvolvimentos correlatos dessa orientação geral, Lebrun mostra que havia forte homogamia sócio-profissional e endogamia geográfica. Os casamentos tendiam a ser feitos entre famílias de um mesmo meio. Para os grupos mais abastados, a geografia matrimonial tendia a ser mais ampla, dada a dificuldade de conseguir pares do mesmo nível dentro da mesma região. Mas para as classes populares, sobretudo nos campos, a endogamia geográfica era muito intensa. Casava-se, em geral, com alguém da própria paróquia rural ou, senão, de alguma das paróquias limítrofes ou muito próximas. Segundo Lebrun, "cada paróquia rural constituía-se, com as paróquias próximas, um tipo de 'comunidade de vizinhança', no interior das quais se efetuava a grande maioria dos casamentos". [460]

Para o Brasil durante os séculos XVIII e XIX, a historiografia tem demonstrado que motivações materiais e simbólicas envolviam-se nos casamentos da elite escravista.[461] Para ficar em exemplos mineiros: o casamento legal relacionava-se aos projetos familiares de acumulação e conservação de riqueza, como demonstra Graça Filho, para os grandes fazendeiros e comerciantes de São João del Rei.[462] Mônica Ribeiro de Oliveira percebeu que parte do sistema de crédito e financiamento da cafeicultura na Zona da Mata tinha bases familiares e o matrimônio tinha uma função destacada no trânsito de riquezas e na troca de favores.[463] De acordo com Marcos F. Andrade, os casamentos entre membros de um mesmo grupo de parentela garantiram a manutenção da posse de terras e escravos e a continuidade de

[459] LEBRUN, François. Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais. *In* MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, p.171 e p.175

[460] Idem, p.177.

[461] A esse respeito ver para a baía de Guanabara, FRAGOSO, João Luis.A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII). *In* FRAGOSO, João Luis *el alli* (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Para a Bahia colonial SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juízes*: 1609-1751. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979. Para a elite paulista BACELLAR, Carlos A. Prado. *Os senhores da terra*: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

[462] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002, pp.65-85.

[463] OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de família*: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870). Bauru/Juiz de Fora: Edusc/FUNALFA, 2005, ver capítulo 5.

grandes fazendas entre a elite escravista de Campanha.[464] Para Silvia Brügger, o fato de que nesses acertos de família, os projetos de vida eram pensados em termos coletivos, e não individuais, atualiza o conceito de patriarcalismo enquanto o universo dos valores e das relações de poder que definem as estratégias familiares.[465]

Para a população livre pobre do campo tem-se acentuado que o casamento pressupunha laços bem estabelecidos na comunidade, relacionava-se à constituição de um domicílio independente e estava associado ao acesso à terra e à estabilidade num mundo em que a migração era sempre uma alternativa. Sheila de Castro Faria, em estudo sobre a Paraíba do Sul no agrofluminense entre 1750 e 1800, indica que, para a população pobre, o casamento tinha como significados mínimos a reunião das condições básicas para a sobrevivência no mundo rural: a constituição de uma unidade doméstica com sua divisão primária do trabalho entre o homem e a mulher; a aceitação dos migrantes pela comunidade local; e a ampliação dos laços de parentela com a agregação de genros, sogros etc. Ainda segundo a autora, para a população pobre a escolha dos parceiros era guiada pelas interações dentro de um espaço físico comum, como as relações de vizinhança, o que não exclui as estratégias familiares.[466] Para Hebe Mattos, o projeto de vida do homem pobre no mundo rural era tornar-se um lavrador independente, o que basicamente significava ter uma casa, um cercado e uma roça. Para concretizar esse projeto eram fundamentais o acesso à terra e ao casamento. Como o binômio terra-família dependia de laços bem sedimentados na comunidade, os lavradores tendiam a ser casados e vinculados à região em que viviam em proporções muito maiores do que outras categorias ocupacionais, como negociantes, oficiais especializados e assalariados agrícolas.[467]

Os registros de casamentos eram anotados pela Igreja em livros próprios que seguiam certo padrão de repetição das informações-chave do noivo e da noiva. Entre tais informações eram mencionados, com freqüência, o local de batismo dos nubentes e, às vezes, o local de moradia. O cotejamento dessas informações pode mostrar se os filhos de pequenos produtores casavam-se na vizinhança ou buscavam parceiros em locais distantes. Se os casamentos uniam famílias próximas espacialmente cumpre questionar se seu nível social correspondia e

[464] ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
[465] BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.
[466] FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.63-66 e p.150.
[467] MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.41-42.

se possuíam relações anteriores. Se um dos noivos era de fora, pode-se perguntar sobre as dificuldades de estabelecer um casamento local e a disponibilidade de "bons partidos". A busca do domicílio dos noivos e de seus pais nas listas nominativas de 1795 e de 1831 pode informar se o novo casal passou a viver com junto dos pais ou estabeleceu um novo domicílio. A relação entre o local de moradia dos noivos e de seus pais é um importante elemento a indicar a economia de uma região. Se havia disponibilidade de recursos e possibilidades de inserção econômica, os noivos poderiam estabelecer-se próximos a suas famílias. Caso contrário, tinham de migrar em busca de melhores condições.[468] Todos esses questionamentos informaram os estudos de caso que apresentamos no item seguinte. Agora, apresentamos uma aproximação a essas questões baseada numa analise espacial dos matrimônios.

Tabela 8.1- Geografia matrimonial, distância entre famílias dos noivos - Casamentos 1795-99 e 1831-35

local de moradia das famílias dos noivos	N	%	% casos informados
Mesma capela	31	23,0	59,6
Capela contígua	17	12,6	32,7
Localidade não contígua	4	3,0	7,7
S/ inf.	83	61,5	-
Total	135	100	

APDSJDR, Casamentos.

A **Tabela 8.1** merece alguns comentários sobre sua produção antes de passarmos a seus resultados. Usamos um pequeno conjunto de 135 matrimônios celebrados até 5 anos após as listas nominativas de que dispomos. Em todos esses casamentos conseguimos identificar a moradia da família de pelo menos um dois noivos. Ao compor essa amostra tivemos o cuidado de excluir os casamentos de filhos da elite escravista ou de famílias com mais de 10 cativos. Isso significa que todas essas famílias localizadas são de riqueza intermediária. A **Tabela 8.1** divide os matrimônios pelo local de residência das famílias dos nubentes: se ambas eram aplicadas da mesma capela, se viviam em capelas vizinhas ou se eram de uma localidade mais distante. O número de casos em que a distância de moradia dos noivos não foi identificada é alto demais para avançar conclusões definitivas – nesses casos muito possivelmente se escondem alguns casamentos entre rapazes e moças da freguesia de São José e pessoas de outras paragens. Mas as informações disponíveis desenham uma tendência muito forte para o localismo das relações matrimoniais das famílias de pequenos e médios

[468] SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português* (séculos XVIII e XIX). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, p.367.

produtores: mais de metade dos casamentos em que se conhece a moradia dos noivos uniu vizinhos imediatos, isto é, pessoas que viviam na mesma capela, enquanto outra parcela significativa dessas uniões ocorreu entre moradores de capelas contíguas.

Já a relação de compadrio, estabelecida no sacramento do batismo, possuía aspectos espirituais e sociais inseparáveis. Do ponto de vista religioso, os padrinhos tornavam-se "pais espirituais", do batizando e compadres de seus pais; ao se tornarem aqueles que conduziam o afilhado ao mundo da Igreja, assumiam co-responsabilidade pela sua criação e educação.[469] Pragmaticamente, o apadrinhamento criava ou reforçava relacionamentos, ampliando ritualmente os laços sociais para além da consanguinidade. De forma geral, predomina na historiografia a compreensão de que o compadrio era uma aliança "para cima", ou seja, com segmentos situados na hierarquia social em patamares mais elevados do que os pais da criança.[470] Na medida em que ter um padrinho significava ter alguém que lhe dava fiança ante Deus e ante a sociedade, buscavam-se compadres entre os segmentos de maiores recursos. Tratava-se, segundo um estudo, de usar de solidariedade implícita às relações de compadrio "em proveito próprio, como estratégia de manutenção de uma qualidade de vida ou de melhoria desta".[471]

Na outra ponta desta relação, a historiografia têm demonstrado que era interessante à elite escravista apadrinhar e, com isso, ampliar sua rede de clientes. A "troca de proteção por lealdade, benefícios por obediência" de que fala Richard Grahan seria o aspecto fundamental para membros da elite política e econômica ao buscar a previsibilidade e a ordem nas relações sociais.[472] No mesmo sentido, Maria Sylvia de Carvalho Franco lembra que o termo "apadrinhar" adquiriu um sentido específico na vida pública expressando, de um lado, a proteção de um superior e, de outro, o suporte político dos afilhados. Para a historiadora, a sociedade brasileira no século XIX, paternal e escravista, ampliou as trocas do compadrio para situações sociais da qual derivam "toda uma intricada rede de dívidas e obrigações, infindáveis por que sempre renovadas em cada uma de suas amortizações".[473] No entanto, a solidificação de rendes clientelares e a gestação de relações de domínio através das práticas de

[469] Segundo as *Constituições primeiras do Acerbispado da Bahia*, 1720, Título XVIII.
[470] BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Minas patriarcal: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007, p.343.
[471] HAMEISTER, Martha D. *Para dar calor à nova povoação*: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2006, p.187 e p220.
[472] GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, pp.41-42.
[473] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p.85.

compadrio eram muito mais antigas. João Fragoso as identifica entre as elites fluminenses dos séculos XVII e XVIII, que se unem a famílias de pretos e forros para forjar o consenso de sua posição como nobreza da terra.[474]

A grande questão que se apresenta a esses estudos é que, até o momento, poucas pesquisas têm se dedicado a traçar sistematicamente as relações de compadrio dos setores intermediários da sociedade escravista. Como ocorre com outros aspectos, a maior parte das pesquisas têm se concentrado nos laços de compadrio formados por escravos ou por membros da elite, tentando explicar, respectivamente, as estratégias de ascensão social e de domínio. Uma exceção digna de nota é o importante estudo de Silvia Brügger, que demonstrou que as mulheres forras preferiam homens situados em níveis sociais superiores como padrinhos de seus filhos.[475] Outro estudo importante é o de Manoela Pedroza sobre a freguesia de Campo Grande no Rio de Janeiro durante o século XIX, que revelou que a formação de um setor de pequenos produtores estava inserida numa comunidade de parentela que facultava o acesso de seus membros à terra e estruturava as posições sociais. Em torno dos engenhos da freguesia constituiu-se uma miríade de pequenas propriedades cuja posse estava entrelaçada a relações de parentesco e dependência.[476]

Acreditamos que o estudo mais detido das relações dos pequenos produtores pode revelar se seus laços de compadrio eram guiados por relações de dependência ou clientela para com grandes fazendeiros ou comerciantes, ou se seguiam uma lógica de horizontalidade nas relações, escolhendo "compadres" entre seus pares. Ou ainda, o que parece mais provável, se conjugavam, quando possível, ambas situações na esperança de obter proteção através das relações verticais e ajuda cotidiana com os laços entre iguais. Não se deve deixar de lado que as famílias de pequenos produtores tinham, normalmente, mais de um filho, de forma que diferentes estratégias poderiam ser desenvolvidas ao longo da história reprodutiva.

Os assentos eclesiásticos de batismo não costumam apresentar informações de moradia dos sujeitos envolvidos. Algumas vezes é referida a freguesia de moradia dos padrinhos, enquanto podemos inferir que os pais do batizando residam nas imediações da capela onde o

[474] FRAGOSO, João. L. R. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro. *In*: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio C. J.; ALMEIDA, Carla (Org.). *Conquistadores e negociantes*: Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.114-115.
[475] BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.
[476] PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral*: redes de parentela, transmissão de terras e direitos da propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

sacramento foi celebrado. No entanto, podemos alcançar tais informações buscando nominalmente pais e padrinhos nas listas nominativas disponíveis. Assim, é possível saber se os pequenos produtores escolhiam seus compadres entre pobres ou ricos vizinhos, se optavam por parentes que moravam longe ou perto, ou se, para tecer alianças "para cima", buscavam padrinhos bem sucedidos para seus filhos em distritos distantes de suas casas.

Tabela 8.2 - Geografia do compadrio, distância entre padrinhos e pais - batismos 1790-95 e 1825-30

local de moradia dos pais e dos padrinhos	Padrinho		Madrinha	
	N	%	N	%
Mesma capela	257	68,2	236	72,8
Capela contígua	72	19,7	52	13,5
Localidade não contígua	48	5,2	36	3,8
Total	377	100	324	100

APDSJDR, Batismos.

A **Tabela 8.2** apresenta um pequeno conjunto de celebrações de batismos divididos pelo local de moradia dos compadres. A produção desta tabela é quase a mesma da **Tabela 8.1** supracitada, com a diferença que selecionamos batismos ocorridos nos cinco anos anteriores às listas nominativas para identificar onde viviam os pais das crianças batizadas e seus padrinhos. Também tomamos o cuidado de selecionar os batismos de filhos de pequenos produtores. Os números são mais robustos do que os da **Tabela 8.1** e mostram uma tendência ainda mais pronunciada ao localismo: padrinhos e madrinhas era escolhidos principalmente entre vizinhos.

8.2. Alguns casos

Através das **Tabelas 8.1** e **8.2** discutimos brevemente como se estruturavam no espaço as opções de padrinhos e cônjuges dos pequenos produtores de São José. Mas a visão que as tabelas proporcionam é sincrônica, sem oferecer as possibilidades de mudanças ao longo do tempo. Deve-se recordar que a alta fecundidade trazia consigo a possibilidade de novas relações de compadrio que sempre estavam sujeitas às mutantes circunstâncias do momento. Da mesma forma, o casamento, sendo um momento crucial de reprodução familiar e transmissão de patrimônio, era presidido por estratégias que também variavam no tempo e de acordo com o filho. Nessa parte do capítulo apresentamos alguns estudos de caso analisando como as famílias de livres pobres e remediados estabeleciam seus laços de parentesco pelo matrimônio e compadrio.

8.2.a) Agregados e compadres

Um processo judicial de disputa por terras datado de 1794 apresenta bons elementos de como os laços interpessoais consolidados no compadrio eram importantes para os pequenos produtores. O processo diz respeito à contenda entre a viúva Mariana Páscoa da Fonseca e seus filhos contra o alferes Domingos Gonçalves Lopes. O caso começou quando os filhos e genros da autora da ação construíram uma cerca de madeiras sobre restingas de terras de campos e matos entre o ribeirão da Cachoeira e o rio do Peixe, onde supostamente sua fazenda confinava com a do alferes Domingos. Este não concordava com esses limites e, junto de dois sobrinhos e alguns escravos, foi até a paragem para, de "de propósito e caso pensado", demolir a cerca, "arrancando os mourões não só daquela que estava pela divisa, mas ainda mesmo a que corria pelo interior das terras" da família de Mariana Páscoa.

O processo contra o esbulho das terras procedido há menos de um ano era denominado "Processo de Força Nova", enquanto aquele derivado de espoliação há mais de um ano era, por sua vez, chamado de "Força Velha". Tais processos de terra tinham lugar quando um ato de força produzia a subtração de terras da posse de seu devido senhor. Era comum que eles tivessem por origem alguma dúvida sobre os limites da posse, o que não era raro no sistema de distribuição de terras que vigorou durante a colônia. Como demonstra Márcia Menendes Motta, a distribuição de sesmarias nunca primou pela precisão dos limites e nem todos os lotes receberam a confirmação real. Vizinhos poderiam conviver décadas sem se preocupar com os limites de suas propriedades, mas quando as circunstâncias exigiam mais espaço para o assentamento de descendentes ou a ampliação de cultivos comerciais, o conflito era iminente, como foi o caso na região de Campos no Rio de Janeiro.[477]

Foram identificados pouquíssimos processos de terra como esses para a região de São José e de São João del Rei. Além do quase natural extravio e deterioração de documentos, é possível que os senhores de terras tenham procurado acertos informais antes de acessar a justiça negociando entre si os limites de suas possessões e só quando o acordo não foi viável buscaram a justiça régia. O período que temos analisado, da década de 1790 aos anos 1830 nos pareceu propício para a emergência de conflitos de terras, uma vez que a freguesia de São José já se encontrava com a fronteira ocupada, tendo que integrar uma população crescente e,

[477] MOTTA, Márcia Menendes. *Nas fronteiras do poder*: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

a partir de 1808, a agricultura mercantil expandiu-se. O baixo registro de querelas judiciais sobre divisas de terras sugere a posse jazia em fortes alicerces sociais como os laços de parentesco e de compadrio, que permitiam dirimir as dúvidas sobre limites em extra-judicialmente. Vários processos crimes do século XIX foram movidos por agressões promovidas em disputas por limites de terras, uso de cursos d'água ou matas, conservação de cercas e controle do gado. No entanto, o ato de violência que gera essa documentação é um exemplo de que o consenso foi quebrado e as demandas não puderam ser resolvidas por vias normais.

Essa base de relações sociais era, na verdade, a principal garantia de uso e posse da terra. Mais uma vez seguindo Márcia Motta, os títulos de sesmarias eram provas pouco capazes de garantir a propriedade da terra, embora sempre que sua posse fosse ameaçada os sesmeiros esgrimissem tais títulos. Segundo a historiadora, era o uso, o cultivo, que ligava a terra a seu possuidor. O próprio instituto da sesmaria nasceu como um tipo de propriedade privada condicionada pelo uso, uma vez que a terra poderia ser retomada pela Coroa em caso de o sesmeiro não produzir nela.[478] Os dois lados no processo de força nova que temos em vista organizaram sua argumentação exatamente nesse sentido: provar a antiguidade do uso e serventia das terras em disputa. O advogado de Dona Mariana Páscoa e sua família dizia nos artigos da ação que as terras "sempre foram dominadas, possuídas, cultivadas, roçadas e plantadas pelos autores e pelo falecido seu marido e pai a vista face dos réus sem oposição destes, nem de pessoa alguma". Aí estavam os principais tópicos do vocabulário dos demandantes de terras no Brasil durante um longo tempo: o usufruto e a posse reconhecida. Esse mesmo tópico segue durante toda a primeira metade do século XIX, uma vez que, entre a independência a Lei de Terras de 1850, o Brasil não teve legislação sobre a propriedade fundiária. Essa dimensão tornou-se o império do costume e da força.

Mas como comprovar o uso da terra? Como estabelecer a posse "mansa e pacífica" há tempos? Aí ganhavam peso as palavras das testemunhas. Em nosso processo, ambos os lados na disputa convocaram testemunhas que aferissem a antiguidade dos contendores no uso das terras em disputa. As páginas do processo em que constavam os depoimentos das testemunhas da dona Mariana Páscoa foram perdidas, mas suas declarações não devem ter se afastado muito do conteúdo da ação movida pelo advogado da autora. As testemunhas convocadas pelo réu, o alferes Domingos Gonçalves Lopes, concentraram-se em afirmar que Mariana e sua

[478] MOTTA, Márcia Menendes. *Direito à terra no Brasil*: a gestação do conflito (1795-1824). São Paulo: Alameda, 2009.

família nunca haviam se servido das terras em demanda; que o alferes, pelo contrário, costumeiramente colocava seu gado vacum no local e fazia e renovava cercas e tapagens no Ribeirão da Cachoeira para separar os campos onde pastava seu gado das restingas de capoeiras em que a família de Mariana cultivava. De forma geral, as testemunhas do alferes afirmavam que os autores do processo tentaram tomar uma grande parte de campos de criar e pastagens do alferes Domingos para isso fechando indevidamente o lugar com cercas de madeira, amealhando terras onde "os autores nunca trouxeram as suas criações, nem fizeram atos de posse".

Dentre as seis testemunhas chamadas a depor pelo alferes Domingos três eram seus compadres, o que declararam "aos costumes" no depoimento. Dois destes compadres, além de outra testemunha, eram também agregados. A situação de agregado foi omitida nos depoimentos, mas lembrada pelo advogado dos autores para desacreditar os depoimentos dessas testemunhas. O juiz não considerou que o vínculo de agregado interferisse nos testemunhos, mas, ao reclamar do fato, o advogado sinalizava que estes homens eram, de alguma forma, dependentes do réu e, por se situarem em suas terras, diretamente interessados no incremento de suas posses. Eram compadres do alferes Domingos Gonçalves Lopes as testemunhas João Ferreira Pacheco, Antônio Bernardes de Freitas e Pedro Bernardes de Freitas. Os dois últimos e Félix Bernardes de Freitas eram também agregados. Pacheco não era agregado, mas declarou que já tinha colocado seu gado nos campos em disputa, para isso pedindo licença ao alferes, não à Mariana Páscoa ou seus filhos. Por usar as terras do compadre, o depoimento de Pacheco também poderia ser considerado comprometido com o réu. O testemunho de João Ferreira Pacheco, no entanto, não sofreu a nenhuma censura.

João Ferreira Pacheco era, segundo declarou em seu depoimento, branco, natural da capela da Lage e morador no arraial de São Thiago. Ele era filho do português Manoel Ferreira Pacheco, um dos homens mais ricos da freguesia na passagem do século XVIII para o XIX. Manoel Ferreira Pacheco morou na capela da Lage, onde nasceram seus filhos e estabeleceu-se por volta dos anos 1770 no arraial de São João Batista seguindo a expansão ocidental da freguesia. O movimento desta família para o oeste teria continuidade nos anos 1790 com o filho José Ferreira Pacheco que vivia em Oliveira. João Ferreira Pacheco era casado desde 1774 com Ana Maria Arruda, tendo recebido do pai o escravo João songo por dote.[479] Nem João, nem sua esposa legaram inventário ou testamento. E como não moravam

[479] APDSJDR, Batismo, Lv.07, fl.456v para o batismo de seu primeiro filho e o inventário de seu pai para o dote. AHET II – IPHAN, SJDR – Inventário. PACHECO, Manoel Ferreira. Cx.566, 1804.

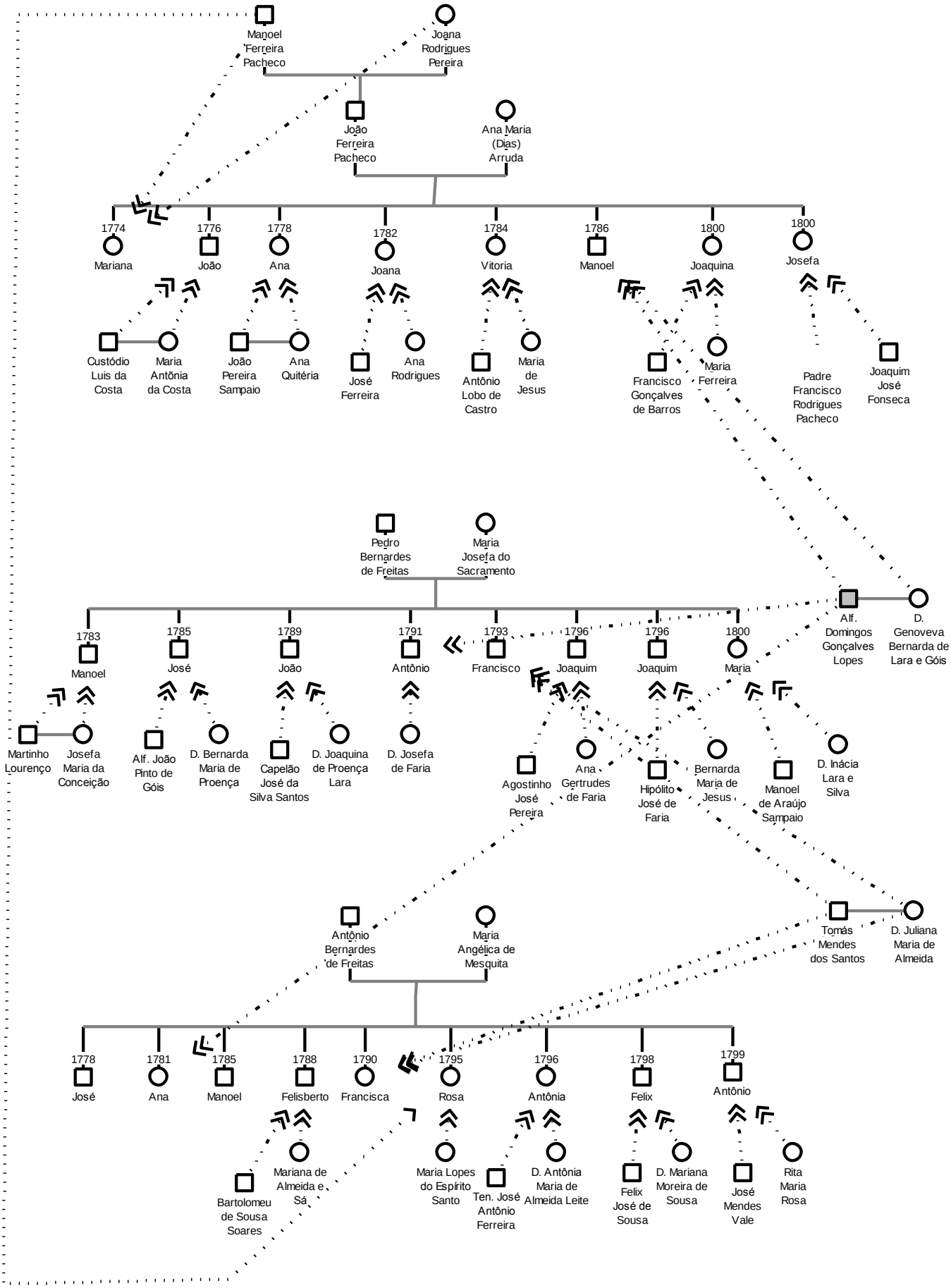
na freguesia de São José não pudemos conhecer seu domicílio. Logo, qualquer consideração sobre sua riqueza é especulação. Mas, baseados na riqueza de seu pai e seus irmãos, podemos imaginar que ele estivesse no setor intermediário de riqueza. O pai, Manoel Ferreira Pacheco, ao falecer em 1804 com 78 anos, ficou no decil de inventariados mais rico da freguesia, enquanto o irmão, José Ferreira, ao falecer na mesma data, com 46 anos, ficou no sexto decil de riqueza inventariada. João deve ter se equilibrado na mesma posição do irmão, talvez melhorando de situação ao receber a legítima paterna. Sua família de origem portuguesa, dona de terras e escravos era, de qualquer forma, bem situada e, pelas relações de compadrio tecidas por João Ferreira, bem relacionada.

Já as testemunhas Antônio, Pedro e Felix, pela coincidência dos sobrenomes – Bernardes de Freitas –, deviam ser parentes, talvez irmãos. Pedro declarou-se pardo em seu depoimento, enquanto os demais declararam-se brancos. Buscamos esses sujeitos no Rol de Confessados do ano de 1795 e os encontramos residindo no arraial da Lage, conforme declararam em seus testemunhos. Entre seus domicílios estava o fogo do alferes Domingos Gonçalves Lopes, um grande proprietário, com 35 escravos no seu domicílio (na verdade, nem todos esses escravos lhe pertenciam, pois viviam como agregadas no fogo sua sogra e cunhada, donas de 14 daqueles cativos).[480] Antônio Bernardes era casado, dono de dois escravos e foi designado como pardo forro pelos párocos que realizaram o levantamento.[481] Pedro Bernardes também era casado, possuía um escravo e foi designado como pardo forro.[482] Felix Bernardes, por fim, era solteiro e residia com as irmãs em um domicílio chefiado pela mãe onde habitavam também seis escravos. Felix foi designado pardo livre pelos párocos. Lamentavelmente nenhum destes Bernardes de Freitas legou inventário ou testamento que nos permitam conhecer sua ascendência e comprovar seu parentesco. Ademais, além da posse de escravos, não temos nenhum outro indicativo de sua fortuna.

Apesar das várias lacunas, foi possível recolher a partir dos registros paroquiais informações que mostram como as três famílias inseriam-se numa rede de apadrinhamento em torno do alferes Domingos Gonçalves Lopes. Essa rede, devemos lembrar, facultava aos compadres do alferes o acesso à suas terras, seja esporadicamente para uso como pasto, conforme revelou em depoimento João Ferreira Pacheco, seja para o assentamento de uma roça, uma situação, como o caso dos agregados Antônio e Pedro Bernardes Freitas.

[480] Rol dos Confessados, Capela da Lage, fogo 31.
[481] Idem, fogo 26.
[482] Idem, fogo 81.

Figura 8.1 - Os compadres do alf. Domingos Gonçalves Lopes



Através da **Figura 8.4** podemos contemplar também as outras opções de laços de compadrio de cada família e comparar as escolhas de uma família de proprietários brancos bem situados com duas famílias de pardos saídos da escravidão. João Ferreira Pacheco estabeleceu compadrios na sua própria família e vários laços horizontais com vizinhos. A primeira e quarta filhas foram batizadas na capela de São João Batista, onde viviam os avós, sendo eles os padrinhos da primogênita Mariana no ano de 1774. Joana, nascida em 1782, foi apadrinhada por um irmão de João Ferreira Pacheco, José Ferreira, morador em Oliveira, e uma mulher que não identificamos, possivelmente também com parentesco. Exceto pelos padrinhos alferes Domingos Gonçalves Lopes, morador no distrito da Lage, e o casal Custódio Luís da Costa e Maria Antônia da Costa, moradores em São João Batista, todos os outros padrinhos dos filhos de João Ferreira da Costa eram seus vizinhos na capela de São Tiago.[483] Pelas pistas recolhidas nos registros paroquiais, que não são muitas a bem da verdade, os padrinhos escolhidos por João Ferreira deveriam gozar do seu mesmo *status*, isto é, de senhores de escravos e de origem branca. O alferes Domingos Gonçalves Lopes, aparentemente era o mais rico dos padrinhos que conseguimos identificar.

As escolhas dos pardos Antônio e Pedro Bernardes de Freitas são mais diversificadas no espaço e mais ascendentes socialmente. Um detalhe que sugere que ambos faziam questão dessas alianças é o fato de que, não obstante ambos residissem na capela da Lage, seus filhos foram levados ao batismo em diferentes capelas da região, buscando o local de residência dos prestigiosos padrinhos. Por exemplo, o primeiro filho de Pedro Bernardes e Maria Josefa foi batizado na capela de Santa Rita da freguesia de São João del Rei, onde viviam os padrinhos.[484] Ou ainda os casos do terceiro e quarto filho deste casal, sendo aquele levado a batizar na capela de São Sebastião da freguesia de São João del Rei pelo pároco local, e este levado à capela do Mosquito, uma ermida nos limites entre os distritos da Lage e da vila de

[483] O Alf. Domingos Gonçalves Lopes, já vimos, residia no fogo 31 da capela da Lage, segundo o Rol dos Confessados de 1795. Custódio Luís da Costa e Maria Antônia foram identificados nos registros de paroquiais da freguesia de São José batizando um filho na capela de São João Batista APDSJDR, São José, Batismo, Lv.07, fl.588. João Pereira de Sampaio e Ana Quitéria eram casados e levaram seus filhos a batizar na capela de São Tiago, na freguesia de São João del Rei, APDSJDR, São João, Batismo, Lv.19, fl.198. Francisco Gonçalves de Barros também era morador em S. Tiago onde leva ao batismo filhos de suas escravas APDSJDR, São João, Batismos, Lv.20, fl.290 e Lv.25, fl.170. Joaquim José Fonseca batiza seus filhos em São Tiago APDSJDR, São João, Batismos, Lv.25, fl.172, Lv.25, fl.196 e o filho de uma escrava, Lv.27, fl.437. Francisco Rodrigues Pacheco, que também deveria ser parente de João Ferreira, era capelão da aplicação de S. Tiago.

[484] Martinho Lourenço e Josefa Maria da Conceição levaram filhos de cativas a batizar na capela de Santa Rita APDSJDR, São João, Batismos, Lv.17, fls.245v, 162v, Lv.18, fl.65v, onde também batizaram um exposto Lv.18, fl.69v.

São José, para receber como madrinha D. Josefa de Faria, moradora do local.[485] Antônio Bernardes de Freitas procedeu da mesma forma ao levar sua filha Francisca para ser batizada na capela de Santa Rita da freguesia de São João pelo casal Tomás Mendes dos Santos e Juliana de Sousa Soares, bem como a filha Rosa que foi levada a batizar na capela de São João Batista por dois integrantes da família Ferreira Pacheco.[486] Essa dispersão espacial dos batismos não era típica, como observamos nas tabelas acima. Por isso o estudo desses percursos caso a caso é importante para romper a homogeneidade apresentada pelas tabelas. Como notaremos em outros estudos de caso, as escolhas dos Bernardes de Freitas por padrinhos que residissem fora da vizinhança não foi adotada por outras famílias de forros. Isso significa que as opções realizadas por esses sujeitos demandaram um esforço algo incomum.

No nível local, nas vizinhanças da aplicação em que vivia, Pedro Bernardes de Freitas buscou padrinhos e madrinhas para seus filhos na eminente família Góis e Lara (e seus vários galhos). O Alf. João Pinto de Góis, senhor de 17 escravos na capela da Lage, Bernarda Maria de Proença, senhora de sete escravos dos 37 que habitavam o domicílio materno, Joaquina de Proença Lara e Inácia Lara e Silva pertenciam ao mesmo tronco familiar de uma elite proprietária de terras e escravos. Enfim, Pedro Bernardes aparentemente não dependia só dos laços com o alferes Domingos Gonçalves Lopes. Quanto a este, cabe ressaltar que, a relação de compadrio também lhe rendeu benefícios. Se de um lado facultou acesso a terras para os três compadres que aqui analisamos, para eventualmente deitar as criações nos pastos ou plantar, Lopes ganhou compadres que poderiam ser eventuais testemunhas importantes em disputas por terras.

8.2.b) O pardo forro Francisco Antônio

O caso do pardo forro Francisco Antônio, que no começo do século XIX foi acusado de invadir as terras de seu vizinho Alferes José Cardoso Amado "debaixo do patrocínio" do poderoso sargento-mor Antônio da Fonseca Pestana de Gouveia, já foi mencionado no

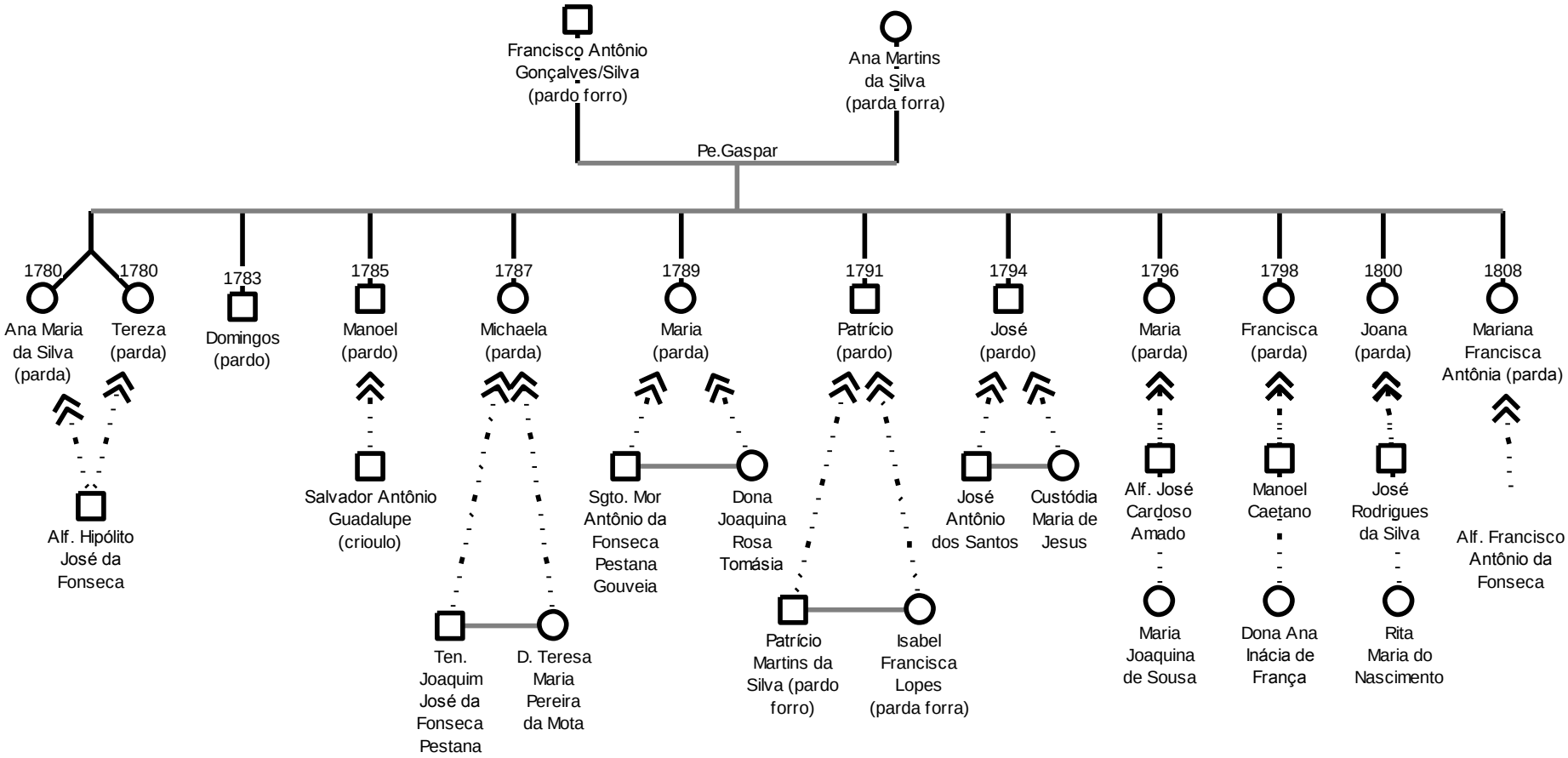
[485] Josefa de Faria vivia no fogo 616 da Matriz, segundo o Rol de Confessados de 1795, um domicílio com 37 cativos.
[486] Tomás Mendes dos Santos e Juliana de Sousa Soares aparentemente eram moradores na capela de Santa Rita, onde aparecem batizando um filho APDSJDR, São João, Batismos, Lv.17, fl.16. Não conseguimos determinar se o padrinho Manoel Ferreira Pacheco era o pai ou um filho homônimo; já Maria Lopes do Espírito Santo era esposa de Francisco de Ferreira Pacheco, ambos moradores em São João Batista, fogo 13, brancos, senhores de 2 cativos.

capítulo anterior.[487] Francisco Antônio não deixou testamento, nem inventário, de modo que todas as informações que temos de sua família vieram dos registros paroquiais. A falta desses documentos também se faz sentir pela impossibilidade de conhecermos a geração que lhe antecedeu. Comecemos então, pelo casal de Francisco Antônio e Ana Martins. Esses pardos forros devem ter se unido nos últimos anos da década de 1770, pois em 1780 nasceram as gêmeas Ana Maria e Teresa. A partir daí o casal teve um filho a cada dois anos até 1800, com uma breve pausa até a vinda da caçula em 1808. O primeiro compadre do casal, responsável por apadrinhar as gêmeas em 1780 foi alferes Hipólito José da Fonseca, homem branco, dono de um escravo, morador na vila de São José como agregado no domicílio do sargento mor Antônio da Fonseca Pestana de Gouveia, de quem possivelmente era parente.[488]

José Cardoso Amado aparentemente estava certo ao afirmar a proximidade entre o forro Francisco Antônio e o rico sargento mor, mas não por causa deste compadrio. A escolha do alferes Hipólito talvez tenha sido uma primeira aproximação da família de pardos forros a Pestana Gouveia, o que, se considerarmos as relações de compadrio, ainda demandou algum tempo. As gêmeas não tiveram madrinha assinalada no assento de batismo, o que talvez seja incúria do padre; da mesma forma, o segundo filho, Domingos, o único capaz de ajudar o pai nas lides com o gado (nas terras invadidas a José Cardoso Amado), não teve nenhum padrinho, e o terceiro filho, Manoel, recebeu apenas um padrinho, Salvador Antônio Guadalupe, um crioulo. Guadalupe não poderia ser considerado desprovido de riqueza, pois era dono de escravos, nem sem influência, pois era um padrinho muito requisitado para filhos de cativos de libertos.[489]

[487] Arquivo Público Mineiro, SG-Cx.72-Doc.48, disponível on-line em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtdocs/photo.php?lid=103613 (acessado em 04/03/2013).
[488] Rol dos Confessados, Matriz, fogo 14.
[489] Em 1776 morreu o escravo Miguel congo, pertencente a Guadalupe, APDSJDR Óbitos, Lv.76, fl.515. Mas em 1789 lhe nasceu Felisberta, filha natural de sua escrava Maria crioula, APDSJDR Batismo, Lv.08, fl.254v. Até sua morte em 1792, Guadalupe batizou 13 crianças, quase todas cativas e filhas de libertos.

Figura 8.2 - Relações de compadrio do pardo forro Francisco Antônio Gonçalves



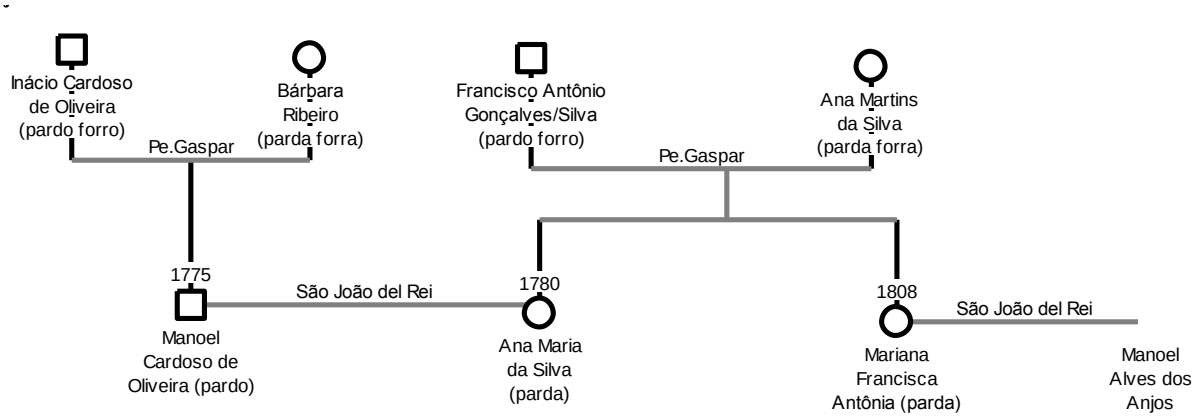
Com a quarta filha, Michaela, Francisco Antônio aproximou-se mais uma vez da família Fonseca Pestana, desta vez tendo como compadres o tenente Joaquim José da Fonseca (Pestana) e sua mulher Teresa (Maria) Pereira da Motta, senhores de dois escravos e seus vizinhos na capela de Pe. Gaspar.[490] Quando nasce a filha Maria, em 1789, a relação denunciada pelo alf. José Cardoso Amado parece se concretizar, pois Francisco Antônio consegue que o sgto. mor Antônio da Fonseca Pestana e sua esposa tornem-se seus compadres. Já discutimos a importância dessa aliança no capítulo 07: com o aval do sgto. Mor, o pardo forro Francisco Antônio levou gado para pastar nas terras de cultivo do alferes José Cardoso Amado, mas isso só aconteceu anos depois e, como sugere as relações de compadrio, talvez o conflito envolva outras questões.

Em 1791 uma aliança horizontal e uma homenagem: o sétimo filho do casal Francisco Antônio e Ana Martins recebeu o nome do possível irmão de Ana que batizou a criança junto com sua esposa. Patrício Martins da Silva era também pardo forro, assim como sua esposa, não tinha escravos; como a família de Francisco Antônio, vivia nos subúrbios da Matriz, talvez já na saída para o arraial do Pe. Gaspar. Era um parente e quase vizinho. A partir de então, Francisco Antônio teceu novas alianças verticais: como padrinhos do filho José foram convidados José Antônio dos Santos e Custódia Maria de Jesus, casal branco, donos de quatro escravos e moradores na Matriz; para apadrinhar a segunda filha Maria foi convidado José Cardoso Amado, quando ainda não era alferes, nem inimigo de Francisco Antônio. Para madrinha foi chamada Maria Joaquina de Souza, viúva, branca, senhora de escravos e moradora na vila de São José. Tivemos alguma dificuldade em identificar os padrinhos dos demais filhos. Dona Ana Inácia de França não aparece no Rol de Confessados e Manoel Caetano é um nome comum, com existência de vários homônimos. Também há dois sujeitos com o nome de José Rodrigues da Silva, um senhor com mais de 70 anos, dono de um escravo e morador na Matriz e um jovem de 30 anos, casado, dono de um escravo e morador na capela de Oliveira. Baseado nas escolhas locais de compadres de Francisco Antônio, cremos que o padrinho da penúltima filha, Joana, fosse o primeiro, morador num distrito vizinho. A escolha de Rita Maria do Nascimento era claramente uma opção de aliança vertical – tratava-se de uma viúva branca, dona de nove escravos e moradora na capela do Pe. Gaspar, bem próximo à família de Francisco Antônio. Já o padrinho alferes Francisco Antônio Fonseca não foi localizado nas fontes.

[490] Rol dos Confessados, Pe. Gaspar, fogo 23.

Em resumo, as relações de compadrio estabelecidas pelo casal de pardos forros Francisco Antônio e Ana Martins privilegiaram relações verticais com donos de terras e senhores de escravos, convidando normalmente casais das vizinhanças para apadrinhar suas crianças. As alianças horizontais, aparentemente, ocorreram quando não foi possível um laço ascendente, ou quando estes já se encontravam estabelecidos. A relação com a família do sgto. Mor Antônio da Fonseca Pestana ocupou muitos dos filhos do casal e abriu a possibilidade de acesso à terra para criação no arraial de Pe. Gaspar – embora isso tenha gerado um conflito com outro compadre, o alferes José Cardoso Amado, que denunciou ao governo da capitania a invasão de suas terras pelo gado do compadre (relação esta omitida no texto da denúncia). Entretanto, o sgto Mor Pestana morreria logo em seguida ao conflito no ano de 1813. É possível que sem um protetor Francisco Antônio visse obstaculizado seu acesso à terra.

Figura 8.3 - Matrimônios da filhas do pardo forro Francisco Antônio Gonçalves



Não identificamos o casamento de nenhum dos vários filhos de Francisco Antônio na freguesia de São José, o que pode significar a migração ou o celibato. Em qualquer das alternativas, trata-se de um claro sinal de que seus descendentes não tinham acesso a recursos para constituir família no local em que os pais viveram.[491] Os únicos dois matrimônios que logramos localizar foram celebrados na Matriz do Pilar da vila de São João del Rei, mas nenhum dos casais teve um filho batizado naquela freguesia ou na de São José. Uma última palavra sobre esses casamentos: embora não tenha sido possível conhecer nada sobre a família de Manoel Alves dos Anjos, esposo da caçula de Francisco Antônio, a família de Manoel Cardoso de Oliveira, marido da primogênita Ana Maria, era antiga conhecida. Os pais de Manoel, Inácio Cardoso de Oliveira e Bárbara Ribeiro, eram pardos forros e vizinhos de

[491] SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português* (séculos XVIII e XIX). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

Francisco Antônio na capela do Pe. Gaspar. Assim, embora o enlace matrimonial tenha ocorrido distante da família da noiva, ele uniu famílias sócio e espacialmente próximas.

8.2.c) A autoridade paterna desafiada: os casamentos das filhas do Capitão Agostinho Correia Paes

Em 1795 o Rol de Confessados da freguesia de São José registrou o domicílio do capitão Agostinho Correa Paes, homem pardo, casado, com filhos e senhor de oito escravos. O capitão Agostinho não era um caso excepcional: já vimos que um terço dos senhores de escravos na mesma época eram, eles próprios, descendentes de escravos. A parte mais expressiva deles era de libertos que viveram a experiência da escravidão, diferentemente de Agostinho Correa Paes que nasceu livre. O mesmo Rol de Confessados revela que existia trinta negros e pardos com patentes militares na freguesia, um quarto de todos os oficiais de ordenanças da localidade.[492] Alcançar uma patente militar foi para algumas dessas pessoas o ápice de um itinerário rumo a atenuar a mancha da escravidão, para outras foi parte importante desse percurso. A disposição das Coroas ibéricas em utilizar as forças locais na defesa do seu território e na manutenção da ordem interna abria essa possibilidade que foi uma das mais acessadas pelos negros de Minas em seu caminho de integração.[493]

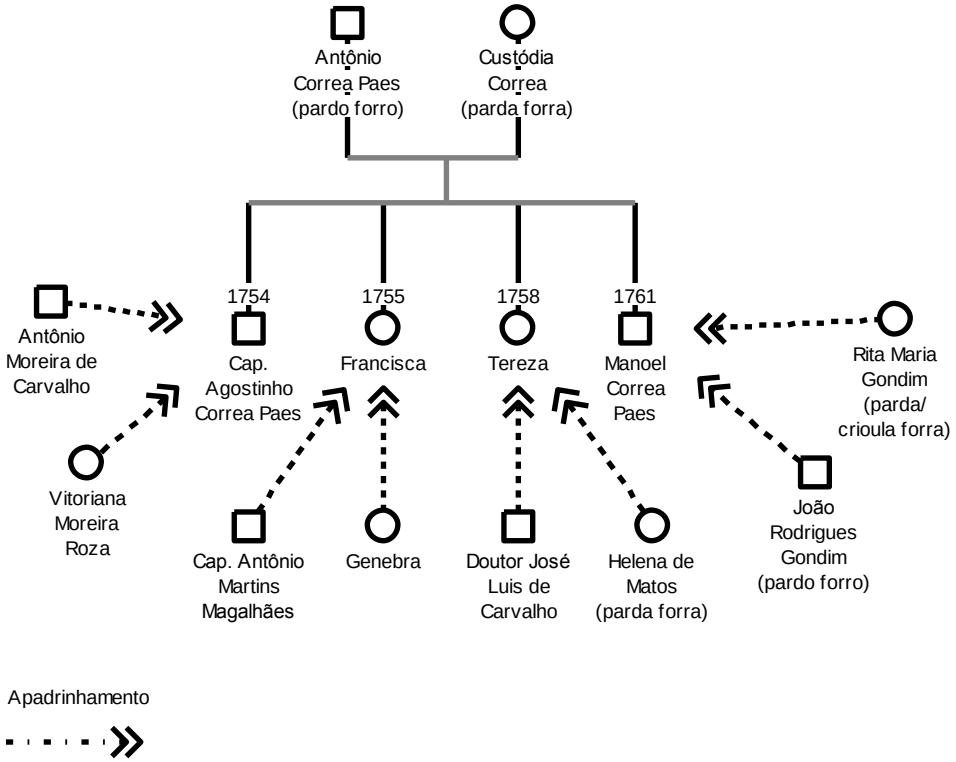
Entretanto, a distinção proporcionada por uma patente, a chefia de um domicílio, a posse de escravos eram, frequentemente, o resultado de longos itinerários que, não raro, perpassaram gerações. No caso do capitão Agostinho Correia Paes, ele era filho de ex-escravos, o casal de pardos Antônio Correia Paes e Custódia Correia. Conseguimos recuperar poucas informações sobre esses libertos: sabemos que alcançaram a posse de escravos, pois

[492] Tivemos a oportunidade de analisar esse conjunto de oficiais negros e pardos em um artigo publicado na revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Ver MALAQUIAS, Carlos. O. Militares negros e pardos na freguesia de São José do Rio das Mortes em fins do século XVIII. *Temporalidades*. Belo Horizonte, Ano 01, v. 2, pp.130-138, 2010.

[493] Como argumenta Russel-Wood, o ingresso nas forças armadas era uma das principais vias para a inserção social da população de origem africana. Além do engajamento militar, em Minas o artesanato e os diversos ofícios especializados também ocuparam essa população. RUSSEL-WOOD, A. J. R.. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Sobre o ponto de vista bélico a partir do qual as Coroas ibéricas consideravam suas conquistas e pensavam o fortalecimento de seus reinos pode-se citar as estratégias usadas pela Coroa espanhola para defender áreas de fronteira na América do Norte, especialmente no México e na Florida, e nas milícias de negros e mulatos de Lima no Peru, respectivamente estudadas por LANDERS, Jane. *Black slavery in spanish florida.* Urbana: University of Illinois Press, 1999 e ARES, Berta. Les Milices de noirs et de mulâtres à Lima: lês débuts XVI – XVII siècles. In: STELLA, Alessandro; BERNAND, Carmem (Coord.). *D'Esclaves à soldats*. Miliciens et soldats d'origine servile XII – XX siècles. Paris: L'Harmattan, 2006.

levaram a batismo várias "crias" de suas escravas.[494] Também conhecemos algumas de suas relações de compadrio com a elite da freguesia. O padrinho escolhido pelo casal de pardos forros para o seu primeiro filho, o futuro capitão Agostinho, foi Antônio Moreira de Carvalho, homem branco e rico, pai dos filhos da negra mina Rosa Moreira de Carvalho, a descendente de escravos detentora do maior plantel registrado na freguesia no final do século XVIII. A relação foi reforçada pela disposição de Antônio Correa Paes, em mais de um momento, de apadrinhar escravos de Antônio Moreira, como o crioulo Inácio, filho da escrava Florência.[495]

Figura 8.4 - Padrinhos da descendência dos pardos forros Antônio Correa Paes e Custódia Correa



Os pardos forros Antônio e Custódia também procuraram padrinhos bem situados para os filhos que seguiram a Agostinho. Francisca recebeu como padrinho o capitão Antônio Martins Magalhães, senhor de escravos; com respeito a sua madrinha, no entanto, o lacônico nome de Genebra não permitiu obter nenhuma informação.[496] A filha Tereza foi apadrinhada pelo Doutor José Luís de Carvalho e pela forra Helena de Matos. Nesse caso, como também deve ter sido a situação da filha Francisca, temos o estabelecimento de uma aliança "para

[494] APDSJDR, Batismos, Lv.07, fls.112, registro de batismo de Teresa, irmã do capitão Agostinho, no qual a cor parda e condição liberta dos pais são mencionados. Para os batismos de escravos ver APDSJDR, Batismos, Lv.07, fls.13, 73, 116, 203 e 251.
[495] APDSJDR, Batismos, Lv.07, fls.13.
[496] O capitão Antônio Martins Magalhães aparece nos livros de batismo da freguesia levando filhos de suas escravas para receber o primeiro sacramento. APDSJDR, Batismos, Lv.07, fls.311; Lv.08, fls.64

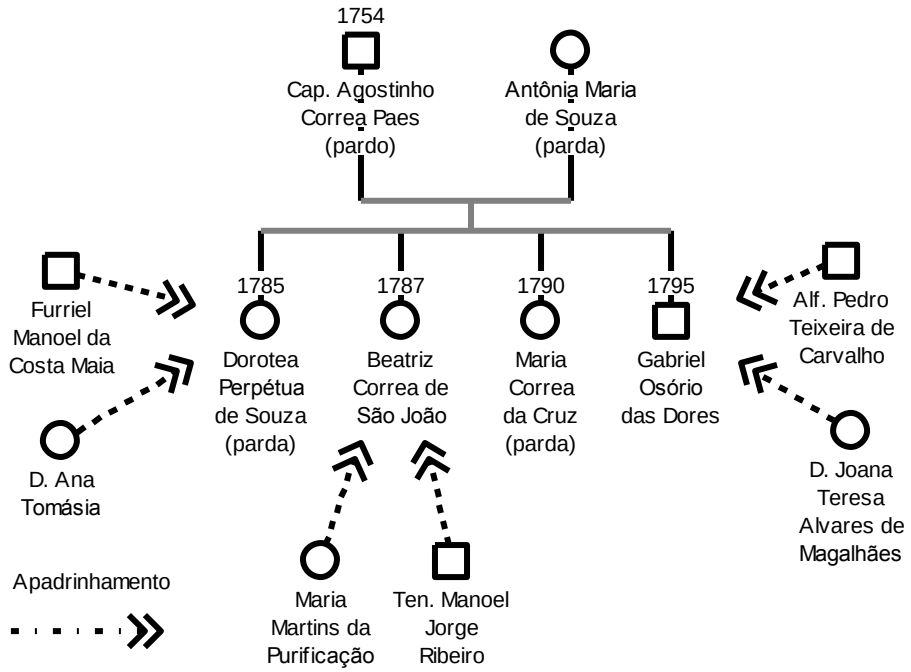
cima" com o padrinho e uma aliança horizontal com a madrinha. Finalmente, o filho Manoel foi apadrinhado por dois pardos forros, provavelmente parentes pela coincidência dos sobrenomes. João Rodrigues Gondim era lavrador, sendo aventado em seis oitavas de ouro na lista de recolhimento de dízimos da freguesia de São José em 1766, e senhor de escravos, assim com Antônio Correia Paes.[497] Rita Maria Gondim, cujo parentesco com João não foi especificado, recebeu várias designações de cor e condição nos registros paroquiais. Quando apareceu apadrinhando crianças escravas ou filhas naturais de libertas com seu esposo João Pinto de Matos em 1753, 1756 e 1757 não recebeu nenhuma designação de cor ou condição.[498] Foi parda forra ao batizar o filho natural da também parda forra Caetana Ferreira em 1755, a criança exposta a Sebastião de Azeredo Coutinho em 1757, e Josefa, uma mina adulta pertencente a Serafina Rodrigues.[499] Enquanto batizava seus filhos naturais em 1755, 1762 e 1765 era crioula forra.[500] Com Antônio Gondim e Rita Maria como padrinhos do filho Manoel, a família dos Correa Paes buscava alianças horizontais que deveriam fornecer um recurso de natureza diferente das relações verticais, talvez uma ajuda prática para tomar conta das crianças, auxiliar num mutirão etc.

O capitão pardo Agostinho Correa Paes deu continuidade à trajetória de remissão do cativeiro iniciada por seus pais, buscando cercar-se de pessoas bem situadas. O capitão possuía uma morada de casas assobradadas na rua Direita da vila de S. José que partia com vizinhos também militares. [501] Por um lado, Agostinho tinha como vizinho o furriel Antônio Marques Pinto, homem branco, casado e dono de 13 escravos em 1795. De outro lado, sua morada partia com a casa do capitão Antônio Vital Riforte, branco, possuidor de 07 escravos. Na mesma rua ainda residiam o sargento-mor Antônio da Fonseca Pestana, branco e casado, dono de 32 escravos, e o alferes Antônio Pedrozo de Carvalho, branco e solteiro, chefe do fogo com a maior escravaria registrada no Rol, 105 escravos. O capitão pardo Agostinho Correa Paes convivia com a elite escravista de S. José e portava símbolos de distinção que referendavam seu lugar de destaque. Em seu inventário são numerosas as referências a jóias e utensílios de prata. Sua casa era bem mobiliada e não faltavam requintes para receber eventuais visitas: pratos e xícaras de louça, talheres de prata, copos de vidro.

[497] João Rodrigues Gondim foi assinalado como pardo forro no assento de batismo de sua filha Joaquina. APDSJDR, Batismos, Lv.07, fls.220. Em vários registros, no entanto, sua cor e condição era omitida, como nos assentos dos filhos de suas escravas APDSJDR, Batismos, Lv.07, fls.143, 177, 201 e 260 .Ele era casado com Isabel dos Santos, também assinalada como parda forra. APM, CC-2278, registro 238.
[498] APDSJDR, Batismos, Lv.07, fls.15, 90, 91
[499] APDSJDR, Batismos, Lv.07, fls. 63, 103, 112.
[500] APDSJDR, Batismos, Lv.07, fls.63, 174 e 213.
[501] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventário Antônia Maria de Souza, 1806, cx. 298.

Assim como seus pais haviam feito, o capitão Agostinho buscou padrinhos bem situados para seus filhos. A primogênita recebeu como padrinhos o então furriel Manoel da Costa Maia, que anos mais tarde se tornaria capitão e um dos homens mais ricos da freguesia, mas então era um português em ascensão nas Minas.[502] A madrinha foi Ana Tomasia, possivelmente a esposa do vizinho furriel Antônio Marques Pinto.[503] Todos foram descritos como brancos pelo Rol de Confessados de 1795. A segunda filha e o caçula de Agostinho Correa Paes foram apadrinhados seguindo a mesma estratégia: um padrinho militar, uma madrinha de família rica. Todos os padrinhos e madrinhas também eram vizinhos de Agostinho, o que mostra que ele buscou tecer essas relações no âmbito local. A terceira filha do capitão, no entanto, não teve nenhum padrinho, o que contraria frontalmente os preceitos católicos para a celebração do sacramento, assim como representa o desperdício de uma oportunidade de reforçar laços sociais. É provável que se tratasse de mais um caso de incúria do pároco.

Figura 8.5 - Padrinhos da descendência do cap. Agostinho Correa Paes e Antônio Maria de Souza



[502] Pessoas em ascensão apadrinhavam filhos de libertos e de negros com mais prodigalidade do que filhos de famílias da mesma situação social. Pelo menos é o que sugere um recente estudo sobre o compadrio em Minas Gerais ao demonstrar que os troncos mais enraizados de uma família senhorial tinham relações de compadrio mais horizontais do que os laços tecidos por pontas mais jovens do mesmo grupo familiar. Os jovens senhores estavam em ascensão em um distritos diferente daquele habitado pelos pais e buscavam ali constituir sua própria clientela. Ver ANDRADE, Mateus. R.; LEMOS, Gusthavo. Terra de compadres: família e enraizamento social em Guarapiranga, séculos XVIII e XIX. In: BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Mateus R.; LEMOS, Gustavo. (Orgs.). *Redes Sociais e História*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013, pp.19-50.

[503] APDSJDR, Batismos, Lv.08, fls.143.

Em 1805 o capitão Agostinho casou sua filha Dorotea, então com 20 anos, com João Ribeiro Rosa, filho do tenente Manoel Ribeiro Rosa, homem pardo forro, e sua mulher Francisca Maria da Silva, parda forra. O tenente pardo Manoel Ribeiro Rosa apareceu no *Rol* em 1795, morando na capela de Oliveira, dono de três escravos. Podemos imaginar que era um casamento que convinha a ambas as famílias, afinal dois militares pardos uniram seus filhos a iguais. Para tornar sua filha Dorotea mais atraente no mercado matrimonial e conseguir um cônjuge à altura, o capitão Agostinho ofereceu dote de pouco mais de 82$000 (oitenta e dois mil réis), constituído por uma escrava, móveis para a casa, utensílios em metal, roupas, todo o enxoval e ouro. Era uma parte significativa do valor total dos bens de Agostinho e sua esposa, alcançado 5,5% do valor do inventário.

Da filha Beatriz não tivemos notícia de casamento; ela simplesmente não apareceu nos registros paroquiais de São José. Em 1812, quando o capitão Agostinho Correa Paes faleceu, ela ainda era solteira e foi inventariante dos seus bens. O filho Gabriel foi morar com o tio Manoel Correa Paes após o falecimento do pai, mas ficou lá pouco tempo: no inventário consta que o tutor simplesmente não sabia onde Gabriel encontrava-se no momento da partilha dos bens. Ele havia fugido na companhia do escravo Francisco crioulo e só apareceu em 1820, oito anos depois da morte do pai, declarando-se casado na freguesia de Carrancas com Liberata da Trindade e requisitando a legítima na herança paterna.[504]

O casamento da filha Maria, por sua vez, deixou o capitão Agostinho desgostoso a ponto de tentar negar-lhe a herança devida pela morte de sua mãe. Os registros de casamento mostram que Maria, terceira filha de Agostinho, casou-se aos 13 de maio de 1807, então com 16 para 17 anos, com Joaquim Bernardes Paulino.[505] Mas para isso Maria percorreu um conturbado caminho devido à oposição do pai. No começo de maio de 1807, enquanto o inventário de sua mãe ainda corria, Maria interpôs pedido ao Juizado de Órfãos da vila de S. José para pedir licença para se casar.[506] De acordo com o pedido, ela encontrava-se "justa e contratada para tomar estado de casada com Joaquim Bernardes Paulino". Pelo Rol sabemos que o marido de Maria, Joaquim Bernardes Paulino, era um pardo livre, morador na vila de São José no domicílio de seu tio, Antônio Bernardes Paulino, pardo forro. Habitavam o mesmo fogo a mãe de Joaquim, um irmão, uma tia com seu filho e um único escravo. Era uma família extensa, constituída em torno de um forro que alcançara a posse de um escravo e que

[504] AHET II – IPHAN, SJDR – Inventário, PAES, Agostinho Correa, 1812, cx.482.
[505] APDSJDR, Casamentos, Lv.25, fls.227.
[506] De acordo com as petições apresentadas no inventário da mãe de Maria. AHET II – IPHAN, SJDR – Inventário Antônia Maria de Souza, 1806, cx. 298.

contava com a parentela para se manter. Embora o cônjuge de Maria fosse pardo como ela, vinha de uma família num ponto diferente da hierarquia colonial. O pedido de licença para casamento, entretanto, deveria ser encaminhado ao pai, o capitão Agostinho, tutor legal dos filhos menores. Em sua resposta o capitão dizia-se "contrariado" e que "não tinha ajustado casamento algum"; afirmava que sua filha havia-lhe fugido de casa e que "não convinha" no dito casamento "em tempo algum pelo desgosto que me dá". Em face disso, o Juiz de Órfãos negou o pedido.

Mas Maria insistiu na licença contra-argumentando que, de fato, seu pai não tinha ajustado nenhum casamento, e sim "que ela estava justa e contratada para tomar estado". Argumentava que o casamento era uma ação que "depende de vontade livre". Dizia que seu pretendente era homem "igual à pessoa da suplicante", honrado e com o ofício de sapateiro, e que era capaz de sustentá-la – do contrário como poderia a suplicante "amparar-se para viver"? Por fim, dizia que seu pai a tinha maltratado de pancadas "por motivos que não pode expor, sendo assaz públicos". Sua argumentação tocava pontos sensíveis das noções que envolviam o matrimônio. Em primeiro lugar, o casamento era de fato considerado pela Igreja como uma ação de consciência individual, embora, no caso de menores de idade dependesse da aprovação dos pais. Em segundo, Maria afirma que seu noivo era igual à sua pessoa, isto é, da mesma qualidade, tentando mostrar que seu pai não tinha motivo para se opor ao casamento. Para justificar sua ação, Maria apelava para a idéia socialmente difundida de que o casamento unia iguais.[507] Um terceiro ponto importante na argumentação da filha Maria era que, ao dizer que Joaquim Paulino seria capaz de sustentá-la, ela colocou em cena outra noção relativa ao casamento: a de que a união salvava mulheres e homens do mau comportamento, que o matrimonio era capaz de evitar desvios.[508] Num primeiro momento toda esse arrazoado não surtiu efeito, pois o Juiz de Órfãos pela segunda vez negou a licença para Maria se casar. Mas, sem que possamos conhecer como, já que o inventário silencia a respeito, pouco tempo depois Maria conseguiu a licença e se casou.

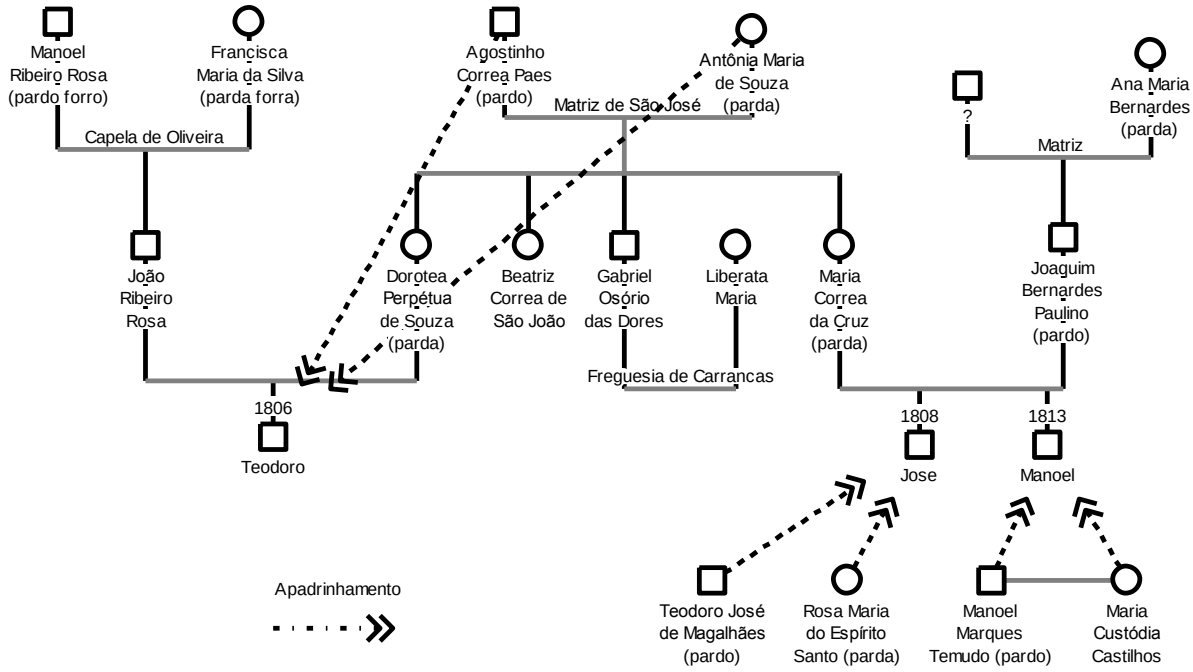
Talvez, mais do que com os misteriosos motivos "assaz públicos", o capitão Agostinho tenha se desgostado com o arroubo de individualidade da filha que dispensou a mediação da

[507] Novamente a referência é BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade, São João Del Rei, século XVIII e XIX. cap. 04 "Estratégias Familiares e Alianças Matrimoniais".

[508] Nesse sentido, é interessante observar que quando o vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, encerrou em 1796 seu período de governo tenha se afirmado preocupado com o destino de negros e pardos livres, sugerindo que o casamento era uma solução para o problema de escândalo ao costumes e mau exemplo às famílias representado por essa numerosa parcela da sociedade. Ver. LARA, Silvia H. *Fragmentos setecentistas:* escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p.07.

família para ajustar o seu casamento. Era comum que o casamento dos filhos fosse encarado como parte da estratégia de ascensão ou manutenção de *status* familiar. Afinal, através do casamento o grupo familiar se ampliava ao agregar, não apenas os noivos, mas também seus pais.[509] A família, nesse caso, era a mais importante célula de gestão de recursos econômicos e de poder, e o casamento o seu momento de reiteração. Nesse sentido, é possível que Agostinho planejasse para Maria um casamento que estabelecesse alianças importantes, como o matrimônio de Dorotea. Ao agir individualmente, Maria frustrou os planos do pai.

Figura 8.6 - Matrimônios na família do cap. Agostinho Correa Paes e Antônia Maria de Sousa



Além dos casamentos das filhas do capitão Agostinho Correa Paes não é possível dizer muito mais sobre a trajetória dessa família de pardos que figurou no grupo dos inventariados de riqueza intermediária entre o final do século XVIII e a primeira década do XIX. Dorotea só teve um filho na freguesia de São José, que foi batizado pelos avós. Na década de 1830 ela apareceu como madrinha de um escravo batizado na Ermida do Senhor do Bom Jesus dos Aflitos da Ressaca, para onde deve ter se mudado.[510] Maria teve dois filhos cujos padrinhos escolhidos representam uma tentativa de relação vertical. O primogênito recebeu como padrinhos o pardo livre Licenciado Teodoro José de Magalhães, senhor de escravos e vizinho de Maria na vila de São José, e a parda Rosa Maria do Espírito Santo, de quem não temos maiores informações. O segundo filho foi batizado pelo pardo Manoel Marques, um filho de

[509] BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
[510] APDSJDR, Batismos, Lv.14, fls.166.

português com mulher parda, como tantos que identificamos no final do século XVIII. Temudo estava em franco processo de ascensão, pois o identificamos levando filhos de suas escravas ao batismo e, ao longo do tempo, ascendeu na hierarquia militar. Ele também era antigo conhecido do capitão Agostinho Correa Paes e um dos que assinaram a petição contra o monopólio dos celeiros. Mas somos obrigados a parar por aí. A descendência do capitão Agostinho Correa Paes possivelmente não alcançou sua escala de riqueza, não legou inventários, nem testamentos e, talvez, tenha se mudado da freguesia de São José, já que não os encontramos nos registros paroquiais.

8.2.d) O compadrio no caminho da ascensão do pardo quartado Manoel Francisco de Paula

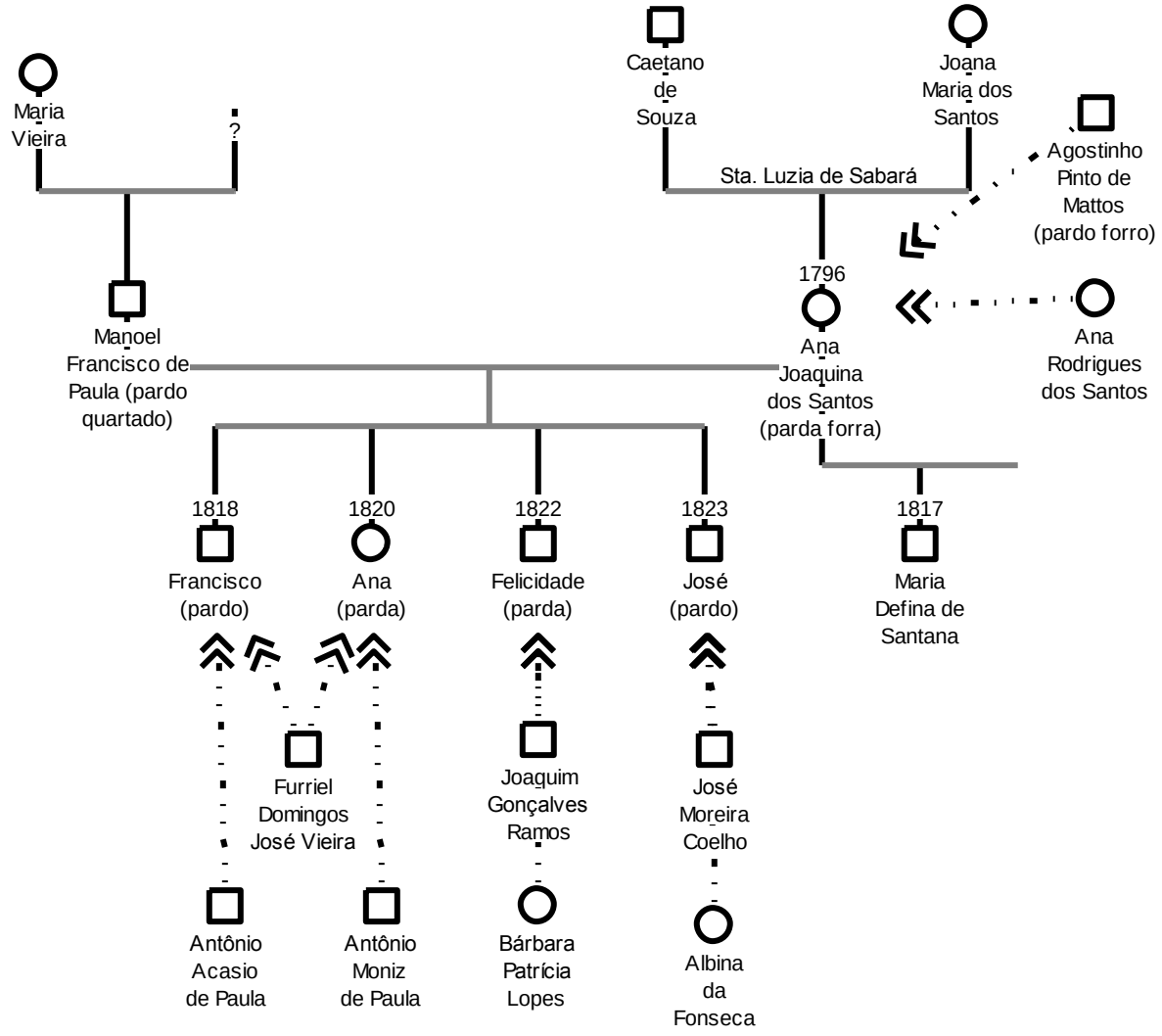
A parda Ana Joaquina dos Santos foi batizada em 1796 na Matriz de Sto. Antônio da vila de São José, mas seus pais, segundo o assento de batismo, eram de Santa Luzia do Sabará.[511] Seu padrinho foi Agostinho Pinto de Mattos, segundo o Rol de Confessados, um pardo forro, morador na Matriz, senhor de 14 escravos.[512] A madrinha foi Ana Rodrigues dos Santos, mulher parda e casada, moradora na Matriz e com três escravos no domicílio.[513] Não temos mais notícia dos pais de Ana Joaquina. Aparentemente, tinham acabado de chegar à freguesia quando ela foi batizada, pois não foram registrados no Rol de Confessados do ano anterior. Como migrantes, talvez sem conhecer muitas pessoas no novo local, escolheram pardos bem situados para apadrinhar sua filha.

Ana Joaquina dos Santos teve quatro filhos naturais do escravo Manoel Francisco de Paula antes de oficializarem união no ano de 1825. Nessa data, Manoel Francisco era quartado. Antes do casamento, porém, Ana Joaquina teve uma filha natural, Maria, cujo batismo consta que teria sido exposta a Ana Joaquina. Aparentemente ela tentou camuflar a filha natural. Essa primeira filha não teve padrinhos mencionados no assento de batismo. Os demais filhos tidos com Manoel Francisco foram batizados por pares de padrinhos que estabeleciam, simultaneamente, uma aliança horizontal e outra vertical. Os dois primeiros

[511] APDSJDR, Batismo, Lv.09, fl.481.
[512] Rol dos Confessados, Matriz, fogo 27.
[513] Rol dos Confessados, Matriz, fogo 65.

filhos tiveram como padrinho o furriel e depois tenente Domingos José Vieira, senhor de escravos e morador no distrito da vila.[514]

Figura 8.7 - Compadrios do pardo forro Manoel Francisco de Paula – 1º casamento



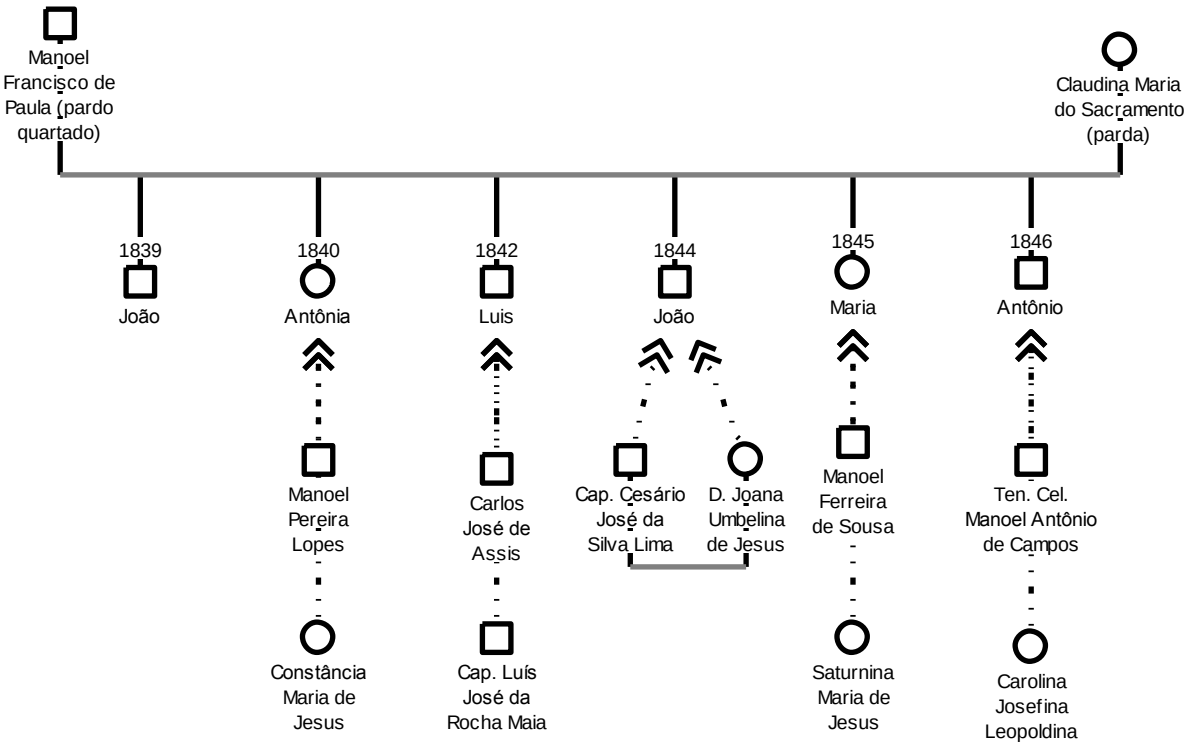
Algo diferente, as duas primeiras crianças tiveram dois padrinhos: Antônio Acácio de Paula, um crioulo forro, jornaleiro, residente no arraial de Prados, e Antônio Muniz de Paula, um pardo, morador na vila.[515] Existem dois Joaquim Gonçalves Ramos na lista nominativa de 1831: um era morador do fogo 06 da vila, crioulo, casado e fabricante de ferro, o outro morava no fogo 79, era pardo, viúvo e dono de três escravos. Já Bárbara Patrícia Lopes era uma crioula solteira, moradora na vila no domicílio do eclesiástico Manoel Martins Coimbra, também ele crioulo e senhor de sete escravos. Finalmente, José Moreira Coelho era um

[514] Como identificado pelos assentos de batismo em que aparece levando seus filhos e seus escravos a tomar o sacramento.
[515] Respectivamente lista nominativa, Prados, 1831, fogo 175 e Rol dos Confessados, 1795, Matriz, fogo135.

negociante filho do capitão Antônio José Moreira, um dos homens mais ricos da freguesia na década de 1830. De Albina da Fonseca não foi possível recuperar nenhuma informação.

Quando Ana Joaquina dos Santos faleceu no começo da década de 1830, esses laços de compadrio devem, no mínimo, ter ajudado o viúvo a tomar conta dos filhos ainda pequenos. Como muitos dos compadres eram vizinhos e pessoas de um segmento social semelhante, não deve ter sido difícil obter essa ajuda prática. Mas Manoel Francisco não ficou sozinho muito tempo. Poucos anos depois do falecimento da esposa, ele casou-se em segundas núpcias com a parda Claudina Maria do Sacramento e teve mais seis filhos. Os laços de compadrio estabelecidos por esse casal diversificam alianças verticais e horizontais, mas restringiram-se à busca de compadres entre os vizinhos (a única exceção é o compadre do arraial de Prados, distante duas léguas da vila de S. José).

Figura 8.8 - Compadrios do pardo forro Manoel Francisco de Paula – 2º casamento



Uma rápida busca pelos padrinhos nas listas nominativas revela que Manoel Francisco de Paula e sua segunda esposa buscaram padrinhos bem situados na vila de São José, enquanto as madrinhas eram, na maioria dos casos, de seu mesmo *status*. È significativos que todos os padrinhos fossem senhores de escravos[516] – afinal, com o segundo casamento,

[516] Manoel Pereira Lopes vivia de agência, era morador no 3º quarteirão da vila e senhor de 9 escravos (Lista nominativa, Vila de São José, 1839, quarteirão 03, fogo 37.); Manoel Ferreira de Souza, escrivão, morador no 2º

Manoel Francisco havia ascendido a esse patamar ao possuir a cativa Maria, crioula de 58 anos. Mas também ocorreram alianças com não escravistas como o caixeiro Carlos José de Assis, rapaz de 16 anos que vivia no fogo do negociante Bernardo José Luís,[517] e a menina Carolina Leopoldina, de 9 anos, parda, filha de Paula Antônia, que vive de agência na vila de São José, sem escravos.[518] Embora variados socialmente, todos os compadres viviam nas proximidades do fogo de Manoel Francisco, ou seja, eram laços locais.

8.3. No mapa das relações sociais

O levantamento dos estudos de caso nos permite algumas comparações sobre as estratégias de sociabilidade de famílias de forros e de livres. Vimos que um homem livre e filho de um rico proprietário, João Ferreira Pacheco, nem sempre conseguiu orientar suas opções de compadrio para estabelecer laços ascendentes. Por mais de uma ocasião João teve como compadres membros da sua família. Talvez lhe faltassem opções de pessoas acima de sua condição no espaço da capela em que morava, ou talvez ele não fosse bem relacionado o suficiente em sua comunidade. De forma diferente, duas das testemunhas que testemunharam ao seu lado no processo de Força Nova, Pedro e Antônio Bernardes de Freitas, descritos como pardos forros no Rol de Confessados de 1795, ambos senhores de pequenas escravarias, buscaram e conseguiram alianças verticais. Para eles o compadrio foi uma oportunidade de aliança para fora da família – que poderia ser pequena ou ainda ter membros na escravidão. A importância do parentesco ritual fica mais clara no caso de Antônio Bernardes de Freitas que se deslocou a capelas vizinhas para levar seus filhos a batizar por padrinhos importantes.

Para Francisco Gonçalves, nosso segundo caso estudado, as alianças verticais também foram privilegiadas. O documento que nos levou a esse caso – uma denúncia de que Francisco estaria invadindo as terras de um vizinho (na verdade, seu compadre) – nos revelou que ele acreditava que o compadrio poderia lhe valer o acesso à terra. Suas opções de compadrio foram diversificadas entre diferentes famílias de proprietários, talvez procurando não estar completamente submetido a nenhuma.

---

quarteirão do distrito da vila, era senhor de 2 escravos (Lista nominativa, Vila de São José, 1839, quarteirão 02, fogo 04); Capitão Luís José da Rocha Maia, secretário, era senhor de quatro escravos e morador na vila (Lista nominativa, Vila de São José, 1839, quarteirão 01, fogo 27); Capitão Cesário José da Silva Lima, escrivão, senhor de seis escravos, morador na vila (Lista nominativa, Vila de São José, 1839, quarteirão 01, fogo 16); Ten. Cel. Manoel Antônio de Campos, caixeiro da negociante Ana Maria da Conceição, morador na vila (Lista nominativa, Vila de São José, 1839, quarteirão 01, fogo 38, 16 cativos no domicílio)

[517] Lista nominativa, Vila de São José, 1839, quarteirão 01, fogo 19.

[518] Lista nominativa, Vila de São José, 1839, quarteirão 01, fogo 30.

O último caso nos mostrou uma estratégia de alianças pelo batismo pelo estabelecimento de laços verticais e horizontais. Manoel Francisco de Paula buscou compadres no mesmo distrito em que morava, alguns eram pessoas de muitas posses, mas vários outros compartilhavam da sua mesma posição social. No seu caso fica clara a busca era de inserção como cliente de capitães e fazendeiros, mas também a construção de redes de solidariedade com vizinhos. Deve-se recordar que Manoel Francisco ficou viúvo com filhos ainda pequenos e qualquer ajuda para cuidar das crianças deve ter sido muito bem vinda. O casamento, para esse pardo forro, foi estratégico: seu primeiro matrimônio lhe possibilitou a liberdade, o segundo, a posse à escravos.

Finalmente, o caso do Capitão Agostinho Correa Paes nos mostrou como duas gerações de pequenos produtores teceram relações de compadrio buscando laços verticais que possibilitassem ajuda na inserção militar e a remissão da mancha do cativeiro. Não obstante ser um descendente de escravos e um proprietário modesto, o capitão Agostinho pensava o casamento de suas filhas de forma estratégica, estando disposto a empenhar um bom dinheiro para que elas tivessem bons consortes. Ele recebeu com mesma contrariedade que qualquer pai de família da elite proprietária a desobediência da filha que frustou os planos de relacionamento do pai.

Mas o que esses laços, tecidos em busca de proteção, acesso à terra, ajuda cotidiana, ascensão social e *status* podem nos dizer? Acreditamos que as relações de parentesco espiritual e de matrimônio dos pequenos produtores serviam para estruturar seus lugares nas relações sociais no âmbito da freguesia, tornando a todos conhecidos. Como revela a correspondência do Juiz de Paz da vila de São José, o Sr. Manoel Pereira Lopes, a ordem social dependia desse reconhecimento.

Em pelo menos três o Juiz Manoel Pereira Lopes redigiu à presidência da província expressando os problemas surgidos com a instalação da Cia. de Mineração dos Ingleses na vila de São José. Já indicamos que esse era praticamente o único grande empreendimento minerador no termo de São José registrado nas listas nominativas de 1831. A Cia. usou o trabalho de centenas de escravos – só no domicílio de seu diretor, Roberto Henrique Millivard, existiam quase 200, supostamente alugados. A instalação da Cia. dos Ingleses foi um último sopro de vitalidade urbana em São José. O lugar tornou-se mais movimentado, os aluguéis subiram e, presumimos, as possibilidades de ganhar dinheiro fornecendo víveres para os moradores e alugando escravos para a companhia devem ter cativado as atenções de muita gente. Mas não era a transformação da pacata São José num lugar dinâmico o que preocupava

o Juiz de Paz; era a atração de forasteiros, magnetizados por um novo surto minerador, o que tirava seu sossego. Em 19 de março de 1831, Manoel Pereira Lopes escreveu pela primeira vez ao governo da província requisitando auxilio militar para realizar rondas duas vezes por semana na vila e subúrbios em razão de se achar grande número de estrangeiros empregados na Cia. de Mineração Inglesa, "e muito maior de pretos africanos, escravos da mesma Cia., além de outros escravos e muitos libertos naturais".[519] De fato o número de moradores da vila parece ter crescido no começo dos anos 1830 – isso se, por um instante, pudermos deixar de lado as várias limitações das contagens de população do passado. Os levantamentos eclesiásticos de 1822 e 1825 calculavam em torno de 2.500 moradores na área da Matriz e da capela do Bichinho.[520] Na lista nominativa de 1831, quando a companhia já estava operando, foram registrados 3.057 moradores, um aumento considerável. Mas também fugaz: depois que a companhia encerrou suas atividades o número de moradores caiu para 2.364 de acordo com a lista nominativa de 1838.

O problema daquele crescimento, segundo o Juiz de Paz, é que ele foi produzido pela atração de estrangeiros e adventícios que apresentam conduta "volúvel e inconstante".[521] Estrangeiros, "pretos africanos" e "libertos naturais" vindos de fora eram sujeitos estranhos, não identificáveis no mapa das relações sociais da vila e poderiam causar problemas. Como, de fato, aconteceu. Dois dias depois da primeira missiva, o Juiz de Paz Manoel Lopes voltou à carga alertando novamente para o "perigo" representado pelos escravos e estrangeiros da Cia de mineração. Ele participava à presidência da província sobre uma luta entre soldados pedestres e dois escravos da Cia armados de faca. Um pedestre ficou ferido e um dos escravos acabou detido, preso no tronco. Porém, a audácia dos negros era tanta que parceiros do escravo detido arrombaram o tronco para tirar o delinquente. Na mesma carta, o Juiz ainda acusa o estado da cadeia da vila, "hoje asilo de cabras e porcos" e a leniência da vila em repará-la. Aparentemente Manoel Lopes acreditava que iria precisar da cadeia, muito mais útil para enquadrar os forasteiros desgarrados do que as relações de dominação pessoal da freguesia.[522]

[519] APM - PP. 1/18 Cx.191-doc.08 - 19/03/1831
[520] Para ser mais preciso os padres contaram 2.488 fiéis na Matriz e 293 no Bichinho em 1822; já no ano de 1825 foram 2.350 na Matriz e 342 no Bichinho. Ver "Lista fiel de todas as almas capelas curadas, filiais, e hermidas que constão haver em toda a Freguesia de Santo Antonio da Vila de São José da qual é Parocho Antonio Xavier de Sales Mattos: dada a 4 de dezembro de 1822" e "Mappa da população Parochianna da Freguesia de Sto. Antônio da Vila de São Jozé deste presente anno de 1825". APSJRM, pasta 19.
[521] APM - PP. 1/18 Cx.191-doc.22 – 17/04/1832.
[522] APM - PP. 1/18 Cx.191-doc.09 – 21/03/1831.

Conclusões

Nesse espaço desejamos recuperar alguns dos traços básicos que caracterizaram a experiência dos pequenos escravistas na freguesia de São José entre fins do século XVIII e meados do XIX. Assim como nas demais áreas de mineração, existiram pequenos escravistas em São José desde os primórdios da extração aurífera, como afiançam os primeiros registros de capitação.[523] Pode-se perceber a presença de pequenos produtores subrepticiamente nas localidades agregadas pela vila ao longo da primeira metade do século XVIII, cuja presença ficou sugestionada nos autos de posse e na correspondência administrativa. No ocaso da mineração, os pequenos produtores eram a maior parcela dos pagadores do dízimo na freguesia de São José no triênio que se encerrou em 1766.[524] De onde viriam as oportunidades para a formação desse segmento de pequenos produtores? Uma economia precocemente mercantilizada pela circulação de ouro em pó e o abastecimento das vilas e arraiais abriram oportunidades para quem não teve acesso a terras minerais. A disputa entre lavradores de grandes e pequenas fábricas pelo mercado da vila de São José no começo do século XIX mostra que a potência do mercado de abastecimento na virada do século não deve ser subestimada.

Se considerarmos, como temos insistido, que a posse de escravos foi na freguesia de São José um indicador da distribuição de riqueza, as possibilidades de acumulação eram bem difundidas no tecido da sociedade. Vimos que no final dos Setecentos havia ao menos um escravo em um de cada dois domicílios da freguesia – embora boa parte desses escravos fossem africanos com idades mais avançadas, havia um crescente grupo de jovens crioulos e pardos expressando uma pujante capacidade de reprodução interna a despeito da disparidade entre homens e mulheres e da alta concessão de alforria. A classe proprietária era sortida e multicolorida, especialmente na sua base. Na verdade, chefes de domicílio onde havia apenas um ou dois escravos eram, em termos de gênero, estado conjugal e cor/origem, quase tão heterogêneos quanto seus congêneres sem cativos.

Quando a corte portuguesa aportou no Rio de Janeiro em 1808, reorientando a economia do sul de Minas, as coisas mudaram, mas nem tanto. O tráfico passou a irrigar as escravarias mineiras a partir dos anos 1810 em contrapartida às exportações mineiras de gado, toucinho,

[523] Como os trazidos à luz por BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c.1720. In: BOTELHO, Tarcísio R. e outros (org.). *História quantitativa e serial no Brasil:* um balanço. Goiânia: Anpuh-MG, 2001, p.153.
[524] Ver a lista de pagamento de dízimos da freguesia em APM, CC-2278.

tecidos de algodão e outros itens de abastecimento. Mas as tendências de reprodução interna da população escrava não sofreram mudanças radicais. Embora ainda não sejamos capazes de mensurar adequadamente o ritmo de reprodução interna, ele parece ter permanecido o mesmo, ou até se ampliado, entre os anos 1790 e 1830. Depois de um começo de começo de século XIX desastroso para os pequenos senhores que dispunham de escravarias com predomínio masculino e reduzida chance de reprodução, a nova onda do tráfico permitiu aos pequenos senhores compor posses e manter-se como uma fatia apreciável dos escravistas.

Mas ocorreram algumas mudanças. A expansão do mercado na aurora dos Oitocentos premiou proprietários com um bom ponto de partida em terras e escravos. Os grandes fazendeiros estiveram claramente vinculados ao abastecimento da corte, enquanto pequenos e médios produtores acotovelavam-se para abastecer as vilas de São João e São José. A concentração de escravos aumentou, bem como a dos demais componentes da riqueza inventariada, notadamente os bens imóveis. As duas grandes exceções foram a distribuição do dinheiro e dos créditos, que no século XIX apareceram com mais frequência (embora não com os maiores valores) nas mãos de pequenos e médios produtores. Isso, como notamos no estudo do crédito, pode ser um sinal da estratégia de inserção econômica através do fornecimento de bens e serviços para as fazendas de mantimentos, para os pousos de tropeiros e para os arraiais. Embora de dinamismo mais limitado, a pequena produção ainda era capaz de alcançar a posse de escravos e, nos anos 1830, a classe senhorial era tão diversificada quanto no fim do século XVIII e ainda muito próxima da heterogeneidade que caracterizava os não-escravistas.

Com essa evolução em mente, podemos então retornar aos desafios colocados na introdução e amealhar algumas conclusões. Ressaltamos novamente que existiu uma grande diversidade de cor e origem, gênero e estado conjugal entre nossos pequenos senhores. A presença de senhores negros e pardos, libertos e livres, solteiros e casados, é uma das melhores provas de que, voltamos a insistir, a escravidão sustentou um grupo de pequenos produtores não apenas ao lhe fornecer mão de obra, mas ao produzir, através da alforria e da miscigenação, uma parte dos senhores de escravos. A diversidade dos senhores de poucos escravos nos ajuda a criticar o modelo de sociedade escravista e sociedade com escravos proposto por Ira Berlim. A economia e a produção de riqueza na freguesia de São José no período em que nos ocupamos eram fortemente baseadas no trabalho escravo e os grandes escravistas estavam nas posições mais destacadas dessa sociedade. No entanto, as possibilidades de mobilidade social e integração de negros e pardos não foram reduzidas por

isso, nem houve uma segregação por cor dos laços sociais que isolasse os descendentes de escravos. Ainda mais: em São José não ocorreu uma identificação direta entre a cor negra e o estatuto da escravidão que, segundo Berlin, foi típica da sociedade escravista norte-americana e um dos pilares do domínio dos senhores sobre a população negra.[525] Na verdade, aí parece residir o segredo da longevidade do sistema escravista no Brasil e de suas particularidade em relação aos Estados Unidos. Aqui os brancos eram uma parcela pequena da população e nem sempre podiam contar, como os senhores americanos, com feitores, milicianos, empregados e vizinhos brancos.[526] A classe senhorial multicolorida ampliava a base de sustentação do regime. O esquema de Berlim não se ajusta a essa realidade porque ele estuda as gerações de cativeiro nos Estados Unidos onde a população branca era ampla e precocemente envolvida num sentimento de desprezo pelos negros. Em Minas foi preciso contar com a colaboração de ex-escravos e seus descendentes para manter a escravidão.[527]

Sem dúvida os pequenos escravistas enfrentavam condições objetivas de vida e produção muito distintas dos grandes proprietários. A proximidade física com seus pequenos planteis, o compartilhamento do trabalho e as tensões da administração da disciplina deviam ser muito mais destacadas nas pequenas posses. É perfeitamente possível que essas circunstâncias tenham criado práticas particulares de exercício do poder senhorial em pequenas posses e, inclusive, incentivado mais as alforrias e alguma camaradagem entre senhores e cativos, da mesma forma que incentivou respostas violentas e fugas. No entanto, senhores de poucos escravos, mesmo que um ou dois, assim nos parece, não devem ser confundidos com camponeses à exclusão de sua posição de escravistas. Isso pelo simples fato de que eles exploravam a mão de obra escrava, ou seja, situavam-se, em relação aos meios produtivos, na mesma posição dos grandes proprietários – a diferença era da escala de posse.

[525] Embora existam exemplos frequentes em que a Coroa e funcionários insistissem numa equação do negro com a escravidão, às vezes com pouco sentido para os moradores da colônia. LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas*: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, capítulo 03. Na primeira metade do século XIX, durante a vigência da ilegalidade do tráfico, os poderes públicos do Império, especialmente com a vitória do Regresso, orientavam-se por essa identificação automática, tornando dependente do consenso social que envolvia sua liberdade o estatuto de africanos livres e seus descendentes. CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, capítulo 09. Sobre a identificação da cor com a condição ver BERLIN, Ira. *Gerações de cativeiro*: uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.71 e p.85.

[526] FRANKLIN, John Hope & SCHWENINGER, Loren. *Runaway Slaves*: rebels on the plantation. New York: Oxford University Press, 1999, capítulos 07 e 10.

[527] LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000, p.39.

Finalmente, a existência de pujantes relações de mercado desempenharam um papel fundamental na reiteração dos pequenos escravistas. Em primeiro lugar por abrir as demandas de mantimentos e serviços que os mantiveram produzindo. Em segundo, por possibilitar a aquisição de força de trabalho adicional através do tráfico. Em terceiro, pela existência de um nível de crédito informal que substituía o dinheiro e lubrificava as relações econômicas. Nem todos eram iguais nesse mercado – a querela dos celeiros da vila mostra o quanto o poder político poderia beneficiar alguns protegidos, enquanto a concentração de riqueza em prol daqueles mais gabaritados em terras e escravos na primeira metade do XIX mostra que a distribuição dos ganhos era desigual e reproduzia as disparidades anteriores. Mas era através das possibilidades de acumulação no mercado que se abriram os espaços em que escravos e seus descendentes, além de imigrantes pobres, conseguiram recursos para ladrilhar seus caminhos de ascensão.

A evidência recolhida nos dois últimos capítulos mostra que os pequenos produtores teciam suas relações predominantemente no âmbito local. A proximidade espacial e a convivência na vizinhança possivelmente ajudaram na estabilidade social no período em tela. É notável que, enquanto o Brasil atravessava tempos políticos turbulentos com a elevação da colônia a Reino Unido, a crise da Independência, a Abdicação e as Regências, na região estudada não se registrou abalo social significativo. Efetivamente Minas Gerais teve participação fundamental em todo o processo de autonomia e formação do Estado Brasileiro – a princípio como fornecedora de mantimentos à corte exilada, em seguida com o fornecimento de destacados representantes do liberalismo moderado. E houveram disputas políticas encarniçadas em que facções opostas chegaram às vias de fato. Mas não ocorreu aquela derrapagem para o social que caracterizou as lutas políticas no nordeste.[528] Na Sedição de 1833, chamada Revolta do Ano da Fumaça, ou no Movimento Liberal de 1842 a elite política pode contar com a participação de apoiadores populares e homens de riqueza

[528] Sobre o papel político-econômico de Minas no contexto da independência e do Primeiro Reinado, ver LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979. Ver ainda SILVA, Wlamir. Autonomismo, contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência. *Revista de História Regional*. Vol. 10, p. 53-94, 2006. Sobre a política mineira na Regência ver SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2009 e, do mesmo autor, sobre a Revolta do Ano da Fumaça, Usos da fumaça: a revolta do ano da fumaça e a afirmação moderada na província de Minas. *Locus.* Juiz de Fora (MG): vol. 4, n.2, p. 105-118, 1998. Sobre a Revolta de 1842 ver a revisão proposta por HÖNER, Erick. *Em defesa da Constituição*: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844). Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 2010. Uma notável exceção à estabilidade social da província foi rebelião escrava de Carrancas em 1833. ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro* - Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, capítulo 05.

intermediária sem que esses sujeitos assumissem o protagonismo dos movimentos e empunhassem bandeiras próprias. Em parte essa espécie de fidelidade era ideológica e foi construída através da doutrinação de periódicos e Sociedades Políticas no novo espaço público constituído no século XIX. Mas, esse laço era marcado por relações interpessoais, por uma sociabilidade que colocava espacialmente próximos a elite e os pequenos produtores. E também, pode-se pensar, havia coincidência de interesses, sobretudo, na questão da manutenção da escravidão. Enquanto o escravo foi o tipo de propriedade mais bem distribuída, a posse e o controle sobre um trabalhador, o ideal senhorial, igualava grandes e pequenos escravistas. Evidentemente essa proximidade não era material, afinal, como vimos, a concentração de riqueza nos patamares superiores dos proprietários era a grande marca da economia escravista. Mas era uma proximidade que se constituía no poder do senhor sobre os moradores do domicílio, um poder paternal de âmbito privado capaz de se transmutar numa igualdade pública entre senhores de escravos e cidadãos durante o Império.

Listas de Fontes

Bancos de dados:

Rol dos Confessados desta Freguezia de S. Antonio da Villa de S. Joze, Comarca do Rio das Mortes, deste prezente anno de 1795. Org. Douglas C. Libby; Clotilde A. Paiva. Original: IHGT, Tiradentes, MG.

Listas Nominativas da década de 1830. CEDEPLAR-UFMG. Coord. Clotilde A. Paiva. Original: Arquivo Público Mineiro.

Registros Paroquiais da Freguesia de São José do Rio das Mortes (Batismos, Casamentos e Óbitis). Centro de Estudos Mineiros – UFMG. Coord. Douglas Cole Libby. Originais: Arquivo da Diocese de São João del Rei.

Registros Paroquiais da Freguesia de São João del Rei (Batismos, Casamentos e Óbitos). Coord. Sílvia Maria Jardim Brügger, Maria Leônia Chaves, Maria Tereza Cardoso. Originais: Arquivo da Diocese de São João del Rei.

Arquivo da Diocese de São João del Rei: Fundo documental da Paróquia de São José do Rio das Mortes

Documentos Avulsos, Pasta 19:

"Mappa da população Parochianna da Freguesia de Sto.Antônio da Vila de São Jozé deste presente anno de 1825".

"Lista fiel de todas as almas capelas curadas, filiais, e hermidas que constão haver em toda a Freguesia de Santo Antonio da Vila de São José da qual é Parocho Antonio Xavier de Sales Mattos: dada a 4 de dezembro de 1822".

"Estatística Política e Civil da Paroquia de Santo Antônio na Vila de São José. Declaração pedida pela Portaria de 31 de maio de 1929"

Acervo de Microfilmes da UFSJ, Biblioteca do Campus Dom Bosco

O Popular nº34 e nº 41

Astro de Minas, nº 1.081, 21/10/1834; nº 1142, 14/03/1835

O Universal, nº 44, 18/03/1839

Laboratório de Pesquisa e Conservação Documental (LABDOC) – UFSJ

Processos Crimes do Fórum de Oliveira: Processos 02-36, 1839; 02-58, 1842; 03-83, 1845; 04-100, 1848; 05-130, 1849.

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate:

MG – Cx.18, Doc.59; MG – Cx.181, Doc.55

Arquivo Público Mineiro

Secretaria de Governo da Capitania:

SG-Cx.39-Doc.06, 1798; SG-Cx.41-Doc.28, 1798; SG-CX.43-Doc.23, 1799; SG-Cx.47-Doc.05, 1804; SG-Cx.56-Doc.14, 1802; SG-Cx.58-Doc.29, 1802; SG-Cx.60-Doc.39; SG-Cx.68-Doc.46, 1808; SG-Cx.72-Doc.48, s/d; SG-Cx.77-Doc.28, 1808; SG-Cx.77-Doc.38, 1808; SG-Cx.77-Doc.63, 1811; SG-Cx.85-Doc.30, 1814; SG-Cx.87-Doc.61, 1812; SG-Cx.92-Doc.65, 1815; SG-Cx.93-Doc.14, 1817.

Casa dos Contos:

CC-Cx.95-20377, 1818; CC-Cx.87-20254; CC-2278, 1766.

Presidência da Província

PP. 1/18 Cx.141: doc.33 – 09/12/1848;

PP. 1/18 Cx.191: doc.02 - 04/04/1830; doc.08 - 19/03/1831; doc.09 – 21/03/1831, doc.22 – 17/04/1832;

PP. 1/33 Cx.278: doc.15 - 07/11/1824; doc.17 - 16/04/1828

Arquivo do Escritório Técnico II do IPHAN – São João del Rei:

Processos-crimes: PC.28-05, 1835; PC.04-09, 1843;

Processo de Força Nova: FONSECA, Mariana Pascoa da, Cx.001, 1794, S. José

Inventários post-mortem:

Nome	ano	caixa
Ana Francisca RODRIGUES	1807	350
Ana Joaquina de jesus	1805	C
Ana Jozefa de castro	1804	52
Ana Maria rodrigues	1808	218
Ana Maria da encarnação	1803	C
Ana Maria da silva	1809	C40
Ana Rosa de jesus	1798	110
Antônia Maria de sousa	1806	298
Antônio da Costa pereira	1799	294
Antônio de Souza bastos	1800	294
Antônio José Pereira campos	1807	40
Antônio Luís benfica	1795	33
Antônio Martins parreiras	1805	187
Antônio Martins RAMOS	1796	c25
Bernardina josefa	1799	296
Bernardo Homem da silveira	1795	336
Bernardo José Pinto brandão	1806	537
Catarina pereira	1804	332
Catarina Antônia de jesus	1802	599
Clemência Rosa de jesus	1809	112
Damião FRANCISCO	1797	337
Domingos Francisco Torres	1797	277
Domingos Gonçalves de vasconcelos	1802	334
Fradique Marques palmeira	1800	321
Francisca felizberta	1798	349
Francisca Clara da silva	1797	349
Francisco Antônio leitão	1797	414
Francisco de Souza Maia	1804	149
Francisco Pires campos	1797	544
Francisco Rodrigues duarte	1806	412
Frutuoso Dias de oliveira	1801	C
Helena Gurgel do amaral	1796	C02
Inácia Maria dos santos	1795	603
Inácio José barbosa	1809	441
Isabel Leite de miranda	1798	558
Isabel Leite de miranda	1798	558
Jacinta Ribeiro da silva	1797	461
Jerônimo Ribeiro da silva	1795	558
Joana Pereira da mota	1806	530
João Aires de souza	1804	401
João da silva	1797	400

Nome	ano	caixa
João Fernandes de araújo	1806	350
João Machado RODRIGUES	1807	368
João Pedroso ferreira	1801	532
João Pereira gomes	1809	512
João Teixeira ALVARES	1808	431
Joaquim da Silva leão	1804	400
Joaquim Ribeiro de MORAIS	1797	579
José Cabral tavares	1799	393
José Carvalho de azevedo	1808	24
José dos Santos ferreira	1798	559
José Ferreira pacheco	1804	494
José Gonçalves de melo	1800	552
José Martins moreira	1799	539
José Moreira belo	1804	552
José Rodrigues fontes	1801	91
José Vicente de almeida	1802	C02
Lisarda Maria inês	1807	608
Luís Antônio de Carvalho leite	1809	469
Manoel de Barcelos de aguiar	1801	540
Manoel Dias de oliveira	1795	181
Manoel Ferreira pacheco	1804	368
Manoel Gonçalves gaia	1799	607
Manoel Gonsalves de AZEVEDO	1804	c01
Manoel José gonçalves	1802	504
Manoel Lobo de castro	1805	504
Manoel Machado valadão	1805	280
Manoel Pereira da silva	1799	457
Maria Antônia de oliveira	1807	182
Maria da conceição	1802	436
Maria da silva	1802	437
Maria da Silva COSTA	1807	c09
Maria da Silva Leite da conceição	1809	538
Maria de Sousa da conceição	1797	538
Maria Martins da purificação	1796	415
Maria Rosa moreira	1802	432
Mariana Francisca de belém	1808	C
Mariana Vitorina da silva	1807	424
Mateus Vaz fortes	1805	537
Narcisa Maria de jezus	1803	126
Plácida Maria de Jesus	1807	448
Rosa Maria da conceição	1798	64

Nome	ano	caixa
Rosália Maria de jesus	1806	338
Sebastião Fernandes gandra	1798	586
Teodora Maria de jesus	1800	130
Tomás Gomes da silva	1801	532
Vicente Ferreira da luz	1809	142
Alexandre Gonsalves MELO	1835	155
Alexandre Gonsalves PARREIRAS	1842	300
Ana FELIPA	1830	350
Ana Antônia de jesus	1832	609
Ana de Almeida silva	1830	313
Ana Gonçalves Viana	1830	283
Ana Gonsalves VIANA	1830	283
Ana Joaquina SANTA ROSA	1834	224
Ana Joaquina de RESENDE	1830	203
Ana Joaquina de SOUZA	1835	288
Ana Joaquina dos santos	1830	287
Ana Maria JOAQUINA	1834	131
Ana Maria da conceição	1840	61
Ana Maria de jesus	1833	609
Ana Mendes de ANDRADE	1843	14
Ana Perpétua de JESUS	1833	287
Ana Rita da SILVA	1843	350
Ana Rita da SILVA	1844	350
Ana Rosa de JESUS	1835	109
Ana Theodora de JESUS	1832	288
Antônia Custódia RODRIGUES	1835	297
Antônio da Costa MAIA	1838	148
Antônio da Silva MARQUES	1835	152
Antônio Gomes LEAL	1834	c15
Antônio José moreira	1833	167
Antônio José Alves de moura	1838	169
Antônio Manoel pacheco	1831	183
Antônio Rodrigues do PRADO	1837	198
Arcângela Antônia de morais	1832	165
Baltazar Teixeira de carvalho	1836	291
Bernardina Francica de PAULA	1830	188
Bibiana Francisca da COnCEIÇÂO	1836	376
Candido Honorato de AZEVEDO	1836	24
Carlos Pereira Freire de MOURA	1841	308
Constança Miguelina de ANDRADE	1834	15
Dionisia Antônia do ESPIRÍTO SANTO	1841	308
Domingos Antônio de MATOS	1836	153
Domingos Dias dos SANTOS	1842	232
Domingos Francisco rabelo	1840	200
Domingos Pereira LEITE	1836	334
Domingos Xavier da TRINDADE	1844	334
Elias José de SOUZA	1835	267
Felisberto José da SILVA	1839	394
Felisberto Pinto de ALMEIDA	1843	394
Felix de Faria lobato	1837	392
Felix Gonçalves de SOUZA	1841	394
Fernando José de ALMEIDA	1838	320
Fernando José Rodrigues REGO	1830	321
Francisca Antônia de jesus	1830	442
Francisca Clara ASSIS	1844	348
Francisca de Paula RABELO	1840	200
Francisca de Paula de morais	1843	441
Francisca Inácia da ASSUNÇÃO	1837	348
Francisca Maria de jesus	1832	349
Francisca Maria de jesus	1837	441
Francisca Maria do pillar	1834	441
Francisca Zeferina da SILVA	1835	349
Francisco SEVERINO	1835	240
Francisco Antônio de carvalho	1833	47
Francisco Correia PIRES	1840	197
Francisco de Paula oliveira	1840	179
Francisco de Paula SILVA	1839	434
Francisco Facundo da SILVA	1832	247
Gabriel Gonçalves CAMPOS	1844	41
Galdina Alberta do ESPÍRITO SANTO	1842	293
Genoveva Maria de jesus	1830	293
Gertrudes Maria FELISARDA	1843	294
gertrudes Umbelina de JESUS	1830	293
Gervásio Pereira alvim	1837	11
Inácia Maria da FONSECA	1838	441
João Antônio dos santos	1831	508
João da Silva SANTOS	1831	400
João Francisco da CRUZ	1837	367
João Gomes de CARVALHO	1831	367
João Inácio FERREIRA	1836	398
João Machado de SANTANA	1839	358
João Pinto de ARAÚJO	1835	20
Joaquim RIBEIRO	1836	213
Joaquim Antônio de RESENDE	1836	209
Joaquim Boges Machado SERAFIM	1836	357
Joaquim da Silva QUADROS	1844	199
Joaquim de Souza MAGALHÃES	1831	360
Joaquim José / Thereza de Sousa MATTA / CALDAS	1831	356
Joaquim Pinto de Góis e Lara	1835	596

Nome	ano	caixa
Joaquim Rodrigues PACHECO	1844	183
Joaquina Candida de JESUS	1834	117
Joaquina Maria de JESUS	1840	307
Joaquina Maria de LARA	1831	134
Joaquina Rodrigues dos SANTOS	1833	233
Joaquina Tomazia da SILVA	1842	251
Joé Pereira MUNIZ	1843	489
José alves	1838	399
José Alves da cunha	1830	73
José Antônio da silva	1843	531
José Cardoso amado	1837	578
José Ferreira CABRAL	1843	367
José Ferreira RODRIGUES	1839	219
José Francisco da SILVA	1835	494
José Gonçalves CHAVES	1832	399
José Martins de aguiar	1831	002-00
José/Felicianna Antônia da RODRIGUES/SILVA	1837	219
Josefa Arnalda de MELO	1835	424
Josefa Maria de FARIA	1830	424
Justino Gonçalves da costa	1836	562
Luís Gomes de carvalho	1830	419
Luis Gonçalves de MELO	1840	419
Manoel Alves de MAGALHÃES E ARAÚJO	1837	20
Manoel Borges do REGO	1830	201
Manoel Custódio de JESUS	1843	118
Manoel da Costa MAIA	1831	c16
Manoel da Rocha pereira	1831	194
Manoel Fernandes dos SANTOS	1836	235
Manoel Leite da Silva porto	1830	198
Manoel Marques da fonseca	1831	91
Manoel Pereira dos SANTOS	1833	283
Manoel Rodrigues da costa	1838	69
Manoel Teixeira VILELA	1838	285
Maria Alves fontes	1830	91
Maria da APRESENTAÇÃO	1837	357
Maria da CONCEIÇÃO	1831	418
Maria de Magalhães da GLÓRIA	1832	418
Maria Delfina CONCEIÇÃO	1834	423
Maria do espírito santo	1832	430
Maria Felizarda de ALMEIDA	1833	357
Maria Ferreira de rezende	1834	423
Maria Helena de JESUS	1843	120
Maria Luisa do ESPIRITO SANTO	1837	423

Nome	ano	caixa
Maria Rita das dores	1838	430
Maria Rita dos SANTOS	1833	423
Maria Rosa dos serafins	1838	239
Mariaano Antônio de/Maria teresa Antônia de SOUSA/JESUS	1840	c30
Miguel José dos santos	1835	235
Raphael Ferreira da SILVA	1838	c31
Ricardo Vieira de figueiredo	1831	428
Rita Antônia do NASCIMENTO	1839	175
Rosa Narcisa do NASCIMENTO	1840	171
Rufina Angélica de TOLEDO	1839	428
Teodora Frausina de santana	1834	228
Teresa Antônia BARBOSA	1842	28
Teresa Maria de jesus	1831	449
Teresa Maria de jesus	1834	449
Umbelina Joaquina de souza	1838	271

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: Formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

ALGATÃO, Felipe C. O tropeiro como propagador cultural e mola mestra da cultura cafeeira no século XIX. *Histórica*, Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo: nº 41, abril, 2010.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*: Mariana, 1750-1850. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: ICHF/UFF, 1994.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

ALVES, Romilda Oliveira. *Fronteira em expansão*: população, terra e família na Zona da Mata mineira, 1808-1850. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2009.

AMANTINO, Marcia. *O Mundo das feras*: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais, século XVIII. São Paulo: Annablume Editora, 2008.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime*: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho:* roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Viçosa (MG): Ed. UFV, 2008.

ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês:* economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro* - Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Imprensa moderada e escravidão: o debate sobre o fim do tráfico e o temor do haitaianismo no Brasil Regencial (1831 -1835). In Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, maio/2009.

ANDRADE, Mateus. R.; LEMOS, Gusthavo. Terra de compadres: família e enraizamento social em Guarapiranga, séculos XVIII e XIX. In: BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Mateus R.; LEMOS, Gustavo. (Orgs.). *Redes Sociais e História*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013.

ARES, Berta. Les Milices de noirs et de mulâtres à Lima: lês débuts XVI – XVII siècles. In: STELLA, Alessandro; BERNAND, Carmem (Coord.). *D'Esclaves à soldats*. Miliciens et soldats d'origine servile XII – XX siècles. Paris: L'Harmattan, 2006.

BACELLAR, Carlos de Almeida P. *Os senhores da terra:* família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas, Ed. UNICAMP, 1997.

BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial:* Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.

BACELLAR, Carlos A. P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus*. Juiz de Fora, v. 14, p. 107-124, 2008.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARICKMAN, Bert J. As cores do escravismo: escravistas 'pretos', 'pardos' e 'cabras' no Recôncavo baiano em 1835. *População e Família*. São Paulo: ano 2, vol.2, pp.7-62, 1999.

BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Reôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835. *Afro-Ásia*. Salvador, Edufba, nº 29-30, pp.79-132, 2003.

BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004.

BERLIN, Ira. *Gerações de Cativeiro:* uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BERNAND, Carmen. Las representaciones del trabajo en el mundo hispanoamericano: de la infamia a la honra. *In* PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla M. J. (orgs.). *O trabalho mestiço*: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume, 2002.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c.1720. In: BOTELHO, Tarcísio R. e outros (org.). *História quantitativa e serial no Brasil:* um balanço. Goiânia: Anpuh-MG, 2001.

BOTELHO, Tarcísio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n.1, p. 321-341, 2005.

BOTELHO, Tarcísio R. Categorias de diferenças: ocupação, raça e condição social no Brasil do século XIX. Locus (Juiz de Fora), v. 26, p. 153-185, 2008.

BOTELHO, Tarcísio R. Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia. *In*: SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. (Org.). *Estatísticas nas Américas*: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII*: os jogos das trocas. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRUEGUEL, Martin. *Farm, shop, landing*. The rise of a Market Society in the Hudson Valley, 1780-1860. Durham: Duke University Press, 2002.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1976.

CAMPBELL, Randolph B. Intermittent Slave Ownership: Texas as a Test Case. *The Journal of Southern History*, Vol. 51, nº 1, pp.15-23, Feb.1985.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização*: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte (MG): FAFICH/UFMG, 1998.

CAMPOS, Kátia M. Nunes. *"Sem dados não há demografia"*: uma proposta para a criação de um banco de dados demográficos e sua aplicação em uma paróquia mineira, 1760-1804. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2011.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês*? O protocampesinato nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro F. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In CHEVITARESE, André Leonardo. O campesinato na História. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/FAPERJ, 2002.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e Povoamento de uma fronteira*: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais, 1694-1835. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: ICG/UFMG, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

CLARK, Cristopher. *The roots of rural capitalism*: western Massachusetts, 1780-1860. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal Brasileira. *In* ARANTES, Antônio A. *e outros*. *Colcha de retalhos*: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editara da UNICAMP, 1994.

COSTA, Ana C. R. *Fugas de escravos na Comarca do Rio das Mortes* – primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História).São João del Rei (MG): DECIS/UFSJ, 2013.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Populações mineiras*: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo, IPE-USP, 1981.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil.* São Paulo: MGSP editores, 1992.

CUNHA, Maísa Faleiros da. Estudo das migrações internas no norte de São Paulo, primeira metade dos oitocentos. In: *V Simpósio Nacional de História da População* (Caldas Novas, GO). Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2013.

DAVIS, Natalie Zenon. *Cultura dos povos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUNN, Richard S. *Sugar and slaves*: the rise of the planter class in the English West Indies, 1624-1715. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1972.

ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra. Crédito e economia mineradora: endividamento e estratégias de circulação monetária dos agentes populares em Vila Rica (1730-1760). *In* BOLSONARO, Esmeralda B.; FERLINI, Vera Lúcia A. *História Econômica*. São Paulo: Alameda, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila C. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. (Org.). *Ensaios sobre História e Educação*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001.

FARIA, Sheila C. *Sinhás pretas, damas mercadoras*: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850). Tese (Titular História do Brasil) Niterói: UFF, 2004.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos:* cativeiro e criminalidade num ambiente rural, 1830 – 1888. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. Crimes em comum: escravidão e liberdade sob a pena do Estado Imperial brasileiro (1830-1888). São Paulo: Ed.UNESP, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano R. *O Avesso da memória*. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio, Ed. UNB, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano R. A. *Barrocas Famílias*: vida familiar em Minas colonial. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. *Revista USP*. São Paulo, n.58, p. 104-115, junho/agosto 2003.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João R. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). *In* FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria F. *O Antigo Regime nos trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. L. R. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro. *In*: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio C. J.; ALMEIDA, Carla (Org.). *Conquistadores e negociantes*: Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João R. & FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FRANK, Zephir L. *Dutra´s world*: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

FRANK, Zephyr. Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil, 1815-1860. *História econômica & História de empresas.* Vol. IX, Nº 2, pp.5-48, 2008.

FRANKLIN, John Hope & SCHWENINGER, Loren. *Runaway Slaves*: rebels on the plantation. New York: Oxford University Press, 1999.

FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

FURTADO, João P. *O manto de Penélope*: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes*: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll*: the world the slaves made. New York: Vintage Books, 1976.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade*: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

GONÇALVES, Andrea Lisly; CASSOLI, Marileide Lázara. Nas fímbrias da liberdade: agregados, índios, africanos livres e forros na Província de Minas Gerais, século XIX. *Varia História*. Belo Horizonte: v. 27, pp.645-663, 2011.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Fragmentos de memórias: impressões sobre São João del Rei. In: VENÂNCIO, Renato Pinto e ARAÚJO, Maria Marta de. (Org.). *São João del-Rey, uma cidade no Império*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de MG/APM, 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro *e outros*. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento – o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*. 23(37), pp.184-207, jan/jun 2007.

GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade*: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GUEDES, Roberto. Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto feliz, São Paulo, c.1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.

GUEDES, Roberto. Sociedade escravista e mudança de cor, Porto Feliz, São Paulo, século XIX. In FRAGOSO, João *et. alli*. (org's). *Nas rotas do Império*: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006.

GUTMAN, Herbert Georges. *The Black Family in Slavery and Freedon, 1750-1925*. New York, Vintage Books (Random House), 1976.

HAJNAL, Jonh. Two kinds of households formation system. *Population and development review*. New York, v.8, n.3, pp.449-494, sept.1982.

HALFELD, H. G. F. e TSCHUDI, J. J. von. *A Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, s/d.

HALL, Gwendolyn Midlo. Slavery and African Ethnicities in the Americas: Restoring the Links. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2005.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação*: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2006.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

HIGGINS, Kathe J. *"Licentious Liberty" in a brazilian gold-mining region*: slavery, gender and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais. University Park PA, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Metais e pedras preciosas. *In* Idem. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, 2º vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HÖNER, Erick. *Em defesa da Constituição*: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844). Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

KIPLE, Kenneth F. *The caribbean slave*: a biological history. Cambridge University Press, 1984.

KLEIN, Herbert S. & PAIVA, Clotilde A.. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 27, n. 2, p.309-335, maio-agosto 1997.

KNOWLES, Anne Kelly. GIS and History. *In*: Idem. *Placing History*: How maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship. Redlands, ESRI Press, 2008.

KULIKOFF, Allan. *From British peasants to colonial American farmers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

LANDERS, Jane. *Black slavery in spanish florida.* Urbana: University of Illinois Press, 1999.

LASLETT, Peter *e outros* (orgs). *Household and family in the past time.* Cambridge: University Printing House, 1972.

LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparação entre áreas da Europa Ocidental. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia H. *Fragmentos setecentistas:* escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LEBRUN, François. Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais. *In* MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *História dos camponeses franceses*: da Peste Negra à Revolução, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista:* Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas. C. Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. *In*: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; CERQUEIRA, Adriano; FAVERSANI, Fábio (Orgs). *História quantitativa e serial*: um balanço. Belo Horizonte: ANPUH/MG/PUC-MG/UFOP, 2001.

LIBBY, Douglas C. As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In: Maria Efigênia Lage; Luiz Carlos Villata. (Org.). *História de Minas Gerais*: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

LIBBY, Douglas C. O tráfico internacional e a demografia escrava em Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia F. (org). *Sons, formas e movimentos na modernidade atlântica*: Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: Fapemig: PPGH-UFMG, 2008.

LIBBY, Douglas C. À procura de alforrias e libertos na freguesia de São José do Rio das Mortes (c. 1750 - c. 1850). *In*: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues & LEEUWEN, Marco H. D. van (Orgs.). *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais*: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

LIBBY, Douglas C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P.; MARTINS, I. C. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, v. 25, n. 2, pp.203-233, 1995.

LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000.

LIBBY, Douglas C.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 30, p. 112-151, 2003.

LIBBY, Douglas C. ; FRANK, Zephyr L. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, p. 383-415, 2009.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas*: sentidos da mestiçagem no Inpério do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUNA, Francisco; COSTA, Iraci del Nero & KLEIN, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravismo no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

KLEIN, Herbert S.. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto (SP): FUNPEC Editora, 2004.

KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. A demografia dos escravos americanos. *In* MARCÍLIO, Maria Luiza (org). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

MACDONALD, Roderick. *The economy and material culture of slaves:* goods and chattels on sugar plantations of Jamaica and Louisiana. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1993.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades*: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luíza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. *In* Idem (org.). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara. Terra e população*: estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 74, pp.107-123, março/2006.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas C. (orgs). *20 anos do Seminário sobre a economia mineira 1982-2000*: coletânea de trabalhos. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão*: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 17711 - c. 1756. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2012.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. (Estudo crítico de Afonso de Alencastro Graça Filho). Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004.

MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOS, Hebe. A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras. *In* CARDOSO, Ciro F. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silencio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. *In*: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda &

GOUVEA, Maria de Fátima (eds.) *O Antigo Regime nos trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MALAQUIAS, Carlos. O. Militares negros e pardos na freguesia de São José do Rio das Mortes em fins do século XVIII. *Temporalidades*. Belo Horizonte, Ano 01, v. 2, pp.130-138, 2010.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MATTOS, Hebe Maria & Ana Maria L. Rios. *Memórias do cativeiro*: família, trabalho e cidadania no pós- abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da Devassa*: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MCCURRY, Stephanie. *Masters of small worlds*: yeoman households, gender relations, & the political culture of the Antebellum South Carolina Low Country. New York: Oxford University Press, 1997.

MEIKSINS, Ellen Wood. *Democracia contra capitalismo*: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico*: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina (MG): Maria Fumaça, 2000.

MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MERRILL, Michael. Cash is good to eat: self-sufficiency and exchange in the rural economy of the United States. *Radical History Review*. Vol. 03, pp.42-71,1977.

METCALF, Alida. A família e sociedade rural paulista: Santana do Parnaíba, 1750-1850. *Estudos Econômicos*. São Paulo: nº 20, pp.283-304, mai-ago. 1990.

MILAGRE, Marcela Soares. *Entre a bolsa e o púlpito*: eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793). Dissertação (Mestrado em História). São João del Rei (MG): DECIS/ UFSJ, 2011.

MITTERAUER, Michael & SIEDER Reinhard. *The European family:* patriarchy to partnership from the middle Ages at the present. Chicago: The University of Chicago, 1982.

MOTTA, Márcia Menendes. *Nas fronteiras do poder:* conflitos e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público de Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Márcia Menendes. História social da Agricultura revisitada: um diálogo com Maria Yedda Linhares. In: SILVA, Francisco; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (orgs). Estudos sobre História e Educação – homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

MOTTA, Márcia Menendes. *Direito à terra no Brasil*: a gestação do conflito (1795-1824). São Paulo: Alameda, 2009.

OAKES, James. *The Ruling Race*: A History of American Slaveholders. New York: Knopf, 1982.

OLIVEIRA, Lelio Luiz de. *Economia e História em Franca*. Século XIX. Franca: Editora UNESP-FHDSS, 1998.

OLIVEIRA, Luís Henrique. *Nas malhas da incerteza:* comportamento e estratégia camponesa na freguesia de Guarapiranga (1750-1820). Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2006.

OLIVEIRA, Marina Costa de. *Dinâmica populacional no Sertão do Rio Pardo, 1801-1829*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FCHS/UNESP, 2012.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de família*: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870). Bauru/Juiz de Fora: Edusc/FUNALFA, 2005.

OSÓRIO, Helen. *O Império português ao sul da América:* estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

PAIVA, Eduardo F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral*: redes de parentela, transmissão de terras e direitos da propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

PINTO, Francisco Eduardo. *Potentados e conflitos*: nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes. Tese (Doutorado em História). Niterói (RJ): ICHF/UFF, 2010.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754 – 1838. In: Congresso sobre a História da População na América Latina, 1989, Ouro Preto. *Anais*... São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

REBELLATO, Martha. *Fábricas e tendas de ferro em dinâmicas escravistas*. Termo de Santa Bárbara, Minas Gerais, 1822-1888. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O caso das minas que não se esgotaram*: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Dissertação (Mestrado em Economia). Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RODARTE, Mario M. S.; ANDRADE, Mateus R.; MELLO, Paula M.; PALMESI, Luca. Notas metodológicas sobre o ciclo vital e mobilidade social em S. José do Rio das Mortes e Mariana, 1830. In: *V Simpósio Nacional de História da População* (Caldas Novas, GO). Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2013

ROSENTHAL, Jean-Laurent, HOFFMAN, Philip, & POSTEL-VINAY, Gilles. *Priceless Markets*: the Political Economy of Credit in Paris, 1660-1870. Chicago: The University Chicago Press, 2000.

ROTHENBERG, Winifred B. The market and Massachusetts farmers, 1750-1855. *The Journal of Economic History*. Vol.41, pp.283-314, Jun.1981.

ROTHENBERG, Winifred B. The emergence of farm labor markets and the transformation of the rural economy: Massachusetts, 1750-1855. *The Journal of Economic History*. Vol. 48, pp.537-566, Set., 1988.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Mraco Zero/Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano*: Itu, 1780-1830. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Raphael Ferreira. *Devo que pagarei*: sociedade e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas (1713-1773). Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005.

SANTOS, Raphael Ferreira. O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista. *In* CARRARA, Angelo Alves (Org.). *À vista ou à prazo:* comércio e crédito nas Minas setecentistas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

SANTOS, Raphael F. *Minas com Bahia*: mercado e negócios em um circuito mercantil setecentista. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF/ICHF, 2013.

SANTOS, Roseli dos. *Terras e liberdade* – uma recompensa pela escravidão? Barbacena (1850 – 1888). Monografia (especialização em História). São João del Rei (MG): DECIS/UFSJ, 2005.

SAWYER, Diana O. *e outros*. Perfis de utilização de serviços de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, pp.757-776, 2002.

SENRA, Nelson C. Informação estatística como forma de saber e fonte de poder, moldura teórica do 'Projeto História: 1822-2002' no IBGE. *In*: SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. (Org.). *Estatísticas nas Américas*: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juízes*: 1609-1751. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. Vol. 13, Nº 1, pp.256-287, jan-abr., 1983.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SCHWARTZ Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português* (séculos XVIII e XIX). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant*: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia. Yale University Press, 1979.

SCOTT, James C. *Weapons of the Weak*: Everyday Forms of Peasant Resistance. Yale University Press, 1985

SCOTT, James C. *Seeing like a state:* how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

SHANIN, Teodor. El campesinado como factor político. *In* Idem. *Campesinos e Sociedads Campesinas*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1979.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*. Ano 08, nº 07, pp.1-21, jul-dez., 2005.

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do ano da fumaça e a afirmação moderada na província de Minas. *Locus.* Juiz de Fora (MG): vol. 4, n.2, p. 105-118, 1998.

SILVA, Wlamir. Autonomismo, contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência. *Revista de História Regional*. Vol. 10, p. 53-94, 2006.

SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2009.

SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOARES, Mariza De Carvalho. *Devotos da cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Sônia M. de. *Terra, família, solidariedade...* Estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de Fora (1870-1920). Bauru (SP): EDUSC, 2003.

TEIXEIRA, Paula Chaves. *Negócios entre mineiros e cariocas*: famílias, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História). Niterói: IFCS/UFF, 2009.

THOMPSON, Edward P. *Senhores & caçadores*: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THORNER. Daniel. La economía campesina como una categoría en la historia económica. *In* SHANIN, Teodor (comp.). *Campesinos e Sociedads Campesinas*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1979.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. Bauru/São Paulo: Edusc/ANPOCS, 2004.

VRIES, Jan de. The Industrial Revolution and the Industrious Revolution. *The Journal of Economic History*. Vol.54, pp.249-270, 1994.

WEIMAN, David F. Farmers and the market in Antebellum America: a view from the Georgia Upcountry. *The Journal of Economic History*. Vol. 47, Nº 3, set., pp.645-646, 1987.

WHITE, Richard. *What is Spatial History?* Spatial History Lab. Stanford University. Disponível em http://www.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29 (Acessado a 15/10/2012)

WILLIAMS Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

WILLIAMSON, Jeffrey G. & LINDERT, Peter H. Long-term trends in American wealth inequality. *In* SMITH, James D. (ed.) *Modeling the distrbuition and intergenerational transmission of wealth*. Chicago, Il.: University of Chicago Press, 1980.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990.